

Documentos Oficiais da OEA
Oea/Ser.D/III.53 (português)

RELATÓRIO ANUAL DO SECRETÁRIO-GERAL
2002-2003

Organização dos Estados Americanos
Washington, D.C.
2003

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

I. ASSEMBLÉIA GERAL E CONSELHOS

Assembléia Geral
Conselho Permanente
Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral

II. SECRETARIA-GERAL

Gabinete do Secretário-Geral
Departamento de Informação Pública
Departamento de Serviços Jurídicos
Escritório do Inspetor-Geral
Setor de Ceremonial
Escritório de Relações Externas
Secretaria do Processo de Cúpulas
Escritório de Ciência e Tecnologia
Unidade de Comércio
Unidade de Desenvolvimento Social e Educação
Unidade de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente
Unidade Intersetorial de Turismo
Unidade para a Promoção da Democracia

Gabinete do Secretário-Geral Adjunto
Escritórios da Secretaria-Geral da OEA nos Estados Membros
Secretaria de Conferências e Reuniões
Museu de Arte das Américas
Biblioteca Colombo
Coordenação e Cooperação com Outras Organizações

Secretaria Executiva de Desenvolvimento Integral/Agência Interamericana de
Cooperação e Desenvolvimento
Subsecretaria de Assuntos Jurídicos
Subsecretaria de Administração

III. ORGANISMOS ESPECIALIZADOS

Organização Pan-Americana da Saúde
Instituto Interamericano da Criança
Comissão Interamericana de Mulheres
Instituto Pan-Americano de Geografia e História
Instituto Indigenista Interamericano
Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura

IV. OUTROS ORGÃOS INTERAMERICANOS

Comissão Jurídica Interamericana
Comissão Interamericana de Direitos Humanos

V. OUTRAS ENTIDADES E ORGANISMOS

Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas
Comissão Interamericana de Telecomunicações
Comitê Interamericano contra o Terrorismo
Comissão Interamericana de Redução de Desastres Naturais
Centro de Estudos da Justiça das Américas
Tribunal Administrativo
Fundação Pan-Americana de Desenvolvimento
Junta de Auditores Externos
Junta Interamericana de Defesa
Corte Interamericana de Direitos Humanos

VI. OBSERVADORES PERMANENTES

VII. VIAGENS DO SECRETÁRIO-GERAL E DO SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO

ANEXOS

Anexo A: Conselhos e Comissões Interamericanos
Anexo B: Conferências e Reuniões da OEA
Anexo C: Tratados e Convenções Interamericanas
Anexo D: Recursos Humanos
Anexo E: Situação Financeira
Anexo F: Bolsas de Estudo Concedidas
Anexo G: Contribuições dos Observadores Permanentes
Anexo H: Orçamento-Programa: Níveis de Execução

INTRODUÇÃO

Cumprindo o disposto nos artigos 91 e 112 da Carta da Organização dos Estados Americanos (OEA), tenho o prazer de apresentar à Assembléia Geral e ao Conselho Permanente o Relatório Anual 2002-03. Conforme determina a Carta, este relatório expõe as atividades da OEA e sua situação financeira. Este documento, elaborado segundo as diretrizes estabelecidas na resolução AG/RES. 331, de 1978, refere-se ao período compreendido entre 1º de março de 2002 e 28 de fevereiro de 2003.

Esta Introdução constitui uma excelente oportunidade para refletir sobre as realizações alcançadas e sobre os desafios que ainda nos aguardam. Sem dúvida, este foi um ano pleno de obstáculos e problemas. Mas a OEA reagiu de forma decidida e oportuna aos crescentes desafios apresentados. Nesse período, presenciamos a primeira aplicação da Carta Democrática Interamericana, a aprovação da Convenção Interamericana contra o Terrorismo, o êxito de numerosas missões de observação eleitoral, a intermediação para solucionar diferenças fronteiriças e a cooperação para solucionar problemas políticos internos.

Hoje, o perfil internacional da OEA já cresceu consideravelmente, e os países reconhecem a importância do cenário multilateral e as possibilidades por ele oferecidas nas Américas. A OEA é o ponto de encontro para o debate hemisférico e atualmente cumpre a tarefa de secretaria técnica e memória institucional do processo da Cúpula das Américas. A adoção da Carta Democrática Interamericana, em 2001, dotou a Organização de novos mecanismos para promover e defender a democracia em toda a região. Numa demonstração do reconhecimento de nossa convicção democrática, fomos laureados pelo Instituto Nacional Democrático (NDI) com o prestigioso Prêmio W. Averell Harriman da Democracia por nosso trabalho de proteção e promoção dos valores e instituições democráticas no Hemisfério. Referindo-se às realizações da OEA, o NDI a citou como a única organização intergovernamental que tem na democracia representativa um propósito, um princípio e uma condição de adesão.

De 2 a 4 de junho, reunimo-nos em Barbados para o Trigésimo Segundo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral, a fim de tratar dos desafios mais significativos que enfrentamos: a pobreza e os problemas sociais; a promoção da democracia; o terrorismo; a cooperação na solução de problemas políticos internos; a promoção dos direitos humanos; a conciliação dos conflitos fronteiriços; e o impulso ao livre comércio. Uma das realizações fundamentais da Assembléia Geral de Barbados consistiu em aprovar a Convenção Interamericana contra o Terrorismo, fazendo da OEA o primeiro organismo internacional a criar um tratado contra o terrorismo desde os atentados de 11 de setembro. Também se discutiram as melhores formas de promover e defender a democracia na Venezuela e no Haiti.

A Carta Democrática Interamericana foi aplicada pela primeira vez imediatamente após a ruptura da ordem constitucional na Venezuela, em abril passado. Diante deste fato, convocou-se uma sessão extraordinária do Conselho Permanente, nos termos do artigo 20 da Carta Democrática Interamericana. Nesta sessão, o Conselho Permanente encarregou-me de investigar os acontecimentos de 11 e 12 de abril e instou-me a levar a cabo as gestões necessárias para restabelecer a ordem constitucional no país. Em meu relatório perante a Assembléia Geral reunida em período extraordinário de sessões, acentuei a necessidade de enfrentar a dramática polarização da sociedade venezuelana e apresentei algumas recomendações para solucionar definitivamente a crise.

Assim, ofereci o apoio da OEA para estabelecer um diálogo entre as partes e prevenir a repetição dos acontecimentos de abril.

Diante do agravamento da crise e de um considerável aumento na tensão entre o Governo e a oposição, desloquei-me para a Venezuela, onde, com apoio do Centro Carter e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), promovi a criação de uma Mesa de Negociação e Acordos composta por seis representantes do Governo e seis da oposição. Num esforço inédito, eu, como Secretário-Geral da OEA, atuei no papel de facilitador da Mesa a partir de novembro de 2002, com o objetivo de abrir um espaço de negociação direta, de entendimento, de intercâmbio de idéias e de apresentação de propostas que levassem a uma solução política definitiva para a crise política que a Venezuela atravessa.

Em 2002, a OEA também prosseguiu com seus esforços na busca de uma solução para a crise política que atinge o Haiti desde as eleições legislativas de maio de 2000. Em março, após um acordo da Organização com o Governo do Haiti, estabeleceu-se a Missão Especial para o Fortalecimento da Democracia no país, prevista na resolução CP/RES. 806, do Conselho Permanente. Designou-se igualmente uma Comissão de Inquérito composta por três juristas das Américas, com a finalidade de examinar as circunstâncias que causaram no Haiti a violência desencadeada em 17 de dezembro de 2001.

Em duas ocasiões, de 10 a 18 de junho e de 5 a 8 de julho de 2002, o Secretário-Geral Adjunto, Luigi Einaudi, esteve no Haiti juntamente com o Presidente do Conselho de Relações Exteriores e da Comunidade (COFCOR) da CARICOM, Senador Julian R. Hunte, como parte do esforço da OEA para alcançar uma solução para a crise. Na segunda viagem, o Secretário-Geral Adjunto reuniu-se com o Presidente Jean-Bertrand Aristide e com representantes da coalizão opositora *Convergence Démocratique*, num encontro sem precedentes desde a posse do Presidente Aristide. Em 11 de julho, o Secretário-Geral Adjunto apresentou ao Conselho Permanente seu relatório sobre o resultado da Missão OEA/CARICOM. Posteriormente, em 4 de setembro de 2002, o Conselho aprovou a resolução CP/RES. 822, que incorporou muitos elementos e compromissos constantes do Projeto de Acordo Inicial. Entre outras coisas, a resolução CP/RES. 822 solicitou a ampliação da Missão Especial da OEA no Haiti, a fim de abranger as questões críticas do desarmamento e da segurança eleitoral. Essa resolução também estabeleceu prazos para estabelecer um novo Conselho Eleitoral Provisório (CEP) e uma Comissão de Garantias Eleitorais, e para realizar eleições legislativas e municipais.

A Comissão de Inquérito sobre os acontecimentos de 17 de dezembro de 2001 apresentou seu relatório ao Conselho Permanente em 1º de julho. Nesse relatório, a Comissão fez um vívido relato das circunstâncias do ataque ao Palácio Nacional e dos atos de violência subsequentes contra os líderes da oposição. Da mesma forma, esse documento recomendou que se processassem todas as pessoas implicadas nos atos de violência e se compensassem devidamente todas as organizações e pessoas vítimas de tais atos. A médio prazo, a Comissão exortou as autoridades a reformarem o sistema judicial e a tomarem, com relação à polícia, aos direitos humanos e aos meios de comunicação, medidas que permitissem restabelecer um clima de confiança e entendimento.

Em agosto, diante de nova irrupção de violência e da paralisação das negociações, e cumprindo o compromisso da OEA no sentido de alcançar um acordo, designei David Lee, Chefe da Missão Especial para o Fortalecimento da Democracia no Haiti, como meu representante especial no país, e o

Embaixador Denneth Modeste, Subchefe da referida Missão, como Diretor do Escritório da Secretaria-Geral da OEA no Haiti.

Em novembro apresentei, na qualidade de Secretário-Geral, o primeiro relatório sobre a implementação da resolução CP/RES. 822, aprovada pelo Conselho Permanente em 4 de setembro, na qual se formula um apelo em favor da criação de um Conselho Eleitoral Provisório “autônomo, independente, confiável e neutro”. A OEA mantém intacto seu compromisso com o Haiti, cuja situação continua a preocupá-la. Sem dúvida, a implementação da resolução CP/RES. 822 é o melhor caminho para uma solução definitiva da crise.

Como parte de nossos esforços no sentido de contribuir para intermediar os problemas fronteiriços, encerrou-se em 30 de setembro de 2002, após dois anos de trabalho, o processo de conciliação das diferenças territoriais entre Belize e a Guatemala, com a apresentação das propostas dos conciliadores para uma solução justa e equitativa.

Continuamos também dedicados à tarefa de promover a democracia por meio de nossas missões de observação eleitoral, que só se realizam por solicitação dos países membros interessados. Nossos esforços neste campo foram louvados internacionalmente e põem em relevo nosso compromisso de promover a democracia em todos os rincões do Hemisfério. Neste particular, é necessário também reconhecer os grandes esforços dos países que acolheram nossas missões técnicas. Muito embora seja evidente que a democracia, enquanto sistema político, está sofrendo graves pressões e sendo seriamente questionada, podemos afirmar, orgulhosamente, que em todas as eleições em que servimos como observadores houve plena transparência e adesão aos princípios da democracia. Observadores da OEA acompanharam os cidadãos da Colômbia, Nicarágua, República Dominicana, Bolívia, Equador e Peru ao exercer o seu direito de voto. É preciso reconhecer igualmente a colaboração dos países observadores da OEA, que, em muitos casos, doaram os recursos necessários ao cumprimento efetivo de nossas missões de observação.

De forma análoga, concluiu-se um trabalho em conjunto com a Nicarágua, o Panamá e a Colômbia para esclarecer as circunstâncias da exportação e o destino de um carregamento de armas e munições oriundo da Nicarágua e que acabou em mãos de paramilitares colombianos. Atendendo à solicitação dos Ministros das Relações Exteriores desses países no sentido de efetuar um estudo a fim de estabelecer os fatos com certeza e sugerir mecanismos e procedimentos para prevenir situações semelhantes no futuro, nomeou-se para coordenar a investigação o ex-diplomata americano Morris D. Busby, que entregou seu relatório final em 17 de janeiro de 2003.

Comemoramos o primeiro aniversário da Carta Democrática Interamericana com uma sessão solene do Conselho Permanente e uma conferência em que se analisaram o alcance e o êxito desse documento. Sem sombra de dúvida, a Carta é o avanço institucional mais importante da OEA na última década e o exemplo mais claro do compromisso democrático assumido por nossos Estados membros. A comemoração de seu primeiro aniversário esteve à altura desse instrumento histórico, contando com a presença do Presidente do Peru, Alejandro Toledo. O Presidente Toledo observou que a Carta “nos proporciona uma concepção moderna e integrada de democracia”. Manteremos nossos esforços para garantir que os princípios da Carta Democrática sejam aplicados em todos os países da região.

Por intermédio da Unidade de Comércio, a Organização continua trabalhando assiduamente nos assuntos de integração econômica e de política comercial no Hemisfério. Em particular, a Unidade de Comércio prestou assistência técnica aos Estados membros no processo de negociação da Área de Livre Comércio das Américas por meio das reuniões dos grupos de negociação da ALCA, da Sétima Reunião Ministerial de Comércio realizada no Equador e das reuniões vices-ministeriais realizadas na Venezuela, República Dominicana e Equador. Em conformidade com as disposições tomadas pela Assembléia Geral em Barbados, a Unidade prossegue o seu trabalho com a Comissão Tripartite, composta também pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), das Nações Unidas.

Como parte dos esforços da Organização no tema da segurança hemisférica, teve lugar em maio a Terceira Reunião da Comissão Consultiva criada no âmbito da Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e Outros Materiais Correlatos (CIFTA). Neste encontro, fez-se um apelo aos Estados membros e às organizações convidadas para que se considerasse o desenvolvimento de um regime internacional destinado a unificar e globalizar o tratamento do problema. Nas respectivas deliberações, ficou clara a preocupação comum em relação ao agravamento do problema do tráfico ilícito de armas e à necessidade de medidas urgentes em nível nacional com ajuda da comunidade internacional.

A Cúpula das Américas realizada em Québec atribuiu um papel estratégico a nossa Organização no tocante ao desenvolvimento do potencial humano mediante os modernos progressos das novas tecnologias da informação e das comunicações. Levando em conta a importância que os Estados membros atribuem à formação de seus recursos humanos, desenvolvemos, com a participação de todas as áreas da Secretaria-Geral, uma intensa atividade em torno desse tema, em relação ao qual o Programa de Bolsas de Estudo e Treinamento, bem como o Portal Educacional das Américas, cumpriram uma função predominante. Em 2002, como resultado, quase quadruplicamos o número de bolsas concedidas em programas de formação e treinamento, em comparação às concedidas em 2001.

O tema das comunicações continua a revestir-se de especial importância no âmbito da OEA. Em agosto de 2002, a Terceira Reunião Ordinária da Assembléia da Comissão Interamericana de Comunicações (CITEL) aprovou a resolução CITEL/RES. 33 (III-02) sobre a implementação da Agenda de Conectividade para as Américas. Esta resolução reconhece a importância da Agenda e do Plano de Ação de Quito elaborados pela CITEL, pelo avanço que representa nos esforços voltados para eliminar o fosso digital nas Américas.

Em 31 de maio, foi expedida a Ordem Executiva N° 24 do Secretário-Geral, sobre os serviços prestados pela Secretaria-Geral às reuniões ministeriais ligadas ao processo das Cúpulas das Américas. A ordem incumbe a Secretaria-Geral dos serviços de secretaria técnica, conferências e coordenação com o processo de cúpulas das Reuniões Ministeriais, bem como de seus órgãos, mecanismos ou reuniões político-técnicas que lhes sirvam de apoio. Assim, regulamentou-se o apoio da Secretaria-Geral, por meio de suas dependências, às Reuniões Ministeriais relacionadas com o cumprimento dos mandatos das Cúpulas das Américas.

Este ano não foi isento dos desastres naturais que com frequência castigam nosso Hemisfério. A Comissão Interamericana de Redução de Desastres Naturais reuniu-se várias vezes para agilizar o atendimento de emergências causadas por desastres naturais, graças ao apoio e à participação ativa do BID, da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e da OEA, bem como à divisão de tarefas

efetiva entre as três entidades. A OEA também contribuiu para amenizar os terríveis efeitos dessas calamidades com doações do Fundo Interamericano de Assistência para Situações de Emergência (FONDEM) e reiteradas e sentidas declarações de solidariedade. Na Bolívia, Costa Rica e Haiti, as inundações causaram dezenas de mortes e danos materiais quase incalculáveis.

O ano abrangido por este Relatório provou que a OEA está em condições de reagir de forma positiva aos desafios que ameaçam nosso Hemisfério. Apesar dos problemas econômicos e das dificuldades políticas enfrentadas por alguns países, nenhum Estado membro caiu na esparrela de abandonar a democracia. Testemunhamos eleições livres, justas e transparentes em vários países e a vontade democrática dos povos das Américas. Ainda há muito que fazer, e as crises da Venezuela e do Haiti o demonstram inequivocamente. Estou convencido de que o renascimento da solidariedade hemisférica e do espírito democrático contribuirá para resolver as dificuldades ou conflitos atuais, bem como os que se nos apresentem no futuro. Ainda há um longo caminho a percorrer e múltiplos obstáculos a superar. Devemos manter nosso compromisso intacto e seguir trabalhando para promover e defender os ideais da democracia, da liberdade e de uma qualidade de vida melhor para todos os cidadãos de nosso Hemisfério.

César Gaviria
Secretário-Geral

I. ASSEMBLÉIA GERAL E CONSELHOS

ASSEMBLÉIA GERAL

A Assembléia Geral, cujas atribuições constam do Capítulo IX da Carta, é o órgão supremo da Organização dos Estados Americanos. A Assembléia Geral reúne-se anualmente na época determinada por seu Regulamento. Em circunstâncias especiais e com a aprovação de dois terços dos Estados membros, o Conselho Permanente pode convocar um período extraordinário de sessões da Assembléia Geral. Todos os Estados membros têm direito a fazer-se representar na Assembléia Geral. Cada Estado tem direito a um voto.

O Trigésimo Segundo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral realizou-se em Bridgetown, Barbados, de 2 a 4 de junho de 2002, presidido por Sua Excelência a Senhora Billie A. Miller, Vice-Primeira-Ministra e Ministra das Relações Exteriores e Comércio Exterior de Barbados. Os textos autenticados das declarações e resoluções estão publicados no Volume I de Atas e Documentos correspondente a este período de sessões (OEA/Ser.P.XXXII-O.2).

Declarações

Declaração de Bridgetown: Abordagem Multidimensional à Segurança Hemisférica [AG/DEC. 27 (XXXII-O/02)]. Acentuou que a segurança do Hemisfério engloba aspectos políticos, econômicos, sociais, sanitários e ambientais, e decidiu que os Estados membros devem aprofundar a cooperação e coordenação, a fim de abordar as novas ameaças e desafios da segurança hemisférica. Incluiu a abordagem multidimensional como tema da agenda da Conferência Especial sobre Segurança.

Declaração sobre a Democracia na Venezuela [AG/DEC. 28 (XXXII-O/02)]. Reiterou a disposição da OEA de prestar o apoio que o Governo da Venezuela requeira para a consolidação do seu processo democrático e sua determinação de continuar aplicando, sem distinção e com rigoroso respeito à letra e ao espírito da Carta Democrática Interamericana, os mecanismos nela previstos, reiterando a rejeição do uso da violência para substituir qualquer governo democrático no Hemisfério. Incentivou o Governo da Venezuela a explorar as possibilidades que a OEA oferece para a promoção do diálogo nacional convocado pelo Presidente Hugo Chávez Frías, com o propósito de aprofundar a reconciliação nacional. Da mesma forma, reconheceu e acolheu a decisão unânime da Assembléia Nacional da República Bolivariana da Venezuela de constituir uma Comissão da Verdade para investigar os atos de violência cometidos entre 11 e 14 de abril de 2002.

Declaração sobre a Questão das Ilhas Malvinas [AG/DEC. 29 (XXXII-O/02)]. A Assembléia Geral expressou sua satisfação pela reafirmação da vontade do Governo argentino de continuar explorando todas as vias possíveis para a solução pacífica da controvérsia e por sua atitude construtiva em favor dos habitantes das Ilhas Malvinas. E reafirmou a necessidade de que se iniciem, o quanto antes, negociações sobre a disputa de soberania com o objetivo de encontrar uma solução pacífica para a controvérsia. Por conseguinte, decidiu continuar examinando a questão nos sucessivos períodos de sessões da Assembléia Geral.

Centenário da Organização Pan-Americana da Saúde. A Assembléia Geral rendeu homenagem à instituição por ocasião da comemoração de seu centenário. E a incentivou a continuar apoiando os

países do Hemisfério na implementação dos mandatos das Cúpulas das Américas, a fim de reduzir a pobreza e alcançar equidade e saúde para todos.

Resoluções

Democracia

Louvou as medidas construtivas adotadas pelo Conselho Permanente e pela Secretaria-Geral para o fortalecimento da democracia no Haiti. Elogiou o Governo do Haiti pela colaboração prestada à Missão Especial da OEA, e ao Grupo de Amigos do Haiti por seu contínuo apoio ao Secretário-Geral. Exortou o Governo do Haiti, todos os partidos e a sociedade civil a oferecerem apoio total ao processo de diálogo e, com vistas a alcançar a solução da crise, recomendou a adoção de distintas ações às partes envolvidas, à Secretaria-Geral, às instituições financeiras internacionais, à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, à Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, os Estados membros e o Grupo de Amigos do Haiti [AG/RES. 1841 (XXXII-O/02)].

Decidiu promover uma cultura democrática nas Américas por meio dos princípios e valores incorporados na Carta Democrática Interamericana, bem como dos propósitos constantes da Declaração e do Plano de Ação da Terceira Cúpula das Américas. Com este propósito, instou os Estados membros a adotarem estratégias específicas e encarregou o Conselho Permanente de convocar uma reunião de peritos destinada a identificar medidas específicas para a promoção de uma cultura democrática e das práticas dos valores democráticos nos Estados membros, com a participação da sociedade civil [AG/RES. 1869 (XXXII-O/02)].

Reafirmou seu compromisso com os princípios da democracia, consagrados na Carta Democrática Interamericana, e sua determinação de atribuir a máxima prioridade ao desenvolvimento de programas e atividades destinados a promover os princípios e prática democráticos no trabalho da Organização. Com esta finalidade, encarregou o Conselho Permanente e a Secretaria-Geral de tomarem medidas específicas, instando os Estados membros da Organização a cooperar na implementação das mesmas [AG/RES. 1907 (XXXII-O/02)].

Tomou nota dos resultados da Reunião de Ministros e Autoridades de Alto Nível Responsáveis pelas Políticas de Descentralização, Governo Local e Participação do Cidadão no Nível Municipal no Hemisfério, realizada em La Paz, Bolívia, de 29 a 31 de julho de 2001 e expressou seu apoio aos objetivos fixados pelos ministros e altas autoridades por meio da Declaração da Cidade de La Paz. Reconheceu a formação da Rede Interamericana de Alto Nível sobre Descentralização, Governo Local e Participação do Cidadão (RIAD) como instância para a cooperação interamericana e as iniciativas tomadas pelo Governo da Bolívia para apoiar o seguimento dos temas da descentralização, administrações regionais e municipais e participação da sociedade civil definidos pelas Cúpulas das Américas. Instou a Secretaria-Geral, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, o Banco Mundial, a Corporação Andina de Fomento e outras instâncias a prestarem apoio especial ao desenvolvimento e à implementação das decisões das referidas autoridades. Agradeceu ao Governo do México o oferecimento de sede para a Segunda Reunião de Ministros e Autoridades de Alto Nível, a realizar-se no segundo semestre de 2003, e incumbiu o Conselho Permanente de convocá-la.

Direitos humanos

Reiterou seu apoio e reconhecimento à tarefa que os defensores dos direitos humanos realizam e condenou os atos que dificultam essa tarefa nas Américas. Exortou os Estados membros a que intensifiquem os esforços no sentido de adotar as medidas necessárias para garantir a vida, a integridade pessoal e a liberdade de expressão dos defensores dos direitos humanos. Convidou a Comissão Interamericana de Direitos Humanos a que continue dispensando a devida atenção a essa questão e considere a elaboração de um estudo integral sobre a matéria, continuando a cooperação com as Nações Unidas [AG/RES. 1842 (XXXII-O/02)].

Reafirmou a vontade da OEA de continuar as ações concretas tendentes ao cumprimento dos mandatos dos Chefes de Estado e de Governo relacionados com o fortalecimento e aperfeiçoamento do Sistema Interamericano de Direitos Humanos constantes do Plano de Ação da Terceira Cúpula das Américas, instando os Estados membros a envidar os esforços necessários para implementar os referidos mandatos [AG/RES. 1890 (XXXII-O/02)].

Encarregou o Conselho Permanente de continuar a consideração do tema “acesso da vítima à Corte Interamericana de Direitos Humanos” e sua implementação, com a participação da Corte Interamericana de Direitos Humanos, da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e da sociedade civil [AG/RES. 1895 (XXXII-O/02)].

Instou os Estados Partes a que cumpram suas obrigações derivadas da Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951 e/ou de seu Protocolo de 1967, tomando ou mantendo as medidas para fortalecer o asilo e tornar mais eficaz a proteção dos refugiados. Reiterou seu apelo aos Estados membros para que considerem oportunamente a assinatura e ratificação dos instrumentos internacionais em matéria de refugiados e apátridas, ou a adesão a eles, a adoção de procedimentos para sua efetiva execução, a suspensão das reservas e sua participação nos programas de reassentamento patrocinados pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR). Renovou igualmente o apelo à cooperação interamericana em situações de deslocamentos internos e refúgio em massa [AG/RES. 1892 (XXXII-O/02)].

Decidiu continuar acompanhando o tema dos direitos humanos e meio ambiente, dispensando atenção especial ao trabalho que os foros multilaterais relevantes desenvolvem sobre ele e promovendo a colaboração institucional no âmbito da Organização [AG/RES. 1896 (XXXII-O/02)].

Reafirmou que a luta contra o terrorismo deve realizar-se com pleno respeito à lei, aos direitos humanos e às instituições democráticas para preservar o Estado de Direito, as liberdades e os valores democráticos no Hemisfério. Solicitou à Comissão Interamericana de Direitos Humanos a apresentação de seu relatório sobre terrorismo e direitos humanos ao Conselho Permanente [AG/RES. 1906 (XXXII-O/02)].

Encarregou o Conselho Permanente de continuar estudando o tema relativo aos direitos e ao atendimento das pessoas submetidas a qualquer forma de detenção e reclusão, em colaboração com os órgãos e entidades competentes do Sistema Interamericano, e de considerar a conveniência de elaborar oportunamente uma declaração interamericana sobre este assunto [AG/RES. 1897 (XXXII-O/02)].

Reafirmou que os princípios e as normas consagrados na Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem e na Convenção Americana sobre Direitos Humanos adquirem particular relevância com relação à proteção dos direitos dos trabalhadores migrantes e suas famílias. Reafirmou igualmente o dever dos Estados membros de cumprir as disposições da Convenção de Viena de 1963 sobre Relações Consulares. Instou os Estados membros a adotarem diversas medidas destinadas a garantir os direitos humanos de todos os migrantes e determinou a realização de ações de seguimento e apoio por parte do Conselho Permanente, do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral, da Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento e da Comissão Interamericana de Direitos Humanos [AG/RES. 1898 (XXXII-O/02)].

Desenvolvimento jurídico

Expressou o seu reconhecimento ao Governo da República de Trinidad e Tobago por ter sido a sede da Quarta Reunião de Ministros da Justiça ou de Ministros ou Procuradores-Gerais das Américas, encarregando o Conselho Permanente e a Secretária-Geral de acompanharem o cumprimento das recomendações adotadas pela REMJA-IV, inclusive a realização de reuniões preparatórias sobre temas específicos da REMJA V. Aceitou o oferecimento do Governo do Canadá de ser sede desta reunião [AG/RES. 1849 (XXXII-O/02)].

Exortou os Estados membros e observadores da OEA que ainda não o tenham feito a que dêem pronta consideração à assinatura ou ratificação da Convenção Interamericana contra a Corrupção, ou à adesão à mesma, conforme o caso, e a que participem do Mecanismo de Acompanhamento de sua implementação. Instou os Estados membros a que adotassem medidas concretas com vistas a aperfeiçoar a implementação da Convenção e dar seqüência ao Programa Interamericano de Cooperação para Combater a Corrupção, e encarregou o Conselho Permanente e a Secretaria-Geral de tomar tais medidas. Agradeceu as contribuições voluntárias para o funcionamento do Mecanismo de Acompanhamento e instou todos os Estados a continuarem contribuindo [AG/RES. 1870 (XXXII-O/02)].

Felicitou a Sexta Conferência Especializada Interamericana sobre Direito Internacional Privado pelos resultados positivos alcançados e acolheu com satisfação as resoluções aprovadas na CIDIP-VI. Solicitou à Secretaria-Geral e à Comissão Jurídica Interamericana que facilitassem consultas de peritos governamentais e não-governamentais com o objetivo de analisar o futuro das Conferências Especializadas Interamericanas sobre Direito Internacional Privado e outros temas considerados pertinentes para tratamento na CIDIP-VII. Incumbiu o Conselho Permanente de convocar a Sétima Conferência Especializada Interamericana e solicitou à Secretaria-Geral que incluísse oportunamente no projeto de orçamento-programa da Organização as previsões financeiras necessárias ao trabalho preparatório da CIDIP-VII [AG/RES. 1846 (XXXII-O/02)].

Encarregou o Conselho Permanente de continuar a dispensar atenção prioritária ao tema da prevenção, combate e erradicação do racismo e de toda forma de discriminação e intolerância. E recomendou à Comissão Interamericana de Direitos Humanos que, no âmbito dos instrumentos jurídicos interamericanos vigentes, continue a dispensar atenção especial a este tema [AG/RES. 1905 (XXXII-O/02)].

Tomou nota do aumento do número de Estados membros que ratificaram vários instrumentos do direito internacional humanitário, ou que a eles aderiram, e os instou a prosseguirem esse processo.

Instou igualmente os Estados a que dispensem, tanto em tempo de paz como de conflito armado, atenção especial à maior divulgação possível do direito internacional humanitário a toda a população, à promulgação da legislação penal necessária para punir os responsáveis por crimes de guerra e outras violações graves do direito internacional, à promulgação da legislação para regulamentar a utilização dos emblemas protegidos sob o direito internacional humanitário e a punição dos seus abusos, e à obrigação de não incorporar ao uso das forças armadas e das forças de segurança meios de guerra contrários ao direito internacional humanitário. Instou os Estados membros a que facilitem o trabalho do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), particularmente por meio dos serviços de assessoramento. Instou as partes em conflitos armados a que tomem medidas imediatas para determinar a identidade e situação das pessoas reportadas como desaparecidas. Instou os Estados membros e todas as partes de conflitos armados a que cumpram suas obrigações nos termos das Convenções de Genebra de 1949, em particular no tocante à proteção devida à população civil. Solicitou ao Conselho Permanente e à Secretaria-Geral que, em coordenação com o CICV, continue organizando conferências governamentais e sessões a fim de divulgar e reforçar a implementação do direito internacional humanitário e de convenções interamericanas relacionadas. Incentivou os Estados membros a que adotem as medidas legislativas, judiciais e administrativas apropriadas para implementar internamente os instrumentos do direito internacional humanitário [AG/RES. 1904 (XXXII-O/02)].

Reafirmou a importância do Programa Interamericano para o Desenvolvimento do Direito Internacional para a divulgação, conhecimento, aplicação e fortalecimento do Direito Internacional gerado no âmbito do Sistema Interamericano, apoiou as atividades realizadas pelo Conselho Permanente da Organização e pela Secretaria-Geral em cumprimento ao mesmo e os encarregou de prosseguir na execução do referido Programa [AG/RES. 1845 (XXXII-O/02)].

Solicitou ao Conselho Permanente que continue a promover o intercâmbio de experiências, a fim de coordenar e intensificar atividades de cooperação na área da responsabilidade social das empresas. Encarregou o Conselho Permanente também de participar, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Banco Mundial, na organização da Conferência das Américas sobre Responsabilidade Social das Empresas, e de considerar a possibilidade e conveniência de convocar uma reunião especial sobre a responsabilidade social das empresas, a realizar-se no segundo semestre de 2003 [AG/RES. 1871 (XXXII-O/02)].

Exortou os Estados membros da Organização que ainda não o tenham feito a ratificarem o Estatuto de Roma da Corte Penal Internacional ou a ele aderirem, conforme seja o caso, efetuando em sua legislação interna as mudanças necessárias a uma implementação eficaz do mesmo. Solicitou à Comissão Jurídica Interamericana que, na agenda da próxima reunião conjunta com assessores jurídicos dos Ministérios das Relações Exteriores dos Estados membros da Organização, inclua o exame de mecanismos para enfrentar e evitar as graves e persistentes violações ao direito internacional humanitário e ao direito internacional dos direitos humanos, bem como o exame do papel que desempenhará a Corte Penal Internacional nesse processo [AG/RES. 1900 (XXXII-O/02)].

Segurança hemisférica

Convocou a Conferência Especial sobre Segurança para a primeira quinzena de maio de 2003, agradecendo o oferecimento do Governo do México para que se realize nesse país. Encarregou o Conselho Permanente de preparar as recomendações para a citada Conferência Especial sobre todas as matérias pertinentes, bem como o projeto de agenda, o projeto de regulamento e os projetos de

documentos finais da Conferência. Solicitou aos Estados membros que prestem ao Conselho Permanente toda a informação considerada relevante, assim contribuindo para o processo preparatório da Conferência Especial sobre Segurança [AG/RES. 1908 (XXXII-O/02)].

Convocou a Reunião de Peritos sobre Medidas de Fortalecimento da Confiança e da Segurança na Região, disposta pela Cúpula, e agradeceu ao Governo dos Estados Unidos sua oferta para sediar a mesma. Encarregou o Conselho Permanente de preparar este encontro e lhe solicitou que encaminhe as suas conclusões e recomendações ao órgão preparatório da Conferência Especial sobre Segurança como contribuição a sua preparação [AG/RES. 1880 (XXXII-O/02)].

Instou os Estados membros a implementar, da maneira que considerarem mais apropriada, as recomendações da Declaração de Santiago e da Declaração de San Salvador sobre Medidas de Fortalecimento da Confiança e da Segurança, bem como da resolução AG/RES. 1179 (XXII-O/92). Encarregou o Conselho Permanente, a Junta Interamericana de Defesa e a Secretaria-Geral de ações vinculadas à elaboração de documentos sobre este assunto, em particular sobre políticas e doutrinas de defesa. Exortou os Estados membros a proporcionarem à Secretaria-Geral, o mais tardar até 15 de julho de cada ano, informação sobre a aplicação das medidas de fortalecimento da confiança e da segurança. Instruiu o Secretário-Geral a manter o inventário abrangente das mesmas [AG/RES. 1879 (XXXII-O/02)].

Convocou a Segunda Reunião de Alto Nível sobre as Preocupações Especiais de Segurança dos Pequenos Estados Insulares, incumbindo o Conselho Permanente de formalizar a sua sede, agenda e data. Solicitou-lhe igualmente que encaminhasse as conclusões e recomendações desta Reunião ao órgão encarregado de preparar a Conferência Especial sobre Segurança. Solicitou ao Secretário-Geral que continuasse a apoiar os esforços dos pequenos Estados insulares no tratamento de suas preocupações de segurança, incluindo a conscientização do público sobre essas questões [AG/RES. 1886 (XXXII-O/02)].

Reafirmou o compromisso dos Estados membros de solucionar pacificamente as controvérsias que surjam entre eles e tomou nota tanto da realização da Conferência do Caribe sobre Delimitação Marítima quanto do estabelecimento de um Fundo de Assistência e um Registro de Negociações de Delimitação [AG/RES. 1902 (XXXII-O/02)].

Instou todos os Estados que ainda não o tenham feito a assinar ou, conforme o caso, ratificar a Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e Outros Materiais Correlatos, e solicitou ao Conselho Permanente que, com o apoio da Comissão Consultiva, realize uma reunião anual sobre a Convenção e envie suas recomendações ao órgão preparatório da Conferência Especial sobre Segurança [AG/RES. 1874 (XXXII-O/02)].

Instou os Estados da região que ainda não o tenham feito, especialmente os Estados incluídos no Anexo 2 do Tratado, a assinar ou ratificar, conforme o caso, o Tratado de Proibição Total de Testes Nucleares (CTBT), a fim de permitir a sua entrada em vigor com a maior brevidade possível. Encarregou o Conselho Permanente de, por intermédio de sua Comissão de Segurança Hemisférica, realizar uma sessão especial sobre a proibição total de testes nucleares no mundo, com o apoio de vários organismos internacionais competentes na matéria [AG/RES. 1876 (XXXII-O/02)].

Instou os Estados da região a ratificar o Tratado de Tlatelolco e as emendas aprovadas pela Conferência Geral do Organismo para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina e no Caribe (OPANAL). Reafirmou a importância de que o OPANAL se fortaleça como o foro jurídico-político idôneo. Exortou os Estados a negociarem acordos multilaterais ou bilaterais com a Agência Internacional de Energia Atômica. Reafirmou seu compromisso de continuar promovendo um regime universal, genuíno e não-discriminatório de não-proliferação em todos os seus aspectos. Encarregou o Conselho Permanente de realizar uma sessão especial sobre a consolidação do regime estabelecido no Tratado para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina e no Caribe, com o apoio de outras instituições internacionais competentes na matéria. Solicitou ao OPANAL que enviasse as recomendações que julgasse pertinentes ao órgão preparatório da Conferência Especial sobre Segurança [AG/RES. 1903 (XXXII-O/02)].

Reafirmou sua adesão aos princípios da Convenção Interamericana sobre Transparência nas Aquisições de Armas Convencionais e instou os Estados a considerar a assinatura e ratificação da Convenção, ou a adesão a ela [AG/RES. 1881 (XXXII-O/02)].

Encarregou o Conselho Permanente de considerar a limitação dos gastos militares e a promoção de maior transparência na aquisição de armas. Solicitou aos Estados membros que apresentem ao Conselho Permanente seus comentários sobre o tema “Dividendos para a Paz” [AG/RES. 1887 (XXXII-O/02)].

Incentivou os Estados membros a porem em prática o Programa de Ação das Nações Unidas contra o Comércio Ilícito de Armas Pequenas e Armamento Leve em Todos os Seus Aspectos (Programa de Ação das Nações Unidas), a informarem as Nações Unidas sobre a implementação dos elementos nacionais, regionais e globais, e a adotarem medidas relacionadas com a intermediação e o trânsito de armas, conforme necessário, a fim de combater o tráfico ilícito de armas pequenas e armamento leve. Incentivou-os igualmente a destruir armas pequenas e armamento leve que tenham apreendido em consequência da interdição do tráfico ilícito e destruir armas pequenas e armamento leve que retenham sob seu controle além de suas legítimas necessidades, e a considerar a assinatura ou a ratificação do Protocolo das Nações Unidas contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Suas Peças e Componentes e Munições. Encarregou o Conselho Permanente de realizar uma reunião anual sobre armas pequenas e armamento leve e um seminário sobre identificação, coleta, gestão de estoques e destruição de armas pequenas e armamento leve, bem como de examinar a questão da intermediação de armas pequenas no Hemisfério. Encarregou a Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD) de prosseguir seus programas de treinamento para implementar a CIFTA e o Programa de Ação das Nações Unidas, e de continuar prestando assistência aos Estados membros em seu âmbito de ação [AG/RES. 1888 (XXXII-O/02)].

Gestão de cúpulas interamericanas

Renovou o mandato ao Conselho Permanente de coordenar as atividades confiadas à Organização dos Estados Americanos pelas Cúpulas das Américas, continuar a facilitar a participação da sociedade civil no processo de Cúpulas das Américas e alocar recursos no orçamento-programa da Organização que permitam a execução plena e oportuna desta resolução. Encarregou os órgãos, organismos e entidades da Organização de atribuir prioridade ao cumprimento das iniciativas a eles confiadas pela Assembléia Geral de acordo com os mandatos das Cúpulas das Américas. Solicitou à Secretaria-Geral que atue como secretaria técnica do processo de Cúpulas, que ofereça o apoio necessário às reuniões ministeriais e setoriais relacionadas com a implementação dos mandatos das Cúpulas nos temas relevantes para a OEA, e procurar recursos adicionais para realizar as atividades mencionadas nesta resolução. Recomendou ao Grupo de Trabalho Conjunto de Cúpulas que continue a atuar como mecanismo coordenador para as instituições que apóiam a implementação dos mandatos da Cúpula e que, para isto, realize ao menos uma reunião de alto nível por ano [AG/RES. 1847 (XXXII-O/02)].

Terrorismo

Adotou a Convenção Interamericana contra o Terrorismo, instando os Estados membros a ratificá-la com a brevidade possível, em conformidade com seus procedimentos constitucionais [AG/RES. 1840 (XXXII-O/02)].

Reafirmou seu compromisso de fortalecer a cooperação hemisférica e continuar a implementar medidas específicas para prevenir, combater e eliminar o terrorismo internacional. Expressou satisfação com o progresso alcançado pelo Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE) na identificação de medidas urgentes para fortalecer a cooperação hemisférica e com a adoção de recomendações específicas sobre controle de fronteiras e controle financeiro. Acolheu com satisfação o estabelecimento da Secretaria do CICTE, expressando sua apreciação aos Estados membros e aos Estados Observadores Permanentes que contribuíram com recursos para estabelecer e apoiar a implementação do programa de atividades do CICTE. Instou os Estados membros a envidar esforços para implementar as recomendações sobre controle de fronteiras e controle financeiro e fronteiriço. Solicitou ao CICTE que apresente recomendações ao órgão preparatório da Conferência Especial sobre Segurança [AG/RES. 1877 (XXXII-O/02)].

Sociedade civil

Encarregou o Conselho Permanente de adotar estratégias destinadas a aumentar e fortalecer a participação da sociedade civil nas atividades da OEA; avaliar a implementação das diretrizes que regem as relações entre as organizações da sociedade civil e a OEA; facilitar a contribuição das organizações da sociedade civil; realizar uma sessão especial da Comissão para fortalecer o diálogo entre os órgãos, organismos e entidades da OEA e organizações da sociedade civil acreditadas; e analisar a viabilidade de criar um fundo específico de contribuições voluntárias para apoiar a participação das organizações da sociedade civil acreditadas na referida sessão especial. Incumbiu o Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI) de continuar facilitando a contribuição das organizações da sociedade civil a seus trabalhos [AG/RES. 1852 (XXXII-O/02)].

Felicitou o Conselho Permanente pela realização da sessão especial sobre as práticas de responsabilidade social das empresas no Hemisfério e o papel governamental em sua promoção.

Encarregou o Conselho Permanente de participar na organização da Conferência das Américas sobre Responsabilidade Social das Empresas, convocada pelo BID para realizar-se na cidade de Miami, Flórida, de 22 a 24 de setembro de 2002. Encarregou-o também de considerar a conveniência de convocar uma sessão especial sobre a responsabilidade social das empresas, a realizar-se no segundo semestre de 2003 [AG/RES. 1871 (XXXII-O/02)].

Remoção de minas antipessoal

Reconheceu os importantes esforços realizados pelos Governos do Peru e do Equador na destruição total de suas minas armazenadas, bem como o progresso alcançado na remoção de minas antipessoal. Solicitou à comunidade internacional que continue colaborando com estes governos na execução dos programas de remoção de minas e de ação integral contra as minas antipessoal que realizem em seus respectivos territórios. Encarregou a Secretaria-Geral de continuar trabalhando na identificação e obtenção de fontes de financiamento que permitam continuar avançando com esses programas. Incumbiu o Conselho Permanente de prosseguir avançando em direção ao objetivo de tornar o Hemisfério Ocidental uma zona livre de minas terrestres antipessoal [AG/RES. 1875 (XXXII-O/02)].

Reiterou à comunidade internacional em geral seu apelo a que continue oferecendo seu imprescindível apoio e cooperação ao Programa de Assistência à Remoção de Minas na América Central (PADCA). Instruiu a Secretaria-Geral a que continue prestando o apoio necessário aos países centro-americanos e desenvolvendo as atividades de cooperação e coordenação com outras organizações internacionais [AG/RES. 1878 (XXXII-O/02)].

Reafirmou as metas de eliminação mundial das minas antipessoal e transformação do Hemisfério ocidental em zona livre de minas terrestres antipessoal. Instou os Estados membros a que ratifiquem a Convenção sobre a Proibição do Uso, Armazenamento, Produção e Transferência de Minas Antipessoal e sobre Sua Destruição (Convenção de Ottawa) e a Convenção das Nações Unidas de 1980 sobre Proibições ou Restrições ao Emprego de Certas Armas Convencionais que Possam Ser Consideradas Excessivamente Lesivas ou de Efeito Indiscriminado e seus quatro protocolos, ou que a elas adiram. Incentivou os Estados membros a solicitar ou prestar assistência, conforme o caso, à Equipe de Ação contra Minas da OEA. Solicitou ao Secretário-Geral que continue considerando a possibilidade de desenvolver novos programas de remoção de minas nas Américas, a fim de prestar assistência aos Estados membros afetados, a pedido destes. Solicitou ao Conselho Permanente que encaminhe todas as informações ou recomendações decorrentes do cumprimento desta resolução ao órgão preparatório da Conferência Especial sobre Segurança como uma contribuição a seu trabalho [AG/RES. 1889 (XXXII-O/02)].

Desastres naturais

Endossou as recomendações constantes do documento CP/CSH-433/02 rev. 1. Instou a Comissão Interamericana de Redução de Desastres Naturais (CIRDN) a trabalhar com os Estados membros por sua efetiva implementação e a dedicar uma sessão à análise de temas regionais de cooperação entre autoridades civis e militares em matéria de prontidão e resposta frente a desastres, a fim de reforçar a liderança civil nessa matéria. Solicitou também que estude e proponha ao órgão preparatório da Conferência Especial sobre Segurança as medidas que considere apropriadas para fortalecer a cooperação entre os Estados membros nesta matéria. Da mesma forma, encarregou o Conselho Permanente de rever o Estatuto do Fundo Interamericano de Assistência para Situações de

Emergência (FONDEM) e atribuiu à Comissão Interamericana de Redução de Desastres Naturais (CIRDN) as funções de coordenação da ajuda frente a desastres naturais [AG/RES. 1885 (XXXII-O/02)].

Comércio

Tomou nota do relatório do Conselho Permanente e da Comissão Executiva Permanente do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CEPCIDI) sobre “Comércio e integração nas Américas”. Incumbiu a Secretaria-Geral de continuar a prestar apoio analítico e assistência em todas as matérias ligadas ao processo da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) [AG/RES. 1861 (XXXII-O/02)].

Relações com outras organizações, órgãos, organismos e entidades

Reiterou que o combate à pobreza é uma prioridade e preocupação constante dos Estados membros e que a Organização deve apoiar seus esforços para reduzir os níveis de pobreza no Hemisfério. Decidiu convocar, no âmbito do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI), uma reunião de alto nível, a realizar-se no último trimestre de 2002, para considerar os desafios que a pobreza, a iniquidade e a exclusão social representam para o Sistema Interamericano [AG/RES. (XXXII-O/02)].

Aprovou o Plano Estratégico de Cooperação Solidária 2002-05 e encarregou a Comissão Executiva Permanente do CIDI de realizar uma revisão do Estatuto e dos procedimentos vigentes, a fim de determinar se é necessário fazer neles alguma modificação [AG/RES. 1855 (XXXII-O/02)].

Decidiu considerar prioritária a realização da Primeira Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Ciência e Tecnologia no Âmbito do CIDI e, com este fim, realizar uma reunião da Comissão Interamericana de Ciência e Tecnologia com o objetivo de preparar a referida reunião [AG/RES. 1856 (XXXII-O/02)].

Incumbiu a Secretaria-Geral de continuar apoiando o processo de reuniões da Comissão Interamericana de Desenvolvimento Sustentável [AG/RES. 1857 (XXXII-O/02)].

Aceitou o oferecimento do Governo do Brasil para que a Décima Terceira Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho seja realizada nesse país, em outubro de 2003 [AG/RES. 1858 (XXXII-O/02)].

Tomou nota do Relatório Final da Segunda Reunião de Ministros da Educação do CIDI e felicitou o Governo do Uruguai pela realização da reunião. Solicitou que se dê apoio às atividades dos Ministérios da Educação no acompanhamento dos compromissos das Cúpulas das Américas e recomendou que se aprovasse a criação da Comissão Interamericana de Educação [AG/RES. 1859 (XXXII-O/02)].

Convocou o Décimo Oitavo Congresso Interamericano de Turismo, para considerar “O papel da cooperação hemisférica ante os novos desafios do setor do turismo”. Solicitou ao Congresso que considere seu funcionamento futuro e sua estrutura e se pronuncie a respeito, a fim de que o CIDI e,

em última instância, a Assembléia Geral, possam adotar as resoluções correspondentes [AG/RES. 1860 (XXXII-O/02)].

Encarregou a Secretaria Executiva de Desenvolvimento Integral (SEDI) de continuar seus esforços para a mobilização de recursos externos para programas de bolsas de estudo e treinamento, inclusive o Programa Especial de Bolsas de Estudo para o Caribe. Tomou nota das diversas iniciativas desenvolvidas pela AICD a fim de alavancar e mobilizar recursos externos para a expansão dos programas de bolsas de estudo e treinamento da OEA e solicitou à Secretaria-Geral que expanda e consolide os mecanismos e as estratégias destinados a mobilizar a cooperação por parte do setor privado e de instituições acadêmicas em nível internacional [AG/RES. 1862 (XXXII-O/02)].

Instou os Estados membros a ratificarem os Protocolos de Washington e de Manágua. Prorrogou a vigência de sua resolução AG/RES. 2 (XXII-E/96), “Participação no Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI) dos Estados membros que não houverem ratificado o Protocolo de Manágua, quando este entrar em vigor”, até o próximo período ordinário de sessões da Assembléia Geral, no qual examinará a situação, se nesse momento ainda houver Estados membros que não o tenham ratificado [AG/RES. 1863 (XXXII-O/02)].

Instou os Estados membros a que elaborem estratégias para minorar as mudanças climáticas e a elas adaptar-se por meio de políticas de desenvolvimento e iniciativas de planejamento. Incumbiu a Secretaria-Geral de prestar apoio aos países do Caribe e aos programas do Centro da Mudança Climática destinados a fomentar a adaptação à mudança climática, bem como a aumentar a conscientização pública nas Américas dos temas relativos a essa questão [AG/RES. 1864 (XXXII-O/02)].

Encarregou o CIDI de identificar as oportunidades para fortalecer a cooperação solidária na OEA, à luz dos resultados da Conferência de Monterrey sobre o financiamento do desenvolvimento, e submeter os resultados dessa análise à consideração da Comissão Executiva Permanente do CIDI (CEPCIDI) e do Conselho Permanente da Organização. Solicitou ao Secretário-Geral que realize consultas com as instituições interamericanas e outros organismos multilaterais participantes da conferência, com vistas a convocá-las para uma reunião que seria realizada na sede da OEA, a fim de acordar ações concretas para que os Estados membros se beneficiem dos resultados da Conferência de Monterrey [AG/RES. 1865 (XXXII-O/02)].

Tomou nota do Relatório Anual do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral e expressou sua satisfação com ele, reconhecendo o trabalho realizado pelo CIDI e por sua Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento [AG/RES. 1866 (XXXII-O/02)].

Ressaltou a importância da realização da Primeira Reunião Interamericana de Ministros e Altas Autoridades de Cultura para tratar da diversidade cultural. Agradeceu o oferecimento do Governo da Colômbia para que essa reunião se realize em Cartagena das Índias, em 12 e 13 de julho de 2002 [AG/RES. 1868 (XXXII-O/02)].

Expressou sua satisfação pelo trabalho da Comissão Jurídica Interamericana no atendimento das prioridades jurídicas da Organização e, em especial, reconheceu o apoio que oferece à Assembléia Geral e ao Conselho Permanente na elaboração dos estudos que lhe são solicitados. Dado o apoio e a participação desse órgão no processo que culminou com a adoção da Carta Democrática

Interamericana e outros trabalhos ligados à Sexta Conferência Especializada Interamericana sobre Direito Internacional Privado (CIDIP), solicitou-lhe que continue contribuindo para os trabalhos preparatórios da próxima CIDIP. Incentivou a Comissão Jurídica Interamericana a que continue a propiciar a realização periódica das reuniões conjuntas com os assessores jurídicos dos Ministérios das Relações Exteriores dos Estados membros da OEA. Ressaltou a importância da realização do Curso de Direito Internacional e apoiou todos os esforços que se realizam para possibilitar uma maior presença de professores e alunos de todas as sub-regiões nesse Curso. Tomou nota da nova agenda aprovada pela Comissão para seu Sexagésimo Primeiro Período Ordinário de Sessões, recomendando que concentre seus esforços nos temas que lhe foram indicados como de interesse prioritário [AG/RES. 1844 (XXXII-O/02)].

Acolheu e transmitiu à Corte Interamericana de Direitos Humanos as observações e recomendações que o Conselho Permanente da Organização formulou sobre o seu Relatório Anual. Reiterou que as sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos são definitivas e inapeláveis. Encarregou o Conselho Permanente de apresentar um projeto de orçamento para o ano 2004 em que se implemente um aumento efetivo e adequado dos recursos econômicos alocados à Corte. Instou os Estados membros da OEA a que considerem assinar e ratificar, ou ratificar a Convenção Americana sobre Direitos Humanos e demais instrumentos do sistema, incluindo a aceitação da jurisdição obrigatória da Corte Interamericana de Direitos Humanos, ou a eles aderir [AG/RES. 1850 (XXXII-O/02)].

Recebeu com satisfação o relatório do Conselho Permanente referente às observações e recomendações dos Estados membros sobre o Relatório Anual da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e recomendou a esta que continue levando em consideração as preocupações e observações manifestadas pelos Estados membros sobre seu relatório anual. Convidou a CIDH a que considere a possibilidade de continuar incluindo em seus relatórios anuais informações referentes ao seguimento, por parte dos Estados, de suas recomendações, e de revisar os critérios e indicadores na matéria utilizados no relatório deste ano, a fim de conseguir seu aperfeiçoamento. Instou os Estados membros a que considerem, com a brevidade possível e segundo o caso, assinar e ratificar ou ratificar todos os instrumentos jurídicos do sistema interamericano de direitos humanos, ou a eles aderir. Encarregou o Conselho Permanente de apresentar um projeto de orçamento para o ano 2004 em que se contemple um aumento efetivo e adequado dos recursos econômicos alocados à CIDH. Da mesma forma, encarregou-o de dedicar uma sessão ordinária em 2002 à consideração do tema “liberdade de pensamento e de expressão”. Instou a CIDH a que continue promovendo a observância e defesa dos direitos humanos, com pleno apego às normas que regulam sua competência e funcionamento, especialmente a Carta da OEA, a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, seu Estatuto e seu Regulamento. Pelo importante trabalho que, com plena autonomia, vem realizando, reconheceu e decidiu incentivar a CIDH, a bem da efetiva proteção e promoção dos direitos humanos no Hemisfério e, neste sentido, exortou os Estados membros a continuarem prestando-lhe sua colaboração e apoio [AG/RES. 1894 (XXXII-O/02)].

Expressou seu reconhecimento pelos importantes esforços empreendidos pela Comissão Interamericana de Mulheres, pelo Instituto Interamericano da Criança — felicitando-o por seu 75º aniversário —, pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, pelo Instituto Pan-Americano de Geografia e História e pela Organização Pan-Americana da Saúde, destacando o centenário de sua fundação. Instou os órgãos, organismos e entidades da OEA a que incluam em seus respectivos relatórios uma seção com os resultados quantificáveis obtidos, além de informação pormenorizada sobre as medidas adotadas para implementar o Programa Interamericano sobre a

Promoção dos Direitos Humanos da Mulher e da Equidade e Igualdade de Gênero, e a incorporar a perspectiva de gênero. Reiterou que a apresentação de relatórios anuais deve ser feita dentro dos prazos regulamentares, ou seja, 90 dias antes do início da Assembléia Geral, e os exortou a que aprovelem os respectivos relatórios anuais, mediante os procedimentos pertinentes em cada caso, com uma antecipação não inferior a 120 dias em relação à realização do período de sessões da Assembléia Geral [AG/RES. 1883 (XXXII-O/02)].

Tomou nota dos programas e projetos desenvolvidos pela Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas em conformidade com os mandatos consignados nos planos de ação da Segunda e da Terceira Cúpulas das Américas relacionados com o controle de drogas e instou os Estados membros, os Observadores Permanentes e as instituições internacionais a que continuem contribuindo para o financiamento dos programas e projetos desenvolvidos pela CICAD. Instou os Estados membros e os Observadores Permanentes e instituições internacionais de comércio a que procurem manter e fortalecer os sistemas de preferências comerciais em apoio a programas de desenvolvimento alternativo. Tomou nota do relatório “Avaliação do Progresso do Controle de Drogas 2001, Implementação de Recomendações da Primeira Rodada de Avaliação” e exortou os Estados membros a cumpri-las. Encarregou a CICAD de assistir os Estados membros no desenvolvimento de sistemas uniformes de coleta de informações; na melhoria de seus mecanismos de controle, a fim de impedir o desvio de substâncias químicas utilizadas na fabricação de drogas ilícitas e de produtos farmacêuticos de controle especial; no estabelecimento e na implementação de unidades de inteligência financeira e na implementação de projetos de desenvolvimento alternativo nos Estados membros afetados pela presença de culturas ilícitas; e na melhoria de seus mecanismos de prevenção do desvio de armas de fogo. Solicitou à CICAD que apresente ao órgão encarregado da preparação da Conferência Especial sobre Segurança as recomendações que julgue pertinentes.[AG/RES. 1882 (XXXII-O/02)].

Reconheceu os continuados esforços da Comissão Interamericana de Telecomunicações no sentido de facilitar e promover o desenvolvimento das telecomunicações no Hemisfério [AG/RES. 1843 (XXXII-O/02)].

Reconheceu as atividades realizadas pela Organização das Nações Unidas, pelo Sistema de Integração Centro-Americana (SICA) e pela Comunidade do Caribe, em conformidade com os acordos de cooperação entre a Secretaria-Geral da OEA, as Secretarias-Gerais das Nações Unidas, da Comunidade do Caribe (CARICOM) e do Sistema de Integração Centro-Americana (SICA). Solicitou ao Secretário-Geral que continue e reforce as atividades de cooperação técnica, incluindo a Secretaria-Geral da Associação dos Estados do Caribe [AG/RES. 1893 (XXXII-O/02)].

Acolheu com satisfação o estabelecimento, no Chile do Escritório de Assessoramento Regional da Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos e incentivou os órgãos do sistema interamericano de promoção e proteção dos direitos humanos a estabelecer vínculos com esse Escritório. Convidou os órgãos do Sistema Interamericano e do Sistema das Nações Unidas a continuarem e intensificarem seus esforços de colaboração mútua para o fortalecimento e a plena vigência dos direitos humanos no Hemisfério, no âmbito dos acordos de cooperação existentes entre ambas as organizações [AG/RES. 1899 (XXXII-O/02)].

Modernização da OEA

Tomou nota do progresso alcançado e das medidas tomadas pelo Conselho Permanente e pelo Secretário-Geral no processo de modernização e reestruturação da Organização. Encarregou a Comissão Preparatória da Assembléia Geral dos acertos correspondentes com o Grupo de Revisão da Implementação das Cúpulas (GRIC), para assegurar que o GRIC se reúna pelo menos uma vez por ano no mesmo lugar e data que a Assembléia Geral. Encarregou o Conselho Permanente de examinar a relação entre a OEA e a Junta Interamericana de Defesa (JID), e submeter recomendações à Assembléia Geral e à JID no sentido de modificar a estrutura e os instrumentos básicos da JID na medida necessária para esclarecer sua situação com relação à OEA e obter consenso a respeito dela, incluindo o princípio da supervisão civil e a configuração democrática de suas autoridades. Encarregou a Secretaria-Geral de preparar uma proposta de instalações mais adequadas para conferências e reuniões na sede da OEA [AG/RES. 1848 (XXXII-O/02)].

Temas relativos à mulher

Reafirmou o compromisso dos governos para integrar a perspectiva de gênero em seus programas e políticas nacionais. Instou o Secretário-Geral a manter seus esforços no sentido de implementar os objetivos do Programa Interamericano e promover a incorporação da perspectiva de gênero como parte integrante das atividades, políticas, programas, projetos e agendas da Organização. Encarregou o Secretário-Geral e o Conselho Permanente de, no orçamento-programa para 2003 e 2004, continuarem alocando à Comissão Interamericana de Mulheres recursos humanos e financeiros requeridos para atuar como órgão de acompanhamento, coordenação e avaliação do Programa Interamericano e das ações que se desenvolvem para sua implementação, levando em consideração as outras prioridades da Organização [AG/RES. 1853 (XXXII-O/02)].

Instou o Secretário-Geral a que reafirme o objetivo urgente de que, até o ano 2005, as mulheres ocupem 50% dos cargos de cada nível nos órgãos, organismos e entidades da OEA, especialmente dos cargos P-5 e superiores. Instou o Secretário-Geral da OEA a que continue a fazer com que a equidade e igualdade de gênero sejam uma das prioridades em seus constantes esforços por implantar uma nova cultura administrativa na Organização [AG/RES. 1872 (XXXII-O/02)].

Temas relativos à criança

Instou os Estados membros a que assinem e ratifiquem, ou ratifiquem a Convenção da Haia de 25 de outubro de 1980 sobre Aspectos Cíveis da Subtração Internacional de Menores; a Convenção Interamericana sobre a Restituição Internacional de Menores, de 15 de julho de 1989; a Convenção da Haia sobre Proteção do Menor e Cooperação em Matéria de Adoção Internacional, de 29 de maio de 1993; e a Convenção da Haia de 19 de outubro de 1996 sobre a Competência, a Lei Aplicável, o Reconhecimento, a Execução e a Cooperação em Matéria de Regulação do Poder Paternal e de Medidas de Proteção dos Filhos, ou que adiram a estes instrumentos. Convocou, para realizar-se na sede do Instituto Interamericano da Criança (IIN), em 12 e 13 de agosto de 2002, uma reunião de peritos governamentais sobre o tema da subtração internacional de menores por parte de um de seus progenitores. Recomendou que a Reunião considerasse a elaboração de um Programa Interamericano com objetivos específicos, entre outros a criação de uma rede de intercâmbio de informação e cooperação entre os organismos nacionais competentes dos Estados membros. Dispôs que as recomendações da reunião fossem apresentadas ao Conselho Diretor do Instituto Interamericano da Criança [AG/RES. 1891 (XXXII-O/02)].

Temas relativos aos povos indígenas

Reafirmou como prioridade da Organização dos Estados Americanos a adoção da Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas, ressaltando a importância da participação dos povos indígenas no processo de elaboração do projeto de Declaração. Elogiou o progresso alcançado durante a Sessão Especial, realizada de 11 a 15 de março de 2002, graças ao fortalecido processo de diálogo aberto e transparente entre os Estados membros da Organização e os representantes dos povos indígenas. Encarregou o Conselho Permanente de fortalecer o processo de diálogo permanente com os representantes dos povos indígenas para conseguir uma pronta e bem-sucedida conclusão das negociações do projeto de Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas. Instruiu o Secretário-Geral a reforçar a coordenação, divulgação e promoção das atividades relacionadas com a temática indígena entre os diversos órgãos e dependências pertinentes da Organização [AG/RES. 1851 (XXXII-O/02)].

Temas administrativos da Secretaria-Geral

Encerrou-se o serviço de carreira e decidiu-se extingui-lo gradualmente [AG/RES. 1873 (XXXII-O/02)].

Aprovou-se e autorizou-se o orçamento-programa da Organização para o exercício fiscal de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2003 [AG/RES. 1909 (XXXII-O/02)].

CONSELHO PERMANENTE

O Conselho Permanente, um dos órgãos por meio dos quais a Organização dos Estados Americanos realiza os seus fins (artigo 53 da Carta), é diretamente subordinado à Assembléia Geral. Compõe-se de um representante de cada Estado membro, nomeado pelo respectivo Governo, com a categoria de embaixador, e desempenha as funções e atribuições indicadas no Capítulo XII da Carta. O Conselho Permanente toma conhecimento de qualquer assunto de que o encarreguem a Assembléia Geral ou a Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores. Atua provisoriamente como Órgão de Consulta, nos termos estabelecidos no Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR). Vela pela manutenção das relações de amizade entre os Estados membros e os ajuda na solução pacífica de controvérsias. Atua como Comissão Preparatória da Assembléia Geral, a menos que esta decida de maneira diferente.

Presidência e Vice-Presidências

Presidiram o Conselho Permanente os Embaixadores Representantes Permanentes Margarita Escobar (El Salvador), Roger F. Noriega (Estados Unidos), Denis G. Antoine (Grenada), Arturo Duarte Ortiz e Víctor Hugo Godoy Morales (Guatemala) e M. A. Odeen Ishmael (Guiana). A Vice-Presidência foi exercida pelos Embaixadores Roger F. Noriega (Estados Unidos), Margarita Escobar (El Salvador) e Walter Niehaus Bonilla (Costa Rica).

Apresentações da Secretaria-Geral

O Secretário-Geral dirigiu-se em várias oportunidades ao Conselho Permanente, com relação às gestões de intermediação na Venezuela e no Haiti. Formulou também declarações sobre vários temas da agenda desse órgão, entre os quais a apresentação que fez por motivo da comemoração do primeiro aniversário da Carta Democrática Interamericana.

Apresentações do Secretário-Geral Adjunto

O Secretário-Geral Adjunto apresentou relatórios e formulou, em várias oportunidades, observações sobre os temas seguintes da agenda desse órgão, entre outros: as gestões de intermediação no Haiti; o desvio de armas nicaragüenses às Autodefesas Unidas da Colômbia; o Prêmio Democracia Averil Arriman; e o aniversário do Descobrimento da América: Encontro de Dois Mundos.

Visitas ao Conselho Permanente

O Conselho recebeu os seguintes presidentes e altos funcionários: Senhores Presidentes Alejandro Toledo, do Peru, e Enrique José Bolaños Geyer, da Nicarágua; o Primeiro-Ministro Denzil Llewellyn Douglas, de Saint Kitts e Nevis; o Vice-Presidente da Colômbia, Francisco Santos; os Senhores Ministros das Relações Exteriores Roy Chaderton Matos, da Venezuela, Didier Operti, do Uruguai, Maria E. Levens, do Suriname, Carolina Barco Isakson, da Colômbia, e Carlos Saavedra Bruno, da Bolívia; a Senhora Vice-Ministra das Relações Exteriores Elayne Whyte, da Costa Rica. Recebeu

igualmente as seguintes personalidades: Embaixador Jorge Alberto Lozoya, Secretário de Cooperação Ibero-Americana; Antonio Vives, do Banco Interamericano de Desenvolvimento; Fernando Carrillo, Especialista Principal da Divisão de Estado e Sociedade Civil do Banco Interamericano de Desenvolvimento; Inés Bustillo, Diretora do Escritório da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe em Washington; Embaixador Peter F. Allgeier, Representante Adjunto de Comércio dos Estados Unidos; Alejandro Bonasso, Diretor do Instituto Interamericano da Criança; o Doutor Antonio Augusto Cañado Trindade, Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos; Embaixador Morris D. Busby, Representante Especial do Secretário-Geral para o tema do desvio de armas nicaragüenses para as Autodefesas Unidas da Colômbia; e o Embaixador David Lee, Chefe da Missão Especial da OEA para o Fortalecimento da Democracia no Haiti.

Resoluções

Neste período, aprovaram-se resoluções com referência aos seguintes assuntos: agradecimento ao povo e ao Governo de Barbados; datas e sedes do Trigésimo Terceiro e Trigésimo Quarto Períodos Ordinários de Sessões da Assembléia Geral; apoio ao processo de diálogo na Venezuela; apoio ao fortalecimento da democracia no Haiti; renovação do Salão Libertador Simón Bolívar e outros espaços do Edifício Principal; apoio à Nicarágua na luta contra a corrupção; o ingresso da República Federal da Iugoslávia e do Catar como Observadores Permanentes junto à Organização; o sexagésimo aniversário do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura; sede, agenda e data da Segunda Reunião de Alto Nível sobre Preocupações Especiais de Segurança dos Pequenos Estados Insulares; diretrizes para a elaboração de documentos sobre as políticas e doutrinas de defesa; data, agenda, calendário e regulamento da Reunião de Peritos sobre Medidas de Fortalecimento da Confiança e da Segurança na Região; uso de recursos excedentes do Subfundo de Reserva para investimentos de capital e para o cumprimento de mandatos da OEA; aumento da dotação no orçamento-programa de 2004 para o sistema interamericano de direitos humanos; apoio à solução pacífica da diferença territorial entre Belize e Guatemala; condenação de atos terroristas na Colômbia; e apoio ao Governo constitucional da República da Bolívia.

CONSELHO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRAL

O Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI), órgão da Organização diretamente subordinado à Assembléia Geral e dotado de capacidade decisória em matéria de cooperação solidária para o desenvolvimento integral, foi estabelecido em 29 de janeiro de 1996, ao entrar em vigor o Protocolo de Manágua (Capítulo XIII). Está integrado por todos os Estados membros da Organização, que designam um representante titular, no nível ministerial ou equivalente, nomeado pelo respectivo Governo. Pode estabelecer os órgãos subsidiários e os organismos que considere pertinente para o melhor exercício de suas funções. Sua finalidade é promover a cooperação entre os Estados americanos com o propósito de obter seu desenvolvimento integral e, em particular, de contribuir para a eliminação da pobreza crítica, segundo as normas da Carta, principalmente as consignadas no seu Capítulo VII, no que se refere aos campos econômico, social, educacional, cultural, científico e tecnológico. O CIDI realiza, no mínimo, uma reunião por ano, no nível ministerial ou equivalente, e pode convocar as reuniões que julgar pertinentes, em áreas de sua competência. A execução e a coordenação das respectivas ações estão a cargo da Secretaria Executiva de Desenvolvimento Integral.

Sétima Reunião Ordinária do CIDI

O CIDI realizou a sua Sétima Reunião Ordinária em 10 de maio de 2002, na sede da Organização, contando com a presença de todos os Estados membros. A Reunião foi presidida por Sua Excelência o Embaixador Ramón Quiñones, Representante Permanente da República Dominicana junto à Organização, e a Vice-Presidência esteve a cargo de Sua Excelência o Senhor Federico Villegas, Representante Suplente da Argentina junto à Organização.

O CIDI procedeu em seguida à eleição de cinco membros da Junta Diretora da Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento. Foram eleitas, por aclamação, as Delegações do Canadá, El Salvador, Estados Unidos, Grenada e Guatemala, que desempenharão suas funções por dois anos.

Nos termos dispostos no artigo 31, c, do Estatuto do CIDI, o Conselho recebeu os oferecimentos de contribuições voluntárias ao Fundo Especial Multilateral do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (FEMCIDI) das Delegações de Antígua e Barbuda, Belize, Chile, Honduras, Guiana, Equador, Brasil, Canadá, Costa Rica, Peru e Estados Unidos.

Mediante a resolução CIDI/RES. 113 (VII-O/02), o CIDI reafirmou que o combate à pobreza constitui uma prioridade e preocupação constante dos Estados membros e que a Organização deve apoiar seus esforços para reduzir os níveis de pobreza no Hemisfério. Para tanto, o CIDI recomendou à Assembléia Geral que convocasse uma reunião de alto nível para tratar dos desafios que a pobreza, a desigualdade e a exclusão social representam para o Sistema Interamericano. A Assembléia Geral convocou uma reunião de alto nível, que terá lugar em 2003, tratará do papel que cabe à OEA no desenvolvimento social hemisférico e identificará mecanismos para promover a cooperação para o desenvolvimento e o intercâmbio de programas efetivos e eficientes de combate à pobreza.

Da mesma forma, mediante a resolução CIDI/RES. 114 (VII-O/02), o CIDI decidiu dar seqüência ao Consenso de Monterrey, aprovado na Conferência sobre Financiamento do Desenvolvimento, realizada em março de 2002, e tomou as medidas necessárias para identificar as oportunidades tendentes a fortalecer a cooperação da Organização, com a finalidade de ajudar os Estados membros a ligar-se aos instrumentos e mecanismos de financiamento para o desenvolvimento mencionados nessa Conferência.

Mediante a resolução CIDI-RES. 118 (VII-O/02), o CIDI confirmou e apoiou as atividades de assistência técnica relativas ao comércio e integração desenvolvidas pela Secretaria-Geral em conexão com o processo da ALCA e com as instituições especializadas de caráter regional, sub-regional e multilateral. Reiterou também o seu apoio às atividades que se estão realizando para integrar o comércio, nos planos de desenvolvimento, às estratégias de redução da pobreza, conforme a nova estratégia da Organização Mundial do Comércio. Mediante a resolução CIDI/RES. 120 (VII-O/02), estabeleceu as oito Comissões Especializadas Não-Permanentes (CENPES) para o exercício de avaliação 2002 e determinou a composição de cada uma.

Entre outras medidas aprovadas, o CIDI convocou as seguintes reuniões ministeriais: Décimo Oitavo Congresso Interamericano de Turismo; Primeira Reunião Interamericana de Ministros e Máximas Autoridades da Cultura, realizada na Colômbia em julho de 2002; Décima Terceira Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho, que teve lugar no Brasil em outubro de 2003; Terceira Reunião de Ministros da Educação, a realizar-se no México em 2003; Primeira Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Ciência e Tecnologia; reunião da Comissão de Desenvolvimento Social; e a Terceira Reunião da Comissão Interamericana de Portos, a ter lugar no México em 2003.

Reuniões setoriais em nível ministerial

Primeira Reunião Interamericana de Ministros e Máximas Autoridades da Cultura

A Primeira Reunião Interamericana de Ministros e Máximas Autoridades realizou-se em 12 e 13 de julho de 2002 em Cartagena das Índias, Colômbia, para tratar da diversidade cultural, visando aprofundar a cooperação hemisférica em torno desse tema e criar um ambiente propício à percepção e valorização da diversidade cultural e lingüística dos países das Américas. A Reunião foi presidida por Sua Excelência a Senhora Araceli Morales López, Ministra da Cultura da Colômbia, e Suas Excelências o Senhor Don Boudria, Ministro de Estado e líder do governo na Câmara dos Comuns do Canadá, e a Senhora Otilia Lux de Coti, Ministra da Cultura da Guatemala, foram eleitos respectivamente Primeiro e Segunda Vice-Presidentes.

A Reunião considerou a relevância da diversidade cultural no contexto das políticas públicas em geral e não exclusivamente das políticas culturais. Assim, enfatizou-se a necessidade de levar em conta a diversidade cultural nos processos de formulação de políticas educacionais, ambientais, laborais, de comunicação, etc. Da mesma forma, reconheceu a importância de promover a participação da sociedade civil no desenho e formulação das políticas culturais e de desenvolvimento, de modo que sejam representativas dos vários povos e culturas que existem no Continente. Desta forma, expôs-se a necessidade de que os indivíduos e comunidades, além de gozar dos benefícios decorrentes do reconhecimento e respeito da diversidade cultural, partilhem a responsabilidade da concretização das políticas culturais e se convertam em ativos e permanentes criadores culturais.

Expuseram-se duas linhas concretas de ação relacionadas com o estabelecimento do foro permanente para a cultura nos Estados americanos e do Observatório Interamericano de Políticas Culturais. Ambos esses processos permitirão adiantar a curto prazo as ações necessárias na busca dos objetivos expostos ao longo da jornada.

Finalmente, a Reunião considerou e aprovou a Declaração e Plano de Ação de Cartagena das Índias, que respaldam a criação, no âmbito do CIDI, da Comissão Interamericana de Cultura, que permitirá e facilitará o intercâmbio sobre questões de política e diversidade cultural. Em particular, frisou-se o mandato da referida Comissão no sentido de levar a cabo um estudo de viabilidade para criar um Observatório Interamericano de Políticas Culturais. A esse respeito, a Delegação do México ofereceu o seu país como sede da primeira reunião preparatória da Comissão Interamericana de Cultura, proposta aceita por aclamação.

Comissões Interamericanas no âmbito do CIDI

Comissões Especializadas Não-Permanentes

As Comissões Especializadas Não-Permanentes (CENPES) são órgãos de natureza técnica de apoio ao CIDI no tratamento de assuntos de caráter especializado ou no desenvolvimento de determinados aspectos da cooperação interamericana nas áreas prioritárias do Plano Estratégico.

A Sexta Reunião das CENPES, convocada pela CEPCIDI, realizou-se em 9 e 10 de outubro de 2002, na sede da Organização. Trinta e dois peritos selecionados pelo CIDI compuseram as oito comissões, uma por cada área prioritária do Plano Estratégico: Educação; Diversificação Econômica; Abertura Comercial e Acesso a Mercados; Desenvolvimento Social e Geração de Emprego Produtivo; Desenvolvimento Científico e Intercâmbio e Transferência de Tecnologia; Fortalecimento das Instituições Democráticas; Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente; e Desenvolvimento Sustentável do Turismo.

As CENPES setoriais efetuaram a avaliação técnica e a classificação dos projetos de cooperação solidária, que integravam a proposta de programação elaborada pela Secretaria Executiva de Desenvolvimento Integral, com vistas a seu financiamento com recursos do Fundo Especial Multilateral do CIDI (FEMCIDI) 2002. As CENPES analisaram e avaliaram 110 projetos, apresentados 31 Estados membros.

A programação de atividades de cooperação técnica do FEMCIDI 2002, destinada a execução no ano de 2003, foi aprovada pela Junta Diretora da Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento em novembro de 2002 e abarca 93 projetos, num montante total de US\$6.549.094.

A distribuição dos recursos FEMCIDI 2002 por conta setorial é a seguinte: 23 projetos de educação, num montante de US\$1.631.565; cinco projetos de cultura, no valor de US\$153.518; oito projetos de comércio, no montante de US\$695.000; 18 projetos de desenvolvimento social, no montante de US\$848.712; 21 projetos de Ciência e Tecnologia, num montante de US\$1.598.245; cinco projetos de democracia, no montante de US\$412.373; nove projetos de meio ambiente, no montante de US\$771.365; e quatro projetos de turismo, no valor de US\$438.316.

A distribuição dos recursos do FEMCIDI 2002 por área geográfica foi a seguinte: 30,95% para o Caribe angloparlante, Belize, Guiana e Suriname; 27,94% para os países da América Central, Panamá e República Dominicana; 15,07% para os países do Grupo Andino; 14,09% para os países do MERCOSUL; e 11,95% para o México e Estados Unidos.

Comissão Executiva Permanente do CIDI

No período coberto por este Relatório, a Comissão Executiva Permanente do CIDI (CEPCIDI) reuniu-se nove vezes. Em sua Sétima Reunião Ordinária, o CIDI elegeu Sua Excelência o Embaixador Ramón Quiñones, Representante Permanente da República Dominicana, como Presidente da CEPCIDI, e a Senhora Margarita Riva-Geoghegan, Representante Alternada dos Estados Unidos, como sua Vice-Presidente, para o período 2002-03.

Para cumprir suas responsabilidades, a CEPCIDI contou com o apoio da Subcomissão de Políticas de Cooperação para o Desenvolvimento, da Subcomissão de Programa, Orçamento e Avaliação, do Grupo de Trabalho encarregado de organizar o Décimo Oitavo Congresso Interamericano de Turismo e do grupo de trabalho encarregado de revisar o Manual de Procedimentos do Programa de Bolsas de Estudo e Treinamento da OEA.

Entre outras tarefas, a CEPCIDI adiantou os trabalhos preparatórios para a realização do Décimo Oitavo Congresso Interamericano de Turismo, para cuja realização se recebeu o oferecimento do Governo da Guatemala para que se realizasse nesse país em agosto de 2003. Da mesma forma, recebeu o relatório da Terceira Reunião da Comissão Interamericana de Desenvolvimento Sustentável (CIDS) e estabeleceu um grupo de trabalho para dar seqüência aos mandatos da CIDS.

A CEPCIDI também teve sob sua responsabilidade os trabalhos preparatórios da Sétima Reunião Ordinária do CIDI, para a qual considerou o projeto de agenda e o projeto de calendário, além de estabelecer a ordem de precedência das delegações e elaborar os projetos de resolução aprovados pelo CIDI.

Em novembro de 2002, a CEPCIDI, cumprindo a resolução AG/RES. 1859 (XXXII-O/02), estabeleceu a Comissão Interamericana de Educação (CIE) e aprovou, *ad referendum* da reunião ordinária seguinte do CIDI, o seu Regulamento. A Comissão estabelecida tem por finalidade coordenar a implementação do diálogo ministerial interamericano em matéria de educação para dar seqüência aos mandatos das Cúpulas das Américas e aos acordos forjados nas Reuniões dos Ministros da Educação, identificar iniciativas multilaterais e contribuir para a execução das políticas da OEA em matéria de cooperação solidária para o desenvolvimento educacional.

II. SECRETARIA-GERAL

SECRETARIA-GERAL

O Capítulo XVI da Carta estabelece as atribuições e funções da Secretaria-Geral, órgão central e permanente da OEA, sediado em Washington, D.C. O Secretário-Geral, eleito pela Assembléia Geral, dirige a Secretaria-Geral, é seu representante legal e participa com direito a palavra, mas sem voto, de todas as reuniões da Organização. O Secretário-Geral pode levar à atenção da Assembléia Geral ou do Conselho Permanente qualquer assunto que, a seu ver, possa afetar a paz e a segurança do Hemisfério ou o desenvolvimento dos Estados membros. Compete ao Secretário-Geral estabelecer as dependências necessárias na Secretaria-Geral, determinar o número de funcionários, nomeá-los, regulamentar suas atribuições e deveres e fixar sua remuneração. O Secretário-Geral Adjunto, também eleito pela Assembléia Geral, é o Secretário do Conselho Permanente. Tem o caráter de funcionário consultivo do Secretário-Geral, cujas funções exerce durante sua ausência temporária ou impedimento definitivo. Atua como delegado do Secretário-Geral em tudo aquilo de que for por ele incumbido.

GABINETE DO SECRETÁRIO-GERAL

De acordo com a ação e a política decididas pela Assembléia Geral e com as resoluções pertinentes dos Conselhos, o Gabinete do Secretário-Geral, nos termos do artigo 111 da Carta, exerce as funções de alta direção vinculadas à promoção das relações econômicas, sociais, jurídicas, educacionais, científicas e culturais entre todos os Estados membros da Organização.

Atividades

Ao longo do último ano, as atividades do Gabinete do Secretário-Geral orientaram-se pela agenda hemisférica e pelos mandatos que os órgãos políticos da Organização dos Estados Americanos (OEA) e as Cúpulas de Chefes de Estado e de Governo da região definiram. Nesse sentido, foram apoiados e complementados os esforços dos vários órgãos, unidades e departamentos da OEA numa ampla gama de temas: a promoção e defesa da democracia representativa; a defesa dos direitos humanos; a promoção da integração e do livre comércio como instrumentos de prosperidade; o desenvolvimento do turismo e das telecomunicações; o combate à pobreza e à discriminação; a preservação do meio ambiente e a busca do desenvolvimento sustentável; a luta contra o crime e a prevenção da delinqüência; o desenvolvimento da ordem jurídica interamericana; o estímulo à cooperação solidária entre os países das Américas com vistas a lograr sua prosperidade e desenvolvimento; e o combate à corrupção, ao abuso de drogas e ao terrorismo.

Apoio à democracia

Em 2002, os esforços de fortalecimento e defesa da democracia concentraram-se nos casos do Haiti e da Venezuela. No Haiti, o Secretário-Geral manteve invulnerado o seu compromisso com as negociações entre o governo e os vários partidos políticos opositores no sentido de encontrar pontos de acordo para a solução da crise desencadeada pelas eleições legislativas de maio de 2000. O Secretário-Geral apoiou firmemente os esforços do Secretário-Geral Adjunto, Luigi Einaudi, e em cumprimento da resolução CP/RES. 806 do Conselho Permanente designou o Senhor David Lee para chefiar a Missão Especial da OEA para o Fortalecimento da Democracia no Haiti e ser seu representante especial nesse país, bem como nomeou o Senhor Denneth Modeste como Diretor do Escritório da Secretaria -Geral no Haiti.

A Carta Democrática Interamericana foi aplicada pela primeira vez no caso da Venezuela. Em virtude do rompimento constitucional ocorrido nesse país em decorrência dos acontecimentos de 11 de abril de 2002, o Conselho Permanente pronunciou-se mediante a resolução CP/RES. 811 (1315/02), "Situação na Venezuela". Por mandato do Conselho Permanente, o Secretário-Geral foi à Venezuela preparar um relatório sobre a situação reinante, o qual foi apresentado ao período extraordinário de sessões da Assembléia Geral, realizado em 18 de abril de 2002.

Dado que o Conselho Permanente e a Assembléia Geral atribuíram ao Secretário-Geral o mandato de continuar acompanhando a situação na Venezuela, a OEA vem prestando ativo apoio a esse país. A convite do Governo da República Bolivariana da Venezuela e da oposição, representada pela Coordenadora Democrática, a Organização iniciou um trabalho de aproximação para o diálogo. As

duas partes acordaram solicitar ao Secretário-Geral que atuasse como facilitador neste processo. Iniciada esta etapa, assinou-se o documento “Síntese operacional”, do qual constavam os parâmetros para a instalação de uma mesa de negociação e a discussão de diferentes acordos. Esse documento também reiterava a solicitação expressa de que o Secretário-Geral exercesse o papel de facilitador.

A primeira reunião entre as partes foi realizada em 8 de novembro de 2002 e, desde esse dia, a Organização, juntamente com o Centro Carter e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), vem apoiando o processo de diálogo acima citado. A mesa de negociação vem desde então funcionando, com as dificuldades que o ambiente de polarização suscita. Até a data, foi assinado um documento importante, a “Declaração pela paz e a democracia na Venezuela”. A OEA, na pessoa de seu Secretário-Geral ou do representante deste, continuará apoiando a Venezuela no que seu governo solicitar e com a ajuda técnica necessária para a realização, se cabível, de um processo eleitoral.

Segurança hemisférica

Mediante a Ordem Executiva Nº 02-06, de 27 de junho de 2002, o Secretário-Geral traçou sua estratégia de fortalecimento institucional no campo da segurança. Esta ordem não foi implementada na sua totalidade por várias razões, como a limitação das dotações orçamentárias e o atendimento dos eventos na Venezuela e no Haiti, para citar apenas alguns dos temas que consumiram boa parte do tempo da Secretaria-Geral e da Secretaria-Geral Adjunta. Tal ordem é, entretanto, fundamental como referência para uma análise minuciosa do esquema institucional de atendimento dos temas de segurança na OEA.

Nesse sentido, decidiu-se criar três dependências no âmbito da Secretaria-Geral a fim de institucionalizar e coordenar o apoio de secretaria a missões especiais encarregadas de solucionar conflitos internacionais e às comissões e atividades da Organização relacionadas com a segurança: o Serviço de Representantes Especiais do Secretário-Geral; o Escritório de Serviços Políticos Especiais e a Comissão de Coordenação para Assuntos Políticos Especiais.

Prevenção de conflitos

Após dois anos de trabalho, o processo de conciliação da controvérsia territorial entre Belize e a Guatemala foi concluído em 30 de setembro de 2002, mediante a apresentação das propostas dos conciliadores para uma solução justa e equitativa.

Desde maio de 2000, os Governos de Belize e da Guatemala, tendo o Secretário-Geral da OEA como testemunha de honra, manifestaram seu acordo em buscar uma solução definitiva para a diferença territorial entre ambos mediante um painel de conciliadores e a facilitação, pela OEA, do processo pertinente. As partes também acordaram a criação de uma zona de adjacência de um quilômetro de profundidade ao longo de cada lado da zona fronteira, a fim de proteger as populações da região limítrofe de eventuais excessos de parte de alguma autoridade. Nesse sentido, acordou-se a realização de patrulhamentos conjuntos das forças de segurança de ambos os países e a emissão de aviso prévio de um país ao outro quando do deslocamento de tropas.

A proposta dos conciliadores, no tocante aos assuntos terrestres, define as coordenadas da fronteira entre os dois países e a constituição de uma comissão técnica para proceder à demarcação e

densificação populacional da linha de fronteira e sua manutenção futura. Aborda o caso da população de Santa Rosa e define a opção que tem esta de ali permanecer ou de transferir-se para um lugar de sua preferência com a ajuda financeira do Fundo de Desenvolvimento.

No que respeita à parte marítima, os seguintes princípios básicos foram estabelecidos: a fronteira marítima entre os mares territoriais de Belize e da Guatemala é a Linha de Equidistância; Belize aceita a Linha de Fechamento da Baía para a baía de Amatique, entre o cabo Tres Puntas e a margem sul do rio Sarstún; a Guatemala e Honduras aceitam o Sistema de Linha de Base Reta publicado por Belize; a Guatemala e Belize aceitam o Sistema de Linha de Base Reta publicado por Honduras. Além disso, concedeu-se à Guatemala um corredor de acesso com direitos irrestritos de navegação que se estenderá por duas milhas em ambos os lados da linha de equidistância que separa o mar territorial de Belize do mar territorial de Honduras. A mencionada proposta estabelece uma Comissão Regional Tripartite de Administração da Pesca para o golfo de Honduras, sob a presidência rotativa de Belize, da Guatemala e de Honduras. Esta comissão tripartite terá, nos termos do Direito Internacional, faculdades de administração, conservação a longo prazo e uso sustentável das espécies de peixes tranzonais e dos cardumes altamente migratórios localizados nas Zonas Econômicas Exclusivas de Belize, da Guatemala e de Honduras.

Dado o fato de que o golfo de Honduras é uma zona transfronteiriça dotada de diversidade ecológica de que Belize, a Guatemala e Honduras compartilham, bem como os interesses econômicos comuns desses três países nessa zona, medidas adequadas foram tomadas a fim de manter sua viabilidade. O mecanismo acordado para coordenar e harmonizar a manutenção desses recursos compartilhados é um parque ecológico trinacional de uso múltiplo cujo atributo essencial é a sua destinação à conservação dos recursos da zona em questão, em que se incluem especialmente os recursos marinhos, e ao desenvolvimento do ecoturismo sustentável. Uma característica particular do regime acordado é que, embora essas três zonas estejam sujeitas ao controle administrativo dos respectivos países no momento da entrada em vigor dos Tratados de Solução da Controvérsia, os direitos de acesso às mesmas e de seu desfrute pelos cidadãos dos três países signatários serão garantidos, levando-se em devida conta a finalidade de conservação do Parque Ecológico, os termos da legislação geral dos respectivos países e as decisões que a Comissão do Parque Ecológico Belize-Guatemala-Honduras adotar.

Por último, previu-se o estabelecimento de um Fundo Fiduciário de Desenvolvimento para promover atividades de desenvolvimento nos países envolvidos no processo de conciliação. Esse fundo será empregado especificamente no alívio da pobreza extrema e da carência de terras nas províncias fronteiriças da Guatemala, ao estabelecer um assentamento humano especial, o desenvolvimento e proteção do Parque Ecológico Belize-Guatemala-Honduras e a implementação destas propostas e dos Tratados de Solução da Controvérsia.

Apoio à Comissão de Segurança Hemisférica

A Secretaria-Geral proporcionou à Comissão de Segurança Hemisférica o apoio administrativo e técnico necessário para o cumprimento, por esta Comissão, dos mandatos que a Assembléia Geral de Barbados e a Cúpula das Américas de Québec lhe outorgaram. Como parte de suas tarefas, a Secretaria-Geral prossegue na elaboração de um inventário das medidas de fortalecimento da confiança e da segurança e de um registro dos peritos na matéria que anualmente são distribuídos aos Estados membros. A Secretaria-Geral ofereceu assessoramento e apoio técnico para os trabalhos da

Comissão de Segurança Hemisférica, e de modo especial para a elaboração e organização de documentos de apoio às reuniões preparatórias da Conferência Especial sobre Segurança que será realizada no México, tais como o “Compêndio de novos enfoques sobre segurança hemisférica” e diversos documentos analíticos relacionados com esse compêndio.

Com a cooperação do Governo dos Estados Unidos, a Secretaria-Geral adiantou o desenvolvimento de um sistema eletrônico para a apresentação, pelos Estados membros, de seus relatórios sobre a aplicação de medidas de fortalecimento da confiança e da segurança, bem como para sua coordenação com organismos afins, como o Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE) e a Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD). Este sistema deverá começar a funcionar em 2003.

Em cumprimento aos mandatos da Assembléia Geral, a Secretaria-Geral da OEA adotou várias medidas para atender às preocupações especiais de segurança dos pequenos Estados insulares. Nesse sentido, participou dos preparativos da Segunda Reunião de Alto Nível sobre as Preocupações Especiais de Segurança dos Pequenos Estados Insulares, realizada em São Vicente e Granadinas, de 8 a 10 de janeiro de 2003. Nesta reunião foi apresentado um relatório sobre o progresso no estudo da segurança do transporte de rejeitos nucleares pelo Caribe.

Em atenção à resolução AG/RES. 1800 (XXXI-O/01), a Secretaria-Geral prestou apoio administrativo e de secretaria à Comissão Consultiva da Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e Outros Materiais Correlatos.

Prevenção da violência

As atividades de prevenção da violência nas Américas continuam a ser atentamente seguidas pela Coalizão Interamericana para a Prevenção da Violência, estabelecida em junho de 2000, da qual são membros a OEA, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), o Banco Mundial e os Centros para o Controle e a Prevenção de Doenças (CDCs). Uma reunião para examinar os avanços de seu plano estratégico foi realizada em 7 de outubro de 2002.

Terrorismo (Apoio ao CICTE)

Para a comunidade americana e para a Secretaria-Geral, o combate ao terrorismo permanece como uma prioridade hemisférica. Avançou-se, por conseguinte, no apoio e atendimento das necessidades e exigências do CICTE, em sua condição de instrumento da ação da OEA na luta contra o terrorismo.

O CICTE realizou dois períodos extraordinários de sessões, em 15 de outubro e 29 de novembro de 2001, cujo epicentro foram os trágicos acontecimentos de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos. O Segundo e o Terceiro Período Ordinário de Sessões do CICTE foram realizados em 28 e 29 de janeiro de 2002, em Washington, e de 22 a 24 de janeiro de 2003, em El Salvador. O objetivo de ambos foi operacionalizar a vontade política do Continente para o combate ao flagelo do terrorismo.

No Segundo Período Ordinário de Sessões do CICTE, os Estados membros da OEA apresentaram seus relatórios sobre as medidas adotadas em cumprimento à resolução da Vigésima Terceira Reunião de Consulta, realizada em 24 de setembro de 2001, em Washington, e aprovaram um documento do

qual constavam recomendações e conclusões sobre medidas a serem tomadas para fortalecer o controle das fronteiras e os controles financeiros, bem como um novo plano de trabalho para este Comitê. Por ocasião dessa reunião, o Secretário-Geral reiterou o seu firme apoio às atividades do CICTE e ao combate e prevenção do terrorismo nas Américas.

No Terceiro Período Ordinário de Sessões, realizado em El Salvador, os países membros da OEA informaram a respeito do importante progresso alcançado na adoção, no âmbito nacional, de medidas eficazes para prevenir, combater e eliminar o terrorismo. Também se destacou que o terrorismo representa uma grave ameaça aos valores democráticos, à paz e à segurança internacional e que a vinculação entre o terrorismo e o tráfico ilícito de drogas e de armas, bem como outras formas do crime organizado transnacional agravam esta ameaça. Assinalou-se, ademais, que as ameaças emergentes do terrorismo, tais como as atividades de grupos terroristas internacionais e as ameaças à segurança cibernética, exigem um diálogo permanente entre os Estados membros com vistas à adoção de medidas preventivas eficazes para prevê-las e abordá-las. Por último, ressaltou-se que as diversas iniciativas tomadas por grupos sub-regionais constituem uma contribuição valiosa a que estes devem dar continuidade, fortalecendo sua cooperação e coordenação no âmbito do CICTE.

Em cumprimento ao Plano de Ação 2002-03, a Secretaria-Geral e o CICTE vêm trabalhando nos seguintes temas:

1. A importância de que os Estados membros que ainda não tenham feito procedam à assinatura e ratificação da Convenção Interamericana contra o Terrorismo ou à adesão à mesma, o mesmo fazendo a respeito das 12 convenções e protocolos das Nações Unidas (ONU) concernentes ao terrorismo, da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional e seus três protocolos complementares, e da Convenção Interamericana sobre Assistência Mútua em Matéria Penal. Cumpre ainda que os Estados membros implementem as medidas requeridas na resolução 1373 (2001) do Conselho de Segurança das Nações Unidas e as recomendações do Segundo e Terceiro Períodos Ordinários de Sessões do CICTE, sobre medidas de controle fronteiriço e financeiro, e adotem legislação nacional contra o terrorismo. Até a data, dois países ratificaram a mencionada Convenção.
2. O apoio ao CICTE, com vistas a ampliar e intensificar os esforços desse Comitê para fortalecer a cooperação entre os países e com as organizações regionais e internacionais pertinentes, bem como a desenvolver atividades de capacitação e intercâmbio de experiências e informações. Cumpre, de modo especial, fortalecer a cooperação entre o CICTE, os Estados membros da OEA e os Estados Observadores Permanentes junto à OEA, a Comissão de Luta contra o Terrorismo, do Conselho de Segurança da ONU, outras organizações regionais e outros órgãos do Sistema Interamericano. O CICTE foi admitido como membro observador do Grupo de Ação Financeira para Combater o Problema do Delito de Lavagem de Dinheiro (GAFI).

Para esse efeito, vem-se trabalhando atualmente no sentido de ampliar o banco de dados e pontos de contato do CICTE, promover cursos via Internet, oferecer capacitação na implementação da Convenção Interamericana contra o Terrorismo, realizar um curso de controle de fronteiras e de segurança no espaço cibernético, entre outros temas. A página do CICTE na Internet recebe hoje entre 1000 e 1500 visitas mensais, seu sistema OLAT tem mais de 400 inscritos, e seu relatório mensal é recebido por mais de 200 assinantes.

Ao longo dos meses aqui analisados, o CICTE fortaleceu o seu potencial humano com contribuições da Secretaria-Geral, de El Salvador, do Uruguai e da Junta Interamericana de Defesa. Além disso, instalou seus escritórios no Edifício da Secretaria-Geral da OEA e recebeu doações em dinheiro, da ordem de US\$363.399,30 e, em espécie, de aproximadamente US\$24.000.

Outras atividades

Em conformidade com as atribuições dispostas na Carta da Organização, também foram empreendidas ações de forma, fundo e procedimento a fim de cumprir as funções e responsabilidades específicas mencionadas a seguir: (i) o encaminhamento *ex officio* aos Estados membros da convocatória para as reuniões da Assembléia Geral, do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral e das Conferências Especializadas; (ii) o assessoramento dos demais órgãos na elaboração das agendas e regulamentos; (iii) a preparação do projeto de orçamento-programa da OEA com base nos programas adotados pelos Conselhos, organismos e entidades cujos gastos devam nele ser incluídos e, mediante consulta a esses Conselhos ou às respectivas comissões permanentes, encaminhar o mencionado orçamento-programa à Comissão Preparatória da Assembléia Geral e subseqüentemente à própria Assembléia; (iv) a provisão de serviços permanentes de secretaria à Assembléia Geral e a outros órgãos, para o cumprimento de seus mandatos; (v) a custódia dos documentos e arquivos das Conferências Interamericanas, da Assembléia Geral, das Reuniões de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, dos Conselhos e das Conferências Especializadas; (vi) o recebimento, na qualidade de depositária, dos tratados e acordos interamericanos, bem como dos instrumentos de ratificação dos mesmos; (vii) a apresentação ao Trigésimo Segundo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral, realizado em Barbados, do relatório anual sobre as atividades e a situação financeira da Organização; e (viii) a manutenção de relações de cooperação com os Organismos Especializados e outros organismos nacionais e internacionais, em conformidade com as resoluções da Assembléia Geral ou dos Conselhos da Organização.

DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÃO PÚBLICA

Mediante a Ordem Executiva N° 99-2, reorganizou-se o Departamento de Informação Pública, cuja finalidade é executar um programa de informação e divulgação por meio de atividades de imprensa, rádio, televisão, fotografia, Internet, serviços de referência, relações públicas e produção, a fim de levar ao público dos Estados membros a realidade da OEA, contribuindo para ampliar o conhecimento e a compreensão dos propósitos, programas e realizações da Organização.

Comunicações Estratégicas

Uma das metas principais das Comunicações Estratégicas é ampliar a cobertura da OEA na mídia americana. Neste sentido, progrediu-se consideravelmente com a inédita cobertura das negociações do Secretário-Geral na Venezuela. Praticamente todos os principais meios de comunicação americanos, além de muitos jornalistas europeus, tiveram acesso às reuniões de informação geral que o Secretário-Geral realizou em Caracas e, em muitos casos, a entrevistas pessoais. Como resultado, vários jornalistas escreveram artigos especificamente sobre o papel do Secretário-Geral, e *The Washington Post* publicou um editorial de apoio à OEA.

Foi também um êxito a ampliação da cobertura dos esforços da OEA no Haiti, sendo cada vez maior o número de jornalistas que desejam falar sobre o tema com o Secretário-Geral e o Secretário-Geral Adjunto. Estes fatos ilustram a importância de estabelecer gradualmente relações com os correspondentes estrangeiros em toda a região. Estão se fazendo progressos no sentido de alcançar uma cobertura mais ampla das atividades diárias da OEA em Washington e já se conseguiu que os repórteres vejam a OEA como o lugar aonde ir quando ocorre uma crise na região.

Comunicações Estratégicas também publica *OAS News*, um boletim informativo bimensal enviado a um público selecionado em todas as Américas. Cerca de 15.000 exemplares são impressos e enviados aos Escritórios da Secretaria-Geral nos Estados Membros para distribuição entre seus contatos locais. Além disso, enviam-se exemplares a contatos nos meios de comunicação, círculos acadêmicos, governo e sociedade civil em todas as Américas, e a pessoas em postos decisórios nos Estados observadores e organizações multilaterais. As restrições orçamentárias forçaram uma redução no tamanho do boletim, mas produz-se uma versão ampliada e atualizada acessível pela Internet.

Comunicações Estratégicas também prepara uma série de documentos de informação básica sobre questões prioritárias para a OEA. Esses documentos, que são periodicamente atualizados e se publicam em inglês e espanhol, constituem uma valiosa fonte de informação acerca das atividades da OEA para os meios de comunicação, funcionários do governo americano e outros alvos. São publicados na página na Internet e estão acessíveis para reuniões e conferências.

Produtos e Serviços Multimídia

Em 2002, a área de Produtos e Serviços Multimídia continuou ampliando o alcance da OEA e aperfeiçoando suas comunicações, produtos e serviços usando meios eletrônicos e tecnologia digital.

Com esta finalidade, o Departamento está investindo em vídeo digital, na Internet e no portal, e preparando novos produtos para audiências novas e específicas. O trabalho dessa Unidade é projetar a OEA como uma instituição transparente, que responde aos grandes desafios transversais e inter-relacionados de importância regional ou global.

No passado, era muito dispendiosa e demorada a transmissão de informações de todo o Hemisfério e para o mesmo. Graças à crescente conectividade global, porém, milhões de pessoas, a cada ano, ganham acesso gratuito a um vasto tesouro eletrônico de informações disponíveis no portal da OEA. De fato, a popularidade do portal torna-se patente pelo número de acessos efetuados — mais de 90 milhões em 2002.

O portal da OEA cresce constantemente. É animadora a forma como o público corresponde à qualidade de seu desenho e seu conteúdo. Continua-se a trabalhar nesse desenho e na manutenção da qualidade técnica e da coerência editorial. O público que acessa o portal está na América do Norte (57%), América do Sul (29%), Europa (9%) e Ásia (3%).

Um serviço complementar é a página na Internet dedicada a questões especiais, onde se destaca o papel da OEA na gestão dos temas da agenda interamericana (solução de conflitos, equidade de gênero, democracia nos países membros, etc.). Cabe destacar o marco assinalado quando a OEA realizou sua primeira reunião virtual do Conselho Permanente, na qual o Secretário-Geral, falando ao vivo de Caracas, informou o Conselho Permanente, reunido em Washington, sobre as atividades que desenvolvera até àquela data com relação aos esforços de intermediação da OEA para encontrar uma solução pacífica e constitucional para a situação da Venezuela.

No período compreendido por este relatório, transmitiram-se ao vivo pela Internet as reuniões mais importantes da OEA realizadas em Washington e os períodos de sessões da Assembleia Geral que tiveram lugar em Barbados. Durante o ano foram cobertos 141 eventos: transmitindo-os ao vivo pela Internet e gravando-os em vídeo para transmissão por canais e redes de televisão (CNN, C-Span, CBC); introduzindo vídeo digital na página na Internet; distribuindo fitas de vídeo aos Escritórios da OEA no exterior e a redes de televisão. Os eventos antes mencionados também foram divulgados pela Internet, por meio de páginas informativas onde estavam disponíveis discursos, fotos de alta definição, documentos e informações gerais.

O aniversário da Carta Democrática Interamericana atraiu um volumoso tráfego, tendo-se atingido o recorde de aproximadamente 20 mil visitantes — o dobro do número diário médio —, que navegaram pela página em busca de documentos, vídeos, fotos e comunicados para a imprensa no dia seguinte à cerimônia oficial do Conselho Permanente, realizada em 17 de setembro.

O incremento da conectividade também tornou possível realizar conferências eletrônicas interativas globais, que não só permitem economizar custos mas também reunir facilmente centenas de participantes com gastos reduzidos. Este ano, proporcionaram-se serviços para quatro videoconferências interativas e se transmitiram pela Internet nove seminários e 14 mesas-redondas sobre questões hemisféricas.

Vêm sendo produzidas e transmitidas a mesa-redonda *Despejando Dudas/Today in the Americas*, um programa interativo de TV de produção própria, em espanhol e inglês, que atinge o público regularmente via Internet e se transmite por meio da *Embassy Television Network*, do Departamento

de Estado dos Estados Unidos, e a *Hispanic Information and Telecommunication Network (HITN)*. Nos Estados Unidos, esta rede também é acessível nacionalmente por meio de sistemas de antenas parabólicas.

Outro produto, o *Fórum das Américas* — uma revista eletrônica — constitui um meio para promover o diálogo hemisférico sobre questões da região. Essa publicação inclui artigos sobre temas de interesse geral, bem como notícias, reportagens e entrevistas. O *Fórum* atinge cerca de 25.000 professores universitários, grupos de peritos, funcionários públicos, congressistas, ONGs, jornalistas, estudantes e outros membros da sociedade civil.

Como parte de uma série de documentos em vídeo (*América Viva*), produziu-se um documentário sobre a história da Comissão Interamericana de Mulheres (*Mujeres de las Américas*). O documentário foi transmitido por canais de televisão dos Estados membros, juntamente com publicidade para vendê-lo a particulares. As redes MHz transmitiram o programa nacionalmente nos Estados Unidos. Estão sendo preparados outros programas para a mesma série, inclusive alguns que se concentram na observação eleitoral e em questões relacionadas com a liderança da mulher.

Ademais, prestaram-se serviços a outras áreas e unidades da Secretaria-Geral, gravando atividades como audiências da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, e gravou-se em vídeo a assinatura de acordos e tratados que tiveram lugar na sede da OEA em 2002.

Rádio

A área de Rádio continuou transmitindo via satélite seus programas diários em espanhol para a América Latina e em inglês para o Caribe. O serviço de correspondentes continua a ser um dos métodos mais eficazes para divulgar as atividades da OEA pelo rádio. Suas notas curtas incorporam-se facilmente aos noticiários das emissoras dos países da região. Programas com o formato de mesa-redonda (*talk shows*) têm alcançado muito êxito, sobretudo no Caribe.

Vários eventos realizados na sede, como a cerimônia de entrega de propostas dos Conciliadores para a solução da diferença entre Belize e Guatemala, a assinatura de acordos, entrevistas coletivas de imprensa e sessões do Conselho Permanente, entre outros, foram transmitidos diretamente por algumas emissoras dos países membros. O processo de digitalização da Rádio avançou metodicamente, mas o projeto ainda não foi concluído por razões orçamentárias.

Imprensa

No período de janeiro a novembro de 2002, redigiu-se um total de 236 comunicados de imprensa, tanto em espanhol como em inglês, que foram distribuídos na esfera hemisférica por intermédio de agências internacionais de notícias, pelos correspondentes dos meios de comunicação latino-americanos e caribenhos na sede e emissoras de rádio e televisão, bem como de entidades de informação nos países membros da OEA, das Missões Permanentes e dos Escritórios da Secretaria-Geral nos Estados membros.

Um banco de dados constantemente atualizado permitiu ampliar a cobertura das atividades da Organização, inclusive por meios que atuam fora do âmbito americano.

Também se trabalhou em estreito contato com as Missões Permanentes para garantir a cobertura dos principais acontecimentos, como, por exemplo, as visitas de mandatários, chanceleres, ministros e outras altas autoridades governamentais que visitaram a sede da Organização.

Além da divulgação pelos meios de informação indicados, o material produzido pela área de Imprensa foi distribuído a outras áreas do próprio Departamento de Informação Pública, entre elas Multimídia, Relações Estratégicas e Rádio, o que tornou possível maximizar sua divulgação.

Informe Semanal

No período em pauta, o Informe Semanal foi substancialmente renovado por meio de um novo desenho e da incorporação de fotos eletrônicas. Sua distribuição a todos os funcionários da Secretaria-Geral proporciona uma informação sucinta sobre as atividades mais recentes desenvolvidas no âmbito da Organização. Esse Informe também é distribuído às Missões Permanentes, aos Escritórios nos Estados membros e também às agências internacionais de notícias. Paralelamente, numerosos Escritórios nos Estados membros criaram para esse Informe uma rede de distribuição que abarca amplos setores das entidades de governo em cada país, bem como os meios informativos locais.

Boletim de Notícias

Diariamente, prepara-se um Boletim de Notícias Internacionais que proporciona informações diárias sobre os fatos mais relevantes ocorridos nos Estados membros, para o que se usam os serviços da agência internacional espanhola de notícias EFE. As informações constantes do Boletim de Notícias não refletem o ponto de vista da Secretaria-Geral. Seu objetivo é informar os funcionários sobre os acontecimentos de caráter político, econômico e social —entre outros— mais relevantes que ocorrem em cada um dos Estados membros.

Galeria de Fotos

No período que este Relatório abrange, fez-se a cobertura fotográfica de todos os eventos realizados na sede da Secretaria-Geral. Este material foi distribuído eletronicamente aos meios informativos internacionais. Assim se pôde manter atualizada a galeria de fotos no portal da OEA e fornecer material específico a fim de publicar no Informe Semanal e ilustrar os comunicados de imprensa.

News Clips

Conforme já é costume, este resumo de notícias publicadas pelos principais órgãos da imprensa dos países do Hemisfério foi editado e distribuído diariamente por correio eletrônico às autoridades da Secretaria-Geral e às Missões Permanentes. Seu propósito é dar uma visão atualizada dos temas que merecem mais atenção da imprensa internacional, bem como dos relacionados com a própria Organização e com seus temas políticos, econômicos e sociais mais relevantes.

Revista *Américas*

O ano passado, a Secretaria-Geral publicou seis números da revista *Américas* em espanhol e inglês. Imprimiram-se 55.000 exemplares de cada número, dos quais cerca de 30 mil foram enviados a assinantes em todo o mundo e 18 mil distribuídos em lojas de revistas dos Estados Unidos e Canadá. Funciona também uma grande distribuição controlada aos governos e instituições dos Estados membros, diretamente ou por intermédio dos Escritórios da Secretaria-Geral nesses Estados. Os recursos produzidos pelas assinaturas e pelas vendas cobriram cerca de 40% do custo total da publicação.

A iniciativa mais importante do ano passado foram os esforços da Secretaria-Geral para seguir as recomendações do Plano Trienal de Ação para Fortalecer a Situação Financeira da Revista *Américas*.

O pessoal da revista buscou ativamente novos mercados educacionais para a revista, realizando promoções especiais de vendas a professores, bibliotecas universitárias e livrarias independentes com o objetivo de ampliar a base de assinaturas e as vendas em lojas e bancas. O pessoal de *Américas* contou com a colaboração dos Escritórios da Secretaria-Geral da OEA para a realização de pesquisas de mercado nos Estados membros, a fim de negociar contratos com distribuidores, facilitar a importação de *Américas* e aumentar as vendas no exterior. A Secretaria-Geral apresentou novamente propostas para voltar a publicar a edição em francês e obteve compromisso de apoio de um Estado membro e de um Observador Permanente.

A Secretaria-Geral lançou diversas campanhas para aumentar e promover as vendas da revista por meio de várias estratégias de mercado. Como parte da campanha de vendas de inverno de 2002, enviaram-se mais de 850.000 cartas a assinantes potenciais, oferecendo uma agenda *Américas* de 2003 a título de brinde. A agenda deste ano é dedicada à Comissão Interamericana de Mulheres, em comemoração de seu 75º aniversário. A revista *Américas* também é vendida pela Internet, nos portais de *MagazineCity.net* e *doctormag.com*. Todos os recursos gerados pela venda da revista *Américas* foram usados para cobrir seus gastos de produção e publicação.

DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS JURÍDICOS

A finalidade do Departamento de Serviços Jurídicos, cujas funções foram estabelecidas mediante a Ordem Executiva Nº 96-4, consiste em dar atendimento aos assuntos jurídicos relacionados com as atividades da Organização, sua relação com outras entidades e a aplicação de suas normas e regulamentos internos. O Departamento cumpre seus objetivos prestando serviços de assessoramento jurídico, de representação em litígios e negociações e de elaboração de documentos legais para a Secretaria-Geral, para os órgãos políticos e outros órgãos da Organização. Por sua própria natureza, o trabalho é volumoso, diversificado e intenso.

Consultas respondidas em forma escrita

Conforme seu registro, o Departamento respondeu por escrito a 461 consultas individuais das diversas dependências da Secretaria-Geral, dos órgãos políticos e das delegações. Entre esses escritos constam 227 pareceres jurídicos e a revisão de 131 acordos. O principal cliente foi a Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento (AICD), com 81 consultas respondidas por escrito. As outras áreas assessoradas pelo Departamento de Serviços Jurídicos em 2002 foram: a Subsecretaria de Administração, com 70 consultas respondidas; o Gabinete do Secretário-Geral Adjunto (incluindo a Secretaria de Conferências e Reuniões, os Escritórios da Secretaria-Geral nos vários Estados membros e a Biblioteca Colombo), com 56; a Unidade para a Promoção da Democracia, com 53; a Unidade de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente, com 36; a Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD), com 20; a Comissão do Fundo de Aposentadoria e Pensões, com 16; o Escritório do Chefe de Gabinete do Secretário-Geral, com 14; e a Unidade de Comércio, com 13.

Assessoramento aos Órgãos Políticos

O Departamento prestou assessoramento jurídico nas sessões da Assembléia Geral e do Conselho Permanente e nas reuniões do Grupo Conjunto sobre a Reestruturação e Modernização da OEA, particularmente em assuntos administrativos, orçamentários e processuais. Assessorou a Comissão de Assuntos Administrativos e Orçamentários (CAAP) e elaborou vários pareceres jurídicos, projetos de resolução, projetos de relatório e documentos de trabalho para os presidentes e delegados. Cabe notar suas importantes contribuições à formulação das razões jurídicas para a modificação das disposições do Capítulo III das Normas Gerais para o funcionamento da Secretaria-Geral relacionadas à contratação de pessoal e a redação do respectivo texto aprovado pela Assembléia Geral mediante a resolução AG/RES. 1873 (XXXII-O/02). Da mesma forma, preparou pareceres escritos que facilitaram as decisões do Conselho Permanente sobre a destinação dos excedentes do Fundo de Reserva e sobre a remodelação dos salões de reuniões do Edifício Principal.

Quanto ao Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI) e seus órgãos, o Departamento prestou assessoramento em assuntos administrativos, orçamentários e regulamentares. Juntamente com a Secretaria Executiva da AICD, preparou um projeto de diretrizes para a administração de recursos complementares por parte da AICD, que foi aprovado por sua Junta

Diretora. Participou igualmente das reuniões preparatórias para a criação de uma Comissão Interamericana de Educação e de uma Comissão Interamericana de Turismo.

O Departamento participou como assessor jurídico da Terceira Reunião Ordinária da Assembléia da Comissão Interamericana de Telecomunicações (CITEL) e da Décima e Décima Primeira Reuniões da Comissão Diretora Permanente da CITEL (COM/CITEL), onde preparou vários projetos de resolução e assessorou os presidentes dessas reuniões e os vários representantes. Além disso, por solicitação de várias delegações, preparou um projeto de Protocolo de Reforma à Convenção Interamericana sobre a Permissão Internacional de Radioamador, que será apresentado para aprovação da Assembléia Geral da OEA, em seu próximo período ordinário de sessões.

O Departamento colaborou com a Assembléia Geral de Delegadas da CIM e atendeu a várias consultas apresentadas pela Secretaria Executiva no decorrer do ano. Nos termos do Acordo de Cooperação com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), o Departamento atuou como assessor jurídico da Vigésima Reunião Ordinária do Comitê Executivo e assessorou o Instituto sobre vários temas jurídicos. De forma análoga, prestou assessoria à Junta Interamericana de Defesa e ao Colégio Interamericano de Defesa sobre temas ligados a recursos humanos e à arrecadação de recursos. Também respondeu a consultas do Instituto Interamericano da Criança (INN) a respeito de acordos de cooperação e de pessoal.

Para a consideração da Comissão de Aposentadoria e Pensões, o Departamento elaborou novas disposições sobre políticas e procedimentos, atualizou as existentes e assessorou a Comissão e o Secretário Tesoureiro no tocante a vários temas. Da mesma forma, prestou assessoria à Comissão do Fundo Rowe e redigiu o projeto de ordem executiva ao estabelecer os serviços de sua secretaria. Também revisou e redigiu vários formulários e instruções para facilitar os trâmites da Secretaria do Fundo.

Por meio de um advogado designado quase em tempo integral, o Departamento participou de forma especial das atividades relacionadas aos programas de desenvolvimento jurídico, controle de armas e controle de lavagem de ativos da CICAD. Da mesma forma, prestou assessoramento na preparação e negociação de acordos de cooperação e na execução de projetos relativos à lavagem de dinheiro, às armas de fogo, ao desenvolvimento alternativo e à luta contra o tráfico de drogas. Representou a Secretaria Executiva em vários foros. Preparou para a Comissão de Segurança Hemisférica um relatório sobre os intermediários de armas de fogo e assessorou a equipe estabelecida pelo Secretário-Geral para investigar um caso de desvio de armas.

Assessoramento ao Secretário-Geral

Quanto ao Gabinete do Secretário-Geral, o Departamento prestou assessoramento na preparação e redação das oito ordens executivas expedidas em 2002, entre outros assuntos. Assessorou o Gabinete do Secretário-Geral Adjunto em vários temas relacionados com as missões de verificação da OEA, como, por exemplo, na redação do Acordo sobre a Missão Especial da OEA para o Fortalecimento da Democracia no Haiti. De forma análoga, assessorou a área de Conferências na redação e revisão de acordos e contratos ligados a conferências e eventos realizados nos diversos Estados membros e na solução de alguns conflitos comerciais resultantes dessas conferências e eventos. Prestou igualmente assessoramento ao Programa da Assembléia Geral Modelo e aos Escritórios da Secretaria-Geral nos

Estados membros para a redação e revisão de vários contratos de aluguel para os locais de escritórios, e sobre temas tributários e trabalhistas.

A pedido da Subsecretaria de Assuntos Jurídicos, o Departamento participou da negociação de um acordo com o Governo do Brasil para a cessão de escritórios para uso como sede da Comissão Jurídica Interamericana.

O Departamento assessorou a Secretaria Executiva da AICD, respondendo a consultas jurídicas, dando-lhe assistência na redação e negociação de acordos, no aperfeiçoamento dos acordos modelos para a execução de projetos e na redação de acordos para executar projetos específicos, entre os quais se podem salientar acordos com a Organização da Aviação Civil Internacional (OACI) e com o Ministério da Educação da Guatemala, além da revisão de um acordo geral de cooperação com o Governo do Brasil. A pedido expresso da Secretaria Executiva da AICD, efetuou-se a auditoria jurídica dos projetos que vêm sendo executados em El Salvador. Também continuou-se cooperando na preparação dos documentos jurídicos relacionados com a execução de um projeto milionário de reconstrução de moradias em comunidades afetadas pelo furacão Mitch em Honduras.

Continuou-se colaborando com a Unidade para a Promoção da Democracia (UPD) na estruturação e revisão de acordos e contratos para as missões de observação eleitoral, para a execução de tarefas de remoção de minas e seu financiamento, para projetos sobre automação do voto em vários processos eleitorais, para projetos sobre modernização do Estado e promoção da participação do cidadão em processos eleitorais e para a realização de seminários e programas de treinamento em diversas áreas correlatas. Um membro do pessoal do Departamento de Serviços Jurídicos atuou como observador e assessor jurídico na Missão de Observação Eleitoral da UPD nas eleições presidenciais realizadas na Colômbia e no Equador.

Cooperou com a Unidade de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável na preparação e revisão de acordos para a execução de projetos em vários países. Em particular, participou da negociação com o Banco Mundial e com os países envolvidos na elaboração e revisão dos acordos e contratos para a execução de um projeto milionário de proteção ambiental e manejo sustentável do Sistema Aquífero Guarani, a ser financiado pelo Fundo para o Meio Ambiente Mundial (FMAM).

O Departamento assessorou a Unidade Intersetorial de Turismo na preparação e revisão de acordos para projetos em vários países e para estabelecer um fundo financeiro destinado a captar recursos externos para o desenvolvimento de pequenos hotéis no Caribe. Prestou-se assessoramento à Unidade de Desenvolvimento Social, Educação e Cultura na redação de acordos com entidades como o Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina (CERLALC), a Organização do Grão-Caribe para Monumentos e Sítios (CARIMOS), a UNESCO e o Convênio Andrés Bello.

Prestou assessoramento para a negociação e preparação dos acordos com o Departamento de Relações Exteriores e Comércio Internacional do Canadá, com os Governos da Noruega, Suécia e Dinamarca, mediante os quais esses países vêm concedendo substanciais recursos para projetos da UPD e da Unidade de Comércio. A pedido da Unidade de Comércio, o Departamento participou ativamente das negociações e da redação dos principais documentos jurídicos ligados à transferência da Secretaria do Acordo de Livre Comércio das Américas (ALCA) para o México.

Com relação à Subsecretaria de Administração, o Departamento assessorou, negociou, redigiu e revisou os documentos jurídicos referentes à reforma do Edifício da Secretaria-Geral (GSB), inclusive os contratos ligados à construção, elevadores, equipamento de segurança, mobiliário, transferência de dados eletrônicos e telecomunicações. Continuou prestando assessoramento a essa área no que tange a assuntos administrativos e interpretação de normas para sua aplicação em casos concretos, como solicitações de audiência e reconsideração, reclassificações de cargos, benefícios de repatriamento, aplicação do subsídio educacional, viagens ao país de origem, e sobre políticas de pessoal, temas financeiros e orçamentários.

Continuou-se a colaborar com o Escritório do Inspetor-Geral mediante a revisão dos termos de referência dos contratos para a realização de auditorias nos diversos Estados membros, o despacho de consultas relacionadas com o ordenamento jurídico da Organização e a participação em auditorias de projetos e de casos, proporcionando a devida base jurídica. Da mesma forma, o Departamento continuou prestando assessoria ao Museu de Arte das Américas na redação e revisão de documentos jurídicos concernentes à exposição de obras de arte, bem como a temas relacionados ao respectivo custo, transporte e seguro. Continuou a dar assessoria em assuntos associativos e tributários a entidades sem fins lucrativos ligadas à Organização, como a Fundação de Estudos Interamericanos para a Assembléia Modelo da OEA, a Organização das Mulheres das Américas, o Young Americas Business Trust e a Fundação para as Américas.

O pessoal do Departamento continuou participando em várias comissões e grupos de trabalho da Secretaria como membros e/ou assessores jurídicos. Entre eles, figuram as Comissões de Seguro, de Seleção e Adjudicações e de Vendas.

Litígios

Defendeu a Secretaria-Geral em uma demanda de US\$800 mil apresentada perante o Tribunal Administrativo por um ex-funcionário cujo contrato de prazo fixo não fora renovado. O Tribunal confirmou a decisão da Secretaria-Geral. Não obstante, determinou o pagamento de US\$3 mil a título de honorários de advogados e de US\$1 mil a título de indenização em favor do recorrente. Representou igualmente a Secretaria-Geral em outros dois recursos sobre reclassificação de cargos, nos quais o Tribunal Administrativo reconheceu a recomendação do especialista em classificação de cargos contratado conforme as normas que regulam o próprio Tribunal Administrativo. Finalmente, defendeu-se a Secretaria-Geral em outro recurso sobre o cancelamento de um contrato, o que foi denegado sem prejuízo por razões processuais.

ESCRITÓRIO DO INSPETOR-GERAL

As atividades do Escritório do Inspetor-Geral correspondem ao disposto nas Normas Gerais para o Funcionamento da Secretaria-Geral, nas Normas Orçamentárias e Financeiras, Capítulo XV, e na Ordem Executiva N° 95-05. Estas disposições estabelecem a função de auditoria interna em apoio ao Secretário-Geral e aos órgãos dirigentes, visando monitorar o cabal cumprimento das responsabilidades dos distintos níveis de administração, referentes aos programas e recursos da Secretaria-Geral. Seu objetivo é garantir a revisão sistemática dos procedimentos operacionais e das transações financeiras realizadas tanto na sede como nos Escritórios da Secretaria-Geral nos Estados membros. Verifica a observância e o cumprimento das políticas, normas e práticas estabelecidas, a fim de constatar sua exatidão, eficácia e economia.

Auditorias

No período de 1° de março de 2002 a 28 de fevereiro de 2003, o Escritório do Inspetor-Geral efetuou 14 auditorias operacionais e de cumprimento, visando a revisão sistemática dos controles internos da contabilidade e da administração. Na execução das atividades operacionais do Escritório, manteve-se a mais ampla cobertura possível na sede, dirigindo as atividades de auditoria para as operações de maior risco, bem como para aquelas com maior potencial para aumentar a eficiência, economia e eficácia. O Escritório do Inspetor-Geral agiu com ampla liberdade e independência na execução de suas atividades, sem restrições e com total acesso a todas as funções, atividades, operações, registros, propriedades e funcionários da Secretaria-Geral, tanto na sede como nos países membros.

Nesse período, efetuaram-se atividades operacionais das auditorias na sede para avaliar os controles internos e administrativos e garantir o cumprimento das normas e procedimentos da OEA. O Escritório passou em revista as operações do Sistema Computadorizado ORACLE — Servidor NT, Aplicações e Segurança, e implementação do ORACLE 11i —, administradas pela Subsecretaria de Administração, pelo Departamento de Tecnologia e Serviços Gerais e pelo Departamento de Administração de Serviços de Apoio, Análise e Planejamento, Fundo Comemorativo de Beneficência Leo S. Rowe, Fundo Pan-Americano Leo S. Rowe, Controles Internos e Operacionais na Secretaria da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD), Controles Internos e Operacionais no Departamento de Serviços Financeiros e Controles Internos na Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento (AICD), inclusive projetos de gerência. Também se revisaram as atividades operacionais e financeiras nos Escritórios da Secretaria-Geral no Uruguai, São Vicente e Granadinas, Santa Lúcia, Trinidad e Tobago, Suriname, Panamá e México, para determinar se estavam executando suas atividades de acordo com as normas e procedimentos da OEA.

Complementarmente, o Escritório do Inspetor-Geral revisou 20 projetos executados em vários Estados membros para assegurar o cumprimento dos acordos e determinar se os objetivos especificados foram atingidos. Estes projetos são: 1) *Institutional Strengthening of Basic Education-Programming in Rural Communities*; 2) *Caribbean Heritage Tourism Development*; 3) *Strengthening the Institutional Capacity of Governments to Implement Development Objectives*; 4) *Freshwater Resources Management in the Small Islands Developing States*; 5) *Strengthening*

Knowledge/Information Networking in Biotechnology and Food Technology in the Caribbean and with Latin America; 6) *Cooperative Strengthening of National Institutions to Enhance Integrated Water Resource Management*; 7) *Mission Enterprise: Promotion of Rural Economic Development*; 8) *Diagnosis and Promoting Education Success in Trinidad and Tobago*; 9) *Strengthening of the Institutional Infrastructure of the Environmental Department*; 10) *Gender and Media in the Caribbean*; 11) Programa de Cooperação Regional México-América Central para Educação à Distância; 12) Fortalecimento das Atividades da Rede Social da América Latina e Caribe; 13) Consolidação da Cooperação Integral do México com a América Central e o Caribe; 14) Aproveitamento da Flora Regional como Fonte de Fármacos Anticancerígenos e Antiparasitários; 15) Terceiro Curso de Atualização sobre Direito Internacional; 16) Programa Permanente de Formação de Recursos Humanos para Conservação e Restauração de Bens Culturais, 17) Mecanismo de Avaliação Multilateral (MEM); 18) CICAD: Escolas de Projeto de Enfermagem na Prevenção do Uso e Abuso de Drogas, Integração Social e Promoção da Saúde na América Latina; 19) Instrumento de Avaliação e Administração do Uso da Terra (GLEAM); 20) Escola Regional da Comunidade Andina de Inteligência Antidrogas.

Outras Atividades

O Escritório do Inspetor-Geral prosseguiu as atividades de seguimento para garantir a aplicação das recomendações dos relatórios que expedira previamente. O Escritório continuou dando assessoramento e assistência por meio de suas análises, avaliações, investigações e recomendações com relação às atividades revisadas, e participou como observador de várias comissões da Secretaria-Geral.

SETOR DE CERIMONIAL

O Setor de Cerimonial planeja e coordena as cerimônias oficiais dos órgãos políticos da Organização dos Estados Americanos, do Conselho Permanente, do Secretário-Geral, do Secretário-Geral Adjunto e das Secretarias Executivas. Serve de elemento de ligação entre as Missões Permanentes junto à OEA e o Departamento de Estado dos Estados Unidos no que se refere aos privilégios e imunidades das Missões. Também organiza e coordena o uso do Edifício Principal da OEA para fins protocolares e sociais.

Protocolo e Cerimonial

O Setor de Cerimonial organizou os seguintes eventos: uma sessão solene para o Primeiro-Ministro de Saint Kitts e Nevis, sessões extraordinárias do Conselho Permanente para as visitas do Chanceler do Uruguai e da Vice-Presidente da Costa Rica, cerimônias e sessões solenes para o Dia Pan-Americano, para a comemoração do aniversário de nascimento de Simón Bolívar e do Descobrimento da América – Encontro de Dois Mundos. Organizou igualmente a visita do Presidente dos Estados Unidos, George Bush, patrocinada pelo *World Affairs Council*, e lhe deu apoio protocolar. Colaborou na organização e desenvolvimento da reunião do Círculo de Montevideú, formado por ex-presidentes e personalidades de renome. O Setor coordenou a apresentação de credenciais de seis Representantes Permanentes e a visita de cortesia de vários Observadores Permanentes. Organizaram-se ainda recepções de despedida para os Embaixadores da Argentina, Bolívia, Guatemala, Equador, Honduras, Paraguai, Nicarágua e Colômbia.

De forma análoga, o Setor de Cerimonial prestou apoio protocolar a todas as inaugurações de exposições do Museu de Arte das Américas. Cabe destacar que também todas as cerimônias de assinatura, depósito ou ratificação de protocolos e outros acordos entre a OEA e os países membros foram organizadas por este Setor. Na Assembléia Geral de Barbados, organizou-se uma grande recepção oferecida pelo Secretário-Geral a cerca de 500 convidados.

Administração do Edifício Principal

O uso do Edifício Principal é administrado pelo Setor de Cerimonial. Em 2002, realizaram-se mais de 300 recepções, almoços, jantares e conferências. A arrecadação prevista com o aluguel do Edifício no ano foi de aproximadamente US\$180 mil. Também sob a coordenação do Setor de Cerimonial realizaram-se 18 Semanas dos Países, um programa pelo qual se designa aos Estados membros e observadores uma semana para realizar eventos culturais ou acadêmicos. Prestou-se apoio também à organização de duas exposições de pintura e nove recitais independentes do programa das Semanas dos Países. Colaborou-se estreitamente com a organização e desenvolvimento do Festival de Comida das Américas, montado pela Organização de Mulheres das Américas, que reúne as diplomatas da OEA. Vale destacar que se deu apoio a essa organização durante o ano inteiro.

Apoio às Missões Permanentes e à Secretaria-Geral e ligação com o Departamento de Estado

O Setor de Protocolo revisou e processou cerca de 3.800 solicitações formuladas pelas Missões Permanentes e seu pessoal antes de encaminhá-las ao Departamento de Estado. Tratava-se de credenciamentos, concessões, alterações e renovações de vistos de entrada no país, licenças de trabalho e sua renovação, importação e aquisição de artigos isentos de impostos, obtenção e renovação de carteiras de isenção de impostos e de carteiras de motorista, solicitações relacionadas com a matrícula, renovação de matrícula, verificação de seguros e venda ou exportação de veículos. Fez igualmente gestões sobre vistos para altos funcionários da OEA e carteiras de motorista para pessoal da OEA.

A Lista de Missões, Chefes de Estado, Altos Funcionários do Governo, Órgãos da OEA e Entidades Afiliadas foi atualizada, publicada e distribuída, bem como o calendário mensal de atividades no Edifício e as cartas de felicitações aos Representantes Permanentes e Observadores Permanentes pelo dia da independência de seus respectivos países.

ESCRITÓRIO DE RELAÇÕES EXTERNAS

O Escritório de Relações Externas foi estabelecido pela Ordem Executiva N° 97-4, de 23 de julho de 1997. Sua finalidade é assessorar as diferentes instâncias da Secretaria-Geral e os órgãos dirigentes em todas as atividades vinculadas com as relações externas, promovendo e mantendo comunicações com o país sede da Organização e, entre outros, com organizações não-governamentais, instituições acadêmicas, o setor privado e entidades sem finalidade de lucro.

No período a que se refere este relatório, o Escritório de Relações Externas desenvolveu uma série de atividades de divulgação para dar a conhecer melhor os programas da Organização dos Estados Americanos e atrair mais apoio e contribuições para seus projetos e iniciativas, assim fortalecendo as relações externas da OEA. Entre essas atividades figuram as reuniões com representantes dos Estados Observadores, bem como com suas altas autoridades, para trocar idéias e informações acerca de temas de interesse comum, negociar acordos de cooperação com a Secretaria-Geral e organizar eventos conjuntos para aumentar sua participação. Este Escritório negociou importantes contribuições em dinheiro e em espécie de vários Observadores Permanentes.

Como resultado do trabalho conjunto com as áreas técnicas, o Escritório preparou e enviou uma pasta com informações pormenorizadas sobre vários projetos de cooperação técnica administrados pela Secretaria-Geral que requerem financiamento, para a consideração dos governos dos países observadores. Da mesma forma, o Escritório organizou várias cerimônias de doação relacionadas com contribuições recebidas dos países observadores e coordenou a divulgação de comunicados de imprensa a seu respeito. Por outro lado, continuou atualizando e expandindo sua página na Internet sobre Observadores Permanentes, que oferece informações e documentação relevante para a condição de observador permanente, informações detalhadas sobre cada país observador e dados gerais sobre contribuições e participação dos mesmos nas atividades da Organização. No Capítulo VI deste relatório constam mais informações acerca dos Estados Observadores Permanentes.

O programa de oradores do Escritório de Relações Externas prosseguiu com a série de conferências organizadas em conjunto com o Centro de Estudos Latino-Americanos da Universidade de George Washington, cujo objetivo é enriquecer o diálogo hemisférico sobre temas prioritários para os Estados membros. Neste ciclo, destacam-se a conferência *Combatiendo las Drogas em el Hemisferio: de la Confrontación a la Cooperación*, a conferência sobre *Sud América: Promoviendo la Integración y el Desarrollo a través del mejoramiento del Suministro de Energía*, e o fórum organizado em conjunto com a UPD intitulado *Reflexiones sobre el Primer Aniversario de la Carta Democrática Interamericana*, no qual Sua Excelência o Senhor Alejandro Toledo, Presidente do Peru, foi o orador principal, seguido por um grupo de ilustres personalidades do Hemisfério, como o Secretário-Geral da Organização, César Gaviria; o Ministro de Governo do Chile, Senhor Hernando Muñoz; a Presidente do Instituto Canadense de Relações Internacionais, Barbara McDougall; o Secretário-Geral Adjunto da CARICOM, Colin Granderson; e o Presidente da Fundação para as Américas, Eduardo Stein, entre outros. Este evento teve ampla cobertura de vários meios de comunicação, destacando-se a cadeia de televisão Univisión e a participação de sua locutora María Elena Salinas. No decorrer do ano, o Escritório manteve reuniões com representantes do BID, a fim de combinar um ciclo de conferências conjuntas.

Da mesma forma, o programa de oradores organizou um evento especial para os delegados das missões e altos funcionários da Secretaria-Geral sobre *Cómo Trabaja Washington*, dirigido pelo respeitado conselheiro para assuntos governamentais de Preston Gates, Ralph Nurnberger, que fez a apresentação. O Escritório também coordenou o lançamento da Revista *Foreign Affairs* em espanhol, que contou com a participação especial do Representante para o Comércio Exterior dos Estados Unidos, Robert Zoellick, entre outras personalidades. Ademais, organizou uma série informativa para jornalistas sobre a OEA e suas atividades.

Além do resumido acima, o Escritório coordenou a participação de peritos da Organização num seminário patrocinado pela *Southeastern Louisiana University* e lhe enviou o Embaixador Juan Manuel Castulovich, Representante Permanente do Panamá junto à OEA, que deu uma palestra sobre temas relacionados com a OEA e seu papel no Hemisfério. O Escritório trabalhou com o Centro de Relações Públicas da Universidade de Maryland e lhe enviou dois representantes para fazerem várias palestras a grupos de estudantes sobre as relações públicas no âmbito multilateral. Também coordenou o comparecimento do Presidente do Conselho Permanente, Embaixador Denis G. Antoine, à Segunda Conferência Ministerial da Comunidade de Democracias em Seul, Coréia.

O Escritório de Relações Externas organizou, junto com o Instituto Baker da Universidade de Rice, o quarto seminário anual do Projeto Américas. Nessa ocasião, contou com a participação de jovens líderes provenientes de 16 Estados membros para deliberar sobre o tema As Conseqüências Políticas da Perturbação Econômica na América Latina. Entre os principais oradores, figuravam o Embaixador Roger Noriega, Representante Permanente dos Estados Unidos junto à OEA, e o Senhor Enrique Peñalosa, ex-Prefeito de Bogotá.

Quanto a visitas de colégios, universidades e outras instituições acadêmicas ao Edifício Principal da OEA, o Escritório recebeu 4.118 visitantes. Este ano o programa de sessões informativas realizou no total 155 reuniões para estudantes de escolas secundárias, universidades, pessoal militar, congressistas, jornalistas e visitantes internacionais. O número total de sessões informativas duplicou em comparação com o ano anterior, e as apresentações das Missões Permanentes para grupos externos interessados no Sistema Interamericano multiplicaram-se por oito com relação a 2001.

Com referência às solicitações de informação recebidas ao longo do ano, o Escritório respondeu a mais de 700 solicitações, entre mensagens eletrônicas, cartas e telefonemas. Também continuou ajudando mais de 10 editoras de enciclopédias a atualizar seus dados sobre a Organização.

Paralelamente, o Escritório de Relações Externas continuou expandindo e atualizando seu banco de dados centralizado e integrado para fins de referência e uso por todas as áreas da Secretaria-Geral e pelas Missões Permanentes. Continuou igualmente a desenvolver e ampliar *El Rincón de los Niños en la OEA*, a página da OEA na Internet concebida como um centro cibernético de informações e diversão para crianças, estudantes, professores e o público em geral. Finalmente, o Escritório apoiou os esforços do Departamento de Informação Pública no programa de televisão *Despejando Dudas*, cujo objetivo é proporcionar um melhor conhecimento das atividades da Organização.

SECRETARIA DO PROCESSO DE CÚPULAS

Em 31 de maio de 2002, o Secretário-Geral assinou a Ordem Executiva N° 2-03, mediante a qual se estabeleceu a Secretaria do Processo de Cúpulas, substituindo o Escritório de Seguimento das Cúpulas. Este último fora estabelecido mediante a Ordem Executiva N° 98-3, de 16 de julho de 1998, para coordenar as ações e realizar o acompanhamento dos mandatos emanados do Plano de Ação de Santiago, da Segunda Cúpula das Américas. A Secretaria do Processo de Cúpulas é a instância da Secretaria-Geral encarregada de assessorar o Secretário-Geral, o Secretário-Geral Adjunto e os órgãos políticos da Organização nos temas relacionados com o seguimento de cúpulas.

Secretaria do Processo de Cúpulas das Américas

A partir da Terceira Cúpula das Américas, cumprindo as resoluções AG/RES. 1824 (XXXI-O/01) e AG/RES. 1847 (XXXII-O/02), essa dependência vem exercendo as funções de Secretaria do Processo de Cúpulas, que consistem em prestar apoio técnico e logístico às reuniões do Grupo de Revisão da Implementação de Cúpulas (GRIC) e de sua Comissão Executiva, redigir, manter, atualizar e publicar toda a documentação dessas reuniões na página dos governos da Rede de Informação da Cúpula das Américas, manter a memória institucional do processo das Cúpulas, atualizar constantemente as informações acerca das atividades de seguimento dos mandatos aprovados pelos Chefes de Estado e de Governo das Américas e proporcionar todas as informações requeridas pelos países sobre o processo das Cúpulas.

Apoio aos trabalhos do Grupo de Revisão da Implementação de Cúpulas (GRIC)

A Secretaria do Processo de Cúpulas apoiou as reuniões do GRIC realizadas em março em Washington, em junho em Barbados e em novembro, novamente em Washington. Este apoio consistiu nos aspectos logísticos e técnicos das reuniões e na compilação do Quadro de Implementação e Monitoramento da Cúpula. Este quadro tem por fim registrar o trabalho realizado pelos Estados membros e pelas organizações multilaterais na implementação dos mandatos da Cúpula. Paralelamente, a Secretaria apoiou a reunião da Comissão Executiva do GRIC realizada em fins de janeiro de 2003, com o objetivo de examinar outros mecanismos de monitoramento e divulgação da implementação dos mandatos da Cúpula.

A Secretaria também mantém e gerencia a página da Rede de Informação sobre a Cúpula das Américas na Internet, que tem uma seção restrita, para uso dos coordenadores nacionais. Estão nessa página os documentos básicos do processo de cúpulas, como discursos, declarações e resumos de reuniões e eventos realizados em conexão com a implementação dos mandatos da Cúpula das Américas.

Seguimento das reuniões ministeriais e de alto nível relacionadas com o Processo de Cúpulas

Como parte do seguimento das reuniões ministeriais relacionadas com o processo das Cúpulas, esta Secretaria coordenou com as áreas técnicas da OEA encarregadas do tema as reuniões que se seguem e lhes deu assistência e apoio.

- **Reunião de Ministros da Justiça ou de Ministros ou Procuradores-Gerais das Américas, Trinidad e Tobago, 10 a 13 de março de 2002**

Nessa reunião trataram-se dos temas seguintes: cooperação jurídica e judicial na luta contra o crime transnacional organizado e o terrorismo, assistência jurídica mútua, aperfeiçoamento da administração da justiça e delito cibernético. Um relatório do Centro de Estudos da Justiça das Américas foi apresentado à consideração dos participantes. Da mesma forma, instalou-se um grupo de trabalho, que foi encarregado de elaborar o projeto de recomendações da REMJA-IV e o projeto de agenda da Quinta Reunião de Ministros da Justiça ou de Ministros ou Procuradores-Gerais das Américas. Nessa reunião, o Doutor Jaime Aparicio, Secretário Executivo da Secretaria do Processo de Cúpulas, fez uma apresentação na qual salientou que esta reunião faz parte de um vasto processo de integração e cooperação na região, o qual deriva de uma agenda comum, desenhada por nossos Chefes de Estado e de Governo como parte do processo de Cúpulas das Américas.

- **Reunião de Ministros da Cultura, Cartagena, Colômbia, 12 a 13 de julho de 2002**

Nesta reunião, realizada em cumprimento de um mandato da Terceira Cúpula das Américas, abordou-se o tema da diversidade cultural e aprovaram-se a Declaração e o Plano de ação de Cartagena das Índias. O debate entre os representantes dos Estados membros da Organização concentrou-se no compromisso que devem assumir as políticas culturais na busca da equidade social e na luta contra a pobreza, levando em conta as oportunidades para desenvolver a criatividade em condições de equidade, liberdade e dignidade dos habitantes do Hemisfério. Outro objetivo foi adotar políticas comuns para garantir um acesso democrático aos bens e serviços culturais.

Também nesta reunião, os Ministros da Cultura das Américas criaram a Comissão Interamericana de Cultura, que promoverá políticas culturais conjuntas para a região. Os Ministros assinaram a Declaração de Cartagena das Índias, que registra os acordos alcançados e estabelece a Comissão. O Plano de Ação de Cartagena também prevê a realização de um estudo de viabilidade no âmbito da Comissão Interamericana de Cultura, para criar um Observatório Interamericano de Políticas Culturais.

O Secretário Executivo da Secretaria do Processo de Cúpulas fez uma apresentação acerca do contexto geral das Cúpulas e da implementação dos mandatos. Participou também de um diálogo específico com a sociedade civil a respeito do tema.

- **Conferência sobre Responsabilidade Social das Empresas, Miami, Flórida, 22 a 24 de setembro de 2002**

A Conferência reuniu mais de 500 executivos de empresas, representantes de governos, instituições multilaterais e da sociedade civil, acadêmicos e representantes dos meios de comunicação. Em suas

12 sessões, que ocuparam mais de dois dias, apresentaram-se 84 expositores. Participaram dessa Conferência 32 países, dos quais 25 da região, e 50% dos participantes eram mulheres. Os presentes discutiram alianças em desenvolvimento econômico local e comunitário com a sociedade civil e mediante a nova filantropia e voluntariado; o papel das entidades de supervisão e das multilaterais; e o papel dos meios de comunicação.

- **Reunião de Ministros do Comércio, Quito, Equador, 1º de novembro de 2002**

Os Ministros do Comércio reuniram-se para prosseguir as negociações da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Nesta ocasião, reafirmaram seu compromisso de concluir as negociações o mais tardar em 2005, conforme estabelecido pelos Chefes de Estado e de Governo na Terceira Cúpula das Américas. Os últimos progressos a mencionar desde a reunião ministerial anterior são a elaboração de um segundo projeto de acordo da ALCA e sua divulgação ao público; o estabelecimento de normas e cronogramas para as negociações sobre acesso a mercados; o acordo para tratar dos diferentes níveis de desenvolvimento e tamanho das economias; e o início do Programa de Cooperação Hemisférica para ajudar os países nas negociações, na implementação e no ajuste aos compromissos do processo da ALCA.

Atribuíram-se responsabilidades e estabeleceram-se cronogramas para a próxima fase de negociações, que abordarão os temas da agricultura, trabalho, sociedade civil e quadro institucional da ALCA. O Brasil e os Estados Unidos assumiram a co-presidência das negociações da ALCA. As duas últimas reuniões ministeriais de comércio estão previstas para fins de 2003 em Miami, Estados Unidos, e 2004, no Brasil.

- **Reunião de Ministros da Defesa, Santiago, Chile, 19 a 22 de novembro de 2002**

Os Ministros discutiram vários temas, como novas ameaças à segurança regional, cooperação transfronteiriça na prevenção e repressão, o papel do Livro da Defesa como indicador de confiança mútua, forças combinadas em operações de manutenção da paz, experiências de remoção de minas, contribuição das forças armadas para o desenvolvimento social e seu papel em caso de desastres naturais.

Os Ministros da Defesa aprovaram a Declaração de Santiago, que promove um entendimento mútuo e o intercâmbio de idéias nos campos da defesa e da segurança. A próxima reunião dos Ministros da Defesa terá lugar em 2004, no Equador.

Apoio à participação da sociedade civil no Processo das Cúpulas

Atendendo a um mandato do Plano de Ação de Québec, a Secretaria do Processo de Cúpulas da OEA preparou uma proposta de recomendações sobre as contribuições da sociedade civil ao seguimento e implementação dos mandatos da Terceira Cúpula das Américas e a apresentou ao GRIC na reunião de novembro de 2002. Essa proposta baseia-se na estratégia elaborada pela *Corporación PARTICIPA* em conjunto com a Coordenadora Regional de Pesquisas Econômicas e Sociais (CRIES) — rede de organizações do Grão Caribe — com o Departamento de Ciência Política da Universidade dos Andes (UNIANDES) da Colômbia, a Fundação Canadense para as Américas (FOCAL), a Fundação ESQUEL dos Estados Unidos e a FLACSO-Chile (Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais). Receberam-se contribuições dos participantes do *workshop*

Avaliação do Processo de Cúpulas e Desenho de Estratégia de Seguimento da Implementação do Plano de Ação de Québec, convocado por PARTICIPA e realizado em Buenos Aires, em 23 e 24 de maio de 2002. Essa estratégia consiste em desenhar e implementar mecanismos que permitam efetuar o seguimento do Plano de Ação com referência a temas relacionados com o fortalecimento da democracia.

Apoio à Comissão sobre Gestão de Cúpulas Interamericanas e Participação da Sociedade Civil nas Atividades da OEA

Como resultado de uma decisão do Conselho Permanente, fundiram-se em uma só comissão, a partir de agosto de 2002, a Comissão Especial sobre Gestão de Cúpulas Interamericanas e a Comissão sobre Participação da Sociedade Civil nas Atividades da OEA. A Secretaria do Processo de Cúpulas presta apoio técnico à nova comissão e tem a responsabilidade de coordenar a participação da sociedade civil em suas reuniões, bem como o credenciamento das organizações não-governamentais na Organização. No período deste relatório, realizou-se uma Sessão Especial com a participação de representantes da sociedade civil para receber suas contribuições ao Plano de Ação de Québec e quatro sessões de trabalho abertas a que compareceram representantes das organizações acreditadas junto à OEA.

Da mesma forma, esta Secretaria apoiou e assessorou a Comissão no preparo de documentos de política levando em conta o objetivo de promover e facilitar uma participação maior da sociedade civil nos órgãos políticos e áreas técnicas da OEA. Com este propósito, a Comissão criou o Grupo de Trabalho sobre Diretrizes e Estratégias para a Participação da Sociedade Civil nas Atividades da OEA, que se reuniu várias vezes e levou suas recomendações aos órgãos políticos da Organização.

A Secretaria coordenou igualmente a acreditação de 14 organizações da sociedade civil nas atividades da OEA, levando em conta as Diretrizes para a Participação das Organizações da Sociedade Civil nas Atividades da OEA.

Quanto ao seguimento dos mandatos da Terceira Cúpula das Américas, esta Comissão realizou em 31 de outubro de 2002 uma sessão de que participaram representantes da sociedade civil.

Como em ocasiões anteriores, o propósito dessa reunião foi ouvir as recomendações da sociedade civil sobre o seguimento dos mandatos da Cúpula para em seguida transmiti-las à reunião do GRIC, em novembro. Nessa ocasião, o Senhor Miguel Vivanco, Diretor da organização *Human Rights Watch*, fez uma apresentação sobre a situação do sistema interamericano de direitos humanos e o papel da sociedade civil. Da mesma forma, o Secretário Executivo desta Secretaria apresentou um relatório sobre a situação da implementação dos mandatos da Cúpula.

Grupo de Trabalho Conjunto dos Organismos Internacionais

Mediante uma Carta de Entendimento assinada em julho de 2001, estabeleceu-se o Grupo de Trabalho dos Organismos Internacionais, que conta com a participação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) das Nações Unidas, da Organização dos Estados Americanos (OEA), do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), da Corporação Andina de Fomento (CAF), do Banco Centro-Americano de Integração Econômica (BCIE), do Banco de Desenvolvimento do Caribe (BDC) e do Banco Mundial. A Secretaria do

Processo de Cúpulas da OEA presta os serviços de secretaria do referido Grupo de Trabalho e tem a seu cargo a coordenação de suas atividades.

Este Grupo reuniu-se periodicamente para trocar informações acerca das atividades de seguimento e implementação dos mandatos da Terceira Cúpula das Américas. A Secretaria do Processo de Cúpulas da OEA está encarregada de convocar as reuniões, apresentar uma agenda, redigir a ata das reuniões, compilar os relatórios conjuntos e efetuar o seguimento das decisões aprovadas. Este grupo de instituições participou das três reuniões do GRIC realizadas em 2002, onde apresentou um relatório de atividades relacionadas com o cumprimento dos mandatos da Cúpula. Também se apresentou aos Ministros das Relações Exteriores e aos dirigentes de cada instituição, durante o período de sessões da Assembléia Geral da OEA, um Relatório Hemisférico onde constam todas as atividades levadas a cabo pelos membros desse grupo de trabalho em cumprimento de mandatos da Cúpula. O Grupo também preparou e apresentou a publicação dos *Documentos Oficiales del Proceso de las Cumbres de las Américas de Miami a Québec*.

Em 1º de outubro de 2002, realizou-se, a convite do Presidente do BID e do Secretário-Geral da OEA, a primeira reunião dos dirigentes de todos os organismos que integram esse Grupo de Trabalho, com o objetivo de reforçar a coordenação e a cooperação na implementação dos mandatos da Terceira Cúpula das Américas. Nessa reunião, propôs-se realizar atividades conjuntas e fortalecer o apoio às reuniões ministeriais.

Atividades com as organizações da sociedade civil

No âmbito da Assembléia Geral em Barbados, a Secretaria do Processo de Cúpulas organizou uma sessão de trabalho com mais de 30 organizações não-governamentais, o Secretário-Geral e vários Ministros das Relações Exteriores de Estados membros, para discutir o papel da sociedade civil na implementação dos mandatos da Cúpula das Américas. Esse diálogo abordou temas como a forma de tornar os governos mais responsáveis em relação ao fortalecimento da democracia, à proteção dos direitos humanos e ao cumprimento de outros mandatos conferidos nas Cúpulas das Américas.

Por outro lado, na Primeira Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Cultura, cerca de 20 representantes da sociedade civil e quatro Ministros da Cultura dialogaram em torno do Plano de Ação de Cartagena e, em especial, sobre a diversidade cultural e outras questões relativas à cultura e à equidade. Também definiram estratégias de colaboração na formulação de políticas do setor. Apresentou-se uma declaração incorporando contribuições dos setores do cinema, rádio, livros e televisão, e detalhando a importância da livre expressão em seus trabalhos.

Com a idéia de fortalecer as relações com a sociedade civil, a Secretaria manteve a página na Internet atualizada com informações pertinentes. Também atualizou o banco de dados das organizações não-governamentais acreditadas junto à OEA e daquelas que participaram da Cúpula das Américas. Criou igualmente uma conta de correio eletrônico a fim de reforçar as comunicações com as organizações da sociedade civil, enviando e recebendo documentos relacionados com o tema. Finalmente, esta Secretaria produziu, com o Departamento de Informação Pública da OEA, um número especial da revista eletrônica *Américas Fórum*, a fim de promover o intercâmbio de experiências em torno da participação da sociedade civil nos organismos multilaterais do Hemisfério.

Divulgação do Processo de Cúpulas

Num esforço para divulgar informações sobre a implementação dos mandatos da Cúpula das Américas, a Secretaria do Processo de Cúpulas publicou três edições do *Boletín de las Cumbres de las Américas*. Trata-se de um boletim opinativo sobre vários temas da Cúpula das Américas distribuído aos governos, ONGs, instituições acadêmicas, *think thanks* e jornais de toda a região.

Por outro lado, a Secretaria participou dos seguintes eventos, ou neles fez apresentações e, em alguns casos, prestou apoio aos mesmos:

- Segunda reunião do fórum Interparlamentar das Américas, México, março de 2002
- III Conferência Interamericana de Prefeitos e Autoridades Locais, Miami, 11 e 12 de junho de 2002
- Conferência Hemisférica sobre a Redução da Vulnerabilidade aos Perigos Naturais, Tampa, Flórida, 12 a 14 de junho de 2002
- XXIX Curso de Direito Internacional, Rio de Janeiro, Brasil, 18 a 21 de agosto de 2002
- Apresentação na Universidade de Laval, Québec, 10 a 12 de setembro de 2002, *Le Sommet de Québec, un an et demi après : bilan et perspectives*
- Conferência Segurança e Desenvolvimento, Desafios na América Latina e no Caribe, Washington, 20 de setembro de 2002
- Conferência sobre os Desafios do Sistema Interamericano, Universidade de Georgetown, Washington, 2 de dezembro de 2002

Apoio ao Grupo de Trabalho Encarregado de Elaborar o Projeto de Declaração sobre os Direitos dos Povos Indígenas

A Secretaria do Processo de Cúpulas apoiou técnica e logisticamente o Grupo de Trabalho Encarregado de Elaborar o Projeto de Declaração sobre os Direitos dos Povos Indígenas da Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos do Conselho Permanente da OEA. Neste sentido, colaborou com a preparação de seu Plano de Trabalho e apresentou um projeto para a criação de um fundo específico destinado a financiar a participação dos representantes dos povos indígenas na discussão do projeto de declaração.

A Secretaria apoiou as sessões do Grupo de Trabalho sobre o quinto capítulo do Projeto de Declaração, com especial ênfase nas formas tradicionais de propriedade e sobrevivência cultural, direito a terras e territórios, em especial na sessão de 7 e 8 de novembro de 2002, de que participaram representantes dos Estados membros e dos povos indígenas de vários países, bem como nove peritos da Alemanha, Bélgica, Bolívia, Brasil, Colômbia, Chile, Equador e Estados Unidos, entre outros. No quadro de um diálogo técnico, este evento examinou os progressos no direito internacional e nacional, a doutrina e a prática com relação às formas tradicionais de propriedade, terras, territórios e recursos naturais.

Da mesma forma, apoiou a Sessão Especial do Grupo de Trabalho para continuar examinando o Projeto de Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas, que se realizou de 24 a 28 de fevereiro de 2003 em Washington. Criou também uma conta de correio eletrônico (summitindigenas@oas.org) a fim de enviar e receber documentos relacionados com o tema, e um

banco de dados com 354 entradas. Administrou igualmente o Fundo Específico para Apoiar a Elaboração da Declaração Americana, que contou com contribuições do Brasil, Canadá, Estados Unidos e Finlândia.

Outras atividades

A Secretaria do Processo de Cúpulas administra a página da Iniciativa de Transporte do Hemisfério Ocidental na Internet, mediante a qual os Ministros do Transporte se comunicam e onde publicam seus relatórios de seguimento sobre o tema.

ESCRITÓRIO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O Escritório de Ciência e Tecnologia (ECT) foi estabelecido mediante a Ordem Executiva Nº 97-1, de 29 de janeiro de 1997. Assessora a Secretaria-Geral em todos os aspectos relacionados com ciência e tecnologia. Suas funções e responsabilidades são: fortalecer a capacidade técnica e os programas que tenham um componente científico e/ou tecnológico; apoiar os Estados membros na área de sua competência; cooperar com as atividades da Secretaria Executiva de Desenvolvimento Integral e apoiá-las; facilitar o intercâmbio e a divulgação de informações especializadas; e coordenar os Prêmios Interamericanos em sua especialidade.

Política e divulgação

O Escritório de Ciência e Tecnologia, na qualidade de Secretaria Técnica de vários órgãos políticos e técnicos da região, continuou a proporcionar assessoramento técnico permanente em ciência e tecnologia a instituições nacionais, entidades regionais e órgãos internos da OEA, inclusive a Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento (AICD), o Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI), a Comissão Interamericana de Ciência e Tecnologia (COMCYT) e outros. Este assessoramento abrange os seguintes aspectos, relacionados com a formulação e implementação de políticas científicas e tecnológicas: desenho, exame e avaliação de propostas de projetos e atividades que promovam o desenvolvimento da divulgação e popularização da ciência, da tecnologia e da inovação nas Américas, como seminários, *workshops* e conferências de peritos na questão.

No mês de abril, o ECT participou da organização do programa técnico para o *workshop* regional “Indicadores em Biotecnologia”, realizado em outubro na Universidade Técnica de Ambato, Equador. O resultante estudo metodológico, o primeiro a realizar-se no Hemisfério Ocidental, foi solicitado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e outras organizações atualmente envolvidas no desenvolvimento tecnológico, econômico e social. Em junho, o ECT participou da Décima Conferência Científica do Programa Ibero-Americano de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento (CYTED) em Santo Domingo, República Dominicana, em coordenação com a Secretaria de Estado de Educação Superior, Ciência e Tecnologia desse país. Esta reunião realizou-se no quadro da Décima Primeira Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, para a qual o ECT preparou e apresentou um documento sobre o incremento da competitividade e da produtividade das pequenas e médias empresas mediante o uso de tecnologias limpas.

A convite do Ministro da Ciência e Tecnologia do Brasil, o ECT fez-se representar na ALCUE – Conferência Ministerial sobre Ciência e Tecnologia, na qualidade de observador. Esse encontro teve lugar em março, em Brasília, onde ministros e altas autoridades de ciência e tecnologia da América Latina, do Caribe e da União Européia discutiram várias possibilidades de cooperação mútua nessa área. O responsável pelo ECT reuniu-se separadamente com o Ministro da Ciência e Tecnologia do Brasil e com a Vice-Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para coordenar atividades conjuntas de cooperação.

Na qualidade de Secretaria Técnica da próxima Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Ciência e Tecnologia do Hemisfério, o ECT continua a desenvolver atividades de coordenação, especialmente

as relacionadas com a preparação de documentos de referência em áreas prioritárias para o Continente e que facilitem a formulação do Plano de Ação de Ciência e Tecnologia para os próximos anos. No quadro preparatório dessa reunião, o Escritório está organizando, juntamente com a Universidade George Washington, uma conferência cujos documentos poderão ser posteriormente analisados e enriquecidos em seu conteúdo e distribuídos aos conselhos nacionais de ciência e tecnologia da região.

De forma semelhante, o ECT participou do *Workshop* de Reflexão: Indicadores e Novas Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação na América Latina, realizada em julho em São Paulo, onde se fez uma apresentação sobre a contribuição da OEA à Rede de Indicadores de Ciência e Tecnologia (RICyT) Ibero-Americana/Interamericana, destacando o papel da Organização no desenvolvimento dessa rede, que foi mencionada especificamente na Cúpula de Québec.

O ECT também participou como observador da Assembléia Geral do Conselho Internacional de Associações Científicas (ICSU) em outubro, no Rio de Janeiro.

Além disso, o ECT financiou a publicação e distribuição, em formato impresso e eletrônico, de várias publicações, inclusive o Boletim do Programa Mercado Comum do Conhecimento Científico e Tecnológico (MERCOCYT) e o Boletim do Sistema Interamericano de Metrologia (SIM). Ademais, financiou a publicação dos livros *Metrology for non-Metrologists* e *Programa Interamericano de Cooperación em Tecnologías Ambientales en Sectores Clave de la Industria*. Por meio da página do ECT na Internet, deram-se a conhecer igualmente outras publicações e trabalhos realizados em períodos anteriores. Do mesmo modo, obedecendo à política de divulgação da OEA, especialistas do ECT concederam entrevistas a uma correspondente da revista americana *Nature Magazine*, a fim de promover atividades que a Organização vem desenvolvendo na região no campo da ciência e tecnologia.

Alianças com outras instituições e organismos internacionais

O ECT entabulou negociações com doadores prospectivos de países observadores. No mês de abril, especialistas do Escritório estiveram reunidos com representantes da *Physikalisch-Technische Bundesanstalt (PTB)* alemã, com a finalidade de estabelecer bases de cooperação no campo da metrologia e credenciamento, e definir as diretrizes para um acordo de apoio financeiro por um prazo de três anos. No mesmo mês, peritos do ECT encontraram-se com representantes da Corporação de Pesquisa Tecnológica (INTEC) chilena para examinar possibilidades de cooperação futura em várias áreas.

O ECT colabora estreitamente com o Programa Ibero-Americano de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento (CYTED) e com a Agência Espanhola de Cooperação Internacional (AECI) para coordenar um programa de bolsas de estudo conjuntamente com a AICD, com aplicação em jornadas regionais. Como resultado dessas jornadas, financiou-se a participação de 30 bolsistas provenientes da Colômbia, Bolívia e Guatemala para analisar temas relacionados à problemática da água, ao uso da energia eólica e a biomateriais de interesse para a saúde humana. Há esforços em curso para repetir esta experiência em 2003, com outros temas prioritários. Além disso, com a colaboração da Divisão de Bolsas de Estudo da AICD, continua-se a cooperar na avaliação de solicitações de bolsistas para o Programa Ordinário de Treinamento (PRA) e o Programa Especial de Bolsas de Estudo para o Caribe (SPECAF).

O ECT está participando da preparação de um Acordo de Cooperação entre a OEA, o CYTED, a Rede Ibero-Americana de Indicadores de Ciência e Tecnologia (RICYT), a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), o Convênio Andrés Bello (CAB), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, Ciência e Cultura (OEI). O acordo encontra-se em processo de aprovação pelos vários organismos internacionais participantes. Sua finalidade é formar um Observatório Regional de Ciência e Tecnologia, tema que consta expressamente do Plano de Ação da Cúpula das Américas realizada em Québec.

Serviços tecnológicos

Além dos esforços de cooperação em metrologia com o governo alemão, o ECT apóia o desenvolvimento de institutos nacionais de metrologia (INMs) dos 34 Estados membros, sobretudo nas quatro sub-regiões (andina — ANDIMET, centro-americana — CAMET, caribenha — CARIMET e do MERCOSUL — SURAMET). Para tanto, conta com a colaboração dos INMs mais avançados da região, em especial para ministrar cursos e treinamento específico para o pessoal dos institutos das várias sub-regiões que formam o Sistema Interamericano de Metrologia (SIM). Da mesma forma, continuou-se a apoiar o desenvolvimento de exercícios de comparação de padrões de metrologia física, química e legal, e deu-se apoio aos INMs da região com assessoramento e assistência técnica requerida e com apresentações sobre vários temas correlatos de interesse.

Em maio e julho realizaram-se dois seminários, ambos sobre o Impacto Econômico da Metrologia. O primeiro, que teve lugar em El Salvador, visava o grupo de países da América Central, enquanto o segundo, realizado em Trinidad e Tobago, voltava-se para o grupo do Caribe. Ambos tinham por fim contribuir para o desenvolvimento dos INMs das respectivas sub-regiões. Da mesma forma, manteve-se um programa de capacitação de recursos humanos para as diversas sub-regiões do SIM. Em outubro, realizou-se a Oitava Assembléia Geral do SIM que contou com a participação de 26 INMs das cinco sub-regiões onde se acham os 34 Estados membros da OEA. Também em outubro, levou-se a cabo a Sétima Reunião Anual da Cooperação Interamericana de Acreditação (IAAC), onde se aprovou a nova estrutura organizacional da referida instituição e se apresentou o projeto que está sendo apoiado pela OEA e ao qual o ECT dá seguimento.

Ainda em outubro, o ECT participou ativamente da organização de um *workshop* itinerante que se realizou no Chile, Peru e Colômbia. O *workshop* relacionava-se com o chamado Protocolo de Biossegurança, aprovado em Montreal em 2000, como uma forma de colaborar com os países na implantação do referido Protocolo com vistas à introdução transfronteiriça de plantas e outros organismos vivos.

Conectividade e tecnologia da informação e da comunicação

O ECT, por meio da Rede Hemisférica Interuniversitária de Informação Científica e Tecnológica (RedHUCyT), proporciona permanente assistência técnica aos Estados membros que a solicitam, a fim de promover redes especializadas de informação como, por exemplo, a Rede de Indicadores de Ciência e Tecnologia Ibero-Americana/Interamericana (RICYT), a Rede de Química (RELAQ) e a Rede de Informação Científica e Tecnológica (INFOCYT). Da mesma forma, atualizam-se periodicamente as estatísticas da região disponíveis no portal na Internet. Este esforço é realizado com

o objetivo de facilitar a divulgação de informações científicas e tecnológicas. Do mesmo modo, o ECT continua desenvolvendo seu portal na Internet e atualizando as páginas espelho dessas redes, bem como as páginas espelho do Sistema Interamericano de Metrologia (SIM), do Sistema Multinacional de Informação Especializada em Biotecnologia e Tecnologia de Alimentos para a América Latina e o Caribe (SIMBIOSIS), da Comissão Interamericana de Ciência e Tecnologia (COMCYT) e da Gestão de Qualidade na Pequena e Média Empresa (OEA/GTZ), entre outras. O Portal OcyT mostra uma série de publicações em diversas de suas áreas prioritárias de trabalho e pode ser consultado no endereço <http://www.science.oas.org/espanol/default.htm>.

Em junho, o ECT participou da Reunião Anual do *Co-ordinating Committee for Intercontinental Research Networking (CCIRN)*, organizada pela *National Science Foundation* dos Estados Unidos.

Nessa reunião, o ECT apresentou os últimos avanços da América Latina e do Caribe na área da conectividade aos numerosos participantes, que representavam países da Ásia, Europa e América do Norte.

UNIDADE DE COMÉRCIO

A Unidade de Comércio (UC) foi criada mediante a Ordem Executiva N° 95-4, de 3 de abril de 1995. Seu objetivo básico é prestar apoio aos Estados membros em matéria de comércio, inclusive nas tarefas atribuídas à OEA na Terceira Cúpula das Américas, relativas ao estabelecimento da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). São suas funções: prestar apoio técnico à Comissão Especial de Comércio (CEC); estudar os vários aspectos das relações comerciais hemisféricas; assegurar a efetiva coordenação com organizações regionais e sub-regionais de integração; e fortalecer os sistemas de informação sobre comércio.

Em seu Trigésimo Segundo Período Ordinário de Sessões, realizado em Bridgetown, (Barbados), a Assembléia Geral reafirmou, mediante a resolução AG/RES. 1861 (XXXII-O/02), “Comércio e integração nas Américas”, o compromisso da OEA de apoiar o processo de livre comércio e integração econômica no Hemisfério.

Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)

No período abrangido por este relatório, a Unidade de Comércio prestou assistência aos Estados membros nas três instâncias do processo da ALCA: as reuniões dos grupos de negociação da ALCA; a Sétima Reunião Ministerial de Comércio realizada em Quito, Equador, em 1º de novembro; e as três reuniões vice-ministeriais realizadas respectivamente na ilha de Margarita, Venezuela; em maio; em Santo Domingo, República Dominicana, em agosto; e em Quito, Equador, em outubro.

Estas atividades foram coordenadas com as outras instituições que integram o Comitê Tripartido (CT) juntamente com a OEA: o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe (CEPAL). No período preparatório anterior à Reunião Ministerial de Quito, coube à OEA coordenar o CT, atividade iniciada em julho de 2002, conforme o período semestral de rotatividade.

O trabalho de apoio aos grupos realizado pela Unidade de Comércio, que girou em torno do referido mandato dos grupos de negociação, incluiu atividades de compilação, estudos, análises e tarefas de assistência técnica solicitadas pelos mesmos.

Na Declaração de Quito, os Ministros formularam várias solicitações concretas ao Comitê Tripartido, a saber: 1. que o Comitê Tripartido e o Grupo Consultivo de Economias Menores continuem apoiando o Comitê de Negociações Comerciais (CNC), para que este prepare um relatório sobre o progresso alcançado no tratamento que se dá às diferenças nos níveis de desenvolvimento e no tamanho das economias em cada um dos grupos de negociação; 2. que o CNC, com o apoio do Comitê Tripartido, facilite a realização de reuniões do Grupo Consultivo de Economias Menores (GCEM) para as quais se convidem funcionários envolvidos com as áreas de desenvolvimento e finanças, instituições financeiras internacionais, organismos internacionais e entidades privadas interessadas, a fim de analisar o financiamento e a implementação do Programa de Cooperação Hemisférica (PCH).

Neste período, a Unidade de Comércio continuou a apoiar sete dos 10 grupos de negociação, a saber: Investimento; Serviços, Direitos de Propriedade Intelectual; Subsídios; *Antidumping* e Direitos Compensatórios; Política de Concorrência; e Solução de Divergências. A Unidade também prestou assistência em relação ao tema Normas e Barreiras Técnicas ao Comércio, do Grupo de Acesso a Mercados. Também se prestaram vários tipos de assessoramento: sobre Economias Menores à Comissão Técnica de Assuntos Industriais e ao Grupo Consultivo; sobre a Participação da Sociedade Civil à Comissão de Representantes Governamentais, à Comissão Conjunta de Peritos dos Setores Público e Privado do Comércio Eletrônico; e sobre Administração e Orçamento ao subcomitê do CNC.

Além disso, o Comitê Tripartido continuou a atender a solicitações específicas apresentadas pelos Ministros nas declarações ministeriais de Toronto e Buenos Aires.

Sistema de Informação sobre Comércio Exterior (SICE)

O Sistema de Informação sobre Comércio Exterior (SICE) tem por objetivo proporcionar, nos quatro idiomas oficiais da OEA, informações atualizadas e completas sobre comércio no Hemisfério. Desde que o SICE foi transformado em página da Internet (www.sice.oas.org), o número de usuários aumentou regularmente, até totalizar 1.053.174 visitas no ano de 2002.

O SICE dispõe de documentos relativos aos seguintes assuntos: o Processo da ALCA; acordos comerciais e tratados bilaterais de investimento entre os países membros da OEA; propriedade intelectual; arbitragem comercial; instituições vinculadas ao comércio; informações gerais sobre os países; empresas e câmaras de comércio; e dados quantitativos, incluindo fluxos de comércio, tarifas e preços. O conteúdo completo do *site* está agora à venda em forma de CD-ROM.

Graças ao apoio do SICE, e em conjunto com a Secretaria Administrativa da ALCA, lançou-se em 1º de maio de 1999 o Serviço de Distribuição de Documentos (DDS) da ALCA. Este serviço permite o acesso restrito a documentos gerados no processo de negociação da ALCA. O número de documentos disponíveis no *site* aumentou em proporção geométrica de 1999 a 2002. O número de documentos disponíveis, que inicialmente era 598, já superava 23.000 em fins de 2002.

Da mesma forma, como parte dos mandatos recebidos na reunião ministerial de novembro de 1999 em Toronto, a Unidade de Comércio-SICE, como membro do Comitê Tripartido, responde pela manutenção de um calendário atualizado com os prazos fixados pelos grupos de negociação para receber contribuições das delegações.

Cooperação interinstitucional

No quadro do Comitê Tripartido, a Unidade de Comércio continua trabalhando em estreita cooperação com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe (CEPAL) para dar apoio às distintas instâncias da ALCA. Além disso, trabalhou em projetos específicos com outras instituições internacionais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC), a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD), o Banco Mundial, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e organismos sub-regionais como a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), a Secretaria Permanente do Tratado de Integração Econômica Centro-Americana

(SIECA), a Comunidade Andina, o Mecanismo de Negociações Regionais da CARICOM e o MERCOSUL.

Cooperação técnica

Em cumprimento aos mandatos recebidos, deu-se ênfase, neste período, às tarefas de assistência técnica. Para muitos países da região, particularmente as economias menores, esse tipo de atividade é importante para facilitar sua participação ativa nas negociações comerciais em curso e fortalecer sua capacidade de implementar seus resultados.

Funcionários da Unidade de Comércio colaboraram com os Estados membros atendendo a solicitações de assistência em projetos específicos na área do comércio e integração, ao mesmo tempo em que participavam de seminários, *workshops* de trabalho e conferências a que foram convidados como peritos.

A partir do último trimestre de 2002, a Unidade de Comércio prestou assistência técnica ao Governo de El Salvador, colaborando com a formulação de seu Plano de Ação Nacional para o Desenvolvimento de Capacidade em Matéria Comercial. Este Plano está sendo elaborado para definir, priorizar e coordenar as necessidades desse país no tocante ao desenvolvimento de capacidades, no contexto do processo de negociação do Tratado de Livre Comércio Estados Unidos – América Central (TLC-USA-CA). Ademais, dentro desse processo de negociação a Unidade de Comércio participou ativamente do componente de cooperação, como membro do grupo coordenador juntamente com o BID e a CEPAL, e também como membro do Comitê de Doadores na América Central.

Em matéria de assistência técnica, o fator central foi o programa Comércio e Integração nas Américas: Programa de Capacitação Avançada para Funcionários Governamentais, financiado pela AICD e patrocinado por um Estado membro. Dentro deste programa, realizaram-se os seminários e oficinas que se seguem, em nível multilateral e sub-regional.

- Em fevereiro de 2002, sob o patrocínio de Trinidad e Tobago, realizou-se o *workshop* sobre Serviços para Funcionários Governamentais na Cidade da Guatemala. No decorrer do *workshop*, divulgaram-se e trocaram-se informações com funcionários públicos da América Central, México e República Dominicana sobre o processo da ALCA e, em particular, sobre o comércio de serviços no contexto das negociações da OMC e da ALCA.
- Em maio, realizou-se em Port-of-Spain, Trinidad e Tobago, a conferência Desenvolvimento das Capacidades em Matéria de Comércio: O Enfoque nas Américas. Conferência e *Workshop* de Doadores, organizada pelo Governo de Trinidad e Tobago juntamente com a OEA, o BID e a CEPAL. Os doadores discutiram suas estratégias e objetivos para o desenvolvimento de capacidades em matéria de comércio para as Américas.
- Em junho de 2002, pelo quinto ano consecutivo, organizou-se o Curso Avançado de Capacitação para Funcionários Governamentais sobre Enfoques Comerciais Multilaterais e Regionais para as Américas. Nos últimos cinco anos, este curso tem sido o ponto focal adotado pela OEA para atividades de desenvolvimento de capacidades em matéria de comércio, com ênfase especial nas economias menores. O curso foi coordenado em conjunto

com a OMC e a Universidade de Georgetown (Washington D.C). Este ano o curso foi ministrado em inglês e contou com financiamento do Governo dos Estados Unidos e da Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento (AICD).

- Em junho e novembro, com o patrocínio de Trinidad e Tobago, realizaram-se três reuniões da Rede de Pesquisa sobre Comércio nas Américas (NetAméricas) em Washington. A primeira, intitulada Desafios de Questões Fundamentais para os Acordos Comerciais Modernos, teve por objetivo trocar pontos de vista sobre questões de fundo relativas às negociações comerciais multilaterais e regionais. A segunda, que foi a Terceira Reunião do Comitê Coordenador da NetAméricas, contribuiu para a análise da composição dos membros da rede e aprovou os palestrantes e a alocação do orçamento para a conferência anual Integração das Américas. Em novembro, realizou-se a Conferência Integração das Américas. As intervenções e outros materiais de interesse podem ser consultados no endereço <http://www.netamericas.net>.

Seminários, oficinas e publicações

O seminário O Programa de Doha para o Desenvolvimento e o Processo da ALCA: o Desafio do Desenvolvimento de Capacidades em Matéria de Comércio realizou-se em Washington D.C, em fevereiro de 2002. Foi organizado pela Unidade de Comércio a fim de informar as missões junto à OEA e especialistas em comércio sobre os avanços do processo da ALCA e suas interconexões, em particular com relação à Agenda de Desenvolvimento de Doha e ao processo da ALCA. Este seminário teve a participação do Senhor Mike Moore, Diretor-Geral da OMC, e do Senhor Miguel Rodríguez Mendoza, Diretor-Geral Adjunto, bem como do Senhor Peter Allgeier, Subsecretário do Comércio dos Estados Unidos.

Em fevereiro de 2002 realizou-se em Panajachel, Guatemala, um Seminário sobre a ALCA e a OMC: Implicações e Desafios para as Economias Pequenas do Hemisfério. Esta oficina foi co-patrocinada pela OEA, pelo Centro de Pesquisas para o Desenvolvimento Internacional (IDRC), pela Rede Latino-Americana de Comércio Internacional (LATN) e pelo Banco Mundial.

Também em fevereiro de 2002, realizou-se na Jamaica um *Workshop* sobre Investimentos, organizado pela Unidade de Comércio e pela Corporação de Promoções da Jamaica (JAMPRO) e financiado pela Iniciativa de Investimento da Bacia do Caribe (CRII). O objetivo desse encontro foi divulgar e trocar informações entre funcionários do Governo da Jamaica sobre o processo da ALCA, em particular sobre investimentos.

Em fevereiro, agosto, setembro e outubro de 2002, tiveram lugar quatro *workshops* sobre serviços e investimento. Os dois primeiros realizaram-se na República Dominicana, ambos organizados pelo governo. O primeiro intitulou-se *Workshop* de Serviços sobre Modalidades e Procedimentos para as Negociações de Serviços, e proporcionou a mais de 20 funcionários da área de serviços uma ocasião para discutir temas centrais relacionados com o comércio de serviços e a liberalização de serviços no contexto das negociações da OMC e da ALCA. O segundo foi um *workshop* intensivo sobre serviços e investimentos. O terceiro, em setembro, realizou-se em El Salvador com o título Os Serviços Financeiros e as Negociações Comerciais Internacionais sobre Serviços. Foi co-patrocinado pela OEA e pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID). O quarto *workshop*, realizado em Lima, ofereceu treinamento intensivo sobre investimento e foi co-

patrocinado pela OEA, pela OMC, pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) e pelo Instituto para a Integração da América Latina e do Caribe (INTAL).

Em abril de 2002, teve lugar um Seminário Nacional sobre a ALCA na cidade de Belmopan, Belize, co-patrocinado pelo Centro de Políticas e Direito Comercial (Canadá) e pela instituição Maquinaria de Negociações Regionais do Caribe (CRNM).

Em maio de 2002, a Unidade de Comércio e a CEPAL organizaram a conferência Cooperação Hemisférica sobre Políticas de Concorrência, para facilitar a troca de pontos de vista entre representantes governamentais e acadêmicos de alto nível sobre questões fundamentais para os países do Hemisfério ocidental, especificamente para estabelecer mecanismos de cooperação transfronteiriça na área das políticas de concorrência.

Em julho de 2002, a Unidade de Comércio organizou, em conjunto com a CRNM e os Embaixadores que serviam em Washington D.C, um seminário sobre o futuro empresarial do Caribe na ALCA.

Em outubro de 2002, publicaram-se os seguintes estudos na série *Estudios de la Unidad de Comercio: Can Regional Liberalization of Services Go Further than Multilateral Liberalization under the GATS?* de Sherry Stephenson, e *Proliferation of Sub-Regional Trade Agreements in the Americas: An Assessment of Key Analytical and Policy Issues*, de José M. Salazar-Xirinachs.

A Comissão Especial de Comércio (CEC) e seu Grupo Assessor

A CEC e seu Grupo Assessor não se reuniram em 2002. Em conseqüência, a Unidade de Comércio não deu apoio a esses órgãos. A Assembléia Geral, em seu Trigésimo Período Ordinário de Sessões, realizado em Windsor, decidiu “aceitar a recomendação do Presidente da Comissão Especial de Comércio (CEC), com base em suas consultas com os Estados membros da CEC, de manter o *status quo*, ou seja, manter a existência da CEC sem convocar a Comissão”.

UNIDADE DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E EDUCAÇÃO

A Unidade de Desenvolvimento Social e Educação (UDSE) foi criada mediante a Ordem Executiva Nº 96-5, de junho de 1996. Seu objetivo é prestar apoio técnico e operacional aos Estados membros e aos órgãos dirigentes da OEA nas seguintes áreas: fortalecimento dos sistemas educacionais; promoção de oportunidades de emprego e capacitação para o trabalho; formulação de políticas públicas e estratégias de ação orientadas para o combate à pobreza e à discriminação. Para alcançar esse objetivo, a Unidade realiza e coordena estudos e pesquisas, dedica-se ao intercâmbio de informações e experiências, promove atividades de formação de recursos humanos e apóia iniciativas para fomentar a ação cooperativa entre países, entre agências internacionais de cooperação e desenvolvimento, e entre instituições governamentais e não-governamentais em matéria de formulação de políticas de desenvolvimento social, educação, cultura e emprego.

No decorrer de 2002, prosseguiu um intenso programa de apoio técnico e operacional aos foros políticos da OEA, bem como de assessoramento e fortalecimento da cooperação interamericana nas áreas da educação, emprego, desenvolvimento social e cultura. As prioridades da Unidade concentraram-se no seguimento dos mandatos da Cúpula das Américas, da Assembléia Geral e do CIDI. A fim de cumprir esses mandatos, a Unidade trabalhou em estreita colaboração com outras agências do Sistema Interamericano, outros organismos internacionais de cooperação e desenvolvimento, entidades governamentais e organizações da sociedade civil.

Desenvolvimento social e superação da pobreza

Manteve-se o apoio prestado pela Unidade enquanto Secretaria Técnica da Rede Social da América Latina e do Caribe. Nesta qualidade, cabe-lhe administrar o fundo voluntário da Rede e facilitar a realização da conferência anual, de seminários e estágios previstos no plano de trabalho 2002 da Rede. De 4 a 6 de dezembro, realizou-se em Assunção, Paraguai, a IX Conferência Anual da Rede Social, organizada pela Rede Social, pela Secretaria de Ação Social do Paraguai e pela OEA. Nesta reunião, aprovaram-se o Plano de Trabalho 2003 da Rede e a Declaração de Assunção. Nesse período, organizaram-se os três seminários seguintes: Reunião Extraordinária da Rede Social da América Latina e do Caribe, de 30 de janeiro a 1º de fevereiro, em Cartagena das Índias, Colômbia; Seminário sobre Políticas Sociais e Descentralização, de 18 a 21 de março, em La Paz, Bolívia; e A Política Social Hoje – Novas Perspectivas da América Latina e do Caribe, de 16 a 18 de outubro, na Cidade do México.

Nos termos de um acordo assinado com o BID, a UDSE atua como entidade executora do Programa Intra-Regional de Estágios entre as instituições membros da Rede Social. No quadro desse programa, a UDSE organizou, juntamente com o Instituto Interamericano para o Desenvolvimento Social (INDES), do BID, o Seminário de Gerência Social para Diretores dos Fundos de Investimento Social Membros da Rede Social, que se realizou de 19 a 23 de agosto na sede do INDES em Washington, D.C.

Em conformidade com o disposto na resolução AG/RES. 1854 (XXXII-O/02) “Pobreza, equidade e inclusão social”, a UDSE deu apoio à Subcomissão de Políticas e Programas de Cooperação Solidária da CEPICIDI no processo preparatório à realização do Foro Interamericano sobre Pobreza, Equidade e Inclusão Social, previsto para 20 a 22 de novembro em Caracas, Venezuela.

Acompanhando as diretrizes da Terceira Cúpula das Américas, da Carta Democrática Interamericana, da Declaração contra a Violência assinada pelos Ministros da Educação na Segunda Reunião de Ministros no quadro do CIDI e do mandato específico constante da resolução AG/RES. 1869 (XXXII-O/02) “Promoção da cultura democrática” — em que se solicita à USDE que realize um estudo sobre a inclusão de valores e princípios democráticos nos programas educativos dos Estados membros — a Unidade iniciou uma pesquisa sobre este assunto. Discriminam-se a seguir os seus resultados.

- Elaboração de um projeto de pesquisa intitulado *Strengthening Democracy in the Americas: Values, Citizenship and Education*, que recebeu da Missão Permanente dos Estados Unidos junto à OEA um subsídio que permitirá executá-lo em 2002-03.
- A fim de realizar a pesquisa mencionada no parágrafo anterior, formalização de um acordo de colaboração com a Diretora do Projeto Internacional de Educação Cívica da Associação Internacional para a Avaliação do Rendimento Escolar (IEA), que, juntamente com outros profissionais, dará apoio técnico ao projeto da OEA.
- Realização da Primeira Reunião da Comissão Assessora do Projeto na sede da OEA, em 7 de maio. A partir de uma análise do projeto da OEA, a Comissão apresentou toda uma orientação para executá-lo.
- Elaboração da primeira versão do estudo, que será submetido à consideração da Segunda Reunião da Comissão Assessora, a realizar-se no primeiro trimestre de 2003.

Complementarmente, a UDSE está realizando uma consulta continental para identificar os programas consolidados sobre educação para a democracia e valores cívicos vigentes nos vários Estados membros, por meio da estratégia de cooperação horizontal desenvolvida por meio da Carteira Permanente de Programas Consolidados.

Elaborou-se o documento Melhores Práticas no Desenvolvimento Social: Experiências dos Fundos de Investimento Social, que incorpora e sistematiza informações sobre programas desenvolvidos pelos fundos de investimento social do hemisfério nas áreas de: 1. execução de políticas sociais; 2. participação comunitária; 3. programas dirigidos a grupos vulneráveis; e 4. programas de emprego e geração de renda. As atividades de cooperação horizontal na área do desenvolvimento social em planejamento para 2003 baseiam-se nas experiências compiladas neste documento.

Em conjunto com a AICD, a USDE elaborou uma proposta para atender ao mandato da resolução AG/RES. 1865 (XXXII-O/02, “Seguimento da Conferência Internacional sobre o Financiamento do Desenvolvimento”, em que se convocam os Estados membros a buscarem mecanismos para transformar os compromissos da comunidade doadora internacional em ações concretas que se somem aos esforços nacionais de desenvolvimento. Esta proposta foi apresentada e discutida perante a CEPICIDI e o Conselho Permanente da OEA, e também perante o BID, a CEPAL e a OPAS, entre outros órgãos do Sistema Interamericano.

Educação

Atendendo ao mandato da Terceira Cúpula das Américas, a UDSE, na qualidade de Secretaria Técnica da Segunda Reunião de Ministros da Educação no âmbito do CIDI, organizou uma série de reuniões e participou ativamente de outras, a fim de preparar os conteúdos e progredir na identificação de desafios educacionais e de melhores práticas para a cooperação horizontal.

Cumprindo a decisão dos Ministros da Educação e sob a coordenação do México, como país organizador do tema da educação no Grupo de Revisão da Implementação de Cúpulas (GRIC), a UDSE trabalhou na elaboração de uma proposta de regulamento e acordo para a criação da Comissão Interamericana de Educação (CIE). Esses documentos foram amplamente estudados e discutidos pelos países membros em várias instâncias. Mediante a resolução 1859 (XXXII-O/02), “Relatório da Segunda Reunião de Ministros da Educação no Âmbito do CIDI”, a Assembléia Geral aprovou a criação da CIE e encarregou a CEPCIDI de aprovar seu regulamento, *ad referendum* da reunião seguinte do CIDI. Reunida em reunião ordinária em 14 de novembro, a CEPCIDI aprovou o Regulamento, com o que a CIE ficou instituída. Cumprida essa etapa, o sistema passou a contar com um órgão de reflexão crítica e construção de consenso acerca dos desafios educacionais do Continente, o que permitirá que se prepare e dê seqüência aos compromissos ministeriais no âmbito da Cúpula das Américas.

- *Reunião do G-11 Ampliado.* O México, na qualidade de coordenador do G-11, convidou os representantes dos Ministérios da Educação para reunir-se em 9 e 10 de dezembro na sede da OEA em Washington, D.C e solicitou à UDSE que funcionasse como secretaria técnica do encontro. Nesta reunião, discutiu-se o futuro do G-11 diante da criação da CIE. Também se começou a trabalhar nos temas continentais prioritários com vistas à Terceira Reunião de Ministros da Educação, a realizar-se em agosto de 2003. Compareceram Delegações da Argentina, Brasil, Colômbia, Costa Rica, El Salvador (representando também a Guatemala), Estados Unidos, México, Peru, República Dominicana, e São Vicente e Granadinas. Nesta reunião, decidiu-se inaugurar a CIE na Terceira Reunião de Ministros da Educação, onde também se decidiria o futuro do G-11. Por seu lado, a Argentina ofereceu-se como sede da reunião preparatória ao encontro ministerial, e apresentaram-se alguns dos temas que deveriam constar de sua agenda.
- *Estratégia de cooperação horizontal / Carteira Permanente de Programas Consolidados.* Fiel ao compromisso assumido pelos Ministros da Educação no sentido de fortalecer a cooperação horizontal entre países, a UDSE elaborou uma Carteira Permanente que hoje contém 17 programas de 17 países do Hemisfério e está disponível na página www.oas.org/udse da Internet. Com base neste relatório, realizou-se uma consulta hemisférica para montar uma matriz de oferta e demanda de programas educacionais, a fim de identificar os mais necessários. Realizada a consulta, iniciou-se a segunda etapa da estratégia de cooperação com os programas educacionais mais procurados. Nessa etapa, prevê-se a realização de estágios de até 15 dias, em que os funcionários dos países interessados em cada uma das experiências terão a possibilidade de conhecer os programas educacionais, entrevistar-se com os atores que participam diretamente e analisar a transferência crítica a seus contextos específicos. Os funcionários comprometem-se a, de volta a seus países, dar seqüência às lições aprendidas e, com base nelas, desenvolver um projeto piloto. Após o estágio, a UDSE mantém os participantes informados e vinculados por

meio de uma página da Internet criada exclusivamente com esta finalidade. Cada um dos estágios tem sua página na Internet.

Num esforço conjunto dos países que oferecem os cursos e dos que os procuram, da UDSE e da Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento (AICD), realizaram-se os estágios que se seguem.

- *Informação Educacional na Costa Rica.* Realizado de 30 de setembro a 11 de outubro, em coordenação com a Fundação Omar Dengo. Contou com a participação de funcionários da Argentina, Bolívia, Colômbia, Chile, Equador, Honduras, México, Panamá, Paraguai, República Dominicana e Venezuela. Para mais informações, visitar a página <http://www.oas.org/udse/pasantia-costarica/index.html>.
- *EDUCO, de El Salvador.* Realizado de 4 a 15 de novembro, com a participação de funcionários da Argentina, Colômbia, Chile, Equador, Peru, República Dominicana e Uruguai. Para mais informações, visitar a página <http://www.oas.org/udse/pasantia-elsalvador/index.html>.
- *Enlaces de Chile.* Realizado de 5 a 13 de dezembro, com a participação de funcionários da Argentina, Bolívia, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, República Dominicana e Uruguai.

Para o ano vindouro, programaram-se também estágios sobre as experiências de Gestão Institucional, do México e Argentina, Pós-Primária Rural, da Colômbia, e Educação Secundária à Distância para Adultos, do México.

- *Estratégias de cooperação.* Cumprindo os mandatos de produzir estratégias de cooperação horizontal em torno das prioridades resumidas nos cinco eixos temáticos, apresentaram-se três projetos para levantar financiamento junto a diferentes entidades. Com vistas a um deles, apresentou-se ao Banco Mundial a proposta *The OAS Country-Based Education Advisory Service and Network for Increasing Equity with Quality in Lower Secondary Education*, com a qual se levantou financiamento para desenvolver o programa de Conhecimento e Assessoramento em Rede (CONARED).
- *Acordo de Cooperação OEA-SEP.* O acordo foi firmado pela UDSE, a AICD e o Instituto Latino-Americano da Comunicação Educativa (ILCE). No quadro de cooperação, o México ofereceu a todos os Estados membros, por intermédio de sua Secretaria de Educação Pública (SEP) e do ILCE, o uso gratuito do sistema educacional mexicano *Red Satelital de Televisión Educativa EDUSAT*. O uso deste sinal via satélite e dos conteúdos educacionais desenvolvidos pela SEP permitirão realizar programas conjuntos para elevar a qualidade da educação básica no Continente. Funcionários da SEP e do ILCE estão trabalhando com a OEA para atingir um acordo de cooperação. Em sua viagem a Washington, representantes do ILCE fizeram uma apresentação das características técnicas do EDUSAT na reunião da CEPAC de 14 de novembro.
- *Educação bilíngüe em contextos multilaterais.* A UDSE e a AICD realizaram, juntamente com a Secretaria de Educação Pública do México, um seminário sobre a Qualidade da

Educação em Contextos Multilaterais, que se estendeu de 4 a 13 de dezembro. Discutiram-se os desafios da qualidade educacional em contextos multiculturais e a necessidade de apoiar a transferência crítica das lições aprendidas nos programas interculturais de cada país. Participaram do encontro representantes governamentais, acadêmicos e líderes indígenas da Argentina, Bolívia, Chile, Equador, Guatemala, Honduras, México e Peru.

- *Formação e Atualização Docente.* A UDSE está trabalhando numa proposta de Programa Internacional para a Atualização Docente. Assim, a pedido da Secretaria de Educação Pública do México, preparou-se uma proposta concreta de cooperação com entidades dos Estados Unidos para capacitar professores e diretores do Distrito Federal. Paralelamente, trabalha-se numa proposta continental para produzir estratégias de cooperação na temática da formação e atualização docente.
- *Diagnóstico continental sobre educação e desenvolvimento social.* Na área da educação, bem como nas demais áreas da Unidade, estão se desenvolvendo diagnósticos sub-regionais com a finalidade de identificar as populações mais vulneráveis e as necessidades da sub-região. Trabalha-se com propostas que correspondam a essas necessidades, priorizando a luta contra a pobreza. Esse trabalho produzirá subsídios para o Diagnóstico Continental sobre Educação e Desenvolvimento Social que se vem realizando. Esse diagnóstico permanente permite identificar os problemas chaves e contribuir para a reflexão sobre a importância de uma política social sustentada no Hemisfério, acompanhada de investimentos crescentes.
- *Programa de Cooperação OEA/Universidade de Harvard –Centro Rockefeller.* Tão logo foi assinado o convênio com o Centro Rockefeller de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Harvard, seis estudantes de pós-graduação das escolas de Educação e de Administração Pública encetaram as atividades da Unidade, nos meses de verão. Entre as principais atividades na área da educação, destacam-se a elaboração de diagnósticos sub-regionais, o desenvolvimento de propostas de financiamento e a colaboração para a identificação e sistematização das melhores práticas nas áreas temáticas da UDSE.
- *Avanços na cooperação em nível sub-regional.* A UDSE, juntamente com a AICD, recebeu em 12 de novembro os Ministros da Educação do México, Belize, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua e Panamá. A reunião girou em torno da focalização de estratégias de cooperação na região, com base nos desafios e prioridades específicos. Neste sentido, decidiu-se concentrar os esforços na educação inicial, na educação secundária e na certificação de aptidões para o trabalho.
- *Assessoramento para a estratégia de financiamento da AICD.* A UDSE tem prestado assessoramento técnico à AICD em relação aos programas apresentados na área da educação para receber recursos da conta FEMCIDI para 2003, zelando para que estes correspondam às prioridades educacionais traçadas na Terceira Cúpula das Américas. Complementarmente, a UDSE presta assessoramento técnico na programação dos recursos do FEMCIDI para o ano 2003, mediante participação e apoio técnico nas reuniões sub-regionais onde os países definem suas prioridades de desenvolvimento e na posterior definição de perfis de projetos sub-regionais nas áreas da educação, desenvolvimento social, trabalho e cultura.

Cooperação com outros órgãos e organismos internacionais

- Participou-se da Décima Segunda Conferência Ibero-Americana de Educação, convocada pela OEI e realizada em 1º e 2 de julho na República Dominicana. Nessa ocasião, destacou-se a possibilidade de trabalhos conjuntos na área da educação inicial, o uso de tecnologias a serviço da educação e a educação superior.
- Continua-se a trabalhar com a UNESCO para dar apoio aos países em temas relacionados com os acordos sobre Educação para Todos de Dacar e da Terceira Cúpula das Américas.
- A OEA e a OPAS combinaram esforços para oferecer nos países uma educação de qualidade e apoio complementar às populações vulneráveis.

Cultura

Primeira Reunião Interamericana de Ministros e Altas Autoridades de Cultura e atividades preparatórias

Cumprindo os mandatos conferidos pela Terceira Cúpula das Américas e as resoluções CIDI/RES. 127 (VII-O/02) e AG/RES. 1868 (XXXII-O/02), apoiaram-se os trabalhos de planejamento, organização e realização da Primeira Reunião Interamericana de Ministros e Altas Autoridades de Cultura no âmbito do CIDI, realizada em 12 e 13 de julho em Cartagena das Índias. A fim de preparar essa reunião, prestou-se apoio das formas que se seguem.

- Realização do Primeiro Seminário de Peritos sobre Diversidades Cultural, em 18 e 19 de março, em Vancouver, Canadá. Deu-se apoio logístico para este evento, como a coordenação da participação das várias delegações.
- Reunião Preparatória à Primeira Reunião Ministerial, levada a cabo em 13 e 14 de junho na sede da OEA. Nesta reunião, discutiram-se e aprovaram-se as versões finais da agenda, os projetos da Declaração e do Plano de Ação, que foram considerados na Primeira Reunião.
- A UDSE funcionou como Secretaria Técnica das 10 reuniões do Grupo de Trabalho da CEP-CIDI sobre a Primeira Reunião Ministerial, tanto da Reunião Preparatória quanto da própria Reunião Ministerial.

Coordenação entre órgãos

Convocaram-se e coordenaram-se reuniões entre vários órgãos sobre diversidade cultural em apoio ao Plano de Ação de Cartagena das Índias, as quais se realizaram em 29 e 30 de abril na sede da OEA e em 11 de julho em Cartagena das Índias. Participaram destas reuniões as seguintes organizações: AECI, BID, Banco Mundial, Centro Regional para a Promoção do Livro na América Latina e no Caribe (CERLALC), *International Council on Monuments and Sites*, seção dos Estados Unidos (ICOMOS), Fundo Nacional para as Artes, Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI), Convênio Andrés Bello (CAB), UNESCO, Rede Internacional de Políticas Culturais (RIPC) e Federação Internacional dos Conselhos das Artes e Agências Culturais (FICAAC).

Como resultado das reuniões e para apoiar o Plano de Ação, montaram-se duas matrizes de cooperação entre órgãos, que resumem os programas desenvolvidos por cada organização em cada um dos cinco eixos sobre diversidade cultural. Adotou-se igualmente um Estratégia de Cooperação Cultural entre Órgãos para apoiar os compromissos em relação à diversidade cultural.

- *Promoção da participação da sociedade civil.* Apoiou-se a participação da sociedade civil na Primeira Reunião Ministerial sobre Cultura, por meio do Foro Virtual sobre Diversidade Cultural no Hemisfério. Deu-se apoio a reuniões das organizações da sociedade civil paralelamente à Primeira Reunião Ministerial, a fim de elaborar um documento com suas recomendações, contribuições e comentários à Declaração e Plano de Ação de Cartagena.
- *Acordos de colaboração com organizações hispânicas nos Estados Unidos.* Participou-se da IV Conferência da *National Association of Latino Arts and Culture*, realizada em setembro em Austin, Texas, Estados Unidos. A UDSE apresentou um relatório intitulado *Diversidade Cultural e Negociação da Unidade*, onde enfatizou o desafio de construir uma cidadania multicultural onde a latinidade seja reconhecida e a necessidade de organizar-se para o conseguir.
- *Estratégia de cooperação horizontal.* Cumprindo a estratégia de cooperação horizontal proposta por sua Diretora e aprovada em Cartagena, a UDSE elaborou uma Carteira Permanente de 29 programas consolidados apresentados pelos Estados membros, que foi distribuída a fim de identificar os programas de maior interesse para todos os países. Com base nas respostas dos países foram selecionados seis programas, a respeito dos quais se levarão a cabo, em 2003, estágios ou atividades de intercâmbio que permitam conhecê-los e conseguir sua transferência crítica para outros contextos.
- *Apoio à constituição da Comissão Interamericana de Cultura e do Observatório de Políticas Culturais.* A UDSE apóia a Subcomissão de Políticas da CEPAC na elaboração de um estudo de viabilidade sobre a criação de um Observatório Interamericano de Políticas Culturais, com recursos do Governo do Canadá e do Convênio Andrés Bello. Da mesma forma, está prestando apoio técnico à referida Subcomissão na compilação de observações dos Estados membros relacionadas com o projeto de Regulamento para estabelecer a Comissão Interamericana de Cultura, criada na Primeira Reunião Ministerial, e com a definição de um calendário para pôr a referida Comissão em funcionamento.
- *Participação em reuniões e conferências.* Participou-se, como conferencista, do Primeiro Seminário Internacional sobre o Manejo das Línguas, organizado pelo Conselho da Língua Francesa, pelo Governo de Québec e outros organismos. Participou-se igualmente do Seminário sobre Estatísticas Culturais organizado pelo Governo do Canadá, pelo Governo de Québec, pelo Instituto Canadense de Estatística, pelo Instituto de Estatística da UNESCO e pela Fundação Rockefeller.
- *Acordos com organizações internacionais e organismos não-governamentais.* Entabularam-se conversações com a organização não-governamental Artes sem Fronteiras para estudar a possibilidade de adotar um acordo de cooperação entre a UDSE e essa instituição. Da mesma forma, realizaram-se contatos com representantes da Junta Diretora das Mesas-Redondas Pan-Americanas, organização não-governamental oficialmente

credenciada pelo Conselho Permanente, para analisar o desenvolvimento de projetos e atividades comuns. Por iniciativa da UDSE, a Secretaria-Geral assinou acordos de cooperação com as organizações não-governamentais Orquestra Juvenil das Américas, Centro Regional para a Promoção do Livro na América Latina e no Caribe (CERLALC) e Convênio Andrés Bello. Prosseguiu a execução de um acordo com o Centro Cultural do BID para co-patrocinar uma série de conferências sobre o tema Cultura e Desenvolvimento. Por iniciativa da UDSE, a Secretaria-Geral assinou um Acordo de Cooperação com a União Latina. Atualizou-se ainda o Acordo de Cooperação entre a Secretaria-Geral e o Convênio Andrés Bello, a fim de renovar o desenvolvimento de projetos e atividades comuns.

- *Publicações e Estudos.* Contrataram-se peritos para elaborar estudos a fim de contribuir para a reflexão e o debate sobre as relações entre diversidade cultural, globalização e desenvolvimento na América Latina e no Caribe. Os autores e documentos que resultaram desses contratos são: Bernardo Subercaseaux, *Globalización, Nación y Cultura en América Latina (Desafíos y estrategias para preservar la diversidad cultural)*; Rodolfo Stavenhagen, *La Diversidad Cultural en el Desarrollo de las Américas – Los pueblos indígenas y los estados nacionales en Hispanoamérica*; José Alvaro Moisés, *Diversidad Cultural y Desarrollo en las Américas*; Ian Isidore Smart, *El Papel de la Diversidad Cultural en el Desarrollo de las Américas*; e Néstor García Canclini, *Las Industrias Culturales y el Desarrollo de los Países Americanos*.

Emprego e desenvolvimento trabalhista

- *Apoio aos grupos de trabalho da Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho.* A OEA, por intermédio da UDSE, participou da organização das reuniões dos grupos de trabalho criados pela Décima Segunda Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho, e as apoiou. O Grupo de Trabalho I, que tratou das Dimensões Trabalhistas do Processo da Cúpula das Américas, e o Grupo II, que abordou o Desenvolvimento da Capacidade dos Ministérios do Trabalho, realizaram suas reuniões em abril, na República Dominicana. Como resultado dos acordos alcançados nessas reuniões, a UDSE preparou um relatório diagnóstico sub-regional (MERCOSUL, Comunidade Andina, América Central, Caribe e América do Norte) sobre a situação do desemprego, da pobreza, da erradicação do trabalho infantil e das crianças fora da escola. Este relatório orientará o trabalho da Unidade, ponto em destaque as necessidades de cada região.
- *Participação em seminários.* Na qualidade de secretaria técnica da Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho, a UDSE enviou representantes a dois seminários técnicos preparatórios à Décima Segunda Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho. Os dois seminários —Novas Relações de Trabalho e a Brecha Digital, e Sistemas de Seguro-Desemprego nas Américas — realizaram-se respectivamente em Montreal e Miami. Como resultado de sua participação nestes seminários, a UDSE apresentou à AICD dois projetos para financiamento, com base nas experiências dos países presentes, e também se ofereceu para organizar outro seminário, sobre gênero e trabalho.
- *Estratégia de cooperação horizontal.* Para promover a cooperação horizontal entre países, a UDSE preparou uma matriz de oferta e demanda de programas consolidados voltados para a capacitação e certificação de aptidões para o trabalho, para a intermediação trabalhista, os

serviços de colocação e as necessidades das pequenas economias em matéria de desenvolvimento de capacidades de seus sistemas trabalhistas, particularmente na América Central e na CARICOM. Como parte dessa estratégia de cooperação horizontal, a UDSE, juntamente com a Secretaria do Trabalho e Previdência Social do México e com apoio financeiro da AICD, organizou no México e no Panamá *workshops* sobre o programa mexicano CONOCER. A UDSE planeja realizar um curso virtual sobre certificação de aptidões para o trabalho destinado aos países da América Central e um curso presencial sobre os mesmos temas para os países do Caribe.

- *Coordenação entre órgãos.* A UDSE manteve reuniões de coordenação com a AICD, com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), a fim de abrir canais de trabalho conjunto e coordenar suas ações. No tocante à identificação e intercâmbio de melhores práticas na área da saúde e segurança do trabalho, em particular, iniciou-se entre estas instituições um trabalho conjunto para promover o futuro intercâmbio desses programas entre os países das Américas.

A UDSE trabalha em estreito contato com a equipe da OIT encarregada do projeto de apoio à Décima Segunda Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho (CIMT), nas tarefas de seguimento e apoio aos grupos de trabalho, bem como na definição de ações de cooperação.

A UDSE participou do Foro Hispânico sobre um Ambiente Seguro e Saudável, patrocinado pela OPAS em outubro em San Diego, Califórnia. Neste Foro, apresentou-se a visão da OEA diante dos desafios trabalhistas e sociais dos processos de integração regional.

- *Apoio à elaboração de projetos.* A pedido de alguns países do Caribe, a Unidade prestou assessoramento para a preparação do projeto *Enhancement of the Labor Inspection Functions in Selected Caribbean Countries*, que vai receber financiamento do FEMCIDI no ano de 2003.

UNIDADE DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE

A Unidade de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (UDSMA) foi estabelecida mediante a Ordem Executiva N° 96-6, de 28 de junho de 1996. É a principal entidade da Secretaria-Geral encarregada dos assuntos diretamente relacionados com o desenvolvimento sustentável e o meio ambiente. Sua finalidade é apoiar as atividades da Organização, seus órgãos e entidades, na formulação de políticas de desenvolvimento sustentável e meio ambiente na região. Formula, avalia e executa os projetos de cooperação técnica em suas áreas de competência e presta assessoramento e apoio técnico em aspectos referentes ao desenvolvimento sustentável, inclusive os programas voltados para o desenvolvimento da legislação sobre meio ambiente, a transferência de tecnologias ambientalmente saudáveis e a educação ambiental. Além disso, a Unidade atua em áreas destacadas pelo processo de cúpulas hemisféricas e, em particular, tem uma elevada responsabilidade pelo seguimento do Plano de Ação de Santa Cruz, adotado pela Cúpula das Américas sobre Desenvolvimento Sustentável (Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, dezembro de 1996).

As atividades da Unidade em 2002 orientaram-se pelos mandatos das Cúpulas; pelas resoluções aprovadas nos períodos de sessões da Assembléia Geral da Organização; pelos mandatos emanados do Programa Interamericano de Desenvolvimento Sustentável, aprovado pela Assembléia Geral em seu Vigésimo Sétimo Período Ordinário de Sessões, realizado em junho de 1997 em Lima, Peru; pelo Plano Estratégico de Cooperação Solidária 2002-05; e pelas resoluções aprovadas na Terceira Reunião Ordinária da Comissão Interamericana de Desenvolvimento Sustentável, realizada em 11 e 12 de fevereiro de 2002.

A UDSMA tem atualmente em execução uma carteira de projetos num valor total de aproximadamente US\$62 milhões, mais de 95% dos quais financiados com recursos provenientes de fontes externas da OEA. A página da Unidade na Internet — <http://www.oas.org/udsma> — incorpora as principais atividades em execução e correlatas, que são acessíveis nesse endereço.

Atividades relacionadas com a Cúpula da Bolívia

Prosseguiram as atividades para a coordenação e seguimento do Plano de Ação de Santa Cruz. A Unidade prestou apoio ao Grupo de Trabalho da Comissão Interamericana de Desenvolvimento Sustentável (CIDS), criado no âmbito da CEPCIDI, com o objetivo de preparar a Terceira Reunião Ordinária (CIDS III). Distribuiu-se uma matriz entre os Estados membros, a fim de avaliar o progresso na execução do Plano de Ação de Santa Cruz.

Cumprindo os mandatos referentes ao Plano de Ação de Santa Cruz, constantes do Programa Interamericano de Desenvolvimento Sustentável, a UDSMA efetuou as atividades que se seguem.

Prosseguiu a fase de implementação da Estratégia Interamericana para a Promoção da Participação Pública na Tomada de Decisões sobre Desenvolvimento Sustentável (ISP), atendendo particularmente à resolução CIDI/CIDS/RES. 6 (III-O/02), aprovada pela Comissão Interamericana de

Desenvolvimento Sustentável (CIDS III), em 12 de fevereiro de 2002. Em especial, continuou respaldando os esforços para a implantação da Estratégia, desenvolvendo mecanismos de estreita colaboração entre os setores público e privado em matéria de desenvolvimento sustentável e meio ambiente.

A Rede Interamericana de Informação sobre a Biodiversidade (IABIN) foi criada em 1996 como iniciativa da Cúpula das Américas em que se reuniram os Chefes de Estado dos países membros. Essa iniciativa continua a crescer, e já são 29 os países que designaram oficialmente pontos focais para a IABIN. Esta vai fornecer a infra-estrutura para a rede de informação (como padrões e protocolos), bem como o componente científico necessário aos países das Américas para melhorar o processo decisório, sobretudo quando o desenvolvimento humano conflita com a conservação da biodiversidade. Em princípios de 2002, o Fundo para o Meio Ambiente Mundial, ramo financeiro da Convenção sobre Diversidade Biológica, contribuiu com US\$650.000 para a consolidação da Rede e para a elaboração de um projeto mais amplo que será apresentado ao Conselho do FMAM em 2003.

O Fórum Interamericano sobre Direito Ambiental (FIDA) foi idealizado na Cúpula das Américas sobre Desenvolvimento Sustentável, reunida em Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, para servir como uma “rede hemisférica de funcionários e peritos em Direito Ambiental e em sua aplicação e cumprimento”, atuando em coordenação com a OEA. Cumprindo os objetivos de sua criação, travou-se um diálogo virtual pela Internet sobre políticas de produção mais limpas e eficiência energética na América do Sul, com apoio da Corporação Andina de Fomento (CAF), da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO) e outras. Além disso, juntamente com a Comissão Centro-Americana de Meio Ambiente e Desenvolvimento (CCAD), organizou-se em Manágua, Nicarágua, um *workshop* sobre políticas disponíveis para uma produção mais limpa na região centro-americana. O FIDA registrou em relatórios os resultados de ambas as atividades.

O FIDA está trabalhando com parceiros governamentais e não-governamentais das Américas para levar a cabo avaliações de impacto ambiental nacionais do proposto Acordo da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e para discutir as alternativas de políticas com Estados membros da OEA. O Projeto iniciou-se em setembro de 2001, com estudos da Argentina e do Brasil. Esses estudos serão revistos por grupos de peritos em março de 2003. No início de 2003, começará a preparação dos relatórios do Paraguai, Uruguai e dois ou mais países centro-americanos.

Nesse período, ademais, distribuiu-se o Relatório Final do Quarto Diálogo Interamericano de Administração de Águas e se prepararam, em três idiomas, duas edições especiais de *Diálogo al Día*, o boletim da Rede Interamericana de Recursos Hídricos.

Na seqüência do Ponto II.4 do Plano de Ação de Santa Cruz, do Ponto 4.4 do PIDS e da resolução CIDI/CIDS/RES. 3 (II-O/99), a UDSMA manteve a execução de projetos especiais que apóiam a definição de políticas nacionais e regionais de manejo integrado de recursos hídricos e zonas costeiras em vários países das Américas. Esses projetos compõem uma carteira de aproximadamente US\$30 milhões.

Grupo de Trabalho Interagencial para o Seguimento da Cúpula da Bolívia

Como presidente do Grupo de Trabalho sobre Incorporação da Redução dos Efeitos dos Desastres no Desenvolvimento(IATF), a UDSMA apresentou o Terceiro *workshop* sobre Técnicas para a Avaliação de Vulnerabilidade e suas Aplicações (VAT III), em colaboração com o Banco Caribenho de Desenvolvimento (CDB) — que patrocinou o evento — e a *National Oceanographic and Atmospheric Administration (NOAA)* dos Estados Unidos. Está sendo revisto o papel da IATF no contexto da estrutura do seguimento das Cúpulas com a Secretaria do Processo de Cúpulas.

Atividades relacionadas com a Cúpula das Américas

Cumprindo o disposto na Terceira Cúpula das Américas, realizou-se em 11 e 12 de fevereiro, na sede da OEA, a Terceira Reunião Ordinária da Comissão Interamericana de Desenvolvimento Sustentável (CIDS) e a Santa Cruz + 5, que, entre outros objetivos, visava apresentar contribuições à Cúpula Rio + 10 em 2002. Nessa ocasião, a UDSMA preparou e distribuiu o Segundo Relatório da Secretaria-Geral sobre o processo conduzido em prol do desenvolvimento sustentável nas Américas, intitulado *Hacia un desarrollo sostenible en las Américas. Informe de implementación de cumbres*.

Cumprindo o disposto na Segunda e na Terceira Cúpulas das Américas, foi estabelecido um acordo de cooperação com a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), que autorizou um financiamento de US\$97.635 para prosseguir com os avanços alcançados na implementação do programa de melhoria dos registros de propriedades, e aprofundá-los. Esse programa está sendo executado por intermédio do Escritório Virtual da Iniciativa Intercúpulas de Sistemas de Propriedade (IPSI), mecanismo criado para este fim pela USAID e pela OEA.

A UDSMA está colaborando com a Secretaria-Geral, que preside a Comissão Interamericana de Redução de Desastres Naturais (CIRDN), na preparação do projeto do Plano Estratégico Interamericano para a Redução de Desastres, Gestão de Risco e Manejo de Emergências, a ser levado à consideração dos Estados membros com vistas a sua implementação.

Atividades relacionadas com mandatos da Assembléia Geral

Cumprindo o disposto pela Assembléia Geral mediante a resolução AG/RES. 1896, “Direitos humanos e meio ambiente nas Américas”, a Unidade lançou uma iniciativa visando contribuir para o fomento da colaboração institucional em matéria de direitos humanos e meio ambiente no âmbito da Organização, em especial entre a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a UDSMA.

Neste sentido, por solicitação do Centro de Direitos Humanos e Meio Ambiente (CEDHA), a Unidade participou de uma audiência de caráter geral perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Nesta sessão, abordou-se o tema dos efeitos da degradação ambiental sobre o exercício e gozo dos direitos humanos no Continente.

Atividades com organizações internacionais

Teve início a participação da Secretaria-Geral, por intermédio da UDSMA, no processo de consulta oficial lançado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento para elaborar uma Estratégia Ambiental do Banco juntamente com outros organismos.

Atividades de cooperação técnica

Recursos hídricos e ecossistemas transfronteiriços

A Unidade manteve seus esforços para fortalecer a cooperação técnica entre os Estados membros visando o manejo integrado e sustentável dos recursos hídricos em bacias transfronteiriças e zonas costeiras. A UDSMA integra o Comitê Diretor do projeto FMAM Bloco B, denominado Gestão Integrada de Bacias Hidrográficas e Zonas Costeiras em Pequenos Estados Insulares em Vias de Desenvolvimento. No projeto Plano Estratégico de Ação para a Bacia Binacional do Rio Bermejo (PEA), prosseguiu a implementação de ações visando reduzir e controlar os processos de degradação ambiental e promover o desenvolvimento da bacia binacional, conforme programadas na fase de planejamento. O projeto vem sendo executado em colaboração com os Governos da Argentina e da Bolívia, por intermédio da Comissão Binacional para o Desenvolvimento da Alta Bacia dos Rios Bermejo e Grande de Tarija, com apoio financeiro do FMAM num montante total de US\$11,4 milhões. A conclusão do projeto está prevista para outubro de 2005.

No ano de 2002, prosseguiram as atividades do projeto Implementação de Práticas de Gerenciamento Integrado de Bacias no Pantanal e na Bacia do Alto Rio Paraguai, executadas no Brasil pela Agência Nacional de Águas (ANA), com apoio da UDSMA, e pelo PNUMA, com financiamento do FMAM no montante de US\$6,6 milhões. Implementando uma nova perspectiva de gestão do projeto por produto, firmaram-se 32 contratos referentes à execução de 31 subprojetos. Por decisão do Conselho Diretor, o prazo de execução do Projeto foi prorrogado até novembro de 2004.

Em 2002, o projeto Gestão Integrada de Atividades Terrestres na Bacia do Rio São Francisco, que contava com financiamento do FMAM no valor de US\$4,7 milhões, entrou na fase final de execução. Concluíram-se 10 subprojetos, apresentou-se a primeira proposta do Diagnóstico Analítico e se elaboraram os termos de referência para a formulação do Programa de Gestão Integrada (PGI). No âmbito do Projeto, realizaram-se *workshops* temáticos, técnicas e de coordenação, bem como duas reuniões do Conselho Diretor. Além disso, executaram-se as atividades de apoio à criação do Comitê de Integração da Bacia do Rio São Francisco, cuja instalação oficial está prevista para dezembro. Por decisão do Conselho Diretor, a execução do Projeto foi prorrogada até dezembro de 2003.

No Brasil, prosseguiram também as atividades do projeto Programa de Ações Estratégicas para a Amazônia Brasileira (PRODEAM) e Estruturação Institucional de Consolidação das Políticas Nacionais de Recursos Hídricos no Brasil (SRH).

No ano de 2002, prosseguiu a execução do Projeto Formulação de um Programa Estratégico de Ação para a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio San Juan e sua Zona Costeira (CRSJ), de iniciativa dos Governos da Costa Rica e Nicarágua, com financiamento do FMAM no montante de US\$4 milhões. Também em 2002 teve lugar uma série de eventos, *workshops* e seminários, entre eles o Diálogo sobre Água e Clima, realizado sob o patrocínio

da Secretaria Internacional do Diálogo sobre Água e Clima do Terceiro Foro Mundial da Água, com financiamento do Governo dos Países Baixos no montante de ?92.616.

No projeto Proteção Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Sistema Aquífero Guarani, assinou-se o Acordo de Cooperação entre a Secretaria-Geral da OEA e o Banco Mundial, que participarão, respectivamente, como órgão de execução e órgão de implementação do projeto, em colaboração com os Governos da Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai. O projeto será executado com apoio financeiro do FMAM no montante de US\$13,4 milhões, sendo o custo total do projeto US\$26,76 milhões. Já foram concluídos os acordos bilaterais entre os países participantes e a Secretaria-Geral da OEA, o que tornará possível iniciar oficialmente as atividades do projeto no primeiro trimestre de 2003. Em 2002, adiantaram-se providências relacionadas com a definição da sede do projeto, o edital do concurso e a seleção do secretário-geral do projeto, a composição da Comissão Diretora Superior e o Manual de Operação Técnico-Financeira (PIP).

Por intermédio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), o Governo do Brasil apresentou o acordo relativo ao projeto Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado do Vale do Parnaíba (PLANAP), que foi assinado em fevereiro de 2002. O Governo já efetuou um pagamento de US\$2.000 para iniciar os trabalhos. Com financiamento do Bloco A do FMAM num montante de US\$25.000, a UDSMA assessorou os cinco países da Bacia do Prata na formulação de uma proposta no Bloco B do FMAM, no valor de US\$700.000. Essa proposta, cujo objetivo é preparar um Programa-Quadro para o gestão dos Recursos Hídricos da Bacia do Prata com Relação à Variabilidade e Mudança Climática, foi aprovada, no quadro do Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata (CIC), pelos cinco países signatários do Tratado da Bacia do Prata (Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai).

Rede Interamericana de Recursos Hídricos

A UDSMA continuou operando como secretaria técnica da Rede Interamericana de Recursos Hídricos (RIRH), o que permite um permanente contato, intercâmbio de experiências e fornecimento de informações técnicas de interesse para o tema. A Rede conta com 34 pontos focais nacionais designados pelos Estados membros. No período analisado, a Rede esteve particularmente empenhada na preparação do Relatório Final do Quarto Diálogo Interamericano sobre Administração de Águas, realizado em setembro de 2001 em Foz do Iguaçu, Brasil. Deu-se também seqüência e apoio ao desenvolvimento dos diálogos nacionais sobre governança na gestão de recursos hídricos, que estão se realizando com financiamento do Governo do Japão, por intermédio da Associação Japonesa de Recursos Hídricos, num total de US\$177.000. Finalmente, na qualidade de Secretaria Técnica da RIRH, apoiaram-se as gestões junto ao FMAM e ao PNUMA para a aprovação do Projeto de Médio Porte para o Fortalecimento da Rede Interamericana de Recursos Hídricos. Tal como se informa em outra parte deste Relatório, o projeto foi aprovado com um valor de US\$972.000.

Projeto de Médio Porte para o Fortalecimento da Rede Interamericana de Recursos Hídricos (RIRH)

Em setembro de 2002, o FMAM aprovou o projeto Desenvolvimento e Implementação de Mecanismos para Divulgar Lições Aprendidas e Melhores Práticas em gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços na América Latina e no Caribe, que fora apresentado ao FMAM pelo Brasil na

qualidade de co-presidente da RIRH. O projeto tem um financiamento do FMAM no valor de US\$972.000 e uma duração prevista de 18 meses.

Terceiro Foro Mundial da Água – Dia Pan-Americano

A UDSMA participa da Comissão Organizadora do Dia Pan-Americano, que será comemorado em 19 de março de 2003, durante o Terceiro Fórum Mundial da Água, no Japão. Para tanto, estabeleceram-se diálogos nacionais sobre governança na gestão dos recursos hídricos, com financiamento da Associação Japonesa de Recursos Hídricos (JAWA) num montante de US\$177.000.

Visão da Água para o Caribe

O projeto Alcançando a Visão Hemisférica da Água, financiado pela Associação Japonesa de Recursos Hídricos e executado pela Unidade de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente para a Organização dos Estados Americanos (UDSMA/OEA) com assistência do Instituto Caribenho de Saúde e Meio Ambiente (CEHI), promove a colaboração da sociedade civil e do governo para tornar realidade a visão hemisférica da água e do exercício do governo no gerenciamento dos recursos hídricos.

Este projeto tem um elemento especificamente caribenho, que consiste em duas atividades: 1) um projeto de demonstração de políticas de recursos hídricos em São Vicente e Granadinas; e 2) revisão de um documento e o esboço de uma declaração e síntese. Por meio da demonstração do projeto, proporciona-se assistência técnica ao Governo de São Vicente e Granadinas, bem como harmonização e fortalecimento da legislação, e regulamentos sobre os atuais recursos hídricos, concentrando-se numa área prioritária para São Vicente e Granadinas e em regulamentos sólidos sobre o manejo de resíduos.

Generalizando a Adaptação à Mudança Climática

O projeto Planejamento para Adaptação à Mudança Climática (CPACC) foi concluído em dezembro de 2001, quando os países participantes solicitaram uma doação para facilitar o desenvolvimento do Projeto (PDF-B) do Fundo para o Meio Ambiente Mundial (FMAM), com a finalidade de preparar o seguimento para o projeto denominado Integração da Adaptação à Mudança Climática (MACC).

A fim de assegurar a continuidade do esforço da região para dedicar-se às mudanças climáticas, a CARICOM garantiu uma doação de CDN\$3,2 milhões para um projeto de Mudança Climática no Caribe.

Atualmente, a Unidade está dando assistência à Secretaria da CARICOM no desenvolvimento do plano de implementação e na confecção do Manual de Operações do projeto Integração da Adaptação à Mudança Climática, e proporcionando aberturas no desenvolvimento do projeto de Sistemas de Informação Gerencial. A expectativa é ter esse trabalho concluído em fevereiro de 2003.

Diálogo sobre Clima e Águas do Caribe (CDWC)

O Diálogo sobre Clima e Águas do Caribe (CDWC) foi organizado para promover e coordenar políticas de discussão e ação sobre clima e águas nos países do Caribe. Este foro proporciona um sistema para a divulgação de informações, intercâmbio de experiências, colaboração e comunicação a respeito das mudanças climáticas e do gerenciamento de recursos hídricos. Financiado pelo Governo dos Países Baixos por intermédio da Secretaria Internacional para o Diálogo sobre Clima e Águas, foi concebido para promover o intercâmbio de informações e experiências com os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS) e a região do Pacífico. O Instituto Caribenho de Saúde e Meio Ambiente (CEHI) e a Unidade de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente da OEA funcionam como convocadores do diálogo e como sua secretaria, respectivamente.

A primeira fase do diálogo abrange o período de maio de 2002 a março de 2003, data do Terceiro Fórum Mundial da Água. Para esta fase, seu financiamento foi solicitado ao Diálogo Global sobre Clima e Águas (DWC), no entendimento de que o DWC daria oportunidade para nova solicitação de financiamento na segunda fase, uma vez cumprida a primeira. Nesta primeira fase, estão sendo atacados os seguintes componentes: campanhas públicas de divulgação; consultas às partes interessadas; *workshops*; portais na página do DWC dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS) do Caribe na Internet; e documentos de interesse sobre participação no Terceiro Fórum Mundial da Água. Desenhou-se igualmente o portal (www.oas.org/cdwc) e iniciou-se a colaboração em torno do relatório a publicar sobre o clima e a água nos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS).

Projeto de mitigação de desastres no Caribe

Em junho de 2002, a OEA e a Agência Caribenha de Resposta em Situações de Desastre (CDERA) assinaram um acordo com a Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (CIDA) visando o Programa de Desenvolvimento de Capacidade para a Mitigação de Ameaças no Caribe (CHAMP). Trata-se de um projeto de três anos, num montante que se eleva a US\$1,4 milhão, dedicado ao treinamento dos funcionários de Estados da CARICOM para reduzir o risco de ameaças naturais. Os dois primeiros componentes deste projeto são o apoio às políticas de desenvolvimento para a mitigação de riscos naturais e a implementação de um treinamento mais seguro. O acordo sobre o projeto foi assinado na Assembléia Geral da OEA em junho neste sentido, a OEA/UDSMA servirá como agência executora do projeto, e a CDERA como sua agência implementadora.

Informações para a tomada de decisões visando o desenvolvimento sustentável

A Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos (SG/OEA) firmou recentemente um Memorando de Entendimento com o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (UNDESA) para agir como instituição de gerenciamento de campo em um projeto pequeno a ser implementado no Caribe. O projeto chama-se Capacidade de Criar Sistemas de Informação Gerencial para Melhorar a Tomada de Decisões sobre Desenvolvimento Sustentável para os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento do Caribe (SIDS), num e o montante total de US\$271.000.

Uma das primeiras atividades programadas é uma missão a Barbados, em dezembro de 2002, para reunir-se com vários organismos internacionais, regionais e nacionais, a fim de discutir a forma como o

novo projeto pode complementar atividades em curso e previstas. Entre outras organizações da região, a Unidade de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente planeja trabalhar com a Universidade das Índias Ocidentais.

Corredores comerciais

O Programa de Capacitação e Pesquisa do Projeto Desenvolvimento de Corredores Comerciais (PROCORREDOR) continua apoiando os projetos regionais de formação e pesquisa no campo sobre temas complementares, a fim de assessorar os governos, realizar consultas com o setor privado e preparar a próxima geração de especialistas em desenvolvimento de corredores comerciais, com enfoque no setor de transporte. Os centros que colaboram com o PROCORREDOR a partir da Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica, Equador, Estados Unidos, Honduras, Peru e Uruguai contribuíram com documentos sobre experiências e atividades, que foram usados na Segunda Conferência Hemisférica sobre Redução da Vulnerabilidade dos Corredores de Comércio aos Desastres Naturais (TCC II), a qual realizou-se em junho de 2002 em Tampa, Flórida, nos Estados Unidos. Para 2003 está programada a TCC III, em colaboração com Zamorano, em Honduras.

Redução de desastres no contexto do desenvolvimento

Acionou-se a sexta fase do projeto denominado Alerta Precoce diante de Inundações e Redução da Vulnerabilidade em Pequenos Vales da América do Sul (SVP), em coordenação com a Federação de Municipalidades do Istmo Centro-Americano, o Centro de Coordenação para a Prevenção de Desastres Naturais na América Central (CEPREDENAC) e o Comitê Regional de Recursos Hídricos do Istmo Centro-Americano (CRRH). Com apoio do Governo dos Países Baixos, por intermédio da Secretaria Internacional do Diálogo sobre Água e Clima (DWC), assentaram-se as bases para o estabelecimento de uma Plataforma Regional do SVP, mediante a qual um consórcio de ONGs oferecerá serviços de assessoria técnica e capacitação a grupos locais, nacionais e regionais interessados na redução da vulnerabilidade a inundações. Espera-se usar fundos sementes como multiplicadores das contribuições do consórcio selecionado. O processo do DWC facilitou a projeção de experiências dos Estados membros da OEA sobre água e clima para o Fórum Mundial da Água III, marcado para março de 2003 no Japão.

Como parte da resposta às conseqüências do furacão Mitch em quatro países da América Central, a UDSMA empreendeu a execução do projeto Rede de Observação do Nível da Água na América Central (RONMAC), financiado pela USAID, por intermédio da Administração Nacional do Oceano e da Atmosfera (NOAA).

No quadro do Plano Hemisférico para a Redução de Desastres no Setor da Educação (EDUPLAN Hemisférico), continua-se a apoiar suas secretarias técnicas na Argentina, Costa Rica, Estados Unidos, Peru, Trinidad e Tobago e Venezuela, nos níveis comunitário, educacional, administrativo e/ou geográfico, mediante esforços de colaboração para reduzir voluntariamente a vulnerabilidade por meio de ações nas áreas acadêmica, de participação pública e de infra-estrutura física.

A UDSMA, em coordenação com a Secretaria de Integração Econômica da América Central (SIECA), o CEPREDENAC e o Departamento de Transporte dos Estados Unidos (USDOT), continua apoiando o desenvolvimento e a atualização do Estudo da Vulnerabilidade das Rodovias da

América Central em face de Riscos Naturais e o processo para a Assistência Mútua em Caso de Danos à Infra-Estrutura de Transporte por Desastres Naturais na América Central.

Energia renovável nas Américas

A UDSMA atua como secretaria técnica para a Iniciativa de Energia Renovável nas Américas (EREA). No ano de 2002, a EREA encetou uma série de novas iniciativas e ampliou o alcance de atividades em curso. Juntamente com o Banco Mundial, administra uma aliança hemisférica que catalisa a expansão de serviços modernos de energia nas zonas rurais de baixos recursos na América Latina e no Caribe. Esta aliança global de energia sustentável — América Latina e Caribe (GVERP-LAC) — revelar-se-á benéfica em numerosas estratégias nacionais para o desenvolvimento da energia rural e ajudará a dirigir recursos de assistência técnica e financeira para a execução desses programas. Após a adoção do Plano de Energia Sustentável em Santa Lúcia, em 2001, a EREA começou a trabalhar com a Dominica e Grenada no desenvolvimento de estratégias semelhantes, que ajudarão a orientar a transformação dos setores de energia mediante o uso de tecnologias de energia sustentável (energia renovável e sistemas rendimento energético). Suplementarmente, a EREA está promovendo assistência técnica a vários países, inclusive a República Dominicana e a Guatemala, para a análise e desenvolvimento das políticas de energia renovável. Por meio de sua aliança com a AICD, a EREA continua ajudando o desenvolvimento de telecomunicações rurais e de projetos energéticos. Em 2002, como resultado de um projeto piloto financiado pela OEA, cujo desenho foi traçado pela EREA e pela AICD, o Banco Interamericano de Desenvolvimento concedeu um empréstimo de US\$8,5 milhões a Honduras para a Conectividade Rural Nacional e as iniciativas energéticas.

Escritório Virtual da Iniciativa Intercúpulas de Sistemas de Propriedade

Como resultado da Segunda Cúpula das Américas (Chile, 1998) e cumprindo os mandatos sobre Registros de Propriedade do Plano de Ação de Santiago, a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), em aliança com a OEA, criou o Escritório Virtual da Iniciativa Intercúpulas de Sistemas de Propriedade. Na Cúpula, Estados membros comprometeram-se a racionalizar e padronizar seus próprios sistemas de registro de propriedade nacional. Assim, o objetivo do Escritório Virtual da Iniciativa Intercúpulas de Sistemas de Propriedade é oferecer ampla ajuda, por meio das informações de seu portal www.property-registration.org, aos esforços em curso para reformar alguns aspectos dos sistemas de registro de propriedade.

UNIDADE INTERSETORIAL DE TURISMO

Criada pela Ordem Executiva Nº 96-7, a Unidade Intersetorial de Turismo promove o desenvolvimento interdisciplinar do turístico. Assim, fortalece e estabiliza a cooperação prática com outras organizações regionais e internacionais, revitaliza o Congresso Interamericano do Turismo (CIT) e conduz os programas de cooperação técnica e treinamento para promover o desenvolvimento sustentável nos Estados membros.

Formulação de políticas e planos

Como parte do programa de reação a emergências, concebido para dar assistência aos setores do turismo dos países membros caribenhos da Organização dos Estados Americanos, cujos setores turísticos e cujas economias sofreram grave desaceleração em 2001, a Unidade Intersetorial de Turismo (UTUR) prestou em 2002 serviços de consultoria à Dominica para ajudar este país a revitalizar o setor turístico nacional.

Desenvolvimento de produtos turísticos

O Programa para Pequenas Empresas Turísticas (STEP), financiado pela USAID, foi elaborado como reação aos resultados e rentabilidade quase endemicamente baixos que caracterizam a operação do subsetor dos pequenos hotéis. Baseia-se no reconhecimento de que as exigências do mercado indicam a necessidade de atentar para os aspectos ambientais ao desenhar e operar empresas turísticas. No período em pauta, os trabalhos realizados no quadro dos vários componentes do programa STEP foram os que se seguem.

Criação da marca e das normas *Caribbean Experiences* para hotéis e empresas auxiliares do setor turismo

Em 2002, a UTUR levou a cabo uma importante série de testes de produtos com vistas à marca e às normas da *Caribbean Experiences* com cerca de 450 pequenos hotéis dos países participantes. Organizaram-se também seminários nos países para 120 proprietários e gerentes de hotéis dos sete países participantes. A Unidade levou a cabo consultas de seguimento com proprietários de pequenos hotéis, preparou um relatório sobre o lançamento de produtos e obteve informações para o ajuste do enfoque da *Caribbean Experiences*. Este exercício servirá também para aperfeiçoar a estrutura de integração e para dar uma contribuição ao preparo do projeto de plano comercial da *Caribbean Experiences*.

Locais turísticos, atrações e turismo comunitário

Lançou-se o componente Locais Turísticos e Atrações do projeto STEP, com a elaboração de uma lista de 26 atrações (15 em Santa Lúcia e 11 em Barbados). A UTUR também entabulou conversações com o Projeto de Competitividade Econômica do Caribe (CPEC), financiado pela Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (CIDA), a fim de promulgar conjuntamente as normas do desenvolvimento e as atividades de turismo comunitário.

Uma importante característica das iniciativas sobre locais turísticos, atrações e turismo comunitário é o potencial oferecido pelos eventos e festivais para agregar valor ao produto turístico e aumentar a receita dos Estados membros. A fim de pôr em relevo este potencial, a UTUR organizou um simpósio regional sobre planejamento e gestão de eventos para mais de 60 administradores e organizadores de eventos, o qual teve lugar de 4 a 6 de novembro de 2002.

Criação de um portal na Internet para administradores de atrações turísticas

Um novo portal na Internet foi criado por pessoal da UTUR e um voluntário da *NetCorps*, como recurso para proprietários e administradores de locais e atrações turísticas, e projetos de turismo comunitário. O portal está sendo analisado para lançamento ao público em princípios de 2003.

Desenvolvimento de um sistema de gestão ambiental

A UTUR trabalhou com pessoal da USAID e da *Caribbean Action for Sustainable Tourism (CAST)* na formulação de um programa de itinerários ambientais para pequenos hotéis, como primeiro passo em uma série de iniciativas técnicas para prestar assistência a pequenos estabelecimentos na implementação de sistemas de gestão ambiental. Em 31 de dezembro de 2002, terão sido concluídos 60 itinerários ambientais e mais de 160 hotéis terão tomado contato com programas de gestão ambiental. Até o final de 2002, mais de 1.700 pessoas e 400 organizações terão tomado contato com estas iniciativas.

Sistemas de informação e transferência de tecnologia

Criação de um meio baseado na Internet

A UTUR criou uma ferramenta digital com a finalidade de conferir visibilidade comercial aos hotéis e demais empresas que participam do programa STEP. O núcleo do projeto é um portal registrado na Internet, *Caribbeanexperiences.com*, que será usado para ajudar os hotéis e as empresas turísticas na distribuição eletrônica de seus produtos. Em 2002, a UTUR contratou um serviço de reservas turísticas para iniciar a criação desse portal e o serviço de reservas, preparando-se para o lançamento de *Caribbean Experiences*. O portal estará pronto em dezembro de 2002 e entrará em teste no princípio de 2003.

Prestação de assistência tecnológica

O programa de prestação de assistência tecnológica a pequenas empresas turísticas revelou-se um grande êxito na comunidade dos pequenos hotéis. Em 2002, mediante a colaboração com os programas *Net Corps Americas* e *Net Corps Canada*, forneceu-se treinamento técnico a mais de 65 estabelecimentos e 165 empregados em oito Estados membros. Além disso, mediante a colaboração com o *Canadian Executive Service Overseas (CESO)*, cerca de 30 hotéis receberam de voluntários assistência em gestão hoteleira, operações, e gastronomia e bebidas.

Criação de um centro de recursos virtual na Internet, CaribbeanInnkeeper.com

Em 2002, a UTUR iniciou a atualização e ajuste do centro de recursos virtual abrigado no portal *CaribbeanInnkeeper*, com que levou a um conjunto de informações e serviços a respeito dos programas de treinamento, equipamento, ferramentas e materiais correlatos agora disponíveis por meio do projeto STEP. Esse projeto oferece aos operadores hoteleiros, pesquisadores, estudantes e pessoal do setor grande volume de informações relevantes para a operação de empresas turísticas, a que têm acesso pela Internet.

Criação de centros de recursos físicos.

O centro de recursos virtual *CaribbeanInnkeeper.com* será complementado pelo estabelecimento de centros de recursos físicos nos países participantes do projeto STEP. Estes centros, que funcionarão como mecanismo básico para apresentar o projeto STEP nos Estados participantes, oferecem materiais de treinamento, uma biblioteca de vídeo para pequenos hotéis, instalações para projeção de TV e vídeo, acesso à Internet e uma série de folhetos. Fornecem igualmente informações da CAST sobre seus programas e folhetos a respeito de gestão ambiental preparados para o programa STEP. Para fins de 2002, terão sido estabelecidos centros de recursos em oito Estados membros, e mais cinco serão criados no começo de 2003. Da mesma forma, a UTUR organizou um centro de recursos “móvel” que será usado em países maiores, como a Guiana e as Bahamas, a fim de garantir a distribuição e recepção adequadas nos pequenos estabelecimentos fora dos centros turísticos principais.

Preparação de folhetos instrutivos

Os folhetos visam apresentar as práticas operacionais e métodos administrativas ótimos no setor, tanto em forma eletrônica quanto impressa. A meta é alcançar maior eficiência e rentabilidade na operação de empresas turísticas aplicando algumas práticas ótimas apresentadas nos folhetos. Em 2001 e 2002, prepararam-se 17 folhetos sobre vários temas operacionais, entre eles conservação ambiental, gestão energética, melhorias nos quartos, empresas, soluções rápidas, manutenção, arrumação de quartos de hotel e posicionamento no mercado.

Educação e treinamento

Certificação para trabalhadores do setor

Em 2002, a UTUR colaborou com a CIDA/CPEC e a *American Hotel and Lodging Association (AHLA)* para elaborar e adaptar material de treinamento e certificação em gastronomia e serviço de restaurante no quarto para pequenos hotéis. Ao passar a ser usado, mediante licença do sistema AHLA, este material foi colocado à disposição dos usuários, em princípios do ano, a fim de efetuar testes de produtos para alguns hoteleiros, peritos regionais e instrutores. Todos os participantes concordaram que o material de instrução estava bem adaptado às necessidades dos pequenos hotéis. Em meados de 2002, participaram 75 educadores de seminários de preparação de instrutores sobre certificação do treinamento da AHLA com o material adaptado. Para alcançar o objetivo de treinar 500 empregados de hotéis, previsto para o ano de 2003, é essencial contar com um quadro de instrutores.

Manuais educativos para escolas

Cumprindo o mandato conferido pelo Programa Interamericano de Desenvolvimento do Turismo Sustentável, a Unidade, em colaboração com a Organização de Turismo do Caribe (CTO), completou as seguintes atividades: a) maior desenvolvimento do Sistema de Aprendizagem de Turismo para o Caribe, em colaboração com contrapartes canadenses, a fim de consolidar e coordenar as atividades de educação e treinamento em turismo na região; b) implementação de seminários e atividades de promoção e introdução, no sistema escolar regional, de módulos turísticos criados como parte das atividades financiadas pela OEA em 2001; e c) implementação de atividades de conscientização turística na região.

Promoção institucional e promoção da capacidade

Com a firme convicção de que a implementação efetiva do projeto STEP depende da capacidade das contrapartes coordenadoras que participam nos Estados membros, organizaram-se em 2002, para coordenadores do STEP, cursos de treinamento em consciência ambiental, avaliação ambiental, administração hoteleira, operação gastronômica e segurança sanitária e alimentar. Os coordenadores participaram também de um programa de treinamento e certificação para administradores de pequenos hotéis e dos meios de comunicação. O programa contou com assistência da Loyola University.

Atividades da Unidade na América Central

No ano passado, a Unidade prestou assistência aos projetos de turismo seguintes na América Central:

Projetos regionais de assistência a pequenos hotéis

Os projetos regionais de assistência a pequenos hotéis abarcam seis Estados membros da OEA (Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua, Costa Rica e Panamá); seu objetivo é prestar assessoramento para elevar a competitividade. A implementação se atrasou durante quase todo o ano de 2002 devido a problemas institucionais com o órgão executor. Contudo, a UTUR conseguiu uma alteração nos acordos sobre o financiamento e os organismos executores no último trimestre do ano, de modo a efetuar o primeiro desembolso de recursos do Projeto de Pequenas Empresas Turísticas do Caribe. No fim do ano, estava parcialmente efetuada o diagnóstico dos problemas do setor.

Projeto Turístico Rota do Café

O Projeto Turístico Rota do Café visa gerar benefícios na região de Los Santos a partir do turismo, mediante o desenvolvimento de um produto autóctone como é o café, dando assistência na diversificação de sua base econômica predominantemente cafeeira e reforçando o patrimônio e a cultura do lugar. Está em andamento um projeto piloto na Costa Rica, e esta colaboração se amplia com esforços semelhantes na Nicarágua e Guatemala. No ano, conseguiu-se um inventário de produtos turísticos, iniciou-se um programa de conscientização comunitária e empreendeu-se um exame dos produtos pilotos com operadores e agências turísticas e potenciais contrapartes. No fim do ano, realizaram-se atividades de comercialização e publicidade.

Outras atividades na América Latina

No período em consideração, pessoal da UTUR participou da elaboração de um documento sobre o tema Florescimento do Turismo na América Latina — Tendências Atuais e Perspectivas, e o apresentou no Quarto Congresso Nacional de Comissões Legislativas de Turismo e Desenvolvimento Econômico, realizado em fevereiro em Acapulco, México.

O pessoal da UTUR manteve conversações com o Diretor do Escritório da Secretaria-Geral da OEA no Uruguai, com vistas a obter sua assistência a fim de identificar oportunidades para a intervenção da Unidade no programa de desenvolvimento turístico da região.

Pesquisa para respaldar a formulação de políticas e programas

Realizou-se uma pesquisa sobre um projeto para conseguir a participação dos povos indígenas da Dominica, São Vicente e Granadinas e Belize no setor turístico. O relatório da pesquisa está sendo aplicado no desenho de um projeto de financiamento. O projeto será incorporado ao programa de trabalho da UTUR.

Realizou-se também uma pesquisa sobre um projeto para maximizar os benefícios e o rendimento econômico do turismo desportivo. O relatório da pesquisa constituiu o principal recurso de um simpósio que teve lugar em novembro em Grenada.

Iniciou-se igualmente a implementação de iniciativas aprovadas pelo Conselho Permanente em outubro de 2001, com vistas a prestar assistência aos setores turísticos dos Estados membros cujas economias tinham sofrido desaceleração grave nesse ano. Para tanto se realizaram atividades nas seguintes áreas: comercialização, planejamento e desenvolvimento de produtos; assistência técnica ao subsetor dos pequenos hotéis; estabelecimento de centros de recursos; e formulação de um plano de curto prazo para a reativação do turismo em Dominica.

Mecanismos institucionais

No período em consideração, a Unidade Intersetorial de Turismo participou de deliberações com várias instituições da área, inclusive a Organização de Turismo do Caribe, a Associação Hoteleira do Caribe, a *Caribbean Action for Sustainable Development*, o Centro Epidemiológico do Caribe (CAREC), a Universidade de George Washington, a Loyola University, o Banco de Desenvolvimento do Caribe, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Banco Europeu de Investimentos e a Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional – Projeto de Competitividade Econômica do Caribe (CIDA-CPEC). A Unidade também concluiu os preparativos essenciais para o Décimo Oitavo Congresso Interamericano de Turismo. No entanto, o Congresso, originalmente marcado para setembro de 2002, foi adiado para meados de 2003.

Financiamento

Durante o ano, mantiveram-se conversações sobre o financiamento de componentes do programa de trabalho da UTUR com o Fundo Multilateral de Investimentos, do Banco Interamericano de Desenvolvimento, com a Corporação Financeira Internacional, do Banco Mundial, com o Banco Europeu de Investimentos, com o Banco de Desenvolvimento do Caribe, com o Banco da Nova Escócia e com a Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional

UNIDADE PARA A PROMOÇÃO DA DEMOCRACIA

A Unidade para a Promoção da Democracia foi estabelecida mediante a Ordem Executiva Nº 90-3, de 15 de outubro de 1990, em conformidade com a resolução AG/RES. 1063 (XX-O/90) da Assembléia Geral, a fim de apoiar os Estados membros em seus esforços para preservar e fortalecer suas instituições políticas e procedimentos democráticos. A Unidade executa seu plano de trabalho no âmbito do Programa de Apoio para a Promoção da Democracia, aprovado pela resolução CP/RES. 572 (882/91), do Conselho Permanente.

Escritório da Coordenadora Executiva

No ano de 2002, o Escritório da Coordenadora Executiva desenvolveu as atividades de coordenação e direcionamento do trabalho da Unidade, tanto para garantir o cumprimento do previsto no plano de trabalho como para atender às diversas necessidades surgidas no decorrer do ano.

Suplementarmente, a Coordenação Executiva liderou o trabalho desenvolvido transversalmente pela Unidade em torno do Fórum Interamericano sobre Partidos Políticos. O Fórum foi criado em Miami em dezembro de 2002, com apoio de mais de 100 representantes de várias organizações políticas hemisféricas e das organizações internacionais mais importantes ligadas ao trabalho com partidos políticos. Em 2003, o Fórum conseguiu consolidar-se como espaço de encontro e promoção de iniciativas para melhorar a qualidade dos sistemas partidários e dos partidos políticos da região.

Por meio do *workshop* de trabalho com as organizações internacionais, fundações e institutos partidários, realizado em agosto em Santiago, Chile, o Fórum conseguiu consolidar o trabalho conjunto com os principais instrumentos de representação partidária na esfera internacional. Iniciou-se o estudo sobre financiamento da política nos 34 países do Hemisfério, para o qual se reuniu um grupo de peritos do mais alto nível em um *workshop* na Costa Rica, em outubro, a fim de esboçar os parâmetros do estudo. Finalmente, em dezembro, em Vancouver, Canadá, levou-se a cabo a segunda reunião do Fórum, em que se encontraram vários dos mais importantes líderes políticos do Hemisfério para dialogar e trocar opiniões sobre os temas relacionados com o financiamento da política e dos processos de reforma política. A reunião de Vancouver serviu também para estabelecer o Conselho Consultivo do Fórum, que reúne os mais importantes atores dos processos de fortalecimento dos sistemas partidários do Hemisfério e dará uma contribuição para guiar os futuros propósitos do Fórum e lhes conferir sustentabilidade.

Programa estratégico para o fortalecimento democrático

Com o objetivo de facilitar o intercâmbio de experiências e a cooperação interparlamentar, o Programa de Apoio às Instituições Legislativas (PAFIL), no ano de 2002, apoiou a organização da primeira reunião do Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA). Esta reunião teve lugar na sede do Congresso da República do México. Da mesma forma, em colaboração com o Parlamento Andino, o Programa contribuiu para a realização de um seminário sobre o papel dos partidos políticos e dos congressos na reforma política dos países andinos, o qual realizou-se no Congresso da República da Colômbia. Prestou igualmente assessoramento à Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL

para acionar a Rede Interparlamentar de Informação Legislativa. Em conformidade com a Convenção Interamericana contra o Terrorismo e em apoio ao Fórum de Presidentes dos Poderes Legislativos da América Central (FOPREL), respaldou ainda uma iniciativa de cooperação interparlamentar centro-americana para o desenvolvimento de uma estratégia legislativa regional e a atualização das leis nacionais sobre a questão. Da mesma forma, apoiaram-se parlamentares do Congresso dos Estados Unidos e da Assembléia Nacional da Venezuela para a organização do Fórum Interparlamentar de ambos os países, realizado em setembro de 2002 em Brewster, Massachusetts.

A fim de gerar e divulgar novos conhecimentos sobre o papel do Poder Legislativo na democracia, completou-se o estudo Congressos e Procuradores de Direitos Humanos na Proteção aos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais na América Central. Avançou-se igualmente num programa voltado para os parlamentares sobre estratégias de relacionamento com a imprensa. Por outro lado, iniciou-se um estudo sobre melhores práticas parlamentares nas relações entre o Poder Legislativo e a sociedade civil, bem como no campo da informática legislativa e dos sistemas de assessoria legislativa. Começou-se também a preparar o manual de Técnica Legislativa para Parlamentos do Hemisfério, bem como a efetuar o estudo Processo Orçamentário e Controle Político na Região Andina.

A fim de promover um melhor entendimento sobre o papel do Poder Legislativo na democracia, realizou-se, em colaboração com o Congresso Nacional brasileiro, o Quarto Curso Regional MERCOSUL, cujo tema foi O Poder Legislativo na Democracia e a Integração, de que participaram aproximadamente 50 jovens da região, oriundos de partidos políticos, congressos nacionais e provinciais, conselhos municipais e outras entidades.

No mesmo período, prestou-se assistência técnica para o desenho de programas de modernização legislativa da Assembléia (Poder Legislativo) da província de Córdoba, Argentina, bem como dos congressos da República Dominicana e da Bolívia.

Em 2002, por intermédio do Programa de Apoio aos Processos de Descentralização e Participação do Cidadão, a UPD continuou apoiando os esforços dos Estados membros para fortalecer o arcabouço normativo e institucional desta área. A partir da criação, em 2001, da Rede Interamericana de Alto Nível sobre Descentralização, Governo Local e Participação do Cidadão (RIAD), no âmbito da OEA, e atendendo aos compromissos das Cúpulas das Américas neste particular, o Programa concentrou seus esforços em apoiar as atividades desse novo instrumento de cooperação hemisférica. Na qualidade de secretaria técnica, a UPD colaborou com a Presidência e a Vice-Presidência da RIAD, exercidas respectivamente pela Bolívia e pelo México, no planejamento das atividades da Rede. Em particular, colaborou com o Governo do México para levar a cabo um *workshop* especializado e para organizar uma reunião de trabalho em Cancún, no México, onde os membros da RIAD apontaram áreas de ação prioritária.

No MERCOSUL, conforme solicitado pela Reunião Especializada de Municípios e Intendências do MERCOSUL (REMI), órgão especializado da sub-região, a UPD colaborou para a realização em Mar del Plata, Argentina, de um fórum sub-regional sobre descentralização e desenvolvimento local, e prestou assistência técnica para a sistematização de estudos sobre descentralização e autonomia local nesta sub-região. Na Região Andina, por solicitação do Governo do Peru, a UPD foi um dos patrocinadores internacionais de um seminário sobre descentralização e desenvolvimento regional que teve lugar em Lima, Peru, buscando contribuir para o processo de descentralização nesse país.

Na América Central, assinou-se um convênio de cooperação técnica com o Banco Interamericano de Desenvolvimento para desenvolver o programa Apoio ao Fortalecimento dos Processos de Descentralização Política na América Central, iniciativa com que se procura contribuir no sentido de fortalecer a capacidade dos governos centrais para formular e implementar políticas em matéria de descentralização. Sua temática e metodologia foram apresentadas e analisadas numa oficina sub-regional de alto nível intitulada A Dimensão Política da Descentralização e realizada na República Dominicana, com o patrocínio e colaboração do Conselho Nacional de Reforma do Estado e do Banco Mundial.

Em sintonia com os mandatos específicos da Carta Democrática Interamericana sobre a Promoção da Cultura Democrática, o Programa de Promoção da Liderança e Cidadania Democrática continuou a oferecer o seu apoio para a realização de cursos regionais e nacionais sobre instituições, valores e práticas democráticas para jovens líderes do Hemisfério.

Assim, em colaboração com o Banco Interamericano de Desenvolvimento e a Comissão Interamericana de Mulheres, realizou-se em maio de 2002 em Manágua, Nicarágua, o Primeiro Curso Centro-Americano para Mulheres Líderes Jovens sobre Governança Democrática, de que participaram 30 destacadas jovens da Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Panamá, representando setores formadores de opinião, como partidos políticos, organizações não-governamentais, meios de comunicação e círculos acadêmicos. Da mesma forma, em colaboração com o Instituto de Ciência Política da Universidade da República do Uruguai e com patrocínio do Congresso da República do Uruguai, organizou-se em Montevideú o Primeiro Curso Regional sobre Democracia e Gerência Política, com a participação de aproximadamente 40 jovens líderes da região, provenientes de partidos políticos, organismos eleitorais, congressos, municipalidades e meios de comunicação do MERCOSUL.

Com o apoio financeiro do BID, estabeleceu-se o Programa de Capacitação de Líderes Democráticos (CALIDEM), composto de cursos nacionais sobre instituições, valores e práticas democráticos, cuja finalidade é contribuir para a formação de uma liderança democrática em países do Hemisfério. Nesse contexto, realizaram-se dois cursos nacionais, um no Peru e outro no Paraguai; e lançou-se a convocação para se organizarem cursos nacionais no Equador e na Guiana, bem como um curso sub-regional destinado a Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Dominica e Saint Kitts e Nevis.

Finalmente, em colaboração com o *Center for Civic Education* dos Estados Unidos, a UPD iniciou o desenho de um programa de *workshop* para o treinamento de professores das escolas normais e funcionários do Ministério da Educação, destinado a promover o ensino de valores e práticas democráticos no sistema educacional.

Fortalecimento de sistemas e processos eleitorais

Em 2002, esta área atendeu a vários mandatos e orientações recebidos com relação ao campo eleitoral, mediante as modalidades de assessoramento e assistência técnica, e também por meio de trabalhos de pesquisa em torno do fortalecimento dos regimes eleitorais do Hemisfério.

No Equador, Guatemala, Honduras e Paraguai, em 2002, deu-se apoio aos esforços dos governos para fortalecer o sistema eleitoral desses países. Prestou-se cooperação no desenho de ações e estratégias concretas voltadas para promover o uso dos instrumentos e procedimentos mais adequados no campo da organização eleitoral.

De forma análoga, em países da Região Andina, América Central e Caribe, prosseguiram os programas de modernização e automação dos mecanismos eleitorais, usando tecnologias de ponta desenvolvidas pelos peritos da área. Importa mencionar a assinatura do Acordo de Cooperação com o Tribunal Supremo Eleitoral (TSE) do Equador, que permitiu oferecer assessoramento a este organismo no tocante ao desenvolvimento dos sistemas de apuração de votos e designação de autoridades, bem como à transmissão de resultados durante o processo eleitoral que culminou com a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República, em novembro de 2002.

Nas regiões mencionadas, trabalhou-se igualmente no desenvolvimento e implementação de programas do campo do registro civil, cujo objetivo essencial é a reposição de atas, avaliação de estruturas administrativas, estudos de eventuais reformas do arcabouço jurídico, apoio tecnológico aos procedimentos de inscrição, notificação e controle, treinamento de funcionários dos serviços de registros, campanhas de promoção sobre os usos dos dados estatísticos e redefinição de objetivos do sistema.

É oportuno frisar que, a partir da primeira experiência da área de cooperação horizontal entre organismos eleitorais do Hemisfério (Brasil - Paraguai), levadas a cabo em 2001, concretizou-se, em julho de 2002, a assinatura de um acordo-quadro de cooperação entre a Secretaria-Geral e o Tribunal Superior Eleitoral do Brasil, com o objetivo de regulamentar e implementar futuros planos pilotos de voto eletrônico nos países membros que o solicitassem. A meta principal desses planos pilotos é permitir aos países interessados testar o mecanismo do voto eletrônico, que tende a facilitar o trabalho dos integrantes da mesa e agilizar a transmissão dos resultados eleitorais. Em dezembro, a Secretaria-Geral recebeu uma solicitação da Justiça Eleitoral do Paraguai para efetuar novo plano piloto durante as eleições gerais a ter lugar no país em abril de 2003. Atualmente, a UPD está entabulando as gestões necessárias para iniciar o projeto em janeiro de 2003.

Da mesma forma, no contexto da cooperação horizontal, a área realizou, em dezembro, uma reunião preparatória à Conferência Interamericana de Autoridades Eleitorais, que se realizará no Panamá em março de 2003. Participaram da reunião preparatória os representantes dos organismos eleitorais do Brasil, Canadá, México e Panamá. Na reunião, assinou-se um Acordo de Cooperação entre a Secretaria-Geral e o Tribunal Eleitoral do Panamá.

No campo da participação cidadã e da educação cívico-eleitoral, colaborou-se em 2002, na Guatemala, com o Tribunal Superior Eleitoral para realizar *workshops* e seminários, e desenhou-se uma campanha de divulgação pelos meios de comunicação, com a finalidade de contribuir para a consolidação de uma cultura democrática e participativa no país.

No primeiro trimestre de 2002, colaborou-se com o Conselho Nacional Eleitoral da Colômbia e a Universidade Sergio Arboleta na organização do Fórum de Cultura Democrática e Tolerância Eleitoral realizado em Bogotá.

Informação e diálogo sobre democracia

A UPD gerou e divulgou, com materiais eletrônicos e impressos, informações acerca de suas atividades e do tema geral do desenvolvimento democrático no Hemisfério, com o objetivo de ampliar a disponibilidade de dados críticos, pormenorizados e tempestivos sobre esses temas, e fazê-los atingir um público mais amplo. A UPD expandiu as informações disponíveis em seu portal na Internet, criando páginas completas e atualizadas para todas as observações eleitorais efetuadas pela Organização e muitos dos programas especiais da própria UPD.

Do mesmo modo, a UPD trabalhou na atualização das bases de dados referentes à democracia e continua colaborando com o Centro de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Georgetown, em Washington, no desenvolvimento da Banco de Dados Políticos das Américas.

A área dedicou grande esforço à produção de material promocional para divulgar informações a respeito das atividades e programas da UPD. Como resultado, desenharam-se e distribuíram-se vários CD-ROMs e folhetos e se deu seqüência à publicação do boletim eletrônico *UPDate*, que foi divulgado em inglês e espanhol entre as Missões Permanentes e os Observadores Permanentes junto à OEA, a Secretaria-Geral da OEA e outras instituições e indivíduos interessados no desenvolvimento democrático da região.

A Unidade publicou relatórios sobre as observações eleitorais e relatórios especiais, bem como relatórios das atividades e seminários realizados pela UPD.

No ano de 2002, conferiu-se ênfase especial à promoção e divulgação do teor da Carta Democrática Interamericana, aprovada pelos Estados membros em setembro de 2001. Por exemplo, publicou-se a Carta nos quatro idiomas da OEA em formato passaporte, com uma introdução redigida pelo Secretário-Geral. Esta edição foi distribuída por intermédio dos Escritórios nos Estados membros, Missões Permanentes e Observadores Permanentes da Organização, e também por meio de vários eventos, missões e programas da UPD nos países membros. A UPD apoiou igualmente, em conjunto com a Chancelaria Uruguia e o Escritório da OEA no Uruguai, a realização de um seminário sobre a Carta Democrática Interamericana em Montevideú, que teve lugar em 26 e 27 de novembro, e participou, em setembro de 2002, de um evento sobre o desenvolvimento da democracia no Hemisfério, patrocinado pelo Governo do Peru, pela Associação Civil Transparência e por outros organismos, com o qual se buscou comemorar o primeiro aniversário da aprovação da Carta. A fim de analisar a Carta e seu alcance, a UPD realizou ainda, na sede da Organização, um evento que contou com a participação do Senhor Alejandro Toledo, Presidente do Peru, além de eminentes analistas internacionais.

No âmbito do Fórum Democrático da Unidade, realizaram-se em 2002 vários eventos para aprofundar o diálogo e o debate sobre os temas relacionados com o desenvolvimento democrático do Hemisfério.

De 20 a 22 de janeiro, houve em Barbados um seminário sobre Reforma Constitucional no Caribe. Em 16 de setembro, realizou-se em Washington, D.C., um fórum para comemorar o primeiro

aniversário da Carta Democrática Interamericana e, finalmente, a UPD colaborou na organização da Sessão Especial do Conselho Permanente de 25 de novembro, sobre a Participação da Mulher nos Processos Políticos.

Ação Integral contra as Minas Antipessoal (AICMA)

Como parte de seu mandato para apoiar a reconciliação nacional e o fortalecimento da paz, o Programa de Ação Integral contra Minas Antipessoal (AICMA) continuou respaldando as ações contra minas no Hemisfério e apoiando o cumprimento da Convenção de Ottawa por parte dos Estados signatários. Em particular, o AICMA apoiou as atividades de remoção de minas na América Central, especificamente na Costa Rica, Guatemala, Honduras e Nicarágua, e também no Peru e Equador.

No que se refere a seu componente humanitário, o Programa apoiou diretamente os esforços dos Estados membros beneficiários para a remoção de mais de 19 mil minas. Em outubro de 2002, a Costa Rica encerrou suas operações de remoção e declarou-se livre de minas. Na Nicarágua, o país mais afetado da América Central, avançou-se ao longo do ano até 60% da meta de eliminar todas as minas antipessoal armadas em seu território. Em Honduras, as atividades do programa encontram-se na etapa final, e a conclusão dos programas neste país, na Guatemala e Nicarágua estão projetadas respectivamente para 2003, 2004 e 2005. Em agosto de 2002, iniciaram-se operações coordenadas em ambos os lados da fronteira entre o Peru e Equador.

A liderança exercida pela OEA em apoio à Convenção de Ottawa (Convenção sobre a Proibição do Uso, Armazenamento, Produção e Transferência de Minas Antipessoal e sobre sua Destruição) refletiu-se também na assistência do programa AICMA à destruição de minas armazenadas em vários Estados membros. Em agosto de 2002, a Nicarágua somou-se ao Equador, Honduras e Peru como país livre de estoques de minas, ficando pendente apenas a última etapa da destruição das 136.000 minas que havia em seus arsenais. Nesse ano, o Governo da Colômbia solicitou a assistência técnica e financeira da OEA para cumprir suas obrigações decorrentes da Convenção de Ottawa. Começou-se a coordenar um acordo-quadro para o apoio do Programa à educação preventiva, assistência a vítimas e estabelecimento e manutenção de um banco de dados.

A fim de atender cabalmente às necessidades da população afetada, continuou-se a oferecer apoio ao Programas de Atenção a Vítimas de Minas e Artefatos Não-Detonadas, que prestou assistência a cerca de 400 vítimas na América Central, a maioria na Nicarágua. Em 2002, ampliou-se o alcance da ajuda às vítimas de minas, por meio de um programa piloto de treinamento pós-reabilitação para o trabalho, em colaboração com o Instituto Nacional Tecnológico da Nicarágua. Prevê-se treinamento para 55 reabilitados no primeiro ano, com possibilidade de duplicar este número no segundo ano.

O programa da AICMA refinou a implementação do Sistema de Gestão de Informações para Atividades Relativas a Minas (IMSMA) na Nicarágua, com apoio do Centro Internacional para a Remoção Humanitária de Minas, em Genebra, enquanto o sistema era estabelecido no Equador e Peru. O IMSMA funciona como banco de dados primário para a hierarquização das atividades de remoção de minas, educação preventiva e esforços de assistência a vítimas, e será usado para desenvolver um estudo pormenorizado sobre o impacto socioeconômico nas regiões afetadas por minas.

Programas especiais

No âmbito desta área, insere-se a Observação Eleitoral (Missões de Observação Eleitoral – MOEs) da Organização, uma das tarefas mais visíveis e de mais forte impacto da UPD. Ao longo do ano 2002, por solicitação dos respectivos governos, a UPD organizou e levou a cabo missões de observação eleitoral na Bolívia, Colômbia, Equador, Nicarágua, Peru e República Dominicana. Essas missões contribuíram de modo significativo para a transparência dos respectivos processos eleitorais e para aumentar a confiança dos eleitores nesses processos.

Estabelecido no ano de 2000, o Programa Especial para a Promoção do Diálogo e Solução de Conflitos põe a serviço dos Estados membros e da Organização quadros conceituais, metodológicos, mecanismos e recursos humanos especializados nas áreas da promoção do diálogo, solução de conflitos e formação de consenso testados no campo e aperfeiçoados por meio de iniciativas empreendidas em vários países do Hemisfério. Dentre suas atividades, este Programa Especial apóia iniciativas do governo e da sociedade civil, destinados a promover o diálogo, formar consenso e solucionar pacificamente os conflitos sociais.

Entre as atividades desenvolvidas em 2002, cabe ressaltar o apoio técnico que a UPD prestou à Secretaria-Geral em seus esforços de negociação política e mediação para resolver o impasse político na Venezuela.

No segundo semestre de 2002, o Programa Especial apoiou o estabelecimento do Programa América Central (PCA) para a prevenção e solução de conflitos, o qual busca promover o diálogo sócio-político em assuntos de interesse comum para a região, além de fortalecer estratégias locais, nacionais e sub-regionais relacionadas com esse tema. Complementarmente, busca desenvolver uma infra-estrutura regional, a fim de facilitar processos e estabelecer mecanismos para a administração de conflitos junto a contrapartes nacionais, regionais e locais que trabalham na área da formação de consenso, diálogo e governança democrática na América Central.

No ano de 2002 também se apoiou a última fase da implementação do programa Cultura do Diálogo: Desenvolvimento de Recursos para a Construção da Paz na Guatemala, OEA/PROPAZ, cujas atividades se concentram na institucionalização do Programa e sua transição para constituir uma entidade totalmente guatemalteca, a Fundação ProPaz. Espera-se que, no primeiro trimestre de 2003, a Fundação ProPaz se estabeleça, com o propósito de continuar apoiando o processo de paz, diálogo político e desenvolvimento da democracia na Guatemala. Para tanto, busca-se conseguir a transferência das atribuições do programa OEA-PROPAZ, e de seus mandatos, recursos, metodologias e quadros conceituais para essa instituição nacional.

Finalmente, o Programa Especial coordenou com êxito o desenvolvimento de um curso intitulado Construção da Paz e Desenvolvimento em Áreas de Conflito, em conjunto com o Instituto de Verão Construção da Paz e Desenvolvimento, da American University. O objetivo desse curso foi proporcionar conhecimentos e metodologias, bem como experiência de campo, a funcionários internacionais, funcionários governamentais e membros da sociedade civil que trabalhem no tema da solução de conflitos. O programa levou em conta as distintas perspectivas para a mediação, negociação, facilitação, reconciliação e diálogo, particularmente no contexto de regiões em desenvolvimento, que experimentam altos níveis de ocorrência de conflitos. Nestas sessões de

treinamento, os participantes também exploram a relação entre a religião, a cultura e o gênero, de um lado, e do outro o trabalho de construção da paz e o desenvolvimento.

Os programas de Cooperação Técnica para a Consolidação da Paz e a Reinserção (inclusive o adendo Filhos do Rio) e de Autoconstrução de Moradias na Nicarágua prosseguiram em 2002, cumprindo a agenda de atividades programadas para o período. Desta forma, logrou-se dotar as populações beneficiadas de infra-estrutura e capacidade instalada, segundo o quadro operacional de cada caso.

A Agência Especializada Programa Nacional de Governança (PRONAGOB), na Bolívia, e a Modernização do Registro Civil (MORECIV), no Paraguai, levaram a cabo todos os processos de licitação de bens e de seleção de pessoal programados, bem como as tarefas de coordenação entre as instituições governamentais vinculadas aos respectivos programas. Esta atividade desenvolve-se no quadro do fortalecimento da transparência desse tipo de processos, iniciativa apoiada desde seu início pela OEA e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), instituição responsável por seu financiamento. Cabe frisar que as atividades da Agência na Bolívia foram concluídas em agosto de 2002, com sua aprovação pelo Comitê de Governança, o qual dirigiu o programa desde 1996.

Em 18 de julho de 2001, a Secretaria-Geral da OEA e o Governo da Guatemala assinaram um acordo-quadro estabelecendo o Programa Especial da OEA para o Fortalecimento das Instituições Democráticas na Guatemala. Esse programa enfatiza quatro áreas: apoio técnico eleitoral, treinamento e apoio em solução de conflitos, promoção dos valores democráticos e gerência política, e remoção de minas. A UPD recebeu substanciais recursos financeiros para apoiar o recém-nomeado Tribunal Supremo Eleitoral na organização das eleições gerais, programadas para o segundo semestre de 2003, e continua apoiando os esforços desta instituição para desenhar e lançar campanhas de educação cívica e promoção do voto. As atividades de remoção de minas na Guatemala, já mencionadas em conexão com o Programa AICMA, foram concluídas no departamento de San Marcos, a segunda das zonas mais afetadas segundo o Plano Nacional de Remoção de Minas. No próximo ano começarão as atividades na área de Huehuetenango, e espera-se concluir as operações no país em 2004.

O Programa OEA/PROPAZ continuou apoiando significativos esforços de diálogo e concertação na Guatemala, sobretudo o desenvolvimento das “mesas intersetoriais”, ligadas aos compromissos dos Acordos de Paz, em conjunto com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). No tocante ao Programa de Valores Democráticos e Gerência Política, a UPD busca apoiar a modernização dos partidos políticos e sistemas partidários na Guatemala por meio de treinamento, seminários e pesquisa aplicada. O projeto integra um esforço mais amplo da UPD, já mencionado, desenvolvido no âmbito hemisférico para apoiar a reforma e modernização dos partidos e sistemas partidários, no quadro do Fórum Interamericano sobre Partidos Políticos.

GABINETE DO SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO

No contexto do artigo 115 da Carta da OEA e em conformidade com a ação e a política decididas pela Assembléia Geral e com as resoluções pertinentes dos Conselhos, o Gabinete do Secretário-Geral Adjunto atua como Secretaria do Conselho Permanente, presta serviços de consultoria ao Secretário-Geral e tem a seu cargo as atividades de que este o incumba.

O Gabinete do Secretário-Geral Adjunto prestou apoio técnico e operacional para a realização do Trigésimo Segundo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral, que teve lugar em Barbados, e do Vigésimo Nono Período Extraordinário de Sessões da Assembléia Geral, realizado na sede da Organização. Também coordenou os serviços técnicos e operacionais preparatórios ao Trigésimo Terceiro Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral, a realizar-se no Chile, em junho de 2003.

Cumprindo a Ordem Executiva 97-2, o Gabinete coordenou e supervisionou as seguintes áreas: Secretaria Conferências e Reuniões e Conferências, Secretaria Executiva da Comissão Interamericana de Mulheres (CIM), Biblioteca Colombo, Instituto Interamericano da Criança (IIN), Museu de Arte das Américas, Comissão Interamericana para Situações de Emergência e Escritórios da Secretaria-Geral nos Estados Membros. Coordenou as relações de cooperação com a Organização das Nações Unidas e seus organismos especializados, com os órgãos do Sistema Interamericano, a Associação de Estados do Caribe e o Sistema de Integração Centro-Americana (SICA), entre outros. Com a Comunidade do Caribe (CARICOM), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial, desenvolveu tarefas específicas de coordenação ligadas à situação do Haiti.

O Gabinete contribuiu com os esforços do Secretário-Geral na busca de soluções para o conflito político-institucional que o Haiti atravessa, segundo a vontade expressa pelos Estados membros da Organização, e organizou reuniões do Grupo de Amigos do Haiti, das quais participou. Também apoiou o Gabinete do Secretário-Geral no processo de negociação para a solução pacífica da controvérsia territorial entre Belize e a Guatemala e na investigação sobre o desvio de armas nicaragüenses para as Autodefesas Unidas da Colômbia.

Em sua qualidade de Secretário do Conselho Permanente e de seus órgãos subsidiários, o Secretário-Geral Adjunto colaborou com os representantes dos países membros e observadores na organização e realização de suas 33 sessões ordinárias, 18 extraordinárias e seis solenes, além de uma reunião conjunta do Conselho com a Comissão Executiva Permanente do CIDI (CEPCIDI). Paralelamente, monitorou o trabalho das comissões e grupos de trabalho do Conselho Permanente em suas mais de 150 reuniões.

ESCRITÓRIOS DA SECRETARIA-GERAL DA OEA NOS ESTADOS MEMBROS

Os Escritórios da Secretaria-Geral nos Estados membros apóiam a preparação, execução e avaliação dos programas de cooperação técnica da OEA no respectivo país. Representam a Secretaria-Geral, prestam apoio a outras atividades da Organização e contribuem para a divulgação dos seus propósitos.

Neste relatório apresenta-se um resumo das atividades levadas a efeito pelos Escritórios da Secretaria-Geral da OEA nos Estados membros no período compreendido entre março de 2002 e fevereiro de 2003. Uma das ações que mais se destacou foi a reunião do Secretário-Geral Adjunto com os diretores dos Escritórios da OEA no Caribe. Esta foi realizada paralelamente ao Trigesimo Segundo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral, em Barbados, e integrou os esforços envidados de forma persistente para proporcionar diretrizes de política e intercambiar pontos de vista sobre o funcionamento desses Escritórios.

Ao longo do período em análise, vários dos Escritórios da OEA – especialmente no Haiti e na Venezuela – merecem menção especial pelo apoio que prestaram e continuam prestando ao Secretário-Geral e ao Secretário-Geral Adjunto, a fim de facilitar a solução das dificuldades políticas por que passam esses países. De igual modo, os Escritórios da OEA em Belize, Guatemala e Nicarágua foram particularmente úteis no apoio proporcionado ao Secretário-Geral em sua função de testemunha de honra na solução da controvérsia em torno da fronteira entre Belize e a Guatemala. Em reiteradas ocasiões, os diretores desses três Escritórios desempenharam importantes tarefas com vistas a facilitar os esforços do Secretário-Geral para abordar as dificuldades surgidas no exercício de suas responsabilidades como testemunha de honra. As contribuições dos mencionados Escritórios foram reconhecidas na cerimônia realizada em 30 de setembro de 2002, com a qual se encerrou o trabalho dos dois facilitadores do processo acima referido.

Também os Escritórios da Secretaria-Geral no Equador, no Peru e na Nicarágua prestaram inestimável apoio às Missões de Observação Eleitoral da OEA realizadas nesses países. No caso do Equador, o Escritório da OEA facilitou e apoiou os trabalhos da Missão de Observação Eleitoral da OEA nos dois turnos em que se processaram as eleições presidenciais no país. De fato, no segundo turno eleitoral, a Missão de Observação Eleitoral desenvolveu, a partir do Escritório da OEA no Equador e com o valioso apoio deste ao Chefe da Missão, todas as indispensáveis atividades de coordenação e apoio relacionadas com o desempenho de suas tarefas.

O estudo dos Escritórios da OEA preparado por mandato da Assembléia Geral emanado do Trigesimo Primeiro Período Ordinário de Sessões e apresentado ao Presidente do Conselho Permanente, em 21 de novembro de 2001 (CP/doc.3532/01), foi submetido à consideração da Comissão de Assuntos Administrativos e Orçamentários (CAAP) no início de 2002 e ainda aguarda a conclusão da respectiva análise. Por sua vez, em conformidade com o mandato disposto na resolução AG/RES. 1909 (XXXII-O/02), a Secretaria apresentou um documento do qual constam o plano de trabalho de cada Escritório e um relatório indicando os fundos ou subsídios por ele recebidos do governo anfitrião. A seguir são apresentadas algumas das principais atividades realizadas pelos Escritórios da Secretaria-Geral da OEA no ano passado:

Apoio administrativo e logístico prestado aos órgãos da OEA

Os Escritórios da OEA apoiaram os diferentes órgãos da Organização mediante a execução de programas e projetos aprovados em seus respectivos países. Boa parte da atividade dos Escritórios teve a ver com as bolsas de estudos concedidas aos cidadãos de Estados membros e com o apoio ao novo programa de bolsas de estudos. Quase todos os Escritórios prestaram a esse programa e aos bolsistas uma ampla gama de serviços de apoio, os quais incluíam a publicação de anúncios de bolsas de estudos, o assessoramento dos candidatos, o recebimento e encaminhamento dos pedidos de inscrição, a informação sobre a concessão de bolsas de estudos e o acompanhamento do progresso dos bolsistas. Ademais, os Escritórios da OEA promoveram, em colaboração com a Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento (AICD), a cooperação técnica entre a OEA e os Estados membros. Vários Escritórios – e que bem poderiam ser a maioria -- prestaram assistência direta na preparação de projetos apresentados à AICD para fins de solicitação de financiamento. Os Escritórios da OEA mantiveram contatos periódicos, em alguns casos convocando as reuniões pertinentes, com os representantes residentes de governos doadores e organizações regionais e multilaterais, a fim de facilitar a implementação de projetos atuais e futuros.

De modo específico, os Escritórios da OEA cumpriram tarefas administrativas relacionadas, por exemplo, com a assistência à Secretaria de Conferências e Reuniões. O Escritório da Secretaria-Geral da OEA em Barbados ajudou no planejamento e preparação da Assembléia Geral realizada nesse país; o Escritório na República Dominicana desenvolveu atividades semelhantes previamente à Assembléia de Delegadas da CIM realizada em Punta Cana, em outubro de 2002; o Escritório em Trinidad e Tobago fez o mesmo em relação à reunião de Ministros da Justiça, que se realizou nesse país em março de 2002; e o Escritório no México participou da preparação do período de sessões da CICAD, realizado em dezembro de 2002. Além disso, os Escritórios representaram a Secretaria-Geral em vários *workshops*, conferências e simpósios, atuando como a presença institucional da Organização nos Estados membros.

Apoio à cooperação

Os Escritórios da OEA continuaram supervisionando a execução dos projetos e alocando recursos financeiros vultosos a projetos nos Estados membros, em nome das várias áreas da Secretaria-Geral. Para eles, esta atividade continua sendo uma das mais importantes, apesar das variações que apresenta de um Escritório para outro. Entre outras coisas, os Escritórios da OEA vêm promovendo diligentemente o desenvolvimento integral, por meio das atividades de cooperação solidária para o desenvolvimento, administradas pela AICD e por outras áreas da Secretaria-Geral da OEA. Também tem facilitado o apoio que a Secretaria-Geral proporciona à Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Em colaboração com a Unidade de Comércio, os Escritórios empreenderam negociações para a realização de seminários, *workshops* e sessões de treinamento em conexão com essa Área.

Outros órgãos que receberam apoio são mencionados a seguir: o Departamento de Informática para o Desenvolvimento Humano, da AICD; o Escritório de Assuntos Culturais; o Escritório de Ciência e Tecnologia; a Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD); a Comissão Interamericana de Telecomunicações (CITEL); a Unidade de Comércio; a Unidade de Desenvolvimento Social e Educação; a Unidade de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente; a Unidade Intersetorial de Turismo; a Unidade para a Promoção da Democracia (UPD); a Comissão

Interamericana de Direitos Humanos (CIDH); a Comissão Interamericana de Mulheres (CIM); o Instituto Interamericano da Criança (IIN); e a Secretaria Executiva de Desenvolvimento Integral (SEDI). As atividades abordadas versaram sobre o seguinte:

- O combate às drogas: facilitaram-se os esforços da CICAD no tocante à preparação ou à modernização dos planos nacionais de luta contra as drogas. Também se apoiou a participação dos Estados membros no Mecanismo Multilateral de Avaliação (MEM).
- A promoção dos direitos da mulher: no âmbito dos programas de cooperação implementados pela Secretaria Executiva da CIM, colaborou-se por meio de seminários e *workshops* com a iniciativa de defesa de tratamento igualitário da mulher nos setores público e privado.
- A consolidação da democracia: em colaboração com a UPD, intensificou-se a participação cívica nos processos políticos, mediante o apoio às missões de observação eleitoral, os processos de paz e as instituições democráticas fortalecidas. Além de trabalhar com a UPD, vários Escritórios colaboraram com o Departamento de Informação Pública na divulgação de informação sobre a Carta Democrática Interamericana, em conformidade com os mandatos da Assembléia Geral e do Conselho Permanente. O Escritório da OEA no Uruguai, por exemplo, organizou um seminário em Montevidéu sobre a Carta Democrática. Participaram dessa reunião, como expositores, o Ministro das Relações Exteriores do Uruguai, Senhor Didier Operti, e a Coordenadora Executiva da UPD, Senhora Elizabeth Spehar.
- A promoção do livre comércio: em colaboração com a Unidade de Comércio e sob sua direção, facilitou-se a participação dos Estados membros nas negociações da ALCA e na cooperação técnica conexa.
- A proteção do meio ambiente: alentou-se o desenvolvimento sustentável mediante uma ação firme em prol da preservação ambiental.
- A defesa dos direitos humanos: facilitou-se o trabalho da CIDH em apoio às vítimas de violações dos direitos humanos.
- O desenvolvimento do turismo: prestou-se colaboração à Unidade Intersetorial de Turismo com vistas à sua participação no aprimoramento da infra-estrutura do turismo local e à promoção de seu potencial, no que respeita especialmente ao Projeto de Competitividade e Sustentabilidade do Turismo no Caribe.
- A promoção da educação: ofereceu-se assistência a diferentes áreas da Secretaria-Geral para a melhoria dos padrões e das condições da educação nos países de toda a região.
- O apoio à Convenção Interamericana contra a Corrupção: em colaboração com a Subsecretaria de Assuntos Jurídicos, vários Escritórios – entre os quais o da OEA em Santa Lúcia – facilitaram entendimentos para a realização de seminários regionais destinados a informar os funcionários governamentais e o pessoal jurídico sobre os procedimentos e as obrigações decorrentes da mencionada Convenção.

Intercâmbio de informação

Em colaboração com o Departamento de Informação Pública/Escritório de Relações Externas, os Escritórios da OEA atuaram como importantes agentes de intercâmbio de informação nos Estados membros. Assim, obtiveram e divulgaram regularmente informação adequada cuja origem e destino são os organismos governamentais pertinentes (locais, regionais e internacionais), as ONGs e as agências noticiosas. Por outro lado, os Escritórios da OEA promoveram periodicamente *workshops* e seminários nos respectivos países, com vistas a divulgar os vários programas de assistência técnica da Organização neles ativos. Os Escritórios da OEA também acompanharam os acontecimentos políticos e econômicos nos respectivos Estados membros, de cujos resultados informaram as áreas pertinentes na sede por meio de relatórios ou boletins informativos.

Nesse sentido, o intercâmbio de informação processou-se nos níveis formal e informal. Muitos Escritórios da OEA trabalharam em estreito contato com os serviços de informação dos governos locais, a fim de preparar programas adequados e comunicados de imprensa, ou em formato eletrônico, para serem encaminhados aos meios de comunicação. Os Escritórios da OEA também divulgaram os diversos programas de bolsas de estudos e de pesquisas patrocinados pela Organização, bem como outras oportunidades ao alcance dos cidadãos dos Estados membros. Isso foi possível graças à inovadora associação do Escritório da OEA no Uruguai com os bolsistas da Organização como forma de obter recursos e bolsas de estudos no país. Citam-se a seguir algumas instâncias específicas nas quais os Escritórios promoveram intercâmbio de informação:

- As reuniões periódicas com os Órgãos de Ligação entre o governo e a OEA para tratar de projetos de desenvolvimento presentes e futuros.
- A distribuição dos formulários para a solicitação de bolsas de estudos e informação acerca dos programas PRA e SPECAF e de eventuais oportunidades de treinamento.
- A circulação de todo o material elaborado pelo Departamento de Informação Pública e pela revista *Américas* junto ao público local, ao governo, ao setor privado e às ONGs.
- A divulgação das viagens de pessoal da OEA em visita.
- A criação de páginas na Internet pelos Escritórios da OEA no Uruguai e na Guatemala.

A Secretaria-Geral da OEA trabalhará com o Departamento de Informação Pública na produção periódica de artigos de fundo e de outros tipos, a fim de divulgar o trabalho dos Escritórios da OEA nos Estados membros.

Cooperação com outros doadores

A maioria – e quase a totalidade – dos Escritórios da OEA manteve um diálogo constante com os escritórios locais dos doadores internacionais e com outras organizações multilaterais, num esforço para consolidar a coordenação entre os integrantes da comunidade local de doadores. Em muitos casos esses Escritórios também participaram nas reuniões mensais ou trimestrais realizadas pela comunidade local de doadores e colaboraram, quando para tanto foram solicitados, com as sessões de informação orientadas para missões de doadores visitantes e funcionários de outros governos.

O grau de coordenação dos doadores talvez tenha sido mais forte entre organismos do Sistema Interamericano e em âmbitos nos quais os programas de cooperação executados pela OEA em determinados Estados membros eram excepcionalmente relevantes ou de grande importância para esses Estados.

Mandatos das Cúpulas

A maioria dos Escritórios da OEA nos Estados membros começa a ser utilizada com maior frequência na execução dos mandatos das Cúpulas das Américas. Somente a metade dos Escritórios participa de medidas que apóiam os esforços da Secretaria-Geral como um “associado institucional” no processo das Cúpulas. É preciso haver, evidentemente, maior orientação à Secretaria, de parte das esferas pertinentes, no sentido da utilização dos Escritórios de maneira mais eficiente na execução dos mandatos das Cúpulas. A Secretaria do Processo de Cúpulas assim o reconheceu, posto que, em colaboração com o Gabinete do Secretário-Geral Adjunto, delineará atividades e iniciativas específicas para a utilização desses Escritórios de maneira mais proveitosa, a fim de facilitar a execução dos mandatos das Cúpulas. Um tema que está sendo agora abordado é o do apoio que os Escritórios podem prestar à sociedade civil em cada Estado membro com vistas à participação desta no trabalho da Organização.

SECRETARIA DE CONFERÊNCIAS E REUNIÕES

Esta Secretaria foi estabelecida mediante a Ordem Executiva N° 97-2, em cumprimento às resoluções AG/RES. 954 (XVIII-O/88) e AG/RES. 1381 (XXVI-O/96). Sua missão é identificar, integrar, administrar e modernizar os serviços de conferências que a Secretaria-Geral deve proporcionar aos órgãos políticos da Organização. É constituída por sua Direção e três divisões: Serviços de Conferências, Serviços de Idiomas e Documentos e Informação.

No período abrangido por este relatório, o processo de modernização previsto na Ordem Executiva 97-2 teve prosseguimento e foi ampliado em coordenação com outros processos de renovação dos edifícios da Secretaria-Geral, melhorando-se os serviços qualitativa e quantitativamente.

Gestão de conferências e reuniões

A Direção da Secretaria de Conferências e Reuniões (SCR), com o apoio financeiro da Subsecretaria de Administração e a colaboração técnica do Departamento de Tecnologia e Serviços Gerais, substituiu e modernizou os equipamentos e facilidades do Salão Simón Bolívar para a solicitação da palavra nas reuniões e a interpretação simultânea. Os novos equipamentos digitais permitem que se proporcionem tanto os serviços convencionais como os novos serviços de conferências com uso de multimídia, todos eles integrados e compatíveis com os serviços prestados pelo Departamento de Informação Pública. Esta nova capacidade em termos de multimídia da Secretaria de Conferências e Reuniões e do Departamento de Informação Pública permitiu que reuniões e deliberações importantes do Conselho Permanente em 2002 contassem com a participação à distância e em tempo real do Secretário-Geral, via videoconferência, e com os serviços de interpretação simultânea nos quatro idiomas oficiais da Organização totalmente integrados.

A Secretaria de Conferências e Reuniões e a Subsecretaria de Administração trabalharam em conjunto no desenvolvimento de procedimentos administrativos para a execução orçamentária das reuniões da Organização, utilizando o Sistema OASES. No tocante ao desenvolvimento e funcionamento de sistemas, ampliou-se a colaboração com a Unidade de Tecnologias da Informação e integrou-se a plataforma computadorizada dos serviços de conferências. O acesso via Internet a esses serviços tornou-se mais simples e fácil. Ele permite agora que os usuários e o público em geral verifiquem à distância o calendário de reuniões, obtenham os documentos oficiais das reuniões via Internet e consultem a informação armazenada em um banco de dados de referências de acesso público. Prosseguiu-se com o desenvolvimento de bancos de dados, a fim de integrar os sistemas de serviços existentes com os sistemas administrativos. A fase de avaliação deste processo terá início em 2003.

Serviços de conferências

Em matéria de conferências, prestou-se apoio organizacional e logístico à realização de aproximadamente 540 reuniões. Na sede foram realizadas 502 reuniões dos órgãos políticos e técnicos, do Conselho Permanente e órgãos subsidiários, do CIDI e órgãos subsidiários e dos seguintes organismos especializados: Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH); Comissão Interamericana de Mulheres (CIM); Comissão Interamericana de Telecomunicações (CITEL); Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD); e Instituto Interamericano da Criança (IIN). Nos Estados membros foram realizadas 13 reuniões de alto nível, tais como o Trigésimo Segundo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral, a Trigésima Segunda Reunião da CICAD e a Quarta Reunião de Ministros da Justiça ou de Ministros e Procuradores-Gerais das Américas, bem como diversas reuniões técnicas da CIDH, CITEL e CICAD. No período aqui relatado, a Secretaria atualizou um calendário semestral das reuniões da Organização como instrumento para racionalizar o uso dos recursos necessários para os serviços de conferências e proporcionar à Comissão de Assuntos Administrativos e Orçamentários a indispensável informação para a alocação de recursos não-programados disponíveis no Fundo Ordinário do orçamento-programa a reuniões da Organização.

Serviços de idiomas

A Secretaria deu continuidade à política de renovação de equipamentos e de aquisições de software para os quatro idiomas oficiais. Um passo importante foi o esforço no sentido de iniciar e manter contato profissional e operacional com as divisões de idiomas de outros organismos nacionais e internacionais a fim de intercambiar terminologia e glossários. Atualizou-se o Portal da Secretaria de Conferências e Reuniões na Internet, o qual permite o ingresso, a partir de qualquer parte do mundo, numa ampla biblioteca eletrônica.

A lista de tradutores e intérpretes externos da SCR foi ampliada de maneira significativa com a inclusão de profissionais de todo o Hemisfério. Fez-se um esforço especial para aumentar o número de tradutores e intérpretes residentes nos Estados membros, o que gera consideráveis poupanças no caso de reuniões que se realizam fora da sede.

Divisão de Documentos e Informação

A Divisão de Documentos e Informação prestou apoio a todas as áreas da Secretaria-Geral, ao Conselho Permanente e suas comissões, bem como a todas as Missões Permanentes e Observadores Permanentes que solicitaram serviços de documentos e de informação.

A *Unidade de Imprensa* imprimiu no período abrangido por este relatório 4.933 documentos, equivalentes ao total de 5.980.675 páginas impressas.

A *Unidade de Distribuição de Documentos e Publicações* prosseguiu com a distribuição de documentos às Missões e Observadores Permanentes, mediante um serviço de mensageiros externos (*Council Run*). Ao mesmo tempo, os documentos também foram distribuídos eletronicamente a todas as Missões e Observadores Permanentes e aos escritórios da Secretaria-Geral na sede e fora desta.

Continuou-se a utilizar o Programa de Processamento Eletrônico de Documentos (IDMS), que permite um controle preciso dos documentos desde a sua elaboração até seu arquivamento final.

Assembléia Geral Modelo

A Secretaria prestou apoio à realização da Assembléia Geral Modelo para Universidades, de 7 a 12 de abril de 2002, em Washington, DC.

Estiveram presentes na sede da OEA 400 alunos e 39 professores de 34 colégios dos Estados Unidos e de Porto Rico que participaram do Vigésimo Primeiro Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral Modelo da OEA para Colégios Secundários, realizado de 3 a 7 de dezembro de 2002.

Além disso, a Primeira Assembléia Geral Modelo da OEA para Colégios Secundários da Costa Rica foi realizada em São José, Costa Rica, de 2 a 6 de dezembro de 2002. Esta experiência contou com a participação de 200 alunos de colégios secundários, 50 alunos da Escola de Relações Internacionais da Universidade Nacional da Costa Rica e 34 docentes oriundos das cinco províncias do país.

A Universidade Nacional Autônoma do México reiterou, por intermédio do governo desse país, a sua oferta de sede do Vigésimo Segundo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral Modelo da OEA para Universidades previsto para realizar-se de 23 a 28 de março de 2003, na cidade de Querétaro. Esta informação fundamenta-se no acordo celebrado entre a Secretaria-Geral e o Governo mexicano.

MUSEU DE ARTE DAS AMÉRICAS

O Museu de Arte das Américas foi criado em 1976, mediante resolução do Conselho Permanente da OEA, para incentivar o interesse pela arte das Américas, estimular o seu estudo, intensificar os intercâmbios interamericanos e promover a produção artística no Hemisfério. Com suas exposições, coleções, programas educativos e serviços de referência, o Museu é um centro vital que promove e documenta a arte do Hemisfério.

Exposições

As exposições temporárias aprofundam e estimulam a apreciação e o conhecimento das várias expressões artísticas das Américas. No período abrangido por este relatório foram organizadas ao todo 10 exposições. As mencionadas a seguir se apresentaram no Museu: *El Arte del Fantástico*, de Muriel Kalish, dos Estados Unidos; *Ovejas*, de Maria Fernanda Cardoso, da Colômbia; e *Obras Importantes de la Colección Permanente*. Na Galeria foram apresentadas as seguintes exposições: *Una Selección de Fotografías de la Colección Permanente*; *Espacios Transitorios*, de Anaida Hernández e Rosa Irigoyen, de Porto Rico; *Líneas Imaginarias*, de Carolina Sardi, da Argentina; *Evocando el Caribe*, de Annalee Davis, de Barbados; *Variables*, de Iraida Icaza, do Panamá; *Una Selección de Dibujos de la Colección Permanente*; e *Obras Recientes*, de Claudio Fontini, da Costa Rica. Várias exposições foram comentadas na imprensa nesse período, entre as quais as de Jeannie Thib, do Canadá, no *Washington Post* (4/4/02); de Anaida Hernández e Rosa Irigoyen, de Porto Rico, no *Washington Hispanic* (17/5/02), na *Revista Domingo* (19/5/02) e na *Gaceta Iberoamericana* (6/5/02); de Carolina Sardi, da Argentina, no *La Plata* (16/7/02) e na *Arte al Día Internacional* (8/7/02); de Muriel Kalish, dos Estados Unidos, no *Washington Post* (8/8/02); de Annalee David, de Barbados, no *Bomb* (Inverno 2002-03); e de Maria Fernanda Cardoso, da Colômbia, no *Washington Post* (8/9/02 e 14/12/02) e na *Arte Nexus* (12/12/02).

Acervo permanente

Desde 1949 o Museu coleciona, preserva e documenta a obra de artistas ilustres do Hemisfério. No período de que trata este relatório, o acervo permanente foi enriquecido com 76 novas obras. Contam-se, entre estas, 66 fotografias de vários artistas que participaram de uma exposição itinerante organizada pelo Museu em 1989. Os Amigos do Museu doaram uma fotografia de Marcelo Brodsky, da Argentina, em tamanho grande, e John Fein doou um desenho de Amelia Peláez, de Cuba. Também foram transferidas dos arquivos para o acervo uma série fotográfica de imagens da Guatemala do fotógrafo norte-americano Hans Namuth e uma série de xilografias de artistas costarriquenhos. O Museu recebeu ainda doações de artistas que participaram do programa de exposições temporárias, como Anaida Hernández, de Porto Rico, e Carolina Sardi, da Argentina. Obras de arte do acervo permanente foram emprestadas para participar de exposições organizadas por instituições externas, como o *Nassau County Museum*, de Nova York, bem como foram cedidas à Missão do Chile, para sua *Semana de Arte*, e à Embaixada do Chile, para uma homenagem póstuma a Roberto Matta. No âmbito interno, foram emprestadas 18 telas de grande porte para exposição nos novos espaços públicos do Edifício da Secretaria-Geral (GSB). Também no período aqui referido 700 obras do acervo permanente foram transferidas para o novo depósito do Museu, as obras de arte

emprestadas a repartições dos três edifícios da sede foram examinadas e apresentou-se à Divisão de Ativos Fixos uma nova lista minuciosa dos locais onde se encontram as obras do acervo, cujo processo de documentação prossegue com a ajuda de um banco de dados especial para museus.

Conservação e preservação

Como parte do projeto de recolocação de obras do acervo permanente no novo depósito, procedeu-se à revisão do estado de conservação de 700 obras, da qual constaram cuidados gerais de limpeza e manutenção e a definição de uma lista de prioridades para futuras medidas de conservação. Com o apoio do Departamento de Tecnologia e Serviços Gerais, foram executados serviços de conservação, estabilização e molduragem das 18 pinturas emprestadas para exposição nos espaços renovados do GSB, inclusive obras de Manabu Mabe, Danilo di Prete, Marcelo Legrand, Hilda Crovo, Carmen Santos, Arturo Kubotta, Tomie Ohtake, Toyota Yutaka, David Manzur, Tikashi Fukushima, Antonio Maro, Manuel Hernández, Rogelio Polesello e Yolanda Mohalyi.

Arquivos de arte e material audiovisual

O Museu, valendo-se de seu acervo de bens artísticos, continua oferecendo serviços de referência a estudantes, pesquisadores e colecionadores interessados na arte latino-americana e caribenha. Mediante seu programa audiovisual, continua emprestando e vendendo material para ser usado em sala de aula e para reprodução em publicações educativas. No período focalizado neste relatório foram recolhidos US\$5.900 provenientes da venda de vídeos e diapositivos relacionados com a arte nas Américas e US\$1.333 oriundos de direitos de reprodução de obras do acervo permanente em várias publicações. Além disso, foram produzidos 310 novos diapositivos das exposições temporárias, para uso em publicações, na imprensa e na página do Museu na Internet.

Educação

A fim de fortalecer o contexto educativo das exposições foram produzidos cinco catálogos e sete folhetos virtuais para a página do Museu na Internet. Também foram oferecidos oito *workshops* sobre arte para crianças, pronunciadas duas conferências pelas artistas Annalee Davis, de Barbados, e Rosa Irigoyen e Anaida Hernández, de Porto Rico, e realizados dois *workshops* para adultos sobre o tema “Como emoldurar quadros”. O Museu continua oferecendo regularmente visitas guiadas a universidades, colégios, entidades culturais e outros grupos.

Atividades especiais

Por motivo do lançamento do volume da Primavera de 2002 da *Foreign Affairs en Español* (revista do Instituto Tecnológico Autônomo do México), a conferência “Os Estados Unidos e o Hemisfério em 2002” foi realizada no Museu, com a participação do Embaixador Robert Zoellick (USTR) e do Secretário-Geral Adjunto, Embaixador Luigi Einaudi. Aproximadamente 200 pessoas assistiram a esta conferência, que foi transmitida em circuito fechado de televisão. Para coincidir com as festas de fim de ano, organizou-se a venda anual em benefício do Museu de obras de arte que lhe haviam sido doadas, com a qual foram arrecadados mais de US\$8.000. A título de aluguel do Museu para grupos externos, recebeu-se um total de US\$7.900. No que respeita à cobertura do custo das exposições temporárias realizadas no período abrangido por este relatório, cabe destacar o apoio recebido dos artistas participantes; de várias entidades externas, inclusive a Administração de Assuntos Federais de

Porto Rico, a Rones de Porto Rico, o *Australia Council for the Arts* e a Fundação Charles Delmar, bem como das Missões da Colômbia, da Argentina e do Panamá que colaboraram auspiciando recepções de inauguração. Também no mesmo período criou-se uma nova lista de distribuição eletrônica para o envio do boletim de atividades do Museu em sua versão digital.

Na qualidade de membro do consórcio “Vizinhos do Presidente”, que promove as atividades dos museus membros, o Museu das Américas participou da comemoração anual do Dia dos Museus e colaborou na produção de uma nova edição do folheto desse consórcio. Também prestou apoio técnico ao Setor de Cerimonial, para a instalação de quatro exposições da “Semana de Arte”; à Associação dos Funcionários, para a realização da Quarta Exposição Anual de Arte; e à Unidade para a Promoção da Democracia, para um concurso artístico. No nível internacional, sua Diretora pronunciou três conferências na Biblioteca Luis Ángel Arango sobre o acervo permanente e sobre mestres da arte latino-americana.

Assistência

No período de janeiro a novembro de 2002 foram feitas 169.887 visitas à página do Museu na Internet e 272.165 “page views”. Na sede, cerca de 15.000 pessoas visitaram o Museu.

BIBLIOTECA COLOMBO

A Biblioteca Colombo foi estabelecida pela Primeira Conferência Internacional Americana, em 18 de abril de 1890. Funciona como moderno centro de informação e documentação que oferece informação essencial às Missões Permanentes, à Secretaria-Geral, à comunidade diplomática e ao público em geral. Atualmente, a Biblioteca é depositária da memória institucional da Organização dos Estados Americanos, de sua organização predecessora, a União Pan-Americana, e do Sistema Interamericano, correspondente aos dois últimos séculos. Ao longo dos anos, a Biblioteca evoluiu de um programa bibliotecário tradicional e incorporou os Arquivos e o Programa de Administração de Registros da Secretaria-Geral, sendo ainda depositária dos documentos da OEA.

O Conselho Permanente resolveu destinar à Biblioteca Colombo US\$300.000 do Subfundo de Reserva, a fim de promover a acessibilidade eletrônica a seus documentos e arquivos. Um Projeto de conversão retrospectiva de um catálogo de documentos de cerca de 15.000 títulos da Coleção de Documentos da OEA ao formato padrão OCLC MARC faz parte de alguns dos planos elaborados. Pretende-se com isso ter os títulos disponíveis no Catálogo em Linha de Acesso Público (OPAC) da Biblioteca, atingindo uma base de usuários mais ampla via Internet, e na página da Organização na Internet. Também está sendo implementado um projeto de preservação e digitalização, a fim de prover imagens digitais para um grupo de resoluções e declarações selecionadas do Conselho Permanente e para as Atas e Documentos da Assembléia Geral.

Automatização

A página da Biblioteca na Internet é atualizada continuamente. O Catálogo em Linha de Acesso Público (OPAC) propicia aos pesquisadores acesso a 32.000 publicações e documentos catalogados pela Biblioteca Colombo desde 1980. Em 2002 foram desenvolvidas as seguintes páginas: *Flores y Plantas que Florecen*; *Día Panamericano*; *Suriname*; *El Legado del Dr. Leo S. Rowe*; *El Descubrimiento de América: Encuentro de Dos Mundos*, e a página de Referências. Várias páginas da rede são apresentadas simultaneamente com as exposições montadas pela Biblioteca.

Aquisições

O Programa de Aquisições foi fortalecido por doações de várias agências, inclusive a Missão da Venezuela e o Colégio Interamericano de Defesa. Ademais, o projeto de remodelação do Edifício da Secretaria-Geral (GSB) transferiu pequenas bibliotecas antes mantidas nesse edifício para a custódia da Biblioteca Colombo. Esta adquiriu parte substancial da Biblioteca da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD).

Catálogo

Em 2002, foram catalogados 2.109 livros. A Biblioteca continua expedindo números de registro do *International Standard Book Number* (ISBN) e dados da Publicação na Fonte (CIP) para as publicações e documentos da OEA, o que assegura a disponibilidade imediata das novas publicações e documentos da OEA no catálogo em linha. A Biblioteca continua publicando a *Selective List of Books Accessioned and New Periodicals Received in the Columbus Memorial Library*. Esta informação, que é atualizada periodicamente, consta do Arquivo Público da Biblioteca.

Serviços de referência

A demanda de serviços de referência continua crescendo à medida que a Biblioteca Colombo provê acesso aos recursos que apóiam a visão da OEA. A Biblioteca ajuda a atender às necessidades atuais de pesquisa, dado que os arquivos nela mantidos documentam as ações históricas empreendidas e dão acesso às mesmas.

Na Unidade de Referências circularam 15.710 livros e 3.681 publicações periódicas; 4.573 pedidos de informação foram respondidos e usaram-se 173 fotocópias de fotografias históricas para atendê-los. Por sua vez, a Unidade de Controle de Documentos atendeu a 1.450 pedidos de informação e a Unidade de Administração de Arquivos, a 800 pedidos. A Biblioteca solicitou empréstimos de cerca de 2.000 artigos e, por sua vez, emprestou 1.900 artigos a outras bibliotecas. Foram feitas 9.257 fotocópias para a Secretaria-Geral, as Missões e usuários externos. Por meio do correio eletrônico foram formulados 1.466 pedidos de informação.

A capacidade dos serviços de referência aumentou com a aquisição de bancos de dados adicionais. A Biblioteca é assinante do banco *First Search* e tem acesso à informação de 70 bancos de dados, que abrangem uma ampla gama de temas, a milhares de bibliotecas em todo o mundo e a 5,9 milhões de artigos em formato eletrônico de 9.000 publicações periódicas, entre as quais 3.500 publicações periódicas eletrônicas.

A Biblioteca dispõe da versão de busca em rede do *Hispanic American Periodicals Index* (HAPI), que oferece informação sobre a América Latina e o Caribe, a região da fronteira entre os Estados Unidos e o México e a população hispânica dos Estados Unidos. A Biblioteca continua tendo acesso ao WorldCat, ao banco de dados da Série de Tratados das Nações Unidas e ao Lexis-Nexis. Recentemente acrescentou às suas assinaturas *The Economic Intelligence Unit - Selected Country Profiles and the Official Document System of the United Nations On Line*.

Administração de documentos

A Biblioteca processou um total de 40.220 documentos. Dois volumes da *Síntesis de las decisiones tomadas en las sesiones y textos de las resoluciones aprobadas*, correspondentes a 2000 e 2001, foram publicados e incluídos na página da Biblioteca na Internet.

Documentos e publicações da OEA

No período abrangido por este relatório, a Biblioteca continuou ajudando a minorar os problemas causados pelo fechamento da livraria da OEA. Toda a correspondência relacionada com os documentos e publicações da OEA foi transferida para a Biblioteca. Esta recebeu 686 pedidos de publicações da Organização. Um bibliotecário foi nomeado secretário técnico da Comissão de Publicações.

A Biblioteca Colombo foi convidada para assistir ao Seminário sobre a Aquisição de Materiais Bibliotecários da América Latina (SALALM), em Ithaca, Nova York, na qual o expositor do tema “Documentos oficiais da OEA” foi nomeado diretor do Grupo de Trabalho de Publicações Oficiais.

Preservação

A Biblioteca procedeu à microfilmagem dos Arquivos Oficiais da OEA correspondentes a 1999.

Serviço de administração de arquivos e registros

A Biblioteca realizou várias sessões de treinamento sobre a forma mais eficiente de administrar arquivos, inclusive os de formato eletrônico, enquanto os escritórios do Edifício da Secretaria-Geral se preparavam para o processo de renovação. A Administração de Arquivos e Registros (ARMS) integrou a equipe do projeto de remodelação do GSB, dado que ajudou na preparação de guias para o processo de transferência.

A Biblioteca depositou, mediante contrato externo, um total de 4.561 caixas de arquivos e eliminou 300 caixas de arquivos obsoletos. O Centro de Administração de Arquivos recebeu, em depósito, 1.067 caixas de arquivos semi-ativos; enviou para fins de transferência de arquivos 1.409 caixas vazias para os escritórios da Secretaria; e processou caixas de arquivos de valor permanente que também foram guardadas em depósito.

Exposições

A Biblioteca Colombo realizou 10 exposições, incluindo *Libros de Venezuela, Italia, La Comemoración de la Independencia de Grenada, Flores y Plantas que Florecen en las Américas, Celebraciones del Día Panamericano, Festivales y Fiestas de las Américas, Suriname – 25 Años en la OEA, El Legado del Dr. Leo S. Rowe, El Descubrimiento de América: Encuentro de Dos Mundos e Celebraciones de Feriados en las Américas.*

Visitas

A Biblioteca Colombo recebeu a visita de uma Delegação da Itália, chefiada pelo Vice-Ministro e Professor da Universidade de Aquilia desse país, de alunos do Colégio Interamericano de Defesa, de estudiosos e pesquisadores dos Estados Unidos, México, Canadá, Espanha, Argentina, Brasil e Colômbia, de 82 estudantes internacionais, de participantes da Assembléia Geral Modelo da OEA e de alunos de diferentes universidades dos Estados Unidos.

Assistência técnica

A Biblioteca recebeu do Departamento de Tecnologia e Serviços Gerais ajuda técnica para melhorar a qualidade e capacidade de seus computadores.

Internos e voluntários

A Biblioteca Colombo beneficiou-se com a contribuição de estagiários e voluntários designados para projetos específicos, que assim supriram a carência de pessoal próprio. Os estagiários ou internos são oriundos de escolas secundárias e de universidades dos Estados Unidos, da América Latina e do Caribe, bem como de alguns dos países Observadores Permanentes. Foram completadas várias fichas e bibliografias.

Um banco de dados foi criado por um funcionário aposentado do Departamento de Estado que trabalhou como voluntário no Projeto de Catalogação de Mapas para a inclusão de informação sobre a coleção de mapas históricos que se encontra sob a custódia da Biblioteca.

Treinamento em recursos da Internet na América Latina

Foram oferecidas às Missões Permanentes junto à OEA e ao pessoal da Secretaria-Geral duas sessões de treinamento em recursos da Internet na América Latina.

Propostas de bolsas de estudo

Atendendo à resolução AG/RES. 1839 (XXXI-O/01), que dispôs a apresentação pela Biblioteca Colombo de um plano de ação trienal para o fortalecimento de sua situação financeira e a obtenção de recursos não provenientes do Fundo Ordinário, a Biblioteca formulou duas propostas de bolsas de estudos. Uma delas foi apresentada ao Instituto da Paz dos Estados Unidos, com a finalidade de obter dessa entidade recursos financeiros para a aquisição de materiais bibliotecários de vários formatos relacionados com a manutenção da paz na América Latina e no Caribe. A outra proposta foi apresentada aos Arquivos Nacionais e Administração de Registros de Publicações Históricas Nacionais (NHPRC), com vistas a captar recursos financeiros dessa instituição para o *Historical Photograph Preservation and Access Project - The House of Americas*.

Artigo publicado na revista *American Libraries*

O número publicado em dezembro da revista *American Libraries*, da Associação Americana de Bibliotecas, apresentou um artigo sobre a Biblioteca Colombo intitulado *More than a Memory Center...The Organization of American States Library has much to offer American librarians and scholars*.

Amigos da Biblioteca

Em 1994, sob a liderança do então Embaixador do Uruguai, Doutor Julio César Jáuregui, o Grupo de Amigos da Biblioteca foi formalmente criado. Seu papel é ajudar a Biblioteca Colombo a realizar algumas das atividades programadas e suscitar o interesse público por seus programas e atividades.

Em seguimento à exposição que a Diretora Interina da Biblioteca fez ao Conselho Permanente, em outubro de 2001, esse Grupo foi reorganizado na oportunidade de um encontro realizado em fevereiro de 2002. Neste, acordou-se realçar o apoio à Biblioteca, enquanto esta dá continuidade ao seu Plano de Ação Trienal, com vistas a fortalecer sua situação financeira.

COORDENAÇÃO E COOPERAÇÃO COM OUTRAS ORGANIZAÇÕES

O artigo 112, h, da Carta atribui à Secretaria-Geral a função de “estabelecer relações de cooperação, consoante o que for decidido pela Assembléia Geral ou pelos Conselhos, com os Organismos Especializados e com outros organismos nacionais e internacionais”.

Em conformidade com os mandatos emanados dos períodos ordinários de sessões da Assembléia Geral realizados em San José, Costa Rica, e Bridgetown, Barbados, e as resoluções dos períodos de sessões da Assembléia anteriores, prosseguiram as atividades de coordenação com outras organizações e entidades regionais. O nível de colaboração mais significativo deu-se com as Nações Unidas, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, a Organização Pan-Americana da Saúde e a Secretaria da Comunidade do Caribe (CARICOM). No que concerne especialmente às Nações Unidas e à CARICOM, um dos assuntos mais importantes diz respeito à cooperação continuada no sentido da solução das dificuldades políticas no Haiti.

CARICOM

Em fevereiro de 2002, após consultas entre o Ministro das Relações Exteriores de Santa Lúcia, Senador Julian Hunte, o Secretário-Geral da CARICOM e o Secretário-Geral Adjunto da OEA, a Secretaria da CARICOM juntou seus esforços aos da OEA na preparação de outra missão conjunta ao Haiti, a qual foi dirigida pelo Ministro das Relações Exteriores de Santa Lúcia, Julian Hunte, e pelo Secretário-Geral Adjunto da OEA, Embaixador Luigi Einaudi. Esta missão conjunta realizou três visitas ao Haiti, em maio, junho e julho de 2002. A Secretaria da CARICOM apoiou diligentemente os esforços da OEA para facilitar as negociações entre os partidos políticos, os membros da sociedade civil haitiana e outras entidades do país. Ademais, o Secretário-Geral esteve presente e tomou parte na Reunião Anual de Chefes de Estado e de Governo da CARICOM, realizada de 3 a 5 de julho, em Georgetown, Guiana. Esta reunião deu oportunidade para o diálogo com os Chefes de Estado e de Governo sobre temas e acontecimentos do Hemisfério, entre os quais o referente à situação no Haiti. A Secretaria da CARICOM continua atuante no que respeita a este tema.

De acordo com a resolução AG/RES. 1893 (XXXII-O/02), uma reunião geral das Secretarias-Gerais da OEA e da CARICOM foi convocada para realizar-se em 28 de outubro de 2002, na sede da OEA.

Nesta reunião houve oportunidade para uma análise das áreas atuais de cooperação, o estudo de novas áreas e modalidades de cooperação e o intercâmbio de informação sobre temas políticos, inclusive a situação no Haiti, os quais interessam tanto à Secretaria-Geral da OEA como à da CARICOM. Um relatório mais minucioso desta reunião fará parte do relatório do Secretário-Geral à Assembléia Geral sobre a cooperação com as Secretarias da CARICOM, ONU, Secretaria do Sistema de Integração Centro-Americana (SICA) e Associação dos Estados do Caribe (ACS), que será apresentado ao Trigésimo Terceiro Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral, a ser realizado em Santiago, Chile.

Nações Unidas

O programa de cooperação entre a OEA e as Nações Unidas que teve maior destaque no último ano concentrou-se na busca de soluções para as dificuldades no Haiti. Intercambiou-se informação periódica e continuamente com o funcionário das Nações Unidas encarregado dos assuntos da OEA e com a Diretora da Divisão Américas desse organismo. Após o estabelecimento da Missão Especial da OEA no Haiti, em abril de 2002, o Senhor David Lee, Chefe da Missão, visitou Nova York a fim de reunir-se com a Diretora da Divisão Américas, Senhora Angela Kane, e outros funcionários das Nações Unidas e colher informação sobre suas experiências com missões semelhantes nesse país. O Chefe da Missão da OEA fez nova consulta com a Senhora Kane, no mês de setembro seguinte, e beneficiou-se com a colaboração recebida do Escritório do PNUD no Haiti, o qual prestou apoio a vários dos programas da Missão, dentre os quais se destaca o seminário sobre desarmamento, realizado em 28 e 29 de outubro de 2002. O Secretário-Geral Adjunto, Embaixador Luigi Einaudi, também realizou consultas com a Senhora Kane, em 19 de novembro de 2002, em cuja oportunidade ambos analisaram as atividades de cooperação OEA-Nações Unidas, inclusive a situação no Haiti. Um representante das Nações Unidas participou do Trigésimo Segundo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral, realizado em Bridgetown, Barbados. Procurou-se, ademais, levar a cabo atividades de cooperação setorial entre diversas entidades e escritórios da Secretaria-Geral da OEA e seus pares nas Nações Unidas. Com fundamento nestas atividades foram desenvolvidos projetos em áreas institucionalmente relacionadas com as Nações Unidas, entre as quais a de apoio a várias iniciativas em matéria de meio ambiente que recebem assistência da Unidade de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente, bem como nas áreas de remoção de minas e de governança e democracia, com o apoio da UPD.

Outras organizações

A OEA continuou procurando realizar programas e projetos de cooperação com outros organismos regionais com os quais mantém acordos formais de cooperação, entre eles o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), a ACS e a SICA. Com relação à ACS, logrou-se o apoio recíproco entre esses organismos, os quais assistiram às respectivas reuniões anuais e desenvolveram, em conformidade com a resolução AG/RES. 1893 (XXXII-O/02), iniciativas conjuntas para as áreas substantivas de cooperação. Foram feitas consultas com funcionários da ACS paralelamente ao período ordinário de sessões da Assembléia Geral realizado na Costa Rica. Também se fortaleceram as atividades de cooperação, bem como o Sistema Interamericano, mediante os trabalhos da Comissão Interamericana de Redução dos Desastres Naturais e a participação ativa da OPAS, do BID e da FUPAD, que trabalharam em estreita colaboração com a Secretaria-Geral da OEA no sentido de fazer frente aos desastres naturais e em questões relacionadas com a redução de situações de risco.

SECRETARIA EXECUTIVA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRAL AGÊNCIA INTERAMERICANA DE COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

A Secretaria Executiva de Desenvolvimento Integral (SEDI), segundo estabelece o artigo 98 da Carta da Organização, é a instância responsável perante o Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI) pelos programas, projetos e atividades de cooperação. A Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento (AICD) é um órgão subsidiário do CIDI, que determina as políticas e orientações da AICD em suas reuniões ordinárias ou extraordinárias e nas reuniões setoriais em nível ministerial ou equivalente nas áreas de sua competência. A AICD foi estabelecida pela Assembléia Geral em junho de 1999 e iniciou os seus trabalhos em janeiro de 2000. Sua finalidade é promover, coordenar, gerir e facilitar o planejamento e execução de programas, projetos e atividades de cooperação solidária na OEA, em conformidade com o Plano Estratégico de Cooperação Solidária.

No ano de 2002, a AICD prosseguiu em seus constantes esforços para dotar-se de melhores capacidades, que lhe permitissem implementar projetos de desenvolvimento de alta qualidade para satisfazer as necessidades vitais de desenvolvimento dos Estados membros. Trabalhou também para que estes pudessem atrair financiamento externo, e se tornassem mais eficientes e eficazes na gestão de seus recursos, apoiando os esforços de desenvolvimento da região.

O principal impulso observado nesse período foi representado pelas seguintes ações: a etapa inicial encerrada com êxito do Portal Educacional das Américas, a partir do qual se ofereceram oportunidades de aprendizagem à distância para as zonas rurais mais pobres e desassistidas do Hemisfério; a expansão do Programa de Bolsas de Estudo e Treinamento, com a qual se conseguiu um aumento de 1.176 bolsas em 2001 para 3.721 em 2002; a consolidação da metodologia do Programa de Melhores Práticas Governamentais, cuja finalidade é incentivar a cooperação multilateral entre os governos da região; e o fortalecimento do Fundo Especial Multilateral do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (FEMCIDI), que se transformará em um ponto focal para a integração básica das operações da AICD e para a implementação dos mandatos políticos aprovados nas reuniões de Ministros ou Altas Autoridades das áreas setoriais do CIDI.

Importa destacar os esforços para aperfeiçoar o FEMCIDI como fundo de doações para o desenvolvimento, que exerça um efeito realmente multiplicador para a região. Igualmente importante é a preocupação com o significado real do CIDI como Conselho de Desenvolvimento da OEA, com o mandato de concentrar-se no desenvolvimento integrado e na cooperação solidária. Embora o Plano Estratégico de Cooperação Solidária enumere oito áreas em que se podem empreender atividades, também instrui a AICD para que integre o seu enfoque. A Agência também deve integrar seus vários instrumentos, o fundo de doações para o desenvolvimento, seus recursos para bolsas de estudo e treinamento e seus esforços para acelerar a reprodução das práticas ótimas. Ao enfatizar as doações para o desenvolvimento e não os empréstimos, o FEMCIDI vem a constituir o instrumento lógico para alcançar essa integração.

Desde sua criação, a AICD adotou uma série de medidas para fortalecer o FEMCIDI como fundo efetivo de desenvolvimento. Em 2001, adotaram-se medidas para dar-lhe acesso a um financiamento

plurianual baseado em objetivos de desenvolvimento (e não em projetos de um ano). Em princípios de 2002, a Junta Diretora aprovou a alocação de uma parte do fundo de reserva para a avaliação de projetos, essencial para obter credibilidade junto às fontes de financiamento. Embora estas medidas fortaleçam o FEMCIDI substancialmente como fundo de desenvolvimento, é necessário tomar medidas para reduzir o grande número de projetos que os Estados membros lhe apresentam e, igualmente, modificar os critérios de aprovação para que se possa atender melhor às necessidades de desenvolvimento prioritárias do Hemisfério.

Em maio e junho de 2002, realizaram-se duas reuniões de planejamento regional no Caribe e na América Central para uma discussão em torno do conceito de fixação de prioridades regionais plurianuais, com as quais fosse possível usar mais efetivamente os recursos de doações do FEMCIDI para a cooperação intrarregional, do fomento de uma cooperação mais efetiva e de uma função de fundo semente, com a finalidade de usar o FEMCIDI para atrair co-financiamento. As duas reuniões foram realizadas em conjunto com os bancos de desenvolvimento sub-regionais, o Banco de Desenvolvimento do Caribe e o Banco Centro-Americano para a Integração Econômica. Ambas tiveram a cooperação de organismos de integração sub-regional, a Comunidade do Caribe (CARICOM), a Secretaria da Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECS) e o Sistema de Integração Centro-Americana (SICA).

Essas mudanças produzirão importantes benefícios colaterais para a direção da AICD e para sua função na OEA. O pessoal da Agência poderá concentrar-se em alguns campos importantes e acumular a competência relevante para ajudar os países a aperfeiçoar seus projetos, colaborar sobre uma base multinacional e aplicar as práticas ótimas pertinentes que já tiveram êxito em outras regiões. O atual sistema obriga o escasso pessoal a analisar projetos em tamanha variedade de campos que torna impossível desenvolver uma experiência básica ou aproveitar sua presença em Washington, perto do Banco Mundial e do BID, para prestar a assistência profissional necessária aos países. O novo enfoque servirá também como força integradora, para usar de modo mais significativo a competência das unidades substantivas da OEA.

A AICD está atuando com cautela e prudência junto aos países na análise dos melhores mecanismos para que este enfoque tenha utilidade para eles. A Secretaria vê com otimismo a perspectiva desse critério ser refinado pelos Estados membros nos próximos meses e de chegar a novos enfoques e apresentá-los à Junta Diretora no próximo ano, em seu empenho de abrir caminho para que a OEA evolua, tornando-se um instrumento mais efetivo para enfrentar os constantes desafios que lhe antepõe o desenvolvimento.

A fim de impulsionar a habilitação do CIDI e da AICD, para que sirvam como facilitadores de uma cooperação mais estreita entre os organismos de desenvolvimento do Hemisfério, concluiu-se e implementou-se um sistema de *sites* privados (salas de reuniões virtuais) que liga a Junta Diretora aos organismos de desenvolvimento de cada um dos Estados membros.

Em sua outra esfera de responsabilidade, relacionada com a política de desenvolvimento, a AICD continua atuando com as unidades independentes da OEA em função de seus compromissos conjuntos de oferecer serviços às reuniões ministeriais que se processam no âmbito do CIDI. Em especial, participou ativamente da preparação e desenvolvimento da Reunião Ordinária do CIDI e da Reunião de Ministros e Máximas Autoridades da Cultura. Da mesma forma, a Agência participou vigorosamente do estudo e da recomendação de novos enfoques para atender às tremendas pressões

que sofrem os países membros, particularmente com relação ao seguimento da Conferência de Monterrey sobre Financiamento do Desenvolvimento. Em relação a esse tema, a AICD desenvolveu tarefas especiais para obter a participação de outras organizações interamericanas importantes, como o BID e a CEPAL, bem como da sociedade civil e do setor privado. Com base nesses esforços conjuntos, vemos com otimismo a perspectiva de a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) serem receptivos a nossos convites para participar mais ativamente das reuniões do CIDI, a fim de ajudar a formular recomendações conjuntas no contexto da OEA/AICD.

Em relação aos temas administrativo-contábeis, informa-se que os aspectos objeto de observações dos auditores externos estão em via de ser corrigidos. Concluiu-se o trabalho relativo à primeira recomendação, no sentido de integrar os fundos fiduciários geridos pela AICD nos países em contas em dólares, com um único processo de consolidação financeira baseado em Washington, dentro do sistema de gestão financeira Oracle da OEA. O segundo aspecto, que diz respeito aos relatórios sobre a gestão da Fundação para as Américas, também foi corrigido. No entanto, dado o reduzido pessoal responsável pela gestão financeira da AICD, perdura o receio de que tornem a ocorrer falhas, devido a uma série de razões que pouco têm a ver com a substância da gestão financeira. Por esta razão, a Agência está negociando um acordo mais amplo com a Secretaria-Geral, visando administrar todas as suas transações financeiras no sistema Oracle desta.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

A. Fundo Especial Multilateral do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (FEMCIDI)

- FEMCIDI 2002

O ciclo de programação FEMCIDI 2002 recebeu 232 perfis de projetos. Em 31 de maio, último dia do prazo para que os Estados membros efetuassem as suas contribuições e indicassem a respectiva distribuição entre as contas, o total de ofertas ao FEMCIDI 2002 era US\$8.228.916,61. Como em anos anteriores, o montante dos recursos solicitados para os projetos apresentados foi muito superior aos recursos oferecidos, em consequência do que foi necessário excluir projetos não só por deficiência de qualidade técnica, mas também por falta de recursos.

Os perfis dos projetos que satisfaziam os requisitos de seleção estabelecidos foram enviados aos membros das Comissões Especializadas Não-Permanentes-CENPES 2001 e às Unidades e Escritórios Especializados da SG/OEA, com a solicitação de parecer técnico sobre os mesmos. Levando em consideração os pareceres técnicos recebidos, bem como o nível de ofertas em cada conta setorial, a Secretaria Executiva identificou os perfis que, à luz de seus méritos técnicos, poderiam melhor contribuir para satisfazer as necessidades de desenvolvimento dos Estados membros. Assim, 114 perfis, apresentados por 32 países, foram incluídos na Proposta Preliminar de Programação, que foi enviada às Missões Permanentes em 13 de junho de 2002 e analisada pela Quarta Reunião das CENPES, sendo que 92 receberam recomendação favorável.

A Junta Diretora da AICD, em sua Décima Primeira Reunião, realizada em 15 de outubro de 2002, aprovou a Programação de Atividades de Cooperação Solidária FEMCIDI 2002. Essa Programação abarca os 92 projetos recomendados pelas CENPES e um projeto adicional cuja incorporação foi

aprovada pela Junta Diretora. O montante total aprovado para a execução dos projetos foi de US\$6.549.094, distribuídos da seguinte maneira:

CONTA SETORIAL	Nº DE PROJETOS	MONTANTE APROVADO (US\$)
Comércio	8	695.000
Desenvolvimento Social	18	848.712
Educação	23	1.631.565
Cultura	5	153.518
Ciência e Tecnologia	21	1.598.245
Democracia	5	412.373
Turismo	4	438.316
Meio Ambiente	9	771.365
TOTAL	93	6.549.094

- Execução do FEMCIDI 2001

Nos primeiros meses do ano, iniciou-se a execução dos projetos recomendados pelas CENPES em sua reunião de outubro de 2001 e aprovados pela Junta Diretora da AICD (JD/AICD) em 1º de novembro de 2001, num montante de US\$1.147.849. Dos 89 projetos aprovados, 48 são regionais e 41 nacionais. Apresenta-se a seguir a distribuição desses projetos por conta setorial.

CONTA SETORIAL	Nº DE PROJETOS	MONTANTE APROVADO (US\$)
Comércio	5	490.352
Desenvolvimento Social	20	1.250.301
Educação	22	1.961.412
Cultura	2	103.000
Ciência e Tecnologia	21	1.656.841
Democracia	6	484.524
Turismo	6	485.000
Meio Ambiente	7	716.419
TOTAL	89	7.147.849

Para o fim de outubro, haviam-se desembolsado US\$5.048.466,50 para 84 projetos, que executarão suas atividades uma vez recebidos os Acordos de Execução ou Memorandos de Entendimento assinados e os respectivos planos de execução devidamente concluídos. A Junta Diretora da AICD aprovou, para 36 desses projetos, a prorrogação do prazo de execução até 31 de março de 2003, e para 25 projetos a prorrogação foi concedida até 30 de junho de 2003.

B. Novos Mecanismos de Cooperação (Melhores Práticas)

O Plano de Ação da AICD especificou como objetivo para a Agência o aperfeiçoamento de novos mecanismos para o desenvolvimento de programas, com base na aplicação das melhores práticas vigentes nos países das Américas e outras regiões do mundo. Os novos mecanismos também devem facilitar a participação do setor privado e da sociedade civil nas iniciativas interamericanas de cooperação técnica e capacitação.

Os programas desenvolvidos buscam alcançar os seguintes propósitos: apoio aos governos na identificação de oportunidades de ação, lições aprendidas e melhores práticas em Aquisições Governamentais, Governo Eletrônico e Desenvolvimento Municipal; desenvolvimento de programas de cooperação técnica e treinamento com as instituições de melhores práticas; preparação de projetos de aplicação das melhores práticas; e captação de co-financiamento para fortalecer as capacidades institucionais e preparar projetos de aplicação das melhores práticas, trabalhando em conjunto com instituições dos setores público e privado.

- Programa de Aquisições Governamentais

O Programa de Aquisições Governamentais tem por objetivo apoiar os esforços dos governos do Hemisfério para: elevar a eficácia, eficiência e transparência das operações de aquisição governamental como parte dos esforços dos Estados membros para reduzir a corrupção, fortalecer a governança democrática e fomentar o crescimento econômico e o desenvolvimento; fomentar e facilitar a participação da pequena empresa nas aquisições do setor público e em outras formas de comércio eletrônico, com vistas a aumentar o emprego e reduzir a pobreza; e fortalecer os governos provinciais e municipais para que se preste melhor serviço às comunidades locais e se facilite o desenvolvimento das empresas.

- Programa de Governo Eletrônico

O Programa de Governo Eletrônico da AICD-OEA tem por objetivo catalisar iniciativas de governo eletrônico na América Latina e no Caribe, bem como oferecer aos governos dessa região um apoio integral em cada uma das etapas do processo de implementação do governo eletrônico. A aplicação de melhores práticas ao desenvolvimento do governo eletrônico é um enfoque inovador, que busca tanto acelerar o processo de modernização mediante o uso eficiente dos limitados recursos públicos, como amenizar os riscos inerentes à incorporação de um componente tecnológico em projetos desenvolvidos a partir do zero, mediante o uso de soluções provadas, transferidas com apoio dos governos que as desenvolveram.

Situando o governo usuário como protagonista, a AICD-OEA desenvolveu uma metodologia própria de identificação, documentação e transferência das melhores práticas, baseada na cooperação e no trabalho em equipe com as instituições envolvidas. Em consulta com os usuários potenciais, o Programa de Governo Eletrônico da AICD está concentrando seus esforços iniciais nas seguintes áreas: aquisições governamentais por meios eletrônicos, impostos, licenças, autorizações, registros e acesso a serviços que dão apoio ao desenvolvimento da pequena empresa.

- Programa de Desenvolvimento Municipal

O objetivo deste Programa é proporcionar assistência técnica e treinamento aos governos locais (municípios) dos Estados membros, a fim de aumentar sua capacidade administrativa e técnica para prestar serviços. Este objetivo será alcançado aplicando as melhores práticas municipais vigentes na região. A formulação dessa iniciativa está respaldada por uma doação da Missão dos Estados Unidos junto à OEA e por uma contribuição da Corporação Andina de Fomento (CAF).

O programa que vem sendo implementado tem a finalidade de apoiar os governos locais na identificação de oportunidades de ação, lições aprendidas e melhores práticas nas áreas de: modernização dos sistemas de cadastro; governo eletrônico aplicado à gestão municipal; gestão dos serviços de água e esgoto; desenvolvimento de programas de cooperação técnica e treinamento com instituições de melhores práticas; desenvolvimento de projetos de aplicação das melhores práticas, selecionadas pelos governos locais; e apoio à captação de co-financiamento em forma de doações e empréstimos para preparar e implementar projetos trabalhando com instituições públicas e privadas.

- **Programa de Saúde e Segurança Ocupacionais**

A fim de apoiar os esforços dos Estados membros da OEA para promover instituições democráticas, melhorar a governança, fomentar um crescimento equitativo e contribuir para a redução da pobreza e da desigualdade, a AICD está desenvolvendo um programa que visa dar assistência aos Ministérios do Trabalho da região na tarefa de modernizar e elevar a eficiência dos serviços que prestam aos trabalhadores. Este programa buscará também elevar a consciência dos dirigentes de empresas no tocante à necessidade de observar os princípios de responsabilidade social empresarial em suas práticas comerciais, basicamente por meio de um programa regional planejado, elaborado em conjunto com o Foro Empresa e a *Business for Social Responsibility (BSR)*.

Muito embora o programa de saúde e segurança ocupacional esteja numa etapa relativamente preliminar, avançou-se consideravelmente no sentido de formular o programa, e de iniciar e consolidar contatos na sede da OEA/AICD. Em particular, a AICD atuou intensamente com o Foro Empresa e a *Business for Social Responsibility* para completar um programa de responsabilidade social empresarial voltado especificamente para a saúde e segurança ocupacionais e focalizado nas pequenas e médias empresas da América Latina e do Caribe. Da mesma forma, fizeram-se progressos com o Chile como fonte de práticas ótimas em saúde e segurança ocupacional.

DESENVOLVIMENTO DO POTENCIAL HUMANO

A. Programa de Bolsas de Estudo

Cumprindo seu mandato e em conformidade com as áreas prioritárias identificadas no Plano Estratégico de Cooperação Solidária, seguiram-se as normas e procedimentos requeridos para conceder e administrar os cursos de curta duração de formação profissional, bem como os estudos de graduação e pós-graduação. Complementarmente, o Programa de Bolsas de Estudo começou a oferecer bolsas eletrônicas (*e-bolsas*) como alternativa de baixo custo para expandir as oportunidades de aprendizagem, especialmente nos locais remotos do Continente, tornando mais fácil para os estudantes participar de estudos sem viajar para o exterior. Da mesma forma, cumprindo seu mandato, agilizou-se o processo de administração de bolsas a fim de incrementar as oportunidades de estudo. A discriminação das bolsas de estudo concedidas em 2002 figura como Anexo F deste Relatório.

- **Programa Ordinário de Treinamento (PRA)**

As bolsas concedidas no quadro do PRA abrangeram estudos de pós-graduação (mestrado e doutorado) e pesquisa em universidades da região. Em 2002, administraram-se 108 pedidos de prorrogação de bolsas concedidas em 2001, que foram aprovados com o prazo de mais um ano. No ciclo de 2002, concederam-se 185 bolsas novas. Com sua concessão, tentou-se alcançar uma

distribuição e focalização geográfica conforme as áreas prioritárias do Plano Estratégico de Cooperação Solidária do CIDI. O custo aproximado das bolsas do PRA 2002, inclusive prorrogações, foi US\$5,13 milhões. A maioria dos bolsistas (47,5%) estudou nos Estados Unidos, registrando-se também um número substancial no Chile (9,8%), México (9,4%), Canadá (8,8%) e Costa Rica (6,7%).

- Programa Especial de Bolsas de Estudo para o Caribe (SPECRAF)

O propósito deste programa é conceder bolsas para estudos universitários em áreas de desenvolvimento prioritário para a região, levando em conta os campos que afetam o desenvolvimento integral e sustentável. Dentro deste programa, ativaram-se 29 bolsas novas para o ciclo 2002 e concederam-se 24 prorrogações de bolsas de 2001. O custo aproximado das bolsas novas e prorrogações por um ano escolar foi US\$813.500.

- Cursos de desenvolvimento profissional

Os cursos de treinamento especializado de curto prazo são respaldados pelos Estados membros, pelos Observadores Permanentes e pelas unidades especializadas da SG/OEA. Especificamente, são de três tipos.

O *Programa de Cooperação Horizontal para Bolsas de Estudo e Treinamento (CHBA)* concede bolsas para treinamento profissional de curto prazo, por meio de cursos organizados por instituições dos Estados membros. Dentro deste programa, ofereceram-se 411 bolsas para 32 cursos, bem como 831 *e-bolsas* para 10 cursos pela Internet. Para estes cursos, a OEA fornece apoio logístico e administrativo, e cobre o custo da viagem internacional.

O *Programa Especial de Treinamento (PEC)* proporciona treinamento profissional de longo prazo, mediante cursos organizados por instituições dos países Observadores Permanentes. Em 2002, a Coreia e a Espanha ofereceram 64 bolsas para sete cursos presenciais e 84 *e-bolsas* para três cursos pela Internet. Para esse tipo de curso, a OEA fornece apoio logístico e administrativo, além de custear a despesa da viagem internacional.

As bolsas concedidas visando *Estudos para Cursos Especializados das Áreas Técnicas (CEAT)*, concentram-se em várias áreas profissionais indicadas pelas unidades técnicas da OEA. Concederam-se 36 bolsas para participar do Curso de Direito Internacional do Rio de Janeiro. Além disso, concederam-se 192 *e-bolsas* para diversos cursos.

- Programa de Bolsas OEA/Consórcio de Universidades

Este programa visa estabelecer um amplo consórcio de universidades para que participem do cofinanciamento de bolsas de estudo e programas de treinamento. Assim se multiplicará o impacto dos limitados recursos da OEA, que dividirá os custos das bolsas com as universidades participantes e outros centros educacionais. A AICD assinou 26 acordos com centros de educação superior em oito Estados membros e está sendo concluído o processo de assinatura com outros centros e universidades do Continente.

A AICD chegou a um acordo com o *Latin American Scholarship Program of American Universities (LASPAU)* para fornecer apoio técnico na administração de bolsas individuais concedidas pela OEA, por intermédio do Programa de Bolsas de Estudo e Treinamento. O LASPAU buscará co-financiamento para 50 novas bolsas, com o objetivo de ampliar e proporcionar maiores oportunidades de estudo.

- Mecanismo de Colocação de Bolsistas pela OEA

Acionou-se um mecanismo que maximizará os benefícios resultantes dos acordos de co-financiamento estabelecidos com as instituições participantes do Consórcio de Universidades. Por meio desta nova modalidade, os estudantes solicitarão uma bolsa à OEA e, se forem selecionados, a AICD os colocará em uma das universidades participantes. Em 2002, foram concedidas 31 bolsas novas recorrendo a esta modalidade. Complementarmente, concederam-se 20 bolsas por intermédio da Iniciativa Ecológica OEA/Fullbright.

- Programa empresarial de bolsas de estudo da OEA

Os Estados membros da OEA pediram há tempos à Secretaria-Geral que intensificasse os seus esforços para mobilizar recursos externos destinados a bolsas e treinamento. Atendendo aos pedidos formulados pelos Chefes de Estado e de Governo da região nas sucessivas Cúpulas das Américas sobre a aceleração do desenvolvimento e a criação de condições para erradicar a pobreza, a AICD procura ampliar as oportunidades de desenvolvimento humano de que dispõem os cidadãos do Continente. Com este fim, está sendo preparado o programa empresarial de bolsas de estudo, com a finalidade de multiplicar as oportunidades de aprendizagem disponíveis para estudantes destacados. Este programa basear-se-á na cooperação com o setor privado, permitindo que as empresas desempenhem um papel crucial na elevação da capacidade técnica e das condições econômicas de suas comunidades. Mediante sua participação neste programa, a comunidade empresarial dará condições para que os jovens contribuam produtivamente em sua sociedade, assim demonstrando seu compromisso com o princípio da responsabilidade social das empresas.

- Fundo Leo S. Rowe

O Fundo Pan-Americano Leo S. Rowe proporciona a estudantes da América Latina e do Caribe que para tal se qualifiquem empréstimos sem juros para custear cursos de graduação, pós-graduação e desenvolvimento profissional nos Estados Unidos. O Fundo proporciona também empréstimos aos funcionários da OEA e seus dependentes. No ano 2002, a Comissão do Fundo concedeu 103 empréstimos a estudantes no total de US\$659.710, além de 37 empréstimos a funcionários da OEA, no montante de US\$268.672.

Nos termos de seu Estatuto, o Fundo é administrado por uma Comissão do Conselho Permanente. Iniciaram-se esforços para elevar a eficiência da administração e a acessibilidade aos empréstimos por parte dos estudantes qualificados. O Fundo Rowe já considerou propostas de solicitantes que não tinham condições de apresentar a garantia tradicional e apresentaram instituições de seus países como fiadores do empréstimo, e trabalhou com eles. Na maior operação desse tipo, a Secretaria-Geral assinou um acordo com a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FUNDACYT), do Equador, e o

LASPAU, por meio do qual 18 estudantes que vieram do Equador para estudar nos Estados Unidos puderam receber empréstimos do Fundo Rowe.

- Co-financiamento interagencial para oportunidades e empréstimos educacionais

Estão sendo desenhadas novas modalidades de colaboração com agências envolvidas na concessão de financiamento para bolsas de estudo. Entre elas figura o co-financiamento de bolsas com universidades e o desenvolvimento de programas de empréstimo como forma complementar de ajuda os solicitantes que não tenham conseguido bolsas. A AICD já assinou um acordo com a Associação Pan-Americana de Instituições de Crédito Educativo (APICE) para co-financiar empréstimos ou agirem como fiadores recíprocos. Com este programa o Fundo Rowe poderá conceder empréstimos para estudos de graduação e pós-graduação. Este acordo proporcionará maiores oportunidades aos estudantes qualificados que não tenham conseguido bolsas de estudo em razão de seu limitado número, ou àqueles que tenham recebido bolsas parciais.

B. Tecnologias da Informação e da Comunicação

- O Portal Educacional das Américas

No ano 2002, as atividades do Portal Educacional das Américas (www.educoea.org) concentraram-se na ampliação dos serviços atualmente oferecidos e também na expansão das alianças estratégicas com os setores público e privado. Em função dessas atividades, e para comemorar seu primeiro ano de atividade, lançou-se um novo desenho do portal nos quatro idiomas da OEA, incorporando novas ferramentas para a formação dos recursos humanos. Vale destacar que desde seu lançamento, em setembro de 2001, o portal recebeu mais de 30 milhões de acessos, a partir de mais de 120 países.

Além de um grande banco de dados, que proporciona acesso a mais de 4.500 cursos à distância oferecidos por mais de 1.500 universidades credenciadas em todas as disciplinas acadêmicas, o portal oferece informações sobre oportunidades de bolsas de estudo, bibliotecas digitais, comunidades do conhecimento, foros, bate-papos, notícias sobre eventos e outros links de interesse educacional.

No período abarcado por este relatório, concluiu-se a fase de desenho e programação do Aula Virtual, um ambiente virtual em linha de fácil acesso, que busca propiciar o treinamento de educadores e de funcionários do governo e do setor privado nas áreas prioritárias do Plano Estratégico 2002-05. O Aula Virtual será lançado no primeiro semestre de 2003, com os seguintes cursos: Qualidade da Educação Básica (versões em espanhol, português e inglês), Os Professores como Conselheiros, Educação e Nutrição, e Estratégias de Ensino das Matemáticas. Almeja-se treinar mais de 6.000 pessoas no primeiro ano de funcionamento.

Ademais, materializaram-se acordos com mais de 30 universidades e outras instituições da região, inclusive a Organização Universitária Interamericana (Canadá), a UNESCO (Brasil), a Universidade Nacional de Quilmes (Argentina) e a Província da Terra do Fogo (Argentina) para colaborar em iniciativas socioeconômicas e culturais que promovam o acesso ao conhecimento mediante modalidades de ensino e aprendizagem à distância.

- Instituto de Estudos Avançados para as Américas

Mediante uma aliança estratégica com a Universidade Nacional de Educação à Distância (UNED) da Espanha, a AICD inaugurou o Instituto de Estudos Avançados para as Américas (INEAM), em dezembro de 2002, passando a contar com mais uma ferramenta para apoiar a atualização profissional inovadora de qualidade no âmbito interamericano. O INEAM, cuja sede acadêmica fica em Miami, Flórida, combina as modalidades convencionais de aprendizagem com as novas tecnologias de informação e comunicação, visando contribuir para o desenvolvimento e transformação social do Hemisfério.

No ano de 2002, o INEAM e o Portal Educacional contribuíram para treinar mais de 1.633 estudantes, educadores e funcionários públicos da região. Adicionalmente, realizaram-se nove *workshops*, cursos e conferências na América Central, em que se treinaram 379 participantes.

Além disso, treinaram-se outros 1.105 participantes por meio de programas de estudos pela Internet, oferecidos em colaboração com outras instituições acadêmicas, inclusive a Universidade de Harvard, o Instituto Tecnológico de Estudos Superiores de Monterrey (ITESM), a União Internacional de Telecomunicações e a Universidade Nacional de Educação à Distância da Espanha (UNED).

- O site da AICD na Internet e as salas de reuniões virtuais

Redobram-se os esforços para compilar e atualizar de forma permanente o site da Agência na Internet (www.iacd.oas.org), a fim de proporcionar informações relevantes e atualizadas sobre os seus temas prioritários, particularmente os relacionados com a cooperação técnica e a formação dos recursos humanos. Com este fim, divulgaram-se ademais boletins informativos sobre as atividades da Agência. Cumpre mencionar que prosseguiu o trabalho relativo às ações tendentes a fomentar uma colaboração mais estreita com as unidades da Secretaria-Geral da OEA para incluir conteúdo novo e relevante em função das metas estabelecidas tanto no Plano Estratégico do CIDI quanto no Plano de Atividades da AICD.

No período abrangido por este relatório, a fim de fomentar o diálogo entre a Agência e vários de seus setores, criaram-se novos *sites* privados (salas de reuniões virtuais), que permitem o intercâmbio de idéias e experiências. Entre eles figuram os da Agência Nacional de Desenvolvimento, o LASPAU, a Embaixada de São Vicente e Granadinas, e a Força-Tarefa da Conectividade. Mantiveram-se também as salas já criadas para os membros das CENPES e para a Comissão de Seleção de Bolsas de Estudo, entre outras.

FUNDOS ESPECÍFICOS

No primeiro semestre de 2002, a AICD responsabilizou-se por uma série de fundos específicos relacionados com seu mandato referente à cooperação horizontal e ao desenvolvimento socioeconômico.

A. Fundo Específico dos Estados Unidos

Nos últimos anos, o Governo dos Estados Unidos apoiou firmemente o CIDI e o trabalho da AICD com recursos especificamente alocados, além de fazer sua contribuição anual ao FEMCIDI. O valor das contribuições variou no ano entre US\$5,4 milhões e US\$6,1 milhões segundo o nível de despesas e as decisões tomadas para complementar os saldos existentes. Em termos gerais, os recursos

específicos dos Estados Unidos constituíram a principal fonte de financiamento para respaldar os novos programas da Agência, especialmente no que se refere a práticas ótimas e outros mecanismos novos de cooperação. Ademais, uma parte substancial desses recursos destinou-se a apoiar os programas de desenvolvimento humano da Agência.

B. Outros fundos específicos

A AICD continuou administrando os fundos específicos da Argentina (saldo de US\$1,0 milhão em 31 de dezembro de 2002) e do México (saldo de US\$2,8 milhões na mesma data), a fim de captar recursos externos de cooperação desses países. Além disso, deu apoio ao planejamento e execução de projetos realizados em cooperação com a Comissão Capacetes Brancos OEA-BID (valor do acordo, US\$1,5 milhão) e com o projeto de moradias AICD-SOPTRAVI, em Honduras (valor do acordo, US\$6,0 milhões).

Da mesma forma, a AICD administra fundos específicos dos Estados membros para facilitar a execução de projetos. Nestes casos, a AICD somente é responsável pelo aspecto da administração financeira dos fundos. A execução técnica dos projetos é da exclusiva responsabilidade dos governos dos países membros. Estes projetos são: Projeto de Alfabetização AICD-MINEDUC, na Guatemala; Projeto Regional de Metrologia AICD-CONACYT, em El Salvador; e o Programa de Privatização AICD-PROPRIVAT, no Panamá. Tem igualmente um acordo com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, visando oferecer serviços de administração financeira para a execução do programa de desenvolvimento sustentável de zonas ecológicas frágeis da região de Trifinio, em El Salvador. Ademais, a AICD administra outros fundos específicos ou de cooperação horizontal do Uruguai, Peru, Brasil, Colômbia, Honduras, Israel e Espanha, num total aproximado de US\$250.000.

C. O Fundo para as Américas

Este Fundo está constituído como uma fundação sem fins de lucro (501c3) filiada à AICD. Seu mandato é mobilizar recursos financeiros mediante cooperação com o setor privado e entidades sem fins lucrativos. No primeiro semestre de 2002, o Fundo seguiu amplamente os principais programas e seus acordos de cooperação em duas áreas: transparência e conectividade.

Na área da conectividade, o Fundo continuou contando com os voluntários do Net Corps Americas como mecanismo primordial de fornecimento de treinamento em tecnologias de comunicações e de informação. Mais especificamente, no período em pauta, o Net Corps enviou 18 voluntários a projetos na América Central, no Caribe e na região andina; oito a microempresas ligadas ao turismo no Caribe, em colaboração com o Programa de Pequenas Empresas Turísticas (STEP); nove à América Central, no contexto de nossa iniciativa sobre Treinamento para o Emprego e a Tecnologia para portadores de deficiência; e um à Colômbia, como parte do programa de Dirigentes Mulheres na Tecnologia.

Quanto à área da transparência e da governança, o Fundo, em abril de 2002, em colaboração com o Governo do México, organizou a conferência O México contra a Corrupção, cuja presidência foi ocupada pelo próprio Presidente Vicente Fox e que foi divulgada pela televisão no Hemisfério. Este evento foi o terceiro de uma série patrocinada pelo Fundo, como parte de seu esforço para criar uma consciência pública em relação aos problemas engendrados pela corrupção para as economias do

Continente. Cerca de 10.000 espectadores assistiram à conferência e mais de um milhão de pessoas participou via Internet.

Também estão em marcha os preparativos para estabelecer o Prêmio do Fundo e da OEA à Responsabilidade Social Empresarial nas Américas, que será apresentado em 31 de janeiro de 2003 na Gala para as Américas. Este evento, que se realizará no Biltmore Hotel, em Miami, será possível graças à cooperação da Associação de Câmaras de Comércio da América Latina, que realiza sua reunião de inverno na mesma semana, também em Miami. O prêmio do Fundo e da OEA será um reconhecimento a uma empresa cuja direção tenha contribuído para que comunidades de baixa renda média saiam da pobreza e cujas ações possam servir de modelo para estimular práticas e ações socialmente responsáveis por parte de outras empresas.

O Programa do Fundo para portadores de deficiência recebeu, para seu segundo ano, uma doação do Departamento do Trabalho dos Estados Unidos no montante de US\$542.300.

SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

A Subsecretaria de Assuntos Jurídicos apóia os órgãos da Organização mediante a preparação de estudos, documentos e pareceres jurídicos, e a prestação de serviços técnicos e de secretaria. Colabora na preparação de tratados, acordos e outros instrumentos internacionais e cuida dos procedimentos legais relativos à assinatura e depósito dos instrumentos de ratificação quando a Secretaria-Geral é depositária. Presta serviços técnicos e de secretaria à Comissão Jurídica Interamericana e ao Tribunal Administrativo. A Subsecretaria foi reorganizada mediante a Ordem Executiva N° 96-4, de 13 de maio de 1996, que concentrou suas funções em três áreas principais: o desenvolvimento do Direito Internacional Público e Privado, as atividades de cooperação na área do Direito, e as atividades de informação e divulgação jurídica. Em 31 de julho de 2002, o Secretário-Geral da Organização assinou a Ordem Executiva N° 02-08, que tratava da criação de uma Secretaria Técnica de Mecanismos de Cooperação Jurídica, a qual substituiria o Departamento de Cooperação e Divulgação Jurídica. Por conseguinte, a Subsecretaria passou a ser integrada pelo Escritório do Subsecretário, pelo Departamento de Direito Internacional, pela Secretaria Técnica de Mecanismos de Cooperação Jurídica e pela Secretaria do Tribunal Administrativo.

Escritório do Subsecretário de Assuntos Jurídicos

O Escritório do Subsecretário de Assuntos Jurídicos concentrou suas atividades na direção, planejamento, coordenação e administração da área jurídica. Em relação às três primeiras funções, relacionadas com assuntos jurídicos, este Escritório contribuiu para o desenvolvimento e codificação do Direito Internacional; para a programação e o desenvolvimento de atividades em matéria de cooperação e divulgação jurídica; e para o apoio e supervisão referentes à reforma da estrutura da Subsecretaria em conformidade com a Ordem Executiva N° 02-08. Da mesma forma, deu apoio e supervisão administrativa à Secretaria do Tribunal Administrativo (TRIBAD). A meta fundamental da mencionada Ordem Executiva 02-08 foi adaptar as funções do então Departamento de Cooperação e Divulgação Jurídica às novas prioridades estabelecidas neste campo no âmbito da OEA. De fato, criaram-se nos últimos tempos vários mecanismos para o fortalecimento da cooperação jurídica entre os Estados membros, como as Reuniões de Ministros da Justiça ou de Ministros ou Procuradores-Gerais das Américas (REMJA) e os grupos de peritos governamentais para o desenvolvimento de suas conclusões e recomendações; o Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção (Mecanismo Anti-Corrupção); e a Comissão Consultiva da Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e Outros Materiais Correlatos (Comissão da CIFTA).

A Subsecretaria prestou assessoramento jurídico à preparação e realização da Quarta Reunião de Ministros da Justiça ou de Ministros ou Procuradores-Gerais das Américas, realizada em março de 2002 em Trinidad e Tobago. Nessa ocasião, apresentaram-se vários trabalhos sobre os temas da sua agenda, entre os quais deve mencionar-se o intitulado Mecanismos Alternativos de Solução de Conflitos nos Sistemas de Justiça dos Países Americanos, elaborado por este Escritório.

Da mesma forma, participou da Sexta Conferência Especializada sobre Direito Internacional Privado (CIDIP-VI), realizada em fevereiro de 2002 na sede da Organização, e lhe prestou assessoria jurídica. Esta Conferência aprovou uma Lei Modelo Interamericana sobre Garantias Mobiliárias, uma resolução sobre a Lei Aplicável e Jurisdição Internacional Competente em Matéria de Responsabilidade Civil Extracontratual, e uma resolução sobre a Documentação Mercantil Uniforme para o Transporte Internacional, com referência especial à Convenção Interamericana sobre Contrato de Transporte Internacional de Mercadorias por Estrada de Rodagem, de 1989, além de aprovar documentos sobre conhecimento de embarque.

O Escritório do Subsecretário atendeu e prestou serviços jurídicos ao plenário e à Comissão Geral do Trigesimo Segundo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral, realizado em junho de 2002 em Bridgetown, Barbados.

O Escritório deu apoio técnico ao Primeiro Período Ordinário de Sessões da Comissão Jurídica Interamericana, realizado em março de 2002 no Rio de Janeiro, Brasil, e a seu Segundo Período Ordinário de Sessões, em agosto do mesmo ano. Nesses períodos de sessões, prestou-se assessoria jurídica com referência a temas relacionados com as “observações e comentários da Comissão Jurídica Interamericana sobre o projeto de Carta Democrática Interamericana; com o relatório apresentado pela Comissão à CIDIP-VI; à elaboração de um projeto de convenção interamericana contra o racismo e toda forma de discriminação e intolerância; aos trabalhos preparatórios para a elaboração de um projeto de convenção interamericana contra o terrorismo; e ao tema relativo ao direito de concorrência e às distintas formas de protecionismo nas Américas”. Participou ainda das atividades do Curso de Direito Internacional, que se realiza todos os anos, em agosto, sob a coordenação da Subsecretaria de Assuntos Jurídicos, e é organizado pela Comissão Jurídica Interamericana.

A Subsecretaria, inclusive o Escritório do Subsecretário, organizou as Jornadas de Direito Internacional, de que participou, e que se realizaram na Cidade do México, em dezembro de 2001. Participou também proferindo conferências e desempenhando outras tarefas relacionadas com a elaboração de vários documentos. E prestou ajuda e colaboração nas Jornadas de Direito Internacional realizadas em dezembro de 2002, em Florianópolis.

Este Escritório participou do seminário sobre a Nova Agenda Legal da OEA e a Região do Caribe, realizado em setembro de 2002 em Nassau, Bahamas. Neste seminário, este Escritório apresentou um documento sobre a Carta da OEA e a Nova Agenda da Organização no tocante a seus temas prioritários de caráter jurídico-político.

No contexto das responsabilidades e funções de coordenação e cooperação que este Escritório tem a seu cargo, participou, em outubro de 2002, do Período de Sessões da Assembléia Geral das Nações Unidas, tendo assistido às reuniões de sua Sexta Comissão, Assuntos Jurídicos, com a finalidade de tomar conhecimento da discussão sobre os temas constantes do relatório anual da Comissão de Direito Internacional (CDI) e sobre outros assuntos relacionados com este ramo do direito. Da mesma forma, realizaram-se entrevistas de coordenação com o Presidente desta Comissão e assistiu-se à apresentação do Relatório Anual da Corte Internacional de Justiça, ocasião em que se trocaram opiniões com membros, inclusive o Secretário, deste egrégio tribunal internacional. Finalmente, participou da reunião de Consultores Jurídicos dos Estados Membros das Nações Unidas, onde se

consideraram informalmente os temas mais importantes relacionados com o desenvolvimento constante e a codificação do Direito Internacional.

O Escritório também prestou assessoramento em temas específicos a vários níveis do Conselho Permanente da Organização, por exemplo, em relação à reforma do Estatuto e do Regulamento do Conselho Permanente; à alteração do Estatuto e do Regulamento do Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE); aos trabalhos da Comissão de Segurança Hemisférica; à função de coordenação entre a Subsecretaria de Assuntos Jurídicos e o Centro de Estudos da Justiça das Américas; e ao Grupo de Trabalho sobre Terrorismo do referido Conselho.

Em 2001, este Escritório formalizou com a Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (ACDI) um Acordo Geral por cujo intermédio se decidiu desenvolver um projeto sobre as transações comerciais internacionais nas Américas e sobre as perspectivas de padronização legal. Esta iniciativa teve por fim avaliar as oportunidades que ocorrem para promover uma maior padronização e uniformidade jurídica no tocante às transações comerciais em nível hemisférico, levando em conta os problemas derivados da existência de vários sistemas jurídicos nas Américas. O referido projeto foi concluído com a publicação de um livro intitulado *Armonización Legal en las Américas: Transacciones Comerciales, Bijuralismo y la OEA*, e sua apresentação perante a Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos do Conselho Permanente.

Finalmente, o Escritório do Subsecretário manteve contatos, relações de cooperação, atividades de colaboração e intercâmbio no campo jurídico com numerosas instituições, entre outras a Universidade de Georgetown, a Universidade George Washington, a *American University*, a *American Society of International Law*, o *American Law Institute* (ALI), a Assessoria Jurídica do Banco Mundial, a Federação Interamericana de Advogados, o *North South Center* e a *American Bar Association*, Seção de Direito Internacional e Prática. Este Escritório manteve ainda uma cooperação permanente e ativa com o Programa de Estágios da Secretaria-Geral, selecionando numerosos advogados.

Departamento de Direito Internacional

Assessoramento aos Órgãos, Organismos e Entidades da Organização

No âmbito de sua competência, em 2002, o Departamento de Direito Internacional prestou assessoria e serviços jurídicos no campo do Direito Internacional Público e Privado à Assembléia Geral (Bridgetown, Barbados, junho de 2002), ao Conselho Permanente e a suas Comissões de Assuntos Jurídicos e Políticos e de Segurança Hemisférica, bem como no tocante aos aspectos estatutários e regulamentares que afetam o funcionamento desses órgãos.

No âmbito da Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos, e com referência ao tema da convenção interamericana contra o racismo e toda forma de discriminação e intolerância, preparou-se o documento *Referencias a la discriminación y al racismo en las Constituciones de los Estados miembros de la OEA*, SG/SLA DDI/doc.9/02.

O Departamento de Direito Internacional também assessorou a Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos do Conselho Permanente no que se refere à avaliação do funcionamento do sistema interamericano de promoção e proteção dos direitos humanos com vistas a seu aperfeiçoamento e fortalecimento. O Departamento de Direito Internacional prestou assistência e assessoramento em

matéria de promoção e respeito com relação ao Direito Internacional Humanitário, aos direitos humanos de todos os trabalhadores migrantes e de suas famílias, e aos defensores dos direitos humanos nas Américas, além de apoiar os instrumentos interamericanos de direitos humanos.

De modo especial, cabe frisar o assessoramento prestado ao grupo de trabalho encarregado de preparar o projeto de Convenção Interamericana contra o Terrorismo, tarefa que culminou na aprovação dessa Convenção no período de sessões da Assembléia Geral em Barbados. Da mesma forma, assessorou o grupo de trabalho encarregado do projeto de Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas e participou da Sessão Especial realizada de 11 a 15 de março de 2002.

No âmbito da Comissão de Segurança Hemisférica, prestou-se assessoramento na preparação da Conferência Especial sobre Segurança, que terá lugar em maio de 2003 no México, em particular no que tange ao Regulamento da Conferência e a seus documentos finais a ser apresentados para aprovação.

Com relação às Conferências Especializadas Interamericanas, o Departamento de Direito Internacional deu apoio a atividades destinadas à unificação e harmonização das legislações dos Estados membros da OEA no campo do Direito Privado, o que culminou com a realização da Sexta Conferência Especializada Internacional sobre Direito Internacional Privado (CIDIP-VI), realizada de 4 a 8 de fevereiro de 2002 na sede da OEA, em Washington. Na preparação dessa Conferência Especializada, o Departamento de Direito Internacional apresentou vários documentos de referência, entre os quais vale destacar: *Historia del proceso de las CIDIPs* (OEA/Ser.K/XXI.6/CIDIP-VI/doc. 11/02; original: inglês); Tema III: Parte 1: Conflitos de leis sobre responsabilidade extracontratual. Parte 2: Responsabilidade civil internacional em casos de contaminação transfronteiriça (OEA/Ser.K/XXI/RE/CIDIP-VI.doc. 7/98; original: inglês); e *Antecedentes y lista de documentos para la reunión de expertos gubernamentales preparatoria de la Sexta Conferencia Especializada Interamericana sobre Derecho Internacional Privado* (OEA/Ser.K/XXI/RE/CIDIP-VI/doc. 11/02; original: inglês). Vale notar igualmente que a Comissão Jurídica Interamericana preparou um relatório intitulado *CIDIP-VII y etapas sucesivas* (CIDIP-VI-doc. 10/02), baseado em numerosas respostas a um questionário preparado pelo Departamento de Direito Internacional e distribuído pela Comissão Jurídica Interamericana entre uma ampla gama de professores universitários, juristas e peritos legais de todo o Hemisfério. Nesta Conferência, o pessoal do Departamento de Direito Internacional atuou como secretaria técnica em cada um dos três grupos de trabalho criados na Reunião de Peritos realizada de 14 a 18 de fevereiro de 2000 na sede da OEA em Washington, conforme disposto nas resoluções AG/RES. 1613 (XXIX-O/99) e CP/RES. 744 (1185/99). Terminada a reunião, o Departamento de Direito Internacional compilou e editou os textos dos trabalhos, bem como os resultados alcançados no seu decorrer, o que permitiu sua publicação oficial. Esta publicação compõe-se de dois volumes: o Volume I (Ata Final) e o Volume II (Documentos).

Em 2002, o Departamento de Direito Internacional, na qualidade de Secretaria da Comissão Jurídica Interamericana, prestou apoio técnico e administrativo nos dois períodos ordinários de sessões da Comissão, realizados em fevereiro-março e agosto. Com esta finalidade, preparou as agendas anotadas de ambos os períodos de sessões, que registram a evolução de cada um dos temas incluídos na agenda da Comissão. Redigiu também documentos que resumem os mandatos que lhe foram conferidos pela Assembléia Geral; prestou apoio à redação dos respectivos projetos de resolução; colaborou na editoração dos relatórios apresentados pelos membros da Comissão; fez constar em atas

resumidas o desenvolvimento das reuniões da Comissão Jurídica e encarregou-se da preparação de seu Relatório Anual à Assembléia Geral. Durante o recesso da Comissão Jurídica Interamericana, o Departamento deu apoio ao trabalho dos relatores no desenvolvimento dos respectivos temas; organizou a participação dos membros da Comissão como observadores junto a distintos foros; e deu cumprimento aos mandatos constantes das resoluções e decisões da Comissão Jurídica Interamericana. Em particular, colaborou em tudo que se referia à organização do seu Centenário e ao Acordo entre o Governo do Brasil e a Secretaria-Geral da OEA mediante o qual se cede parte das instalações do Palácio Itamaraty à Comissão Jurídica Interamericana. Da mesma forma, o Departamento de Direito Internacional apoiou a Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos do Conselho Permanente na elaboração de suas observações e recomendações sobre seu relatório anual relativo às atividades de 2001.

Desenvolvimento do Direito Internacional

Cumprindo os mandatos sobre o Programa Interamericano para o Desenvolvimento do Direito Internacional e no exercício da competência e funções que lhe cabem, o Departamento de Direito Internacional, no período coberto por este Relatório, organizou as atividades que se seguem, ou delas participou.

- **Curso de Direito Internacional**

O Departamento de Direito Internacional, juntamente com a Comissão Jurídica Interamericana, organizou o Vigésimo Nono Curso de Direito Internacional, realizado de 5 a 30 de agosto de 2002 com a participação de 21 professores de vários países da América e da Europa, 28 bolsistas da OEA selecionados entre mais de 50 candidatos, e sete alunos que pagaram os custos da própria participação. O curso, cujo tema central foi Recursos Naturais, Energia, Meio Ambiente e Direito Internacional, transcorreu no Centro Empresarial Rio, no Rio de Janeiro, Brasil. O Departamento de Direito Internacional preparou o anúncio do Curso; elaborou o programa, contatando os respectivos professores e organizando seu transporte para o Rio e seu alojamento; procedeu à seleção dos bolsistas, fornecendo-lhes todas as informações necessárias a sua participação e apoio acadêmico e pessoal durante sua estada na cidade; e avaliou sua participação para efeito da expedição do respectivo certificado de aprovação.

- **Jornadas de Direito Internacional**

De 11 a 14 de dezembro de 2001, o Departamento de Direito Internacional realizou as Jornadas de Direito Internacional na Universidade Nacional Autônoma do México, com apoio do Instituto de Pesquisas Jurídicas da própria UNAM. Os trabalhos desenrolaram-se em sessões plenárias de que participaram professores de Direito Internacional Público e Privado e estudantes de universidades mexicanas. O evento foi transmitido pela Internet e por sistema de teleconferências para diversas instituições mexicanas e estrangeiras interessadas.

De 3 a 6 de dezembro de 2002, realizaram-se as Jornadas de Direito Internacional na Universidade Federal de Santa Catarina, em Florianópolis, Brasil. Nesta ocasião, o Departamento de Direito Internacional teve o apoio do Instituto de Relações Internacionais do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Santa Catarina. Assim como em anos anteriores, houve sessões plenárias com professores de Direito Internacional Público e Privado de várias universidades brasileiras e de

outros Estados membros. Os professores discutiram os temas seguintes: vários aspectos relativos à temática atual do Direito Internacional Público e Privado; os processos de integração nas Américas; e o Sistema Interamericano e a atualização dos planos de estudo de Direito Internacional Público e Privado.

- Publicações Jurídicas

No período abrangido por este relatório, o Departamento de Direito Internacional editou, publicou e distribuiu as seguintes publicações: i. *XXVIII Curso de Derecho Internacional*, realizado em agosto de 2001, cujo tema central foi A Pessoa Humana no Direito Internacional Contemporâneo; ii. *Jornadas de Derecho Internacional*, realizadas em dezembro de 2001, que registra as comunicações apresentadas e os debates posteriores entre os professores de Direito Internacional Público e Privado, bem como as conclusões e recomendações finais; iii. a *Serie Temática sobre Cursos de Derecho Internacional: El Derecho Internacional Privado en las Américas (1974-2000)*, que inclui as conferências proferidas desde 1974 até o ano de 2000 sobre Direito Internacional Privado. Este volume está organizado em duas partes e encerra 84 artigos, agrupados em torno dos grandes marcos do desenvolvimento do Direito Internacional Privado nas Américas nesse período.

Atualmente o Departamento está preparando a publicação dos seguintes livros: i. o volume correspondente ao Vigésimo Nono Curso de Direito Internacional, realizado em 2002; ii. um livro que registra as atas, exposições, debates e conclusões das Jornadas de Direito Internacional realizadas em dezembro de 2002 em Florianópolis; e iii. *Serie Temática: El Sistema Interamericano (vol. II)*, que contém as aulas ministradas no Curso de Direito Internacional do Rio de Janeiro de 1974 a 2001 sobre vários aspectos relativos ao Sistema Interamericano.

- Informações pela Internet e em CD-ROM

O pessoal do Departamento de Direito Internacional está trabalhando na preparação da página da Internet com informações a respeito das áreas de trabalho do Departamento e sobre as atividades da Comissão Jurídica Interamericana.

- Assembléias Modelos

Os advogados do Departamento de Direito Internacional participaram como consultores do Vigésimo Primeiro Período de Sessões da Assembléia Modelo para Escolas Secundárias, realizado de 1º a 5 de dezembro de 2002 em Washington.

- Participação em foros internacionais

Os advogados do Departamento de Direito Internacional fizeram exposições em diferentes foros, com a finalidade de apresentar informações a respeito das atividades jurídicas desenvolvidas no âmbito da Organização, inclusive: encontros periódicos organizados pelo *Private International Law Group* do Departamento de Estado dos Estados Unidos da América; sessões de grupos de trabalho da Conferência de Haia sobre Direito Internacional Privado; a reunião anual da *American Society of International Law*; encontros organizados pelo Colégio Interamericano de Defesa das Américas; a sessão de informação para os delegados das Missões Permanentes dos Estados membros junto à

OEA; e a Mesa Técnica de Trabalho: Ação Legislativa Regional Centro-Americana contra o Terrorismo.

Tratados Interamericanos e Acordos Bilaterais de Cooperação

Conforme determina o artigo 112, f, da Carta da Organização, a Secretaria-Geral serve de depositária dos tratados e acordos interamericanos, bem como dos instrumentos de ratificação dos mesmos. Da mesma forma, segundo o artigo 112, h, compete à Secretaria-Geral estabelecer relações de cooperação, consoante o que for decidido pela Assembléia Geral ou pelos Conselhos, com os Organismos Especializados e com outros organismos nacionais e internacionais.

Pela Ordem Executiva N° 96-04, de maio de 1996, concernente à reorganização da Subsecretaria de Assuntos Jurídicos, determinou-se que o Departamento de Direito Internacional atuaria como depositário dos tratados multilaterais interamericanos, função conferida à Secretaria-Geral pela Carta da Organização. O Departamento age como depositário dos acordos bilaterais assinados pelos órgãos da OEA com os Estados americanos ou com outros organismos interamericanos ou entidades nacionais de países membros ou observadores, e também com relação aos acordos assinados entre Estados membros para os quais a Secretaria-Geral tenha sido designada como depositária.

Com referência aos tratados multilaterais interamericanos, zelou-se em 2002 para que se cumprissem as formalidades e procedimentos exigidos para a assinatura e depósito dos instrumentos de ratificação e/ou adesão, para a formulação de reservas e outras declarações, para a denúncia e outros atos jurídicos, como a designação de autoridades centrais com relação aos tratados multilaterais interamericanos. Neste sentido, executaram-se os procedimentos relativos ao recebimento de solicitações apresentadas pelos Estados membros, a revisão dos documentos apresentados (procurações com plenos poderes, instrumentos de ratificação e/ou adesão), a coordenação com o Setor de Cerimonial, com o Gabinete do Secretário-Geral, com o Gabinete do Secretário-Geral Adjunto e com o Departamento de Informação Pública com vistas às respectivas cerimônias, a elaboração das atas e discursos, o registro do ato e sua notificação aos Estados membros e organismos interessados.

Nesse contexto, prestou-se assessoria jurídica a representantes dos Estados membros e aos órgãos, organismos e demais entidades da Organização no que diz respeito a essas formalidades e procedimentos. No decorrer de 2002, o Departamento de Direito Internacional participou de 37 processos de assinatura e 30 processos de depósito de instrumentos de ratificação e adesão, bem como de um processo de retirada parcial de declarações interpretativas e reservas, de um processo de denúncia e de três processos de designação de autoridade central. Registrou-se também um novo instrumento jurídico, a Convenção Interamericana contra o Terrorismo.

Da mesma forma, prepararam-se autenticações e se forneceram informações atualizadas e completas sobre esses tratados (respectivos textos, relação de assinaturas e ratificações, etc.), por solicitação dos Governos dos Estados membros, Missões Permanentes e Observadores junto à OEA, órgãos, organismos e entidades da Organização, Escritórios nos Estados membros, outros organismos internacionais, governamentais e não-governamentais, e particulares em geral.

Com relação aos acordos bilaterais, registraram-se em 2002, no Departamento de Direito Internacional, 47 acordos de cooperação sobre diversas áreas concluídos nesse período. Na maioria

dos casos, efetuou-se a revisão final dos acordos de cooperação bilateral antes da assinatura. A relação completa dos tratados internacionais e dos acordos de cooperação figura como Anexo C deste Relatório.

Secretaria de Mecanismos de Cooperação Jurídica

No período abarcado por este relatório, a Secretaria Técnica de Mecanismos de Cooperação Jurídica continuou desempenhando as funções de assessoramento e secretaria técnica dos órgãos, organismos e entidades da OEA, bem como de suas comissões e grupos de trabalho nas áreas de cooperação jurídica sob sua responsabilidade. Segue-se uma descrição de algumas das atividades representativas desenvolvidas por esta área em 2002.

Prestaram-se serviços de assessoramento e secretaria técnica em tudo que se relaciona com a preparação, realização e seguimento da mais recente reunião de Ministros da Justiça. Elaboraram-se documentos de trabalho sobre temas relacionados com o delito cibernético, a assistência jurídica mútua, a extradição e os meios alternativos de solução de conflitos. A Secretaria participou ativamente da elaboração de propostas de agenda e de ações que poderiam surgir no contexto da reunião.

Desenvolveram-se igualmente atividades de cooperação para cumprir as recomendações ou decisões dessas reuniões; entre aquelas, a consolidação de esforços para organizar a primeira reunião de autoridades políticas carcerárias e penitenciárias e a criação e operacionalização de uma rede eletrônica para o intercâmbio de informações e cooperação entre elas.

Continuou-se a desempenhar as tarefas de Secretaria Técnica do Mecanismos de Acompanhamento da Implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção. Esse mecanismo foi aprovado pelos Estados partes em 4 de junho de 2002, por ocasião do último período de sessões da Assembleia Geral da OEA. A Comissão de Peritos, criada como um dos órgãos do Mecanismo, realizou com êxito suas primeiras reuniões.

Na primeira delas, realizada de 15 a 18 de janeiro de 2002, em Washington, a Secretaria organizou um seminário de indução sobre a forma de operar de outros mecanismos semelhantes que existem neste e em outros continentes e participou ativamente da elaboração dos seus documentos, que foram apresentados, discutidos e aprovados pela Comissão nessa oportunidade.

Na segunda reunião dessa Comissão, realizada de 20 a 24 de maio de 2000 na sede da OEA, selecionaram-se os temas que serão tratados na primeira rodada de análise, bem como o plano de trabalho para o corrente ano; aprovou-se a metodologia para a análise das disposições selecionadas para análise na primeira rodada, o questionário para recolher informações sobre a implementação das disposições a ser analisadas e a estrutura dos relatórios por país a ser elaborados na primeira rodada, tomando por base para as deliberações os documentos preparados pela Secretaria com este fim. Adotaram-se também as decisões necessárias para dar início à primeira rodada de análise, a qual, em princípio, ocorrerá entre junho de 2002 e o ano de 2004.

Nesta oportunidade, a Secretaria apresentou um documento de trabalho que permitiu à Comissão iniciar a consideração de temas de interesse coletivo relacionados com os sistemas "...de aquisição de

bens e serviços por parte do Estado de forma a assegurar sua transparência, equidade e eficiência” a que se refere o artigo III, 5, da Convenção.

Complementarmente, a Secretaria esteve ativamente envolvida no desenvolvimento de atividades de cooperação que permitem apoiar os trabalhos que se processam no quadro desse Mecanismo. Em particular, cabe mencionar as relacionadas com o apoio institucional aos Estados membros para a implementação, no quadro de suas respectivas legislações, da Convenção Interamericana contra a Corrupção, em especial no que se refere às normas penais e às normas constantes do artigo III dessa Convenção. No período abrangido por este relatório, este programa concentrou-se nos países do Caribe; em anos anteriores, participaram os países da América Central e da América do Sul.

Apoio semelhante continuou-se a proporcionar à Comissão Consultiva da Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e Outros Materiais Correlatos (CIFTA). Em apoio aos trabalhos desta Comissão, trabalha-se com os Estados Partes na definição dos pontos de contato para a coordenação das respostas aos questionários elaborados pela Comissão e em todos os assuntos ligados à cooperação para promover a assinatura e ratificação da CIFTA e sua implementação nas respectivas legislações nacionais, bem como nos assuntos relativos à cooperação jurídica no âmbito da CIFTA.

Em cumprimento aos mandatos do Programa Interamericano para o Desenvolvimento do Direito Internacional, resolução AG/RES. 1845 (XXXII-O/02), da Assembléia Geral, organizou-se o Terceiro Curso Regional sobre Direito Internacional. O evento teve lugar em 17 e 18 de setembro de 2002 na cidade de Nassau, Bahamas, com a participação dos países da região do Caribe. Foi organizado em coordenação com o *Caribbean Law Institute Center* da Universidade das Índias Ocidentais.

O primeiro desses cursos dirigia-se aos países da região centro-americana e foi realizado em 1999, no Panamá. O segundo teve lugar em março de 2001 em Medellín, Colômbia, com a participação dos países da região andina. Em conexão com o último, foi publicado o livro *El Sistema Interamericano Frente al Nuevo Siglo*, que registra a memória do evento.

Em matéria de Direito Internacional Humanitário, publicou-se o livro sobre a conferência de peritos governamentais, que tratou da análise da aplicação nacional do Direito Internacional Humanitário e das convenções interamericanas correlatas e realizou-se de 6 a 8 de março de 2001 em San José, Costa Rica. Esta conferência integra uma iniciativa regional patrocinada pelo Governo do Canadá, pelo Ministério das Relações Exteriores e Culto, pela Comissão Nacional para a Melhoria da Administração da Justiça da República da Costa Rica e pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV). Sua principal finalidade foi promover a aplicação tanto dos tratados de Direito Internacional Humanitário como das convenções interamericanas correlatas, em particular as que se referem à proteção e à segurança das pessoas. Nessa publicação se registram os temas debatidos nessa ocasião.

As atividades de cooperação técnica mencionadas são amplamente divulgadas na página mantida na Internet, cujo valor fica patente pelo crescente número de acessos virtuais registrados. Em matéria de divulgação jurídica, prosseguiu a expansão de redes de intercâmbio de informações sobre cooperação judiciária, delito cibernético e tratados interamericanos.

Nesta área de divulgação jurídica, também se publicaram as últimas convenções aprovadas no âmbito da Organização: a Convenção Interamericana contra a Corrupção; a Convenção Interamericana sobre Transparência nas Aquisições de Armas Convencionais; a Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e Outros Materiais Correlatos; a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência; e a Convenção Interamericana contra o Terrorismo.

SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

A Subsecretaria de Administração é responsável pelo planejamento, organização, coordenação e supervisão geral das atividades administrativas referentes ao orçamento-programa, à administração financeira, administração de pessoal, aquisição de bens e contratação de serviços, processamento de dados, edifícios e propriedades, comunicações, segurança, ativos e administração dos sistemas e procedimentos da Secretaria-Geral. Nos termos da Ordem Executiva N° 02-7, aprovada em 24 de julho de 2002, os serviços da Subsecretaria são prestados atualmente por intermédio dos Departamentos de Serviços Financeiros; Análise Administrativa, Planejamento e Serviços de Apoio; Serviços de Recursos Humanos; Tecnologia e Serviços Gerais; e de Serviços de Gestão de Compras.

Escritório do Subsecretário de Administração

Os pormenores das atividades da Subsecretaria de Administração explicam-se no relatório de cada um dos cinco departamentos mas, em resumo, figuraram entre as atividades principais a coordenação da renovação completa do Edifício da Secretaria-Geral; a colaboração com os Estados membros para reduzir as dívidas para com o Fundo Ordinário aos níveis mais baixos em mais de dez anos; e a evolução do antigo Serviço de Carreira para o atual Serviço de Contratação Contínua.

Departamento de Serviços Financeiros

A situação financeira da OEA reflete-se nos demonstrativos que se acham no fim deste relatório indicados como Anexo E, que incluem: a) os Subfundos de Operações e de Reserva do Fundo Ordinário, cujo orçamento é aprovado pela Assembléia Geral; e b) os fundos específicos financiados por contribuintes unilaterais ou multinacionais para atividades extra-orçamentárias.

O ano encerrado em 31 de dezembro de 2002

O compromisso dos Estados membros de reduzir os saldos em mora do Fundo Ordinário levou a um nível de liquidez financeira que permitiu à Organização cumprir suas obrigações orçamentárias, financiar totalmente o Subfundo de Reserva e aprovar dotações suplementares.

A situação do Fundo Ordinário melhorou consideravelmente, passando de um superávit de US\$23,1 milhões nos Subfundos de Reserva e de Operações no final de 2001 para um superávit de US\$45,4 milhões no fim de 2002. Este montante é composto por um saldo total de US\$22,1 milhões no Subfundo de Reserva (30% das cotas), US\$20,6 milhões em dotações suplementares e US\$2,7 milhões adicionais de recursos não comprometidos do Subfundo de Operações.

A análise que se segue compara a autorização orçamentária (dotações) da Assembléia Geral e do Conselho Permanente, o financiamento fornecido pelos Estados membros e os níveis de execução no decorrer do ano.

Dotações. No Trigésimo Terceiro Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral, a Secretaria-Geral foi autorizada a executar US\$76 milhões, correspondentes ao orçamento ordinário, com atribuição de cotas no valor de US\$73,7 milhões aos Estados membros, e US\$2,3 milhões em outras receitas. Ao encerrar-se o ano, os Estados membros aprovaram US\$20,6 milhões em dotações suplementares.

Financiamento e execução. Até 31 de dezembro de 2002, o Fundo Ordinário arrecadou um total de US\$98,5 milhões, sendo US\$94,4 milhões em cotas dos Estados membros e US\$4,1 milhões em outras receitas. Até encerrar-se o exercício, a Secretaria-Geral havia executado atividades num total de US\$75,9 milhões, ou seja, US\$0,1 milhão abaixo do orçamento aprovado. O resultado final foi um superávit de US\$22,6 milhões.

Impacto financeiro. No início do período, o Fundo Ordinário tinha um total de US\$31,5 milhões em cotas por cobrar e US\$73,7 milhões em cotas de 2002, o que perfazia um total de US\$105,2 milhões. Após receber US\$94,4 milhões em cotas, US\$69,3 milhões em cotas de 2002 e US\$25,1 em cotas de anos anteriores, a dívida dos Estados membros reduziu-se de US\$31,5 milhões para US\$10,5 milhões. No correr do ano, foram efetuadas contribuições aos fundos específicos no valor aproximado de US\$47 milhões.

Conclusão. A Secretaria-Geral tem o prazer de informar que a solidez financeira do Fundo Ordinário foi reforçada com a elevação do Subfundo de Reserva para US\$22,1 milhões, correspondentes a 30,0% das cotas, e US\$20,6 milhões de dotações suplementares, além de um montante adicional de US\$2,6 milhões para cumprir seus mandatos.

Departamento de Análise Administrativa, Planejamento e Serviços de Apoio (MAPSS)

Atividades orçamentárias

Como em anos anteriores, o MAPSS continuou proporcionando serviços de apoio aos chefes de programas no tocante à análise, coordenação e formulação de projetos de orçamento-programa. Além disso, funcionou como secretaria técnica para a Comissão de Assuntos Administrativos e Orçamentários (CAAP) do Conselho Permanente e para a Comissão Preparatória do período de sessões da Assembléia Geral. Durante a análise e debate do orçamento-programa, expediu relatórios de seguimento sobre o processo que levou ao projeto de resolução sobre o orçamento para o ano de 2003. Com referência à execução do orçamento do Fundo Ordinário para o ano de 2002, o Departamento elaborou relatórios trimestrais e semestrais sobre a situação da execução do orçamento, em cumprimento das Normas Gerais. O ano de 2002 foi muito positivo, pois a arrecadação de cotas, tanto as correntes quanto aquelas em mora, totalizou US\$94,6 milhões, cifra consideravelmente superior à de anos anteriores. Isto permitiu à Secretaria-Geral executar o seu orçamento-programa aprovado em um nível de US\$75,9 milhões, ou 99,8%. O MAPSS continua proporcionando apoio técnico sobre assuntos orçamentários aos Escritórios nos Estados Membros, bem como a outras organizações especializadas e entidades. O Anexo H ilustra o estado da execução orçamentária dos recursos no ano de 2003.

Mandatos da Assembléia Geral

Cumprindo a resolução AG/RES. 1909 (XXXII-O/02), o Departamento manteve um banco de dados de mandatos, juntamente com outras informações, para ser usada pela Secretaria-Geral a fim de determinar as atividades a empreender durante o ano orçamentário. Cumprindo o artigo 87, alínea a, das Normas Gerais para o Funcionamento da Secretaria-Geral, providenciou-se para as áreas informações em linha sobre os mandatos que abrangem os anos de 1997 a 2001. As áreas deram forma organizada aos resultados dessas atividades, bem como aos vínculos entre os mandatos, às atividades empreendidas e aos resultados obtidos. Por meio do documento CP/doc.3679/02, a Secretaria-Geral apresentou os resultados do exercício ao Conselho Permanente.

Sistema gerencial da OEA (OASES)

Além de concluir o processo de migração, em fevereiro de 2002, para a versão 11i Web das aplicações OASES, o Departamento, recentemente, coordenou os esforços realizados para atualizar o sistema com sua última versão. As finalidades dessas últimas atualizações eram melhorar a funcionalidade de todos os módulos e manter o sistema OASES em dia com as versões novas. O Departamento também atualizou a plataforma do sistema operacional do OASES de Windows NT para Windows 2000, a fim de aperfeiçoar seu funcionamento. Desenharam-se e instalaram-se as aplicações OASES para possibilitar o acesso de usuários, bem como a conectividade com os Escritórios da Secretaria-Geral nos Estados membros; e forneceu-se uma extensa gama de relatórios financeiros especializados à comunidade de usuários do OASES, de modo que as áreas pudessem controlar melhor a execução de projetos. Prepararam-se várias soluções para problemas concretos. Atendeu-se às solicitações e preocupações do Grupo de Usuários do OASES e prestou-se apoio técnico permanente para aperfeiçoar e manter o sistema.

Análise administrativa e treinamento

O Departamento continuou a revisar e atualizar os manuais que servem de guia e referência para os diretores de programas e usuários do sistema de informação. Em 2002, realizou-se na sede um total de 62 sessões de capacitação para funcionários sobre todos os aplicativos financeiros e não financeiros do OASES, bem como treinamento no manejo da ferramenta Discoverer para a preparação de relatórios financeiros. Preparou-se um programa de treinamento para os Escritórios da Secretaria-Geral nos Estados membros e em 2002 um total de 31 funcionários, em 16 Escritórios, foi treinado nos aplicativos financeiros OASES. O plano prevê, para o primeiro trimestre de 2003, o treinamento do pessoal de sete Escritórios no uso do OASES. O serviço para usuários do OASES divulgou informações sobre vários temas importantes relacionados com o sistema, como sua disponibilidade e o calendário de treinamento na sede e nos Escritórios nos Estados membros.

Departamento de Serviços de Recursos Humanos

No ano a que se refere este relatório, o Departamento de Serviços de Recursos Humanos experimentou um substancial incremento nas solicitações de apoio ao conjunto da Secretaria-Geral, que foram atendidas sem aumentar o volume de recursos à disposição do próprio Departamento. De fato, o incremento de recursos nos fundos específicos aumentou o número de funcionários da Secretaria-Geral de 637 para 674 em 2002, enquanto o pessoal deste Departamento continuava limitado a 18 funcionários. Esse quadro provocou sensível aumento no volume de operações correntes

executadas neste Departamento, como recrutamento, concurso para preencher vagas, classificação de cargos, concessão de benefícios e renovação de seguros, que ultrapassaram 3.000 nesse ano.

Além do progresso alcançado na eficiência do cumprimento das tarefas regulares, destacam-se a seguir algumas iniciativas especiais mais recentes.

- O Programa de Estágios da Secretaria-Geral continua a crescer, e este ano foram recebidas cerca de 405 solicitações de estudantes, dos quais 173 foram selecionados para estagiar em vários órgãos da própria Secretaria-Geral.
- Este ano, ampliou-se e consolidou-se o processo de avaliação do desempenho de todos os funcionários da Secretaria-Geral. O Departamento continuou dando apoio a supervisores e funcionários em numerosos aspectos do sistema, por meio de assessoramento e treinamento para supervisores em áreas de gestão de pessoal, comunicações, planejamento e outras semelhantes.
- Quanto a programas de treinamento, a Secretaria-Geral continuou reembolsando, até o limite anual de US\$400, os custos de cursos feitos por funcionários fora do horário de trabalho. No ano de 2001, processaram-se 79 solicitações de reembolso de matrícula e autorizou-se um número correspondente a US\$26.353. Dentro desse mesmo programa, prestou-se assistência no treinamento de vários funcionários dos Escritórios nos Estados membros em cursos de informática, idiomas e gerência, administração de projetos e educação para adultos.
- Como parte dos serviços ao pessoal, a Unidade de Serviços de Saúde deu mais de 4.000 consultas no ano de 2002, e o médico de plantão, contratado por intermédio da Universidade Johns Hopkins, fez 131 exames médicos.
- Prosseguiu a atualização do módulo de Recursos Humanos da Oracle. Nesse período, incorporaram-se aperfeiçoamentos ao sistema de pessoal e concluiu-se a transição da versão 10.7 para a 11*i*. Também se adiantaram trabalhos para automatizar todos os arquivos de pessoal, o que constituirá um exercício piloto que levará, no fim do processo, à criação de um “depósito de dados” para o conjunto da Secretaria-Geral.
- Neste ano, o Departamento participou ativamente da execução do projeto sobre integração da perspectiva de gênero para a Secretaria-Geral, patrocinado pelo Governo do Canadá, tendo-se cumprido cabalmente as metas traçadas.

Em junho, a Assembléia Geral aprovou a modalidade de Contratos Contínuos em substituição ao serviço de carreira. Além de, constantemente, participar da discussão do projeto de resolução junto aos órgãos políticos e apoiá-la, deu início aos trabalhos do primeiro concurso para esse tipo de contrato, para o que, com assistência da Associação do Pessoal, foi preciso desenhar e pôr em uso formulários e mecanismos para atender às solicitações dos 106 funcionários selecionados. O Anexo D apresenta informações sobre o pessoal da Secretaria-Geral referentes ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2002.

Departamento de Tecnologia e Serviços Gerais

Projeto de Modernização do Edifício de Serviços Gerais (GSB)

Na iniciativa mais ambiciosa dos últimos 25 anos, o Departamento de Tecnologia e Serviços Gerais assumiu a responsabilidade pela modernização do Edifício de Serviços Gerais (GSB). Para tanto, reuniu uma equipe multidisciplinar e intra-organizacional que combinava um conjunto de aptidões, conhecimentos técnicos e responsabilidades. As empresas *Group Goetz Architects* e *Davis Construction Corp.* foram selecionadas respectivamente como projetista e empreiteira geral, a fim de tocar o projeto.

As novas instalações proporcionam ao pessoal um ambiente de trabalho bem melhor, com móveis ergonômicos e farta iluminação natural, além de melhor aquecimento e ar condicionado. Destacam-se nas novas instalações a existência de escritórios e salas de reuniões em todos os andares, salas de repouso e depósito de material.

Semelhante projeto exigiu compras de grandes proporções, razão por que o Departamento trabalhou com outros departamentos da Secretaria-Geral, particularmente com o Departamento de Serviços de Gestão de Compras, a fim de efetuar a seleção prévia dos empreiteiros em condições de participar do processo de contratação, levando em conta o tempo necessário até o início das obras.

Para fins de 2002, foram modernizadas as principais infra-estruturas (encanamento central, sistemas elétricos e mecânicos, aquecimento e ar condicionado). Mais de 600 funcionários mudaram-se para os novos escritórios, situados nos andares 4 a 8, e o trabalho de modernização continua no resto do edifício. A transição foi efetuada com um mínimo de interrupções na rotina de trabalho.

Atividades de tecnologia

A modernização do edifício tornou possível à Secretaria-Geral satisfazer suas necessidades de tecnologia para a próxima década, ao atualizar a cablagem, a infra-estrutura central de rede, o centro de cálculo e outros componentes. A infra-estrutura informática foi implementada como parte integrante da modernização dos escritórios e não como um adendo. Definiu-se como prioridade permanente executar a migração de modo eficiente e com um mínimo de interrupção no trabalho do pessoal, o que foi alcançado.

Além disso, mudou-se a topologia da rede da arquitetura de anel (*Token Ring*) para *Ethernet*. Adotaram-se um novo sistema de armazenamento (*Storage Area Network*, ou *SAM*), que substituiu a obsoleta tecnologia Novell, e instalações de apoio centralizado para garantir a segurança e integridade dos recursos informáticos da Secretaria-Geral a longo prazo. A Divisão também modernizou os sistemas operacionais dos servidores, passando para Windows 2000, e o sistema de correio eletrônico, adotando o MS Exchange 2000.

Com a nova estrutura de tecnologia da informação, a Secretaria-Geral aumenta igualmente sua largura de banda de acesso à Internet, para facilitar o uso da nova tecnologia. Com a instalação de uma conexão de laser óptico de 200 MB/segundo, ampliou-se também a capacidade de conexão entre todos os edifícios da OEA, aproveitando a nova infra-estrutura instalada no Edifício da Secretaria-Geral. A Divisão de Informática prolongou também a conexão da Rede Virtual Privada (*Virtual*

Private Network, ou *VPN*) até os Escritórios nos Estados membros, a fim de proteger a segurança das operações de dados delicadas. Ademais, apoiou a Missão Especial ao Haiti instalando um sistema sem fio no novo Escritório em Port-au-Prince e uma conexão via satélite do *Hughes Network Systems* para acesso à Internet.

Por último, o Departamento obteve da Microsoft uma licença que lhe permite atualizar os sistemas operacionais, aplicativos, servidores e outros sistemas de forma rápida a baixo custo.

Salão Libertador Simón Bolívar

O Departamento de Tecnologia e Serviços Gerais também conduziu a modernização do sistema de interpretação simultânea do Salão Libertador Simón Bolívar, no Edifício Principal. Este projeto serviu como piloto para a aplicação de tecnologia a importantes atividades da Secretaria-Geral. O novo sistema é composto de equipamento digital com um moderno sistema de som. Além disso, conta com um sistema de multimídia usado para a transmissão de sinais de DVD, vídeo-cassete, TV e documentos, que se projetam nos monitores colocados na mesa para os delegados, e para o público nas telas de plasma, fixadas nas paredes do Salão.

Departamento de Serviços de Gestão de Compras (DPMS)

Nos termos da Ordem Executiva 02-7, o Escritório do Serviços de Gestão de Compras passou a ser o Departamento de Serviços de Gestão de Compras. Como parte da redistribuição de responsabilidades, a unidade de ativos fixos (códigos de barra) passou a integrar o DPMS, mantendo a responsabilidade sobre todos os ativos fixos, desde sua aquisição, registro e uso na Secretaria-Geral até sua alienação por desuso por intermédio da COVENT (Comissão de Disposição de Material Excedente e/ou Ativos Obsoletos).

No ano 2002, o DPMS gerou, com base em requisições, mais de 25.500 ordens de compra. Isto representa um aumento de aproximadamente 10% em relação ao ano anterior.

Também se envolveu profundamente com a remodelação do Edifício da Secretaria-Geral, desempenhando um importante papel nesse processo, inclusive a preparação dos termos de referência de várias licitações e a negociação de numerosos contratos. Ademais, envolveu-se na seleção e contratação de construtoras para a renovação da sala onde se encontravam as antigas estantes da Biblioteca e do Salão Libertador Simón Bolívar, no Edifício Principal.

O DPMS negociou e executou contratos com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) sobre a locação de escritórios no terceiro andar do Edifício da Secretaria-Geral. Atualmente, está desenvolvendo com a Cooperativa de Crédito da OEA um contrato de locação que tem por objeto escritórios adicionais no primeiro andar do Edifício. Está também mantendo conversações com o Departamento do Interior do Governo dos Estados Unidos sobre o eventual aluguel do segundo andar do Edifício.

III. ORGANISMOS ESPECIALIZADOS

ORGANISMOS ESPECIALIZADOS

Tal como definidos no Capítulo XVIII da Carta, são os organismos intergovernamentais estabelecidos por acordos multilaterais, com determinadas funções em matérias técnicas de interesse comum para os Estados membros. Gozam de plena autonomia técnica, observando, porém, as recomendações da Assembléia Geral e dos Conselhos. Este capítulo apresenta um resumo dos relatórios que, acatando as disposições dos artigos 127 e 91, f, da Carta, foram apresentados pelos seguintes Organismos Especializados:

- a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS);
- o Instituto Interamericano da Criança (IIN);
- a Comissão Interamericana de Mulheres (CIM);
- o Instituto Pan-Americano de Geografia e História (IPGH);
- o Instituto Indigenista Interamericano (III); e
- o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA).

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE

A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), estabelecida pela Segunda Conferência Internacional Americana, é o organismo regional especializado em saúde do Sistema Interamericano, bem como o Escritório Regional da Organização Mundial da Saúde (AMRO/OMS). Sua missão é “orientar os esforços estratégicos de colaboração entre os Estados Membros e outros parceiros no sentido de promover a equidade na saúde, combater doenças, melhorar a qualidade de vida e elevar a expectativa de vida dos povos das Américas.” Em seus esforços para elevar o nível da saúde, a OPAS direciona suas atividades para os grupos mais vulneráveis da sociedade, como as mães e as crianças, os trabalhadores, os pobres, os anciãos, os refugiados e as pessoas portadora de deficiência. Atribui suma importância aos problemas relacionados com a equidade que afetam aos que carecem de acesso aos serviços de saúde e, em conformidade com os princípios do pan-americanismo, insta os países a colaborarem em assuntos de interesse comum.

No período 2002-03, a OPAS continuou trabalhando constantemente com os países membros para promover o pan-americanismo e o acesso equitativo ao atendimento de saúde, por meio de suas principais áreas de programação. Figuram entre estas: a) Prevenção e Controle de Enfermidades (AIDS e Infecções Sexualmente Transmissíveis; Enfermidades não Transmissíveis; Enfermidades Transmissíveis; Saúde Pública Veterinária); b) Saúde e Desenvolvimento Humano (Políticas Públicas e Saúde; Coordenação de Pesquisas; A Mulher, a Saúde e o Desenvolvimento); c) Saúde e Meio Ambiente (Qualidade Ambiental; Saneamento Básico); d) Promoção e Proteção da Saúde (Saúde da Família e População; Saúde Mental; Alimentação e Nutrição); e) Desenvolvimento de Sistemas e Serviços de Saúde (Medicamentos Essenciais e Tecnologia; Organização e Gestão de Sistemas e Serviços de Saúde; Desenvolvimento de Recursos Humanos); f) Vacinas e Imunização (Acesso à Tecnologia das Vacinas; Programa Ampliado de Imunização); e g) Situação da Saúde e Análise das Tendências.

Entre os aspectos mais relevantes dessas atividades, figuram os que se seguem.

26ª Conferência Sanitária Pan-Americana

Os Ministros da Saúde das Américas reuniram-se de 23 a 27 de setembro na sede da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) em Washington. Nessa Conferência, os países membros elegeram a Doutora Mirta Roses Periago, da Argentina, como Diretora da Organização. Seu mandato, de cinco anos, começará em fevereiro de 2003. Também se discutiram e aprovaram orçamentos e propostas de ação, que delineiam as diretrizes estratégicas e estabelecem o programa de saúde para as Américas. Apresentou-se ainda a publicação Saúde nas Américas, além de um relatório quadrienal e um novo plano estratégico para orientar o trabalho da OPAS no período 2003-07.

Mortalidade materna

Criou-se um fundo especial para reduzir a mortalidade materna nas Américas. Os Ministros opinaram, de comum acordo, que era inadmissível a alta taxa de mortalidade em consequência de complicações da gravidez e do parto na América Latina e no Caribe, e que era urgente tratar dessa questão. Embora se tenham conseguido alguns progressos, perduram grandes disparidades entre as taxas de mortalidade registradas nos países. A mortalidade materna, cuja redução é uma das Metas de Desenvolvimento do Milênio (ver adiante), continua a constituir prioridade da saúde pública. Por conseguinte, são necessários mais recursos para atacar o problema, em especial divulgando informações.

A infecção pelo VIH

Nas Américas, cerca de 2,8 milhões de pessoas estão infectadas com o VIH, causador da AIDS. Com 16% dos adultos infectados, o Caribe é a sub-região mais afetada depois da África subsaariana. Diante desta realidade, os Ministros da Saúde solicitaram que os países cumpram as metas estipuladas na Declaração das Nações Unidas sobre o VIH/AIDS, particularmente as que visam prevenir a infecção, prestar atendimento, dar apoio e tratamento às pessoas infectadas e amenizar o estigma e a exclusão social ligados à epidemia. Instaram-se também os Ministros a estudar novas maneiras de reduzir o preço dos medicamentos anti-retrovíricos usados no tratamento das pessoas que sofrem de AIDS.

Vacinas e imunizações

Os Ministros da Saúde fixaram para a vacinação a meta de cobrir 95% das crianças dos países das Américas, medida necessária para garantir o êxito do programa de eliminação do sarampo da OPAS. Para alcançar a equidade em matéria de imunização em todo o Continente, é necessário chegar a uma cobertura da distribuição das vacinas cuja qualidade seja uniforme em todos os níveis. Paralelamente, é preciso estabelecer um ambiente de apoio político e técnico em cada país, para que o Continente possa beneficiar-se com outras vacinas novas ou subutilizadas, que se revestem de suma importância para a saúde pública.

Atenção Integrada às Doenças Prevalentes na Infância (AIDPI)

A estratégia conhecida como Atenção Integrada às Doenças Prevalente na Infância (AIDPI) foi ampliada a 17 países cujas taxas de mortalidade infantil eram altas. Com isso já foram salvas dezenas de milhares de vidas. Agora a estratégia está sendo incorporada a programas de pós-graduação, a fim de formar e treinar trabalhadores em saúde de todos os níveis no tratamento de crianças.

Metas de Desenvolvimento do Milênio

A OPAS comprometeu-se a apoiar as Metas de Desenvolvimento do Milênio. Três delas dizem respeito diretamente à saúde: reduzir a taxa de mortalidade dos menores de cinco anos de idade em 2/3 até o ano de 2015; reduzir a taxa de mortalidade materna em 2/3; e interromper e fazer reverter a propagação de enfermidades mortais, como a AIDS, causada pelo VIH, e a malária. A meta número 10 é reduzir à metade a população sem acesso a água potável de qualidade.

Cooperação interinstitucional

A OPAS continuou colaborando com outros organismos das Nações Unidas e participou da iniciativa de sua reforma. Também colaborou com instituições financeiras internacionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Banco Mundial, por meio de uma iniciativa denominada “Agenda comum da OPAS/BID/Banco Mundial para a saúde nas Américas”. Ao mesmo tempo, trabalhou em várias frentes, como as Contas Nacionais de Saúde (NHA), os medicamentos, a vigilância de enfermidades e a saúde ambiental. Além disso, a OPAS continuou colaborando com a Organização dos Estados Americanos em temas como gênero, saúde do trabalhador, drogas e outras substâncias ilícitas, infância e prontidão para desastres

Cúpula das Américas

Após a Cúpula realizada na cidade de Québec, segundo estipulado no Plano de Ação, a OPAS continuou atuando como coordenadora responsável pelas questões de saúde. Recebeu o mandato de empreender atividades e obter recursos para as áreas de reforma do setor da saúde, de enfermidades transmissíveis, enfermidades não transmissíveis e conectividade. Colabora com o Escritório de Seguimento das Cúpulas, que funciona na OEA, e com o Grupo de Trabalho Interinstitucional, para coordenar as iniciativas e as atividades destinadas a levar à prática os mandatos conferidos pelas Cúpulas das Américas. Essa atividade deu lugar a várias iniciativas conjuntas, como a inclusão da sociedade civil no processo das Cúpulas, bem como à iniciativa de zelar para que se divulguem os relatórios concernentes aos mandatos em matéria de saúde e para que a saúde continue a ocupar uma posição de destaque no programa de seguimento das Cúpulas. Ademais, a OPAS apoiou a Reunião dos Ministros da Saúde e do Meio Ambiente, que teve lugar em março de 2002 em Ottawa, Canadá, e realizou a sua própria Reunião Ministerial sobre Saúde, em setembro do mesmo ano.

Centenário

O ano em pauta assinala o centenário da Organização Pan-Americana da Saúde, para a qual representa um importante marco. Fundada em 1902, a OPAS comemorou 100 anos de trabalho em prol da melhoria da saúde e da elevação dos níveis de vida de toda a população de todos os países das Américas. Entre as diversas atividades e eventos que se realizaram em todo o Continente para celebrar a data, destacou-se o Simpósio do Centenário, “Comemorando Alianças: 100 Anos de Saúde nas Américas”. Esta reunião pôs em destaque o apoio internacional, básico para o trabalho da OPAS junto aos países do Hemisfério ao longo dos anos. Constaram da reunião grupos de debate compostos por eminentes personalidades do setor da saúde pública e da cooperação para o desenvolvimento. Nesses debates, abordaram-se as realizações e desafios que se colocam diante da saúde pública em nossa Região e as Metas de Desenvolvimento do Milênio. Apresentaram-se igualmente outros temas: os princípios da cooperação internacional em matéria de saúde; a execução dos mandatos continentais sobre questões de saúde; os melhores métodos para a colaboração interinstitucional; e os novos tipos de associação para abordar os novos desafios na área da saúde.

INSTITUTO INTERAMERICANO DA CRIANÇA

O Instituto Interamericano da Criança (IIN) é um organismo especializado que contribui para articular as políticas públicas sobre a infância, promover as relações entre o Estado e a sociedade civil e desenvolver uma consciência crítica a respeito dos problemas da infância nas Américas. Seu Conselho Diretor é composto por representantes de todos os Estados membros e seu Diretor é o Senhor Alejandro Bonasso.

No período analisado, avançou-se na execução do Plano Estratégico que, tanto no plano técnico como no político, constitui o eixo de ação deste organismo como quadro da proteção integral à infância e à adolescência, mandatos emanados da Convenção sobre os Direitos da Criança.

No plano político, concretizou-se a elaboração dos Relatórios sobre a Luta contra a Exploração Sexual e sobre a Situação da Infância na Região, cumprindo mandatos expressos. Da mesma forma, realizou-se um seguimento dos mandatos oriundos das Cúpulas das Américas e de foros políticos regionais. O INN foi ainda sede da Reunião de Peritos Governamentais sobre Subtração Internacional de Menores por parte de Um de Seus Progenitores, coordenada entre o Conselho Permanente e o Governo da República Argentina, cumprindo a resolução AG/RES. 1835 da Assembléia Geral.

No plano técnico, foram elaborados quatro protótipos legais, sobre Trabalho Infantil, Exploração Sexual, Deficiência, e Prevenção do Uso Indevido de Drogas. Esses trabalhos são produtos estratégicos do referido Plano, pois são complementados pelo desenho de Políticas Focalizadas nessas mesmas áreas e já se começou a aplicá-los em vários países da região. Com assessoramento de uma equipe regional de consultores, desenvolveu-se também a base de um Protótipo de Sistema Nacional da Infância, que foi apresentado numa Reunião de Consulta com representantes de responsáveis de alto nível pela infância.

No plano das comunicações, introduziram-se mudanças substanciais no desenho do portal na Internet (<http://www.iin.oea.org>). Adotou-se igualmente um novo logotipo institucional e desenvolveu-se um programa de vídeo promocional sobre os Direitos da Criança, que conferiram maior visibilidade e presença junto à opinião pública.

Além das ações mencionadas acima, registram-se as que se seguem.

- Primeiro Concurso Interamericano sobre Direitos da Criança, Adolescência e Família, de que participaram 90 monografias de autores provenientes dos Estados membros.
- Organização de um seminário de sete módulos sobre as Relações entre o Contexto da Família e a Infância na Sociedade Contemporânea.
- Prêmio Eloísa de Lorenzo, concedido em conjunto com o *Beach Center* da Universidade do Kansas. Foi conferido à dominicana Mary Perez Marranzini, por sua destacada trajetória em favor da infância com capacidades diferentes.
- Participação na Sessão Especial sobre infância convocada pela ONU e realizada em Nova York.

- Organização da Terceira Reunião Regional no Caribe angloparlante sobre prevenção da farmacodependência.
- Organização, com o Governo da Guatemala, da Terceira Reunião de Primeiras Damas da América Central, dedicada a considerar a importância dos sistemas de informação promovidos pelo IIN.
- Apresentação da página na Internet para coordenação de ações, instalada num servidor da Secretaria-Geral, para prevenir e resolver casos de desaparecimento de crianças e outras situações graves da violação de seus direitos.
- Curso à distância sobre Direitos da Criança, de que participaram 40 especialistas de 12 países, sob a coordenação do jurista hondurenho Leo Valladares.
- *Workshop* Técnico em Lima, Peru, juntamente com o escritório sueco da organização Salve as Crianças, com a finalidade de criar uma metodologia que permita sistematizar os relatórios nacionais ao Comitê dos Direitos da Criança.
- Cooperação com a Corte Interamericana de Direitos Humanos para elaborar um parecer consultivo sobre direitos da criança, que será publicado pela Corte e pelo INN.
- XIII Seminário de Centros de Informação, Rede de Informação sobre Infância e Família (RIIN), administrado pelo IIN por intermédio de seu Programa de Informação PIINFA, com o objetivo de trocar experiências, adequar metodologias e planejar ações futuras. Participaram mais de 30 especialistas das instituições usuárias.
- Participação na Quarta Conferência Ibero-Americana de Ministras, Ministros e Altos Responsáveis pela Infância.
- Organização de um *Workshop* Regional sobre Políticas Públicas voltadas para a Infância com Capacidades Diferentes no MERCOSUL, Bolívia e Chile. Ao final do encontro, aprovou-se uma declaração que visava promover a elaboração de uma estratégia regional para a Inclusão Educacional e Social.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE MULHERES

Criada pela Sexta Conferência Internacional Americana (Havana, 1928), a Comissão Interamericana de Mulheres (CIM) é um organismo consultivo da OEA no que se relaciona ao tema da mulher no Hemisfério. Tem por objetivo promover e proteger os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais da mulher e, nesse contexto, informa os governos sobre os progressos realizados e os problemas a considerar, e formula estratégias para superá-los. Está sediada em Washington e sua Secretária Executiva, que responde pela Secretaria Permanente, é Carmen Lomellin.

No ano de 2002, as atividades da CIM foram orientadas por seu Programa Bienal de Trabalho 2002-04, aprovado pela Trigésima Primeira Assembléia de Delegadas — realizada no final de outubro, razão por que convém citar também a Trigésima Assembléia —, bem como pelos mandatos conferidos pela Assembléia Geral da OEA em seu Trigésimo Segundo Período Ordinário de Sessões —, realizada em junho, pelo que é necessário também levar em conta o Trigésimo Primeiro — e pelo Processo de Cúpulas das Américas. Nesse período, a CIM dedicou uma atenção maior e especial às atividades ligadas à implementação do Programa Interamericano sobre a Promoção dos Direitos Humanos da Mulher e da Equidade e Igualdade de Gênero (PIA).

Cumprimento dos mandatos da Cúpula das Américas

A CIM continua a trabalhar na implementação dos mandatos emanados da Cúpula das Américas. Entre as ações e projetos realizados para cumpri-los, figuram os que se seguem: 1) trabalhar juntamente com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) para favorecer e desenvolver as recomendações no sentido de integrar a perspectiva de gênero apresentadas aos Ministros da Justiça ou Ministros ou Procuradores-Gerais das Américas, bem como as recomendações na área da violência contra a mulher; 2) incorporação da perspectiva de gênero nas reuniões de Ministros (SEPIA-II, Gênero e Justiça); 3) implementação do Programa Interamericano sobre a Promoção dos Direitos Humanos da Mulher e da Equidade e Igualdade de Gênero; 4) capacitação de gênero dentro da OEA para funcionários que desenham políticas ou desenvolvem projetos; e, 5) continuação dos projetos de pesquisa sobre violência contra a mulher e sobre tráfico de mulheres e crianças para exploração sexual nas Américas, bem como das medidas para implementar as recomendações emanadas de ambos os projetos.

Estratégia de integral da perspectiva de gênero nas reuniões ministeriais

A CIM desenvolveu recomendações para a integral da perspectiva de gênero nos programas e políticas dos Ministérios da Justiça, que foram apresentadas na Quarta Reunião de Ministros da Justiça ou de Ministros ou Procuradores-Gerais das Américas, REMJA-IV. Em julho de 2002, a CIM realizou uma reunião de seguimento (SEPIA-II) a fim de analisar e promover estratégias para a inclusão da perspectiva de gênero nos resultados da REMJA-IV. Participaram as Delegadas Titulares da CIM, peritos dos Ministérios da Justiça e de organizações não-governamentais (ONGs) com experiência na área da justiça, como o Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL), a Associação Internacional de Juízas, a Relatora de Direitos da Mulher da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e o Centro de Estudos de Justiça das Américas (CEJA). As

recomendações emanadas da reunião foram enviadas aos Ministros da Justiça, a todas as delegadas da CIM e aos participantes do evento. Esta estratégia poderia ser reproduzida na reunião de Ministros da Educação.

Execução do projeto conjunto CIDA/CIM-OEA sobre capacitação de gênero

Em 2001, com apoio do Governo do Canadá e da Secretaria-Geral da OEA, lançou-se o projeto conjunto CIDA/CIM-OEA para capacitar funcionários da OEA, inclusive diretores e pessoal de campo, na integração da perspectiva de gênero em todos os programas e políticas da Organização. A capacitação para o pessoal da sede iniciou-se em novembro de 2002 e espera-se que recebam o respectivo treinamento 240 funcionários cujo trabalho se relaciona com políticas ou com o desenho, execução e avaliação de projetos. A CIM envolveu-se ativamente na preparação do programa e é responsável por seu seguimento.

Participação da mulher nas estruturas de poder e de tomada de decisões

A CIM é membro do Conselho Diretor do Programa de Apoio à Liderança e Representação da Mulher (PROLID), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que financia projetos para promover a liderança da mulher no Hemisfério. No ano passado, em sociedade com a Unidade para a Promoção da Democracia (UPD) e o PROLID, a CIM patrocinou o Curso Centro-Americano para Jovens Líderes Mulheres sobre Governança Democrática, que se realizou em Manágua, Nicarágua. Além disso, a CIM participou, juntamente com a Unidade para a Promoção da Democracia (UPD), da Sessão Extraordinária do Conselho Permanente convocada para analisar o tema Participação da Mulher nos Processos Políticos.

Direitos humanos da mulher – violência e tráfico

Eliminação da violência contra a mulher

A CIM continua a promover a ratificação da Convenção de Belém do Pará por todos os Estados membros da OEA. Em março de 2002, o Suriname veio a ser o trigésimo primeiro a ratificá-la. A CIM prossegue também desenvolvendo ações para implementar o projeto Violência nas Américas – Uma Análise Regional, inclusive uma Revisão da Implementação da Convenção de Belém do Pará, iniciado em 1999. Realizou-se a quarta e última reunião sub-regional de peritas dos governos e da sociedade civil na Guiana para apresentar os resultados da pesquisa, além de analisar e expor recomendações sobre estratégias sub-regionais que contribuam para acelerar o processo de pôr a Convenção em prática. Tais recomendações incluem a implementação de políticas interinstitucionais e intersetoriais com fundos específicos para combater a violência; construção de registros estatísticos com indicadores discriminados por sexo e idade, para facilitar o monitoramento dessa problemática; treinamento em todos os níveis; e atendimento integral da mulher que foi objeto de violência, bem como iniciativas para garantir o seu acesso à justiça.

Projeto Conjunto CIM/IIN e Universidade DePaul, de Chicago, sobre tráfico de mulheres e crianças

Concluíram-se os trabalhos da primeira fase do projeto sobre Tráfico Internacional de Mulheres e Crianças para Exploração Sexual nas Américas. Os países incluídos nesta primeira fase foram Belize,

Brasil, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, República Dominicana e Panamá. A CIM está envolvida ativamente na implementação das recomendações constantes do relatório final do projeto, inclusive no trabalho com os Estados membros para o desenvolvimento de legislação modelo e treinamento de parlamentares.

Trigésima Primeira Assembléia de Delegadas da CIM

A Trigésima Primeira Assembléia de Delegadas da CIM realizou-se em outubro de 2002, na República Dominicana, ocasião em que se elegeram as integrantes do Comitê Diretor para o biênio seguinte. Foi eleita Presidente a Doutora Yadira Henríquez, Secretária de Estado da Mulher da República Dominicana, e Vice-Presidente a Senhora Florence Ievers, Diretora Adjunta do Ministério da Condição da Mulher do Canadá. No biênio 2002-04, o Comitê Diretor está integrado pelos Estados Unidos, Guatemala, Nicarágua, Paraguai e Venezuela. As resoluções aprovadas pela Assembléia referem-se as temas seguintes: 1) Continuação da implementação do Programa Interamericano sobre a Promoção dos Direitos Humanos da Mulher e da Equidade e Igualdade de Gênero; 2) Ações recomendadas para lutar contra o crime do tráfico de pessoas, especialmente mulheres, adolescentes e crianças; 3) Fortalecimento das relações com as organizações da sociedade civil; 4) Ações de seguimento da Convenção de Belém do Pará; 5) Temas para a agenda da Segunda Reunião de Ministros ou Autoridades do Mais Alto Nível Responsáveis pelas Políticas da Mulher nos Estados membros; 6) Adoção do Programa Bienal de Trabalho da CIM.

Promoção e divulgação

O vídeo sobre a situação da mulher no Hemisfério, intitulado Mulheres das Américas, produzido pela CIM com a colaboração do Departamento de Informação Pública, foi amplamente distribuído, inclusive a mais de 200 estações comunitárias de televisão dos Estados Unidos. Além disso, a CIM comemorou o Mês da História da Mulher com uma exposição sobre a História da CIM. Patrocinou igualmente o grupo de debate Superando Obstáculos, com a participação de Embaixadoras junto à OEA e da Chefe de Gabinete do Secretário-Geral Adjunto. O evento foi transmitido ao vivo em MHz e divulgado nos Estados Unidos. Ademais, a CIM continua atualizando sua página na Internet, onde expõe artigos, links com outras páginas, informações sobre suas atividades e sobre reuniões de interesse, e relatórios.

INSTITUTO PAN-AMERICANO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA

Criado pela Sexta Conferência Internacional Americana (Havana, 1928), o Instituto Pan-Americano de Geografia e História (IPGH) oferece cooperação técnica, treinamento em centros de pesquisa, divulgação de publicações e organização de reuniões técnicas nos campos da cartografia, geografia, história e geofísica. Está sediado na Cidade do México. Seu Secretário-Geral é o Senhor Carlos A. Carvallo Yáñez.

No período abrangido por este relatório, o Instituto apoiou e financiou 35 projetos de pesquisa e treinamento, executados em 14 países: 10 projetos correspondentes à Comissão de Cartografia, sete à de Geografia, oito à de História e 10 à Comissão de Geofísica, num montante total de US\$181.010. Além disso, prestou apoio indireto a eventos, cursos e reuniões ligados a sua atividade científica e técnica. Dentre os projetos aprovados e financiados pelo Instituto, um número significativo pertencem à área do treinamento, atualização e transferência de conhecimentos de ponta por meio de bolsas para seminários, *workshops*, cursos internacionais e congressos. No total, concederam-se 78 bolsas no período correspondente a este relatório.

Dentro do Plano de Modernização do IPGH, divulgou-se amplamente o Edital para Projetos de Assistência Técnica para 2003 e o Edital para o Prêmio Pensamento da América Leopoldo Zea, preparados com grande rigor técnico e adequação à realidade em que vivemos. Para a primeira atividade, receberam-se 61 solicitações de projetos, provenientes de 16 Estados membros. Para a segunda, receberam-se 20 obras, provenientes de 10 países. A entrega do prêmio Pensamento da América realizou-se em 7 de fevereiro de 2003, durante a comemoração do 75º aniversário do IPGH.

Fundou-se o Centro Pan-Americano de Desenho e Produção Cartográfica para Pessoas Cegas, cujo objetivo é a pesquisa e produção de material cartográfico, didático e audiotáctil relacionado com o conhecimento geográfico e espacial, para pessoas com deficiência visual nos países latino-americanos, a fim de otimizar sua orientação e mobilidade espacial de maneira que alcancem maior independência e integração social. A criação do Centro, com sede na Universidade Tecnológica Metropolitana do Chile (UTEM), foi possível graças ao apoio proporcionado pela OEA por intermédio da Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento (AICD). O Centro foi inaugurado em 24 de junho de 2002.

Em 7 de fevereiro, o IPGH comemorou o 75º aniversário de sua fundação com uma cerimônia em suas instalações, que foi presidida pelo Presidente do Instituto Nacional de Estatística, Geografia e Informática (INEGI), representando o Presidente Vicente Fox Quesada, do México. O evento contou com a presença de ilustres autoridades do IPGH, da Secretaria de Relações Exteriores e da Secretaria de Educação Pública do México, cientistas e acadêmicos de respeitadas instituições mexicanas, embaixadores e outros representantes do corpo diplomático no México, além de representantes de organismos internacionais.

Ao longo de sua extensa vida institucional, o IPGH reuniu uma valiosa biblioteca, com mais de 30.000 textos e 200.000 revistas e outras publicações. Por razões orçamentárias, o IPGH cedeu a administração de seu Fundo Bibliográfico José Toribio Medina à Escola Nacional de Antropologia e

História (ENAH) do México, a qual, a fim de abrigá-lo, construiu um prédio especial, que conta com modernos recursos para seu funcionamento, inclusive mobiliário, estantes, sistema de segurança contra incêndio e um completo equipamento informatizado para sua operação. A cerimônia oficial de transferência da administração do Fundo teve lugar em 30 de agosto de 2002. Desde então o Fundo Bibliográfico está aberto ao público, e trabalha-se para que se possa consultá-lo pela Internet dentro em breve.

Em 2002, conseguiu-se atualizar a maioria das sete revistas especializadas do Instituto e se ofereceram numerosas publicações avulsas. Por meio de um amplo programa de doações e intercâmbio, essas publicações atingiram as principais bibliotecas e centros de formação e pesquisa de todos os países membros. Na área das publicações, o Instituto alocou o montante de US\$36.350 para suas publicações periódicas e avulsas.

Editaram-se e distribuíram-se as seguintes publicações periódicas: *Revista Cartográfica*, N° 72 e 73, *Revista Geográfica* N° 131, *Revista de Historia de América* N° 129, *Folklore Americano* N° 61, *Boletín de Antropología Americana* N° 36, *Revista de Arqueología Americana* N° 20, *Revista Geofísica* N° 56 e 57 e os *Boletines Aéreos* N° 271 (janeiro-abril) e 272 (maio-agosto). A partir do N° 273 (setembro-dezembro), o *Boletín Aéreo* vai ser enviado eletronicamente a todos os interessados. Além disso, já se acha disponível na página do IPGH na Internet.

As publicações avulsas foram: *Historia de las migraciones limítrofes en el Cono Sur de América del siglo XIX a 1960, Tomo I: Argentina; Tomo II: Bolivia, Chile, Paraguay y Uruguay; Frontera y globalización; e Arielismo y globalización.*

Em 4 e 5 de junho, realizou-se a Quinquagésima Sétima Reunião de Autoridades em Caracas, Venezuela. A Comissão Assessora de Planejamento e Avaliação Financeira (APEF) reuniu-se em 5 e 6 de setembro na Cidade do México. Em Aguascalientes, México, em 3 de novembro, realizou-se a Quinquagésima Oitava Reunião de Autoridades; e de 4 a 8 de novembro, o Trigésimo Sexto Conselho Diretor, em que se aprovaram 36 resoluções.

INSTITUTO INDIGENISTA INTERAMERICANO

Criado pela Convenção Internacional de Pátzcuaro em 1940, o Instituto Indigenista Interamericano tem como objetivos fundamentais colaborar na coordenação das políticas indigenistas dos Estados membros e promover trabalhos de pesquisa e treinamento de pessoas dedicadas ao desenvolvimento das comunidades indígenas. Está sediado na Cidade do México.

Nomeação do Diretor Interino do Instituto

Em 1º de março de 2002, Guillermo Espinosa Velasco foi nomeado Diretor Honorário do Instituto por um prazo de nove meses. Ele tomou posse em 10 de abril do mesmo ano, de modo que seu mandato se estendeu até 31 de dezembro. Sua tarefa principal seria redefinir as atividades do Instituto, dado o pressuposto de que a instituição estava financeiramente saneada.

No entanto, o Diretor Honorário encontrou uma dívida de quase US\$200.000 em taxas de água potável e imposto predial. Desde então, buscou-se renegociar a dívida com o Governo do Distrito Federal, processo ainda inconcluso. Cabe frisar que foi pago o consumo de água do período relatado.

Na reunião do Conselho Diretor do Instituto realizada em 12 de dezembro de 2002, solicitou-se ao Diretor Interino que continuasse à frente do órgão, tendo o Diretor se declarado disposto a continuar desde que não fosse em cargo honorário, pois de outra forma a instituição não poderia ter no futuro uma administração regular. Decidiu-se que o Diretor continuaria no cargo nas mesmas condições até a reunião do Conselho Diretor em fins de janeiro de 2003.

Em 31 de dezembro de 2003, somente o México, a Costa Rica e Honduras haviam pago suas cotas de 2002. O Peru anunciou em dezembro que pagaria a parte da cota de 2001 em mora e parte da cota de 2003. Os Estados Unidos prometeram pagar em 2003 parte de sua dívida, que se elevava a US\$600.000. O apoio do México incluiu também o pagamento dos serviços de uma bibliotecária, uma secretária e da vigilância do prédio que abriga o Instituto, além do empréstimo de um veículo.

Ações realizadas

Acordo de Sede

Desde a fundação do Instituto, em 1940, nunca se assinou um acordo de sede com o Governo do México. Atualmente, já está definido um projeto de Acordo, que foi aprovado pelas instâncias do Executivo do Governo do México, responsável pelo assunto. O Acordo será assinado no dia 6 de fevereiro e posteriormente encaminhado ao Senado para eventual ratificação.

Biblioteca

O acervo permaneceu em depósito por quase dois anos. Agora, o pessoal do Instituto desembalou e arrumou em estantes 70% das publicações que o compõem, cerca de 33.000. Já foram catalogadas

9.000 destas. Pretende-se organizar a Biblioteca para prestar serviços à região, por meio de uma página na Internet.

Arquivo histórico

O pessoal do Instituto pôs em ordem cerca de 10% do arquivo de documentos anteriores a 1980. Considerando que essas informações têm valor histórico, iniciou-se a sua digitalização, para protegê-las fisicamente, promover o seu estudo pelos interessados na região e fornecer cópias aos povos indígenas. Ver parágrafo *Publicações* adiante.

Página na Internet

Em fins de junho de 2002, lançou-se a primeira página do Instituto na Internet, a qual se acha em estado incipiente. No momento contém as seguintes informações: História do Instituto; Lista de organizações indígenas da região; Lista de defensores do povo (ombudsmen) da região; Legislação sobre assuntos indígenas até 1999; Vídeos da visita feita à sede da Instituição pela Professora Henrietta Yurchenco, que desenvolveu pesquisas sobre música indígena na década de 1940; Série de gravuras executadas pelo Mestre Alfredo Zalce para os primeiros números da revista *América Indígena*. A Internet será o meio adequado para proporcionar serviços de informação e documentação à região. Até 7 de janeiro de 2003, registraram-se 61.000 acessos.

Publicações

Em 31 de dezembro de 2002, o Editor Honorário da revista *América Indígena* concluiu a revisão dos textos do primeiro número do novo volume, para ser publicado em princípios de fevereiro de 2003 na página do Instituto na Internet.

Na mesma data, o Instituto havia participado da produção de 13 CD-ROMs. Entre outros temas, cabe destacar: *La Música y el Instituto Indegenista Interamericano, 1940-47*, *Viñetas de la Revista América Indígena, 1941-78* e *Gladys Villavicencio en Otavalo, 1970-71*.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA

Fundado em 1942, o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) é o organismo especializado do Sistema Interamericano para o setor agropecuário. Seu objetivo é estimular, promover e apoiar os esforços dos Estados membros para alcançar seu desenvolvimento agrícola e o bem-estar rural contínuo. Está sediado em São José, Costa Rica. Seu Diretor-Geral é o Senhor Chelston W. D. Brathwaite.

Em 2002, o IICA, além de executar atividades de cooperação nos países membros, efetuou ações transcendentais para cumprir os mandatos sobre agricultura e vida rural da Terceira Cúpula das Américas e os termos da Declaração dos Ministros da Agricultura assinada em Bávaro, República Dominicana, em 2001. Em particular, o IICA levou a cabo as atividades que se seguem.

- Alinhou com os mandatos das Cúpulas sua missão, visão, objetivos e áreas estratégicas do Plano de Médio Prazo 2002-06.
- Elaborou, em conjunto com atores-chaves do meio agrário — os setores público e privado, o meio acadêmico e a sociedade civil — Agendas Nacionais e Regionais de Cooperação técnica. As primeiras foram postas em consonância com as prioridades nacionais, e as segundas voltaram-se para apresentar problemas supranacionais.
- Estabeleceu um mecanismo de prestação de contas às autoridades nacionais mediante um relatório anual detalhado sobre o cumprimento da Agenda de Cooperação, o que amplia a transparência de sua gestão e a participação nacional na mesma.
- Ajustou a sua estrutura, criando: a) a Secretaria de Cooperação Técnica, que articula e focaliza os recursos técnicos institucionais para executar as Agendas de Cooperação; b) a Diretoria de Seguimento de Cúpulas no Escritório do Diretor-geral; e c) a Diretoria de Sócios Estratégicos em Washington, que facilita e promove ações com terceiros.

Por outro lado, e no espírito do processo das Cúpulas, o IICA dedicou atenção especial a fortalecer suas relações com outras organizações.

- Com a Organização Pan-Americana da Saúde, assinou um convênio para melhorar a saúde pública mediante a inocuidade alimentar e melhores programas de saúde vegetal e animal. Em 2003, ambas as instituições serão anfitriãs de uma reunião de Ministros da Agricultura e da Saúde.
- Continuou apoiando o Conselho Regional de Cooperação Agrícola (CORECA), o Conselho Agropecuário Centro-Americano (CAC) e a Aliança do Caribe para o Desenvolvimento Sustentável da Agricultura e o Meio Rural.
- Com a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional, promoveu ações para trabalhar concretamente em países da América Central e da sub-região Andina.

- Com a CEPAL, colaborou para analisar tendências de desenvolvimento agropecuário, e com a FAO renovou trabalhos, especialmente no campo da gestão da informação e da comunicação.
- Com o Banco Mundial, promoveu a utilização de meios digitais para o treinamento, trabalhando no âmbito da Rede Global de Educação à Distância.
- Com o Grupo Interagencial para o Desenvolvimento Rural (BID, FIDA, Banco Mundial, FAO, IICA, CEPAL, USAID e GTZ), trabalhou no desenho de políticas, estratégias e programas de investimento para o desenvolvimento rural.

No que se refere à cooperação direta nos países, pode-se mencionar, a título de exemplo, o que se segue.

- O Programa Interamericano para Promover o Comércio e Negócios Agrícolas e a Inocuidade Alimentar.
- O Centro de Serviços de Etiquetamento para o Aglomerado Agroalimentar.
- A construção de um modelo para modernizar os Sistemas de Sanidade Agropecuária e Inocuidade Alimentar
- A consolidação do Sistema de Informação e Documentação Agropecuária da América (SIDALC).
- O apoio a processos nacionais para formular estratégias, políticas e investimentos em matéria de desenvolvimento rural sustentável, que priorizem a co-gestão, a autogestão e a autonomia de unidades territoriais, inclusive o redesenho do quadro institucional pertinente.
- O desenvolvimento de um sistema de gestão e oferta de informações em linha sobre temas estratégicos para a agricultura e o desenvolvimento rural que utilize tecnologia digital de ponta (Infoagro.NET).
- O apoio ao diálogo e à cooperação horizontal para melhorar a qualidade da educação agropecuária e rural e a Programas Regionais de Pós-Graduação em Comércio Exterior, Sanidade e Certificação de Alimentos, Agronegócios e Desenvolvimento Rural Sustentável.
- Os acordos de trabalho conjuntos alcançados na III Reunião Internacional do Foro das Américas para a Pesquisa e o Desenvolvimento Tecnológico Agropecuário (FORAGRO), realizada em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e a contribuição do BID, por intermédio do Fundo Regional de Tecnologia Agropecuária (FONTAGRO), o Grupo Consultivo de Pesquisa Agrícola Internacional (CGIAR) e o Foro Global sobre Pesquisa Agropecuária (GFAR).

Como Secretaria Técnica do processo de Reuniões Ministeriais sobre Agricultura e Vida Rural, o IICA está proporcionando apoio à Segunda Reunião Ministerial, a realizar-se no Panamá em novembro de 2003. Este processo promove uma ação conjunta dos atores do meio agrícola para elaborar e implementar o Plano de Ação para a Agricultura, com vigência prevista para até 2015.

IV. OUTROS ÓRGÃOS INTERAMERICANOS

COMISSÃO JURÍDICA INTERAMERICANA

A Comissão Jurídica Interamericana (CJI) é um dos órgãos mediante os quais a Organização dos Estados Americanos (OEA) realiza os seus fins (artigo 53 da Carta). O Capítulo XIV da Carta define sua composição, atribuições e funções da forma que se segue: a Comissão tem por finalidade servir de corpo consultivo da Organização em assuntos jurídicos, promover o desenvolvimento progressivo e a codificação do Direito Internacional e estudar os problemas jurídicos referentes à integração dos países em desenvolvimento do Hemisfério. Está sediada no Rio de Janeiro e é constituída por 11 juristas, nacionais dos Estados membros, eleitos pela Assembléia Geral.

No ano 2002, a Comissão Jurídica Interamericana realizou dois períodos ordinários de sessões. O primeiro estendeu-se de 25 de fevereiro a 8 de março, e o segundo de 5 a 30 de agosto. Ambos tiveram lugar em sua sede, na cidade do Rio de Janeiro.

Nessas duas reuniões, a Comissão incluiu em sua agenda os seguintes temas: a Conferência Especializada Interamericana sobre Direito Internacional Privado (CIDIP); a elaboração de um Projeto de Convenção Interamericana contra o Racismo e Toda Forma de Discriminação e Intolerância; os cartéis no âmbito do direito de concorrência nas Américas; o aperfeiçoamento da administração da justiça nas Américas; o acesso à justiça; preparativos para a comemoração do centenário da Comissão Jurídica Interamericana; o Tribunal Penal Internacional e a V Reunião Conjunta com os Assessores Jurídicos dos Ministros das Relações Exteriores dos Estados Membros da OEA; as eventuais medidas complementares à Convenção Interamericana contra a Corrupção (Caracas); o tráfico de armas, com base nas decisões tomadas sobre o tema pela Comissão Jurídica Interamericana; aspectos jurídicos da segurança hemisférica; o direito à informação: acesso e proteção da informação e de dados pessoais; a democracia no Sistema Interamericano; a cooperação interamericana contra o terrorismo; o estudo do sistema de promoção e proteção dos direitos humanos no âmbito interamericano; e a subtração de menores por parte de um de seus progenitores.

A Comissão Jurídica Interamericana aprovou relatórios e aprovou resoluções sobre os referidos temas.

Ao longo do ano passado em revista neste relatório, a Comissão Jurídica Interamericana foi integrada pelos seguintes membros: João Grandino Rodas, Brynmor Pollard, Jonathan T. Fried, Luis Herrera Marcano, Kenneth O. Rattray, Eduardo Vío Grossi, Sergio González Gálvez, Orlando Rebagliati, Felipe Paolillo, Carlos Manuel Vázquez e Ana Elizabeth Villalta. No segundo período de sessões, foi eleito Presidente da Comissão o Doutor Brynmor Pollard, que substituiu o Doutor João Grandino Rodas, e Vice-Presidente o Doutor Carlos Manuel Vázquez, substituindo o Doutor Brynmor Pollard.

No Trigesimo Segundo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA (Bridgetown, Barbados, junho de 2002), foram eleitos membros da Comissão os Doutores Luis Marchand Stens, do Peru, e Alonso Gómez Robledo Verdusco, do México, e reeleito o Doutor João Grandino Rodas, do Brasil. Estes membros iniciaram, em 1º de janeiro de 2003, o novo mandato de quatro anos. Por outro lado, deixaram a Comissão Jurídica Interamericana, em 31 de dezembro de 2002, os Doutores Orlando

Rebagliati e Sergio González Gálvez. O Doutor Brynmor Pollard apresentou à Assembléia Geral o Relatório Anual sobre os trabalhos realizados pela Comissão em 2001.

Representando a Secretaria-Geral, deram apoio técnico e administrativo à Comissão Jurídica Interamericana os Doutores Enrique Lagos, Subsecretário de Assuntos Jurídicos; Jean-Michel Arrighi, Diretor do Departamento de Direito Internacional; Manoel Tolomei Moletta e Dante M. Negro, ambos assistentes jurídicos do Departamento de Direito Internacional.

Com coordenação do Departamento de Direito Internacional, a Comissão Jurídica Interamericana organizou o XXIX Curso de Direito Internacional, que teve a participação de 21 professores de vários países da América e da Europa, 28 bolsistas da OEA selecionados entre mais de 50 candidatos e sete alunos que arcaram com os custos de sua participação. O tema central do curso foi “Recursos naturais, energia, meio ambiente e Direito Internacional.” Realizou-se de 5 a 30 de agosto, no Centro Empresarial Rio, no Rio de Janeiro.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) foi criada mediante resolução da Quinta Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, em Santiago, Chile, no ano de 1959. Formalmente, foi estabelecida em 1960, ano em que o Conselho Permanente da Organização aprovou seu Estatuto. Seu Regulamento, aprovado em 1980, foi modificado em várias ocasiões, a última delas em 2000. A Comissão representa todos os Estados membros eleitos, a título pessoal, pela Assembléia Geral. Nos termos do artigo 115 da Carta, sua função principal é promover o respeito e defesa dos direitos humanos e servir como órgão consultivo da Organização nessa matéria.

Períodos de sessões da Comissão em 2002

No período abrangido por este relatório, a Comissão reuniu-se em três ocasiões: no 114º Período Ordinário de Sessões, de 25 de fevereiro a 15 de março de 2002; no 115º Período Extraordinário de Sessões, de 2 a 6 de setembro de 2002; e no 116º Período Ordinário de Sessões, de 7 a 25 de outubro de 2002. Outros detalhes sobre os períodos de sessões realizados pela Comissão em 2002 estão disponíveis na página da Comissão na Internet (www.cidh.org).

Nestes períodos ordinários de sessões, a CIDH manteve reuniões de trabalho e recebeu em audiência representantes dos Estados membros da OEA, bem como representantes dos requerentes, porta-vozes de organizações não-governamentais e outras pessoas do âmbito civil para tratar de casos individuais e da situação geral dos direitos humanos em seus países.

Em fevereiro de 2002, a Comissão constituiu a sua nova mesa diretora, composta por: Juan Méndez, Presidente; Marta Altolaguirre, Primeira Vice-Presidente; e José Zalaquett, Segundo Vice-Presidente. Também integram a CIDH Robert K. Goldman, Julio Prado Vallejo e Susana Villarán.

114º Período Ordinário de Sessões

Em seu 114º Período Ordinário de Sessões, a Comissão elegeu suas novas autoridades: Juan E. Méndez, Presidente; Licenciada Marta Altolaguirre, Primeira Vice-Presidente; e José Zalaquett, Segundo Vice-Presidente.

A Comissão examinou também numerosas petições individuais sobre violações a direitos humanos, em que se alega a responsabilidade internacional de Estados membros da OEA. Aprovou um total de 49 relatórios sobre petições e casos individuais e realizou 24 audiências sobre casos individuais, situação geral dos direitos humanos em vários países do Continente, medidas cautelares, seguimento de recomendações e outras questões de sua competência. Além disso, realizou uma série de audiências e reuniões de trabalho com requerentes e representantes de Estados membros da OEA para promover a solução amistosa de denúncias. Na semana de audiências, a Comissão, ademais, convocou audiências plenárias sobre a situação dos direitos humanos na Colômbia, Haiti e Venezuela.

Entre as audiências da Comissão, figurou uma audiência pública plenária sobre terrorismo e direitos humanos, em que a Comissão recebeu, a respeito desse tema, opiniões escritas e verbais dos peritos Joan Fitzpatrick, David Martin, Aryeh Neier, Jorge Santistevan e Ruth Wedgwood. A audiência realizou-se em cumprimento da resolução da Comissão de 12 de dezembro de 2001, pela qual se decidiu levar a cabo um estudo sobre terrorismo e direitos humanos, a fim de ajudar os Estados membros da OEA a adotarem leis e regulamentos em conformidade com o Direito Internacional.

Nesse período de sessões, além disso, a Comissão manteve reuniões com representantes de outros órgãos de direitos humanos, entre eles a Senhora Maria Francisca Ize-Charrin, Chefe da Seção de Serviços, e o Doutor Roberto Garretón, Assessor para a América Latina do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, bem como o Doutor Rodolfo Stavenhagen, Relator Especial das Nações Unidas para a situação dos direitos humanos e as liberdades fundamentais dos indígenas. Ademais, a Comissão teve oportunidade de reunir-se com numerosas autoridades, e também com representantes de outras instituições voltadas para a proteção dos direitos humanos, a saber, o Doutor Paulo Sérgio Pinheiro, Secretário de Estado dos Direitos Humanos do Brasil, e a Doutora Sofia Macher e o Doutor Carlos Iván de Gregori, membros da Comissão da Verdade do Peru.

A CIDH continuou recebendo informações de seus relatores especiais no período de sessões em pauta, inclusive um relatório elaborado pela Relatora sobre os Direitos da Mulher, Comissária Marta Altolaguirre, a respeito de sua visita *in loco*, realizada em 12 e 13 de fevereiro de 2002, para avaliar a situação dos direitos da mulher em Cidade Juárez, México, bem como relatórios do Relator da Comissão sobre Trabalhadores Migrantes e suas Famílias, Comissário Juan Méndez, e de sua Relatora sobre Direitos da Criança, Comissária Susana Villarán, acerca de suas atividades e programas de trabalho. A Comissão prosseguiu igualmente com o processo de seleção de um novo Relator Especial para a Liberdade de Expressão e recebeu informações atualizadas do Decano Claudio Grossman, observador no processo em curso na Argentina para investigar o atentado contra a sede da *Asociación Mutual Israelita Argentina (AMIA)*.

115º Período Extraordinário de Sessões

A Comissão realizou seu 115º Período Extraordinário de Sessões em San José, Costa Rica, a convite do governo desse país. Nessa ocasião, a Comissão analisou vários assuntos relativos à situação dos direitos humanos nas Américas, considerando inclusive o contínuo estudo e análise do projeto de relatório da Comissão sobre terrorismo e direitos humanos.

Durante o mencionado período de sessões, a Comissão participou igualmente da reunião conjunta com a Corte Interamericana de Direitos Humanos, para analisar e considerar questões de procedimento e outros temas de interesse comum para ambas. Além disso, a Comissão se reuniu com representantes do Governo da Costa Rica, e também com a Comissão Permanente de Direitos Humanos do Senado do Canadá, representantes do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados e da *Penal Reform International*.

116º Período Ordinário de Sessões

Em seu 116º Período Ordinário de Sessões, a Comissão prosseguiu o estudo de numerosas comunicações individuais sobre violações de direitos humanos inscritos na Convenção Americana e na

Declaração Americana. Assim, aprovou um total de 38 relatórios. A Comissão analisou igualmente os preparativos de seu Relatório Anual de 2002, a ser apresentado à Assembléia Geral da OEA em seu Trigésimo Terceiro Período Ordinário de Sessões no Chile, em 2003.

Paralelamente a seu 116º Período Ordinário de Sessões, a Comissão convocou 61 audiências para a semana de 14 a 18 de outubro de 2002. Realizaram-se audiências sobre petições e casos individuais em tramitação perante a Comissão, audiências de caráter geral, referentes à situação dos direitos humanos em certos Estados membros, e audiências sobre temas especiais, como propostas legislativas sobre a imposição da pena de morte obrigatória em Barbados e Belize e a administração da justiça na Argentina e na Colômbia. A Comissão recebeu também informações gerais sobre a situação de certas pessoas e grupos do Hemisfério, inclusive mulheres, crianças, povos indígenas e refugiados, de instituições como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Instituto Interamericano da Criança (IIN) e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. Além dessas audiências, a Comissão realizou mais de 50 reuniões de trabalho com partes envolvidas em petições e casos referentes a vários países e questões, inclusive o avanço do processo de solução amistosa.

Da mesma forma, a Comissão concluiu o exame de seu Relatório sobre Terrorismo e Direitos Humanos e passou à sua aprovação. Preparada a tradução final e revisto o relatório, este foi levado ao conhecimento dos Estados membros e do público, em dezembro de 2002. Como se explica em seu Prefácio, o Relatório foi elaborado confiando em que ajude os Estados membros da Organização dos Estados Americanos e outros atores interessados no Sistema Interamericano a garantir que as iniciativas contra o terrorismo se desenvolvam rigorosamente dentro dos limites dos direitos e liberdades humanos fundamentais e, assim, cumpram uma das condições fundamentais para o êxito de uma campanha contra a violência terrorista.

Ao fim de seu 116º Período Ordinário de Sessões, a Comissão agradeceu importantes contribuições financeiras provenientes de vários governos, destinadas a ajudá-la a cumprir suas tarefas. Consistiam elas em financiamento dos seguintes governos: dos Estados Unidos, para promoção e estudo no campo da liberdade de expressão e dos direitos da mulher no Hemisfério; da Espanha, para ajudar a Comissão a realizar suas atividades nos campos da documentação, publicação e página da CIDH na Internet; e México, para o cumprimento de tarefas de promoção e seguimento relativas à situação dos trabalhadores migrantes e suas famílias, de defensores dos direitos humanos e dos direitos da mulher no Hemisfério.

Visitas *in loco*

Venezuela

De 6 a 10 de maio de 2002, a Comissão efetuou uma visita *in loco* à República Bolivariana da Venezuela, a convite do Presidente Hugo Chávez Frías, a fim de observar a situação dos direitos humanos no país.

No curso dessa visita, a Comissão reuniu-se com autoridades dos distintos poderes do governo, inclusive o Presidente da República, e com organizações não-governamentais de direitos humanos, representantes da Conferência Episcopal Venezuelana, líderes políticos, jornalistas e outros representantes da mídia, representantes de sindicatos de trabalhadores, vítimas e parentes de vítimas, e outros representantes da sociedade civil nas esferas nacional e local.

Para reunir informações no curso da visita, a Comissão tratou de aspectos específicos da sociedade venezuelana, como os referentes à nova Constituição, à administração da justiça, à liberdade de expressão, às forças armadas e às forças de segurança interna, ao direito de fundar sindicatos de trabalhadores e de filiar-se aos mesmos, e às atividades de esquadrões da morte, ou *grupos de extermínio* formados por funcionários da segurança do Estado que operam em vários estados venezuelanos. A Comissão manifestou preocupação especial com a tentativa de golpe de Estado cometida na Venezuela em abril de 2002, que provocou a morte de pelo menos 16 pessoas. No entender da Comissão, esse fato é a expressão mais trágica e grave da polarização da sociedade venezuelana.

Em seus comentários finais sobre a visita, a Comissão instou a que se reforçasse o quanto antes o Estado de Direito na Venezuela, insistindo na importância do pleno cumprimento, por parte de seu governo, das decisões e recomendações do Sistema Interamericano. Frisou igualmente que continuaria observando cuidadosamente o desenvolvimento da situação dos direitos humanos na Venezuela.

Haiti

Em duas ocasiões, de 28 a 31 de maio e de 26 a 29 de agosto de 2002, a Comissão visitou *in loco* a República do Haiti, a convite de seu governo, no âmbito da resolução CP/RES. 806 do Conselho Permanente, aprovada em 15 de janeiro de 2002.^{1/}

Durante suas viagens ao Haiti, a Comissão reuniu-se com numerosos funcionários do governo, inclusive o Presidente da República, Jean-Bertrand Aristide, e o Primeiro-Ministro, Yvon Neptune, e também com o Ministro das Relações Exteriores, com o Ministro da Justiça e Segurança Social, o Diretor-Geral da Polícia Nacional do Haiti, o Inspetor-Geral da Polícia Nacional e o Secretário de Estado de Segurança Nacional. A Comissão reuniu-se igualmente com representantes de vários setores da sociedade civil, a saber, representantes de organizações não-governamentais, representantes de partidos políticos, representantes de igrejas protestantes, luteranas e outras, e representantes da imprensa.

No decorrer de suas investigações, a Comissão manifestou especial preocupação com a extrema dificuldade causada no Haiti pela pobreza, pelo analfabetismo, pela mortalidade materno-infantil e pela subnutrição. Assim, observou que o respeito aos direitos humanos abrange não só os direitos civis e políticos mas também os direitos econômicos, sociais e culturais. A Comissão frisou que se trata de um desafio importante, que somente será possível enfrentar com participação ampla, além de um plano concreto de desenvolvimento traçado pelo governo haitiano, e colaboração com vários setores da sociedade civil e com a comunidade internacional. A Comissão também manifestou preocupação com a situação do processo democrático no Haiti e com os problemas que afetam o sistema judiciário, inclusive os referentes à independência do Poder Judiciário, à impunidade, à segurança dos cidadãos e à liberdade de expressão.

^{1/} Pela resolução CP/RES. 806 (1303/02), o Conselho Permanente da OEA solicitou à Comissão Interamericana de Direitos Humanos que, “na sua esfera de competência, realize uma visita *in loco* ao Haiti para consultar a sociedade civil, os partidos políticos e o Governo do Haiti, a fim de analisar as atuais condições e os acontecimentos relacionados com 17 de dezembro de 2001 e informar a respeito.”

Encerrada sua segunda viagem ao Haiti, em agosto de 2002, a Comissão observou que não estava percebendo avanço algum em relação aos problemas expostos na viagem de maio de 2002. Em particular, observou que a falta de diálogo entre setores dirigentes da sociedade prejudicava gravemente a solução dos problemas que afligiam o Haiti e revelava deficiência nos elementos necessários para estabelecer um Estado de Direito em conformidade com a Convenção Americana e a Carta Democrática Interamericana. Ao longo de ambas as visitas, a Comissão manifestou a sua determinação de trabalhar com o governo e com toda a sociedade haitiana para reforçar a defesa e a proteção dos direitos humanos no contexto da democracia e das instituições legais.

Argentina

De 29 de julho a 6 de agosto de 2002, a Comissão visitou *in loco* a República Argentina, a convite do Presidente Eduardo Duhalde. Nessa viagem, a Comissão reuniu-se com representantes de vários setores do governo e de organizações da sociedade civil. Nesse contexto, houve reuniões com o Doutor Eduardo A. Duhalde, Presidente da Argentina, com o Doutor Juan José Álvarez, Ministro da Segurança e Justiça, com o Doutor Oscar Luján Fappiano, Secretário de Direitos Humanos, com representantes do Ministério da Economia e do Ministério da Saúde, com membros da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e com várias autoridades dos governos das províncias de Buenos Aires, Salta, Neuquén e Rio Negro. Entre as várias organizações não-governamentais com que a Comissão se reuniu, figuravam o Centro de Estudos Legais e Sociais, Avós da Praça de Maio, Mães da Praça de Maio, Parentes de Detidos-Desaparecidos por Razões Políticas e a Assembléia Permanente dos Direitos Humanos. Conforme é de praxe nessas visitas, a Comissão também recebeu denúncias de numerosas pessoas que, diretamente ou por intermédio de seus representantes, afirmavam ter sido vítimas de violações de direitos humanos.

O programa de atividades da Comissão está sintonizado com as diversas petições e casos que tramitam na própria Comissão — os quais, por natureza, situam-se no campo dos direitos humanos — e também com esferas específicas, como a administração da justiça, o papel das forças de segurança pública e a situação dos direitos econômicos, sociais e culturais. As informações colhidas pela Comissão referiam-se em parte ao profundo impacto da inédita crise social e econômica sobre a situação dos direitos humanos na Argentina. Tanto as autoridades do Estado como representantes da sociedade civil relataram à Comissão os crônicos problemas que assediam as finanças públicas, a crise da segurança jurídica e quatro anos de recessão, com o conseqüente desemprego, o extraordinário aumento da pobreza e a exclusão social. A Comissão tomou nota igualmente de que grandes setores da população argentina foram prejudicados pelo congelamento dos depósitos bancários, conhecido como *corralito*, bem como pelos decretos que suspenderam certos procedimentos judiciais ou a execução de medidas e sentenças cautelares, e ainda pela *ley antigoteo* (“rolha”), adotada para tornar o congelamento efetivo. Em meses anteriores a sua viagem, a Comissão recebera quase 2.000 petições a respeito desta situação, e em sua visita reuniu-se com representantes dos requerentes e com as pessoas afetadas, a fim de colher informações complementares.

Em suas observações preliminares posteriores à viagem, a Comissão observou que, nas circunstâncias imperantes no país, é importante que todos os setores da sociedade, particularmente as autoridades nacionais e locais, assim como os líderes políticos, ajam com a maior prudência possível e com absoluto respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais.

Visitas especiais e outras atividades

Em 2002, além das visitas *in loco*, a Comissão fez viagens especiais a certos Estados membros e levou a cabo algumas atividades especiais.

Em 12 e 13 de fevereiro, a Relatora Especial da Comissão de Direitos da Mulher, Licenciada Marta Altolaguirre, visitou, no México, a Cidade Juárez e a Cidade do México, a convite do Governo do Presidente Vicente Fox. A visita foi realizada tendo em vista as preocupações manifestadas por vários representantes da sociedade civil com referência à situação dos direitos da mulher em Cidade Juárez. Em particular, a Comissão recebera comunicações indicando que, a partir de 1993, mais de 200 mulheres haviam sido brutalmente assassinadas, e que a grande maioria desses casos ainda estavam abertos sem ter produzido resultado. No decorrer da visita, a Relatora Especial reuniu-se com numerosos funcionários do governo e também com representantes de organizações não-governamentais de direitos humanos e da sociedade civil em nível local, estadual e federal. Em suas observações preliminares a respeito da visita, a Relatora Especial manifestou preocupação com a ausência de progresso no sentido de resolver o grave problema da violência contra a mulher em Cidade Juárez e reafirmou sua disposição para seguir colaborando com as autoridades e com a sociedade civil, no quadro dos instrumentos adequados, a fim de contribuir para reforçar mecanismos internos e internacionais de proteção aos direitos da mulher.

Em 8 de março de 2002, por ocasião do Dia Internacional da Mulher, a Relatora Especial da Comissão de Direitos da Mulher, Comissária Marta Altolaguirre, compareceu à primeira reunião conjunta com Radhika Coomaraswamy, Relatora Especial das Nações Unidas sobre a Violência contra a Mulher, Suas Causas e Conseqüências, e com Angela Melo, Relatora Especial sobre os Direitos da Mulher da Comissão Africana de Direitos Humanos, organizada pela entidade Rights and Democracy (International Centre for Human Rights and Democracy Development) em Montreal, Canadá. Resultou da reunião uma declaração conjunta reafirmando o direito da mulher a viver livre de violência e discriminação, e denunciando o fato de que “em todos os países do mundo se cometem atos de violência contra as mulheres”. Após a reunião, as três relatoras manifestaram plena satisfação com os resultados obtidos e seu interesse em continuar reunindo-se periodicamente a fim de chamar a atenção da comunidade internacional para as principais ameaças contra o livre exercício dos direitos da mulher. O texto da declaração conjunta foi publicado na página da Comissão na Internet, <http://www.cidh.org>.

De 23 a 26 de julho de 2002, uma delegação da Comissão viajou à República da Guatemala para avaliar a situação dos defensores dos direitos humanos no país. Durante a visita, a delegação reuniu-se com autoridades governamentais e representantes de vários setores da sociedade civil. Participou igualmente da Segunda Consulta Regional sobre Defensores dos Direitos Humanos e do Seminário Nacional sobre Defensores dos Direitos Humanos, ambas reuniões que tiveram lugar na Cidade da Guatemala nesse período.

A convite do Governo dos Estados Unidos Mexicanos, o Relator sobre os Direitos dos Trabalhadores Migrantes e suas Famílias realizou uma viagem de trabalho a esse país de 24 de julho a 1º de agosto de 2002. Os objetivos eram realizar várias reuniões de trabalho para seguimento e solução amistosa de casos individuais, levar a cabo atividades de promoção, e examinar a situação dos direitos dos trabalhadores migrantes e suas famílias no México. Para tanto, a delegação da Relatoria visitou numerosos sítios importantes para a situação dos trabalhadores migrantes, inclusive o centro de

migrantes de Ixtapalapa, no Distrito Federal, e Cidade Juárez, no estado de Chihuahua, na fronteira setentrional do México.

De 18 a 22 de agosto de 2002, a Comissão fez uma visita ao Peru para realizar reuniões de trabalho sobre a aplicação, por parte do Estado peruano, das recomendações da Comissão, constantes de 105 relatórios finais aprovados e publicados pela própria Comissão, e levar a cabo um trabalho de promoção. Durante a visita, a delegação da Comissão reuniu-se com autoridades governamentais, com vários setores da sociedade civil e com o Grupo de Trabalho Interinstitucional para o Seguimento das Recomendações da CIDH, estabelecido pelo Estado peruano em busca de soluções integrais e do cumprimento das recomendações da Comissão. Também durante esta visita, a delegação da Comissão viajou à prisão de Challapalca, no Departamento de Tacna, diante das numerosas denúncias recebidas pela Comissão sobre condições desumanas e degradantes. Em seu Segundo Relatório sobre a Situação dos Direitos Humanos no Peru, a Comissão recomendara que a prisão de Challapalca fosse fechada; esta recomendação foi reiterada durante a visita de agosto de 2002.

Bolsas de estudo

Em 2002, a Comissão continuou aplicando seu programa de treinamento “Bolsas Rómulo Gallegos”. O programa proporciona capacitação no Sistema Interamericano para a proteção e promoção dos direitos humanos para advogados jovens de países do Hemisfério selecionados anualmente por concurso. Os advogados devem ter manifestado sua identificação com a causa dos direitos humanos e apresentado um sólido histórico acadêmico. Ao longo do ano de 2002, a Comissão recebeu 10 bolsistas Rómulo Gallegos: cinco no primeiro semestre do ano correspondente ao período 2001-02 e cinco no segundo semestre do ano, correspondendo ao período 2002-03.

Atividades de promoção

Ao longo de 2002, membros da Comissão e da Secretaria participaram de numerosas conferências internacionais, seminários práticos e cursos de treinamento sobre a proteção internacional dos direitos humanos e temas correlatos. Nessas atividades, trataram-se de temas como o funcionamento do Sistema Interamericano, a reforma penal nas Américas, o uso da pena de morte, as conseqüências e o impacto da Carta Democrática Interamericana, a proteção do direito à liberdade de associação no Sistema Interamericano e os direitos dos refugiados.

Em maio os membros da CIDH, o Secretário Executivo e advogados do quadro da Comissão participaram do Sétimo Concurso Anual de Tribunais Simulados sobre o sistema interamericano de direitos humanos, organizado pela Faculdade de Direito da *American University*, em Washington, D.C. Este concurso é convocado anualmente, desde 1996, e dele já participaram mais de 500 estudantes e docentes, que representam 55 universidades de mais de 20 países do Hemisfério.

De 17 a 19 de junho, a Relatoria da Comissão sobre os Direitos da Criança, por intermédio de sua Relatora Especial, Comissária Susana Villarán, e da advogada Mary Ana Beloff, do quadro funcional, realizaram um seminário de capacitação em Assunção, Paraguai, sobre a promoção e defesa dos direitos dos meninos, meninas e adolescentes no Sistema Interamericano. O seminário realizou-se em conjunto com a Secretaria da Infância e Juventude do Paraguai, e estiveram presentes funcionários do Poder Executivo, defensores públicos, juízes, advogados, representantes de organizações não-governamentais e membro da sociedade civil. No seminário, a Comissária Villarán realizou várias

reuniões com representantes do Governo do Paraguai e de organizações não-governamentais que cuidam da promoção e defesa dos direitos dos meninos, meninas e adolescentes.

Atividades relacionadas com a Corte Interamericana de Direitos Humanos

A Comissão continuou litigando em vários assuntos levados à Corte Interamericana de Direitos Humanos. De 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2002, a Comissão deu entrada nos seguintes casos litigiosos perante a Corte: Plan de Sánchez (Guatemala); *Correccional de Menores Panchito López* (Paraguai); Ricardo Canese (Paraguai); Gómez Paquiyauri (Peru); Lori Berenson (Peru); e o Caso de Moiwana (Suriname). Com a apresentação desses casos, a Comissão atinge atualmente um total de 38 casos litigiosos ativos na Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Também em 2002, a Comissão participou de numerosas audiências públicas na Corte. No 54º Período Ordinário de Sessões da Corte, de 18 de fevereiro a 1º de março de 2002, participou de uma audiência sobre o mérito da questão e eventuais indenizações no Caso Hilaire, Constantine e Benjamin e outros (Trinidad e Tobago). No curso do 55º Período Ordinário de Sessões da Corte, de 6 a 21 de junho de 2002, a Comissão participou de audiências sobre medidas provisórias no Caso da Comunidade da Paz de San José de Apartadó (Colômbia); exceções preliminares no caso dos 19 Comerciantes (Colômbia); sobre o mérito da questão e eventuais indenizações no Caso Cantos (Argentina); indenizações no Caso Las Palmeras (Colômbia); e da audiência pública sobre a Solicitação de Parecer Consultivo OC-17. No 56º Período Ordinário de Sessões da Corte, de 26 de agosto a 6 de setembro de 2002, a Comissão participou da audiência sobre o mérito da questão e eventuais indenizações no Caso de Cinco Pensionistas (Peru).

No período a que se refere este relatório, a Comissão tomou nota igualmente de várias sentenças pronunciadas pela Corte em relação aos casos que considerou em 2002, inclusive as sentenças sobre indenizações no Caso Bámaca Velásquez, pronunciada em 22 de fevereiro de 2002; a sentença sobre indenizações no Caso Trujillo Oroza, pronunciada em 27 de fevereiro de 2002; a sentença sobre exceções preliminares no Caso dos 19 Comerciantes, pronunciada em 12 de junho de 2002; a sentença sobre o mérito da questão no Caso Caracazo, pronunciada em 29 de agosto de 2002; a sentença sobre indenizações no Caso Las Palmeras, pronunciada em 26 de novembro de 2002; e a sentença sobre o mérito da questão e indenizações no Caso Cantos, pronunciada em 28 de novembro de 2002. Além disso, em 28 de agosto de 2002, a Corte expediu seu Parecer Consultivo OC-17/2002, que versava sobre a situação jurídica e os direitos humanos da criança.

V. OUTRAS ENTIDADES E ORGANISMOS

COMISSÃO INTERAMERICANA PARA O CONTROLE DO ABUSO DE DROGAS

A Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD), estabelecida pela Assembléia Geral em 1986, tem por base os princípios e objetivos enunciados no Programa Interamericano de Ação do Rio de Janeiro contra o Consumo, Produção e Tráfico Ilícitos de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, bem como o estabelecido na Estratégia Antidrogas no Hemisfério, aprovada pela Comissão em 1996 e pela Assembléia Geral em 1997. É um foro hemisférico que habilita os Estados membros a avaliar políticas e estratégias e a intercambiar idéias e experiências sobre o problema das drogas. Seus objetivos principais são ampliar e fortalecer a capacidade dos Estados membros para reduzir a demanda de drogas, prevenir seu uso indevido e combater sua produção e tráfico ilícitos, e promover uma resposta interamericana apropriada mediante a intensificação das atividades regionais em matéria de pesquisa, especialização de pessoal e prestação de assistência mútua.

A missão da CICAD é promover e facilitar a cooperação multilateral em todo o Hemisfério para controlar o consumo, a produção e o tráfico ilícitos de drogas e os delitos correlatos. No decorrer do último ano, a Comissão também abordou a crescente preocupação com os vínculos entre o terrorismo, o tráfico de drogas, a lavagem de ativos e o contrabando de armas de fogo. O Mecanismo de Avaliação Multilateral (MEM) considera a redução da corrupção relacionada com as drogas como um dos critérios para medir o progresso de um país no sentido de amenizar o problema das drogas.

Pesquisas recentes e fontes de informação chaves indicam que o uso indevido de tais substâncias está aumentando em muitos países da OEA; há informações sobre drogas novas, como o êxtase, a heroína e as metanfetaminas em zonas que antes não eram afetadas, e o uso indevido de medicamentos de venda controlada tornou-se um problema grave e de proporções cada vez maiores. Para enfrentar estes novos desafios, o programa da CICAD para a redução da demanda abrange agora todas as substâncias objeto de abuso, quer lícitas quer ilícitas, no contexto de um enfoque baseado na saúde pública, e enfatiza mais a relação que existe entre o VIH/AIDS, as enfermidades transmitidas por contato sexual, a violência doméstica e o abuso de substâncias diversas.

As áreas de ação da CICAD são: Mecanismo de Avaliação Multilateral (MEM), Redução da Demanda, Redução da Oferta e Aplicação de Medidas de Controle, Desenvolvimento Alternativo, Desenvolvimento e Cooperação Jurídica, Controle da Lavagem de Ativos, Fortalecimento Institucional, e Observatório Interamericano sobre Drogas.

O Mecanismo de Avaliação Multilateral (MEM)

O MEM completou sua primeira avaliação com a publicação, em 31 de janeiro de 2002, do Relatório 2001 - Avaliação do Progresso do Controle de Drogas, Implementação de Recomendações da Primeira Rodada de Avaliação 1999-2002. A Comissão aprovou uma série de indicadores revistos para a avaliação do período 2001-02, e a Secretaria elaborou uma versão eletrônica do questionário para tornar mais fácil para as entidades nacionais de coordenação enviar os questionários completos ao Grupo de Peritos Governamentais. (GEG). O GEG reuniu-se três vezes em 2002 (abril, julho e outubro) e redigiu 34 relatórios nacionais, além do relatório hemisférico, todos aprovados pela

Comissão em seu Trigésimo Segundo Período Ordinário de Sessões, em dezembro de 2002. As avaliações para a segunda rodada (2001-02) foram tornadas públicas no evento presidido pelo Presidente da CICAD, Senhor Rafael Macedo de la Concha, em 29 de janeiro de 2003.

Os primeiros relatórios do MEM indicavam claramente que alguns Estados membros não haviam podido implementar certas recomendações devido à falta de recursos, inclusive de pessoal qualificado. Por conseguinte, a Comissão atribuiu alta prioridade ao fornecimento da assistência técnica e financeira necessária, conforme as solicitações dos países, em duas áreas chaves: melhoria da qualidade e tempestividade das estatísticas relacionadas com as drogas; e estabelecimento de programas de prevenção do uso indevido de substâncias orientados para crianças e adolescentes, mulheres e trabalhadores das principais indústrias. No ano de 2003, essa assistência será proporcionada a cerca de 14 países, tudo graças ao subsídios do Canadá e dos Estados Unidos da América, no valor de mais de US\$1 milhão.

Redução da demanda

No programa de redução da demanda da CICAD, destaca-se principalmente um projeto cujo objetivo é introduzir questões relacionadas com a prevenção do uso indevido de substâncias nos programas de estudos de graduação e pós-graduação das escolas de enfermagem da América Latina. Cerca de 6.000 profissionais de enfermagem estão sendo formados para desempenhar um papel ativo na prevenção do abuso de drogas, na promoção da saúde e na recuperação de ex-dependentes de drogas, e mais de 500 membros do corpo docente já receberam treinamento sobre o novo programa de estudos.

Em outubro de 2002, mediante uma colaboração inovadora entre o Plano Nacional de Drogas da Espanha e a CICAD, criou-se a Mestría Iberoamericana On-Line en Drogodependencias. Este é o primeiro programa de pós-graduação pela Internet das Américas a tratar dos problemas do abuso de substâncias. Mais de 300 candidatos cumpriram os requisitos da matrícula e um total de 127 estudantes, provenientes de 19 país, matricularam-se para o primeiro ano do curso (2002-03), que está sendo ministrado por um consórcio de cinco universidades latino-americanas e duas espanholas, usando a capacidade em linha da Universidade Nacional de Educação à Distância (UNED), da Espanha.

Na região do Caribe, a CICAD patrocinou em Belize um curso intitulado Da Prisão à Comunidade: Intercâmbio de Modelos de Tratamento, para funcionários encarregados de controlar pessoas em liberdade condicional, conselheiros atuantes no tratamento de drogas, magistrados e trabalhadores sociais. O curso versava sobre alternativas à imposição de pena por delitos menos graves relacionados com as drogas e sobre formas de conectar os delinquentes com os programas e serviços de tratamento de drogas de base comunitária. Um workshop regional realizado na Jamaica em junho de 2002 reuniu representantes governamentais e de organizações não-governamentais que trabalham na prevenção e tratamento de drogas, com a finalidade de trocar recursos e aperfeiçoar redes de prevenção e tratamento do uso indevido de substâncias.

Redução da oferta

Em 2002, iniciou-se um novo programa sobre polícia comunitária, que era um esforço de colaboração entre a polícia e a comunidade para abordar a delinqüência nos bairros. Em março, a CICAD e a

Real Polícia Montada do Canadá (RCMP) co-patrocinaram um seminário em Vancouver, Canadá, para apresentar o modelo de polícia comunitária da RCMP aos participantes, procedentes de 13 países. Esse trabalho continuará em 2003, quando o projeto piloto começar na República Dominicana. Em 2001, a CICAD aprovou a criação de um novo Grupo de Peritos sobre Produtos Farmacêuticos. O Grupo reuniu-se pela primeira vez em agosto de 2002, para examinar seu tema, inclusive a necessidade de atualizar leis nacionais e a necessidade de treinamento para inspetores e profissionais da saúde. O trabalho do Grupo incluirá também a elaboração de manuais e guias.

Com apoio da CICAD, a Escola Regional Andina de Inteligência Antidrogas, em seu terceiro ano de funcionamento em Lima, Peru, realizou dois seminários de treinamento de seis semanas cada um sobre inteligência policial operacional, inclusive operações sigilosas, manejo de informações, entregas controladas e pesquisas sobre lavagem de ativos.

A cooperação marítima e a segurança portuária também são fundamentais para o controle do tráfico de drogas. Em 2002, a CICAD organizou uma conferência internacional sobre segurança portuária no Panamá, a fim de apresentar a outros países da região o sistema único de segurança usado nos portos colombianos.

Desenvolvimento alternativo

O programa de desenvolvimento alternativo da CICAD abrange projetos em execução em seis países da América do Sul e do Caribe. Nos termos de um acordo assinado entre a CICAD e o Governo da Bolívia, dois projetos prioritários foram iniciados em 2002. O primeiro é a titulação de terras no Norte de Yungas e está sendo executado juntamente com o Instituto Nacional de Reforma Agrária (INRA), num esforço para formular novas políticas de planejamento, administração e distribuição do investimento. Serão inspecionados cerca de 60.000 hectares de terras e emitidos aproximadamente 1.000 títulos de propriedade. Os novos proprietários terão mais acesso ao crédito.

O segundo projeto resulta de uma solicitação formulada em abril de 2002 pelo Governo da Bolívia à CICAD para efetuar uma avaliação pormenorizada do impacto exercido pelo Plano Dignidade sobre o tráfico, a produção e o consumo ilícitos de drogas no país. A avaliação dos quatro pilares do Plano Dignidade — Desenvolvimento Alternativo, Prevenção e Reabilitação, Erradicação, e Interdição — foi concluída em julho, e revelou uma redução de mais de 90% no cultivo ilícito da coca, uma baixa de 80% na oferta de cocaína e um aumento de 60.000 hectares nos cultivos lícitos, o que elevou a 120 mil hectares o total de cultivos lícitos diversificados. No entanto, a avaliação também mostrou que o cultivo da coca poderia tornar a crescer. Acentuou também o crucial e complexo vínculo entre o desenvolvimento e a erradicação, que repercute sobre muitos aspectos econômicos e sociais, como a infra-estrutura e o acesso ao mercado dos cultivos lícitos, e também o conflito social em que a erradicação implica no país.

Desenvolvimento jurídico

Por meio de seu programa de desenvolvimento jurídico, a CICAD está promovendo ativamente o controle de armas de fogo e materiais correlatos, aplicando a Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e Outros Materiais Correlatos (CIFTA) e o Regulamento Modelo da CICAD para o Controle do Movimento Internacional de Armas de Fogo, suas Partes e Componentes e Munições. Em fevereiro de 2002, realizou-se no Brasil, em

cooperação com o Centro Regional das Nações Unidas para a Paz, o Desarmamento e o Desenvolvimento na América Latina e Caribe (UN-LIREC) um seminário regional com vistas à vigência do Regulamento Modelo em todas as partes do Hemisfério. A CICAD e o UN-LIREC também prepararam um programa de treinamento para instrutores sobre assuntos relacionados com o controle de armas de fogo, o qual foi iniciado em abril de 2003. Também será reconvocato o Grupo de Peritos em Armas da CICAD, que se reunirá em princípios de abril em Manágua, Nicarágua, a fim de considerar modificações para atualizar o Regulamento Modelo, em particular com relação ao papel dos intermediários e às medidas para controlar a exportação de armas e munições.

Em colaboração com o Escritório das Nações Unidas contra o Crime Organizado, o programa está organizando e coordenando uma série de processos criminais simulados em vários países membros onde acaba de mudar o processo penal.

Controle da lavagem de ativos

O programa da CICAD para juízes e fiscais públicos em matéria de lavagem de ativos treinou 125 representantes dos sistemas judiciários da Argentina, Bolívia, Chile, Equador, Peru, Uruguai e Venezuela. Em agosto de 2002, a CICAD iniciou um projeto conjunto com o Banco Interamericano de Desenvolvimento para fortalecer as Unidades de Inteligência Financeira, que tratam da lavagem de ativos. Vários Estados membros receberam assistência técnica na preparação de quadros jurídicos, desenvolvimento institucional, treinamento e assistência tecnológica para métodos de informação.

Em seu Trigésimo Segundo Período Ordinário de Sessões, que teve lugar em dezembro de 2002, a CICAD aprovou alterações a seu Regulamento Modelo para o Controle da Lavagem de Ativos e o recomendou aos Estados membros. Incorporou-se a definição do financiamento do terrorismo, já estabelecida por outras organizações internacionais, e adotaram-se as oito Recomendações Especiais do Grupo de Ação sobre Assuntos Financeiros.

Observatório Interamericano sobre Drogas

O Observatório Interamericano sobre Drogas, o mecanismo da CICAD responsável pelas estatísticas, informações e pesquisa, ajudou 13 Estados membros a efetuar levantamentos sobre o consumo de drogas entre os alunos das escolas secundárias, assim cumprindo uma das importantes recomendações do MEM. O estudo sobre o custo econômico, social e humano das drogas, determinado pela Terceira Cúpula das Américas, está progredindo, com a cooperação da Escola Médica Robert Woods Johnson, com um projeto piloto em três Estados membros.

O Observatório ajudou 10 Estados membros a estabelecerem Observatórios Nacionais sobre Drogas com financiamento do Governo da Espanha e da Comissão Européia.

Fortalecimento institucional e estabelecimento de Comissões Nacionais de Drogas

O programa de fortalecimento institucional da CICAD executou, em colaboração com os Governos da Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai, um projeto inovador para prevenir o abuso de drogas através de suas fronteiras comuns e efetuar pesquisas sobre o consumo de drogas em cidades gêmeas

nos dois países. A CICAD também está proporcionando assistência técnica e financeira ao Haiti, onde se estabeleceu a primeira comissão nacional de drogas e está sendo redigido um plano nacional e, em 2002, realizou em Grenada um workshop sobre a preparação de seu plano nacional de controle de drogas.

Sob os auspícios da CICAD, realizou-se em agosto uma Cúpula Centro-Americana, que contou com a participação dos Chefes e Secretários Executivos das comissões nacionais de drogas, juntamente com representantes das assembléias legislativas nacionais e os sistemas judiciários, e culminou em um firme compromisso com a cooperação sub-regional no que se refere ao problema das drogas.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE TELECOMUNICAÇÕES

A Comissão Interamericana de Telecomunicações (CITEL), estabelecida pela Assembléia Geral em 1994, é uma entidade dotada de autonomia técnica no desempenho de suas funções, dentro dos limites fixados na Carta da OEA, em seu Estatuto e nos mandatos da Assembléia Geral. É o principal organismo assessor da OEA em matéria de telecomunicações e sua missão é facilitar e promover o desenvolvimento contínuo das telecomunicações no Hemisfério. Na Terceira Reunião da Assembléia da CITEL, realizada em 2002, determinou-se uma reestruturação da Comissão para que correspondesse de modo mais dinâmico às necessidades dos Estados membros e membros associados.

Reconhecendo a importância das novas tecnologias da informação e da comunicação (TIC), todos os países membros tratam de melhorar o seu acesso e intensificar seu uso. No entanto, a disparidade entre os que têm e os que não têm acesso às TIC está se aprofundando.

Assim, embora haja grande número de relatórios sobre a evolução das TIC e, em especial, sobre seu impacto na vida econômica e social dos países e de seus cidadãos, estas avaliações incorrem freqüentemente numa duplicação de esforços e, em comparação com o número de estudos disponíveis, é pequeno o de propostas levadas à prática.

Em terceiro lugar, os últimos anos foram marcados por contrastes no setor das telecomunicações. Embora continue crescendo lentamente em volume de infra-estrutura instalada, o setor privado tem sofrido muitas dificuldades, como perdas de empregos, cancelamento de vários projetos e, em geral, enfrentado um crescente ceticismo por parte dos meios financeiros em relação à viabilidade dos novos serviços.

A fim de reagir aos desafios apresentados pelo meio das telecomunicações, a CITEL tomou uma série de iniciativas no ano de 2002, a fim de melhorar sua capacidade de atender às necessidades dos Estados membros e membros associados. As principais medidas adotadas nesse período foram as seguintes.

Promoção da conectividade na região das Américas mediante preparação e aprovação da Agenda de Conectividade e do Plano de Ação de Quito

A Agenda de Conectividade para as Américas e o Plano de Ação de Quito são ferramentas que permitem elevar a sensibilidade em relação ao impacto das telecomunicações no desenvolvimento econômico e social dos países. Esse quadro de referência conceitual exerce uma função catalítica no sentido de estimular o desenvolvimento, a expansão e a operação dos serviços e redes de telecomunicações. Embora esses documentos tenham sido elaborados levando em conta as características específicas dos países da região das Américas, podem proporcionar uma orientação geral de apoio em outras regiões.

No ano de 2002, a Agenda e o Plano de Ação foram concluídos e enviados à Secretaria do Processo de Cúpulas. Também se solicitou a essa Secretaria que definisse as ações adequadas para promover

o seu posterior desenvolvimento e implementação, em consonância com as necessidades de cada Estado membro. As mesmas iniciativas foram apresentadas na Conferência Mundial de Desenvolvimento das Telecomunicações e na Conferência de Plenipotenciários da União Internacional de Telecomunicações (UIT), ambas realizadas nesse mesmo ano. Foi substancial o apoio recebido nessas ocasiões, o que permitiu a vários Estados membros, com base nessas diretrizes gerais, desenvolver as próprias agendas e planos estratégicos nacionais.

Por considerá-lo um de seus principais objetivos, a CITEI contribuiu ativamente para os esforços envidados internacionalmente para preencher o fosso digital.

Apoio aos Estados membros e membros associados no intercâmbio de informações e de melhores práticas para que possam enfrentar as mudanças no meio das telecomunicações

Este objetivo guarda relação com o papel desempenhado tradicionalmente pela CITEI como foro onde seus Estados membros e membros associados se apóiam mutuamente. Proporcionando um ambiente adequado ao intercâmbio de experiências e das melhores práticas entre seus Estados membros, torna possível manter quadros legais e regulamentares atualizados, que sejam previsíveis e coerentes, e contribuam para o desenvolvimento das telecomunicações e para seu acesso universal.

No ano de 2002, a CITEI apresentou um relatório sobre Tele-Educação nas Américas. Está também em preparo um livro sobre Telemedicina. Ambas as publicações expõem a situação destes serviços em cada país da região e são fruto de colaboração com a União Internacional das Telecomunicações.

No âmbito das Comissões de Consulta Permanentes, foi possível, além disso, incrementar a transferência de conhecimentos especializados e o intercâmbio de experiências, por meio não só de seminários mas também de debates em foros eletrônicos e mesas-redondas. Estas Comissões contam atualmente com mais de 200 membros associados, cuja participação em seus trabalhos foi determinante para o cumprimento dos mandatos.

Fortalecimento da coordenação entre organismos sub-regionais, regionais e internacionais

Grande número de organismos já estabeleceu programas voltados para o desenvolvimento das tecnologias da informação e das comunicações (TIC). Para poder manter o seu papel preponderante nas Américas, a CITEI estabeleceu associações mais estreitas assinando acordos de cooperação. Até esta data, assinaram-se acordos com as seguintes entidades: Associação Hispano-Americana de Centros de Investigação e Empresas de Telecomunicações (AHCIE), A *Latin American Wireless Industry Association* (ALACEL), Conferência Européia das Administrações dos Correios e Telecomunicações (CEPT), Instituto Europeu de Normas de Telecomunicações (ETSI), Comitê 1 (EUA), Associação da Indústria das Telecomunicações (TIA, EUA); *Caribbean/Latin American Action (C/LAA)*, a Comunidade Regional de Comunicações (da Comunidade de Estados Independentes – CEI) e União Postal das Américas, Espanha e Portugal (UPAEP). Esses acordos permitem melhorar a coordenação com outras entidades de telecomunicações para o desenvolvimento e implantação de programas efetivos e sustentáveis. Da mesma forma, reduzem substancialmente a duplicação de esforços.

Incremento no uso de formas novas de treinamento sobre temas de telecomunicações para os recursos humanos

Tomaram-se várias decisões importantes relacionadas com a melhoria e intensificação do treinamento dos recursos humanos. O aumento do número de organismos reguladores dos Estados membros fez com que a assistência a esses organismos, especificamente o treinamento, tenha-se tornado um elemento prioritário das atividades da CITEI. No ano de 2002 adotou-se o treinamento à distância, e a CITEI patrocinou cursos sobre regulamentação de novos serviços e aplicações IP, Seguro em Redes Públicas, Interconexão de Redes e um Seminário-*Workshop* sobre a Segurança em Redes Públicas, seus Aspectos Técnicos e Gerenciais. Ofereceram-se 213 bolsas, utilizando-se o orçamento correspondente a bolsas para os anos de 2001 e 2002.

Melhorar os procedimentos da CITEI

Tomaram-se várias medidas para melhorar o trabalho da CITEI. Entre as mais evidentes, é possível destacar que praticamente todos os documentos da CITEI se encontram hoje disponíveis em seu foro eletrônico, o que permitiu reduzir em cerca de 80% o uso de papel, mediante a realização de reuniões com acesso sem fio a esses documentos. Os investimentos realizados para melhorar os métodos e os mecanismos de trabalho permitiram otimizar significativamente a qualidade dos serviços da CITEI, o que contribuiu para ampliar a participação em suas tarefas.

Terceira Reunião da Assembléia da CITEI

A Terceira Reunião da Assembléia da CITEI teve lugar de 12 a 16 de agosto de 2002 em Washington, D.C. Entre seus resultados, destacam-se a reestruturação efetuada, mediante a qual se redefiniram de modo mais adequado as funções e prioridades das Comissões, a atualização do plano estratégico e o programa de trabalho. Na Reunião da Assembléia, foram também eleitas as novas autoridades da Comissão.

Portanto, a CITEI continua proporcionando, de modo permanente, um foro e um mecanismo para a coordenação das atividades de todos os interessados no processo de formulação de políticas de telecomunicações e TIC, inclusive as organizações internacionais, regionais e sub-regionais, o setor privado e outras entidades ligadas ao setor.

Além daqueles já indicados em outras partes deste Relatório, estes são alguns dos temas que foram considerados durante a Assembléia.

- A aprovação de um Protocolo à Convenção Interamericana sobre a Permissão Internacional de Radioamador, concebida para conferir aos respectivos titulares dos países membros da Conferência Européia das Administrações dos Correios e Telecomunicações (CEPT) os mesmos direitos e privilégios concedidos aos titulares da Convenção Interamericana dos Estados membros da CITEI que se tornem partes do Protocolo. Isto permitirá a simplificação dos procedimentos para o uso destes serviços de tamanha importância, em especial nas situações de emergência.
- Mereceu menção especial o progresso alcançado na implementação do Acordo de Reconhecimento Mútuo (ARM) sobre a Avaliação da Conformidade de Equipamentos de

Telecomunicações, que visa possibilitar telecomunicações verdadeiramente integradas nas Américas. Solicitou-se um esforço especial para garantir que os Estados do Caribe e da América Central estejam a par dos requisitos e vantagens da participação no ARM.

- A atualização do Livro Azul sobre Políticas de Telecomunicações para as Américas, que dedica atenção especial às necessidades específicas e aos requisitos dos países da América Central e do Caribe. O Livro Azul foi uma ferramenta imprescindível para as autoridades reguladoras da região, pois abarca aspectos prioritários do setor, entre os quais podemos citar: administração do espectro; interconexão; modelos econômicos para o serviço universal; procedimentos administrativos; e a convergência de serviços e da Internet.

A Declaração de Washington reconheceu o papel primordial da CITEL e decidiu continuar consolidando e ampliando suas capacidades, para que possa corresponder plenamente aos compromissos assumidos pelos Chefes de Estado e de Governo na Cúpula das Américas, considerando que as TIC e a conectividade constituem elementos prioritários para o desenvolvimento sustentável da Região.

Comissão Diretora Permanente da CITEL (COM/CITEL)

A Comissão Diretora Permanente é o órgão executivo da CITEL que se reúne uma vez por ano. Na reunião de 2002, realizada de 9 a 12 de dezembro em Buenos Aires, Argentina, concluíram-se os trabalhos de editoração da Agenda de Conectividade e do Plano de Ação de Quito. Esses documentos foram em seguida encaminhados à Secretária do Processo de Cúpulas para implementação. Assim, ao desenvolver seus planos de trabalho, a CITEL, e em particular as Comissões de Consulta Permanente irão considerar formas de contribuir para a implementação da Agenda de Conectividade.

O processo preparatório da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (CMSI) entrou em sua fase crítica, pois a reunião para a América Latina e o Caribe foi programada para realizar-se na República Dominicana de 29 a 31 de janeiro de 2003. A COM/CITEL convidou o Secretário-Geral da OEA a lhe encaminhar uma série de objetivos concernentes às telecomunicações, entre os quais se destacam: a necessidade de modernização da infra-estrutura de telecomunicações e de acesso mais amplo aos serviços de telecomunicações por meio de políticas que promovam o acesso universal, a criação de capacidades em áreas de desenvolvimento de recursos humanos para apoiar a conectividade, e a criação de uma cultura de cibersegurança para proteger a infra-estrutura das telecomunicações.

No âmbito da COM/CITEL, desenvolveram-se as Propostas Interamericanas Comuns que, por sua vez, foram apresentadas e, em sua maioria, aprovadas na Conferência Mundial de Desenvolvimento das Telecomunicações de 2002 e na Conferência de Plenipotenciários de 2000 da UIT. Desta forma, a CITEL garantiu que a voz da Região das Américas fosse ouvida bem alto no foro global da União Internacional de Telecomunicações.

Estabeleceu-se ademais um Grupo de Gestão de Iniciativas de Conectividade para interagir com o Bureau de Desenvolvimento das Telecomunicações da União Internacional de Telecomunicações, (UIT/BDT), por intermédio do Escritório Regional da UIT, e com outros organismos interessados para o fim de implementar projetos derivados dessas iniciativas. Este grupo identificará projetos e

promoverá mecanismos de cooperação com organizações internacionais e regionais de financiamento e associação com o setor privado e outras entidades interessadas. A intenção será permitir a concretização de projetos identificados, coordenando as ações para sua implementação.

Comissão de Consulta Permanente I (CCP.I)

A Comissão de Consulta Permanente I foi reestruturada por ocasião da Terceira Assembléia da CITEEL. A CCP.I (agora denominada Padronização de Telecomunicações) atuará como comissão técnica assessora da CITEEL em matéria de processos de certificação de equipamentos de telecomunicação, de princípios de tarifação e de coordenação de normas de redes e serviços de telecomunicações. O propósito final é garantir a interoperabilidade dessas redes e serviços na Região.

A estratégia da CCP.I será garantir que a CITEEL seja um órgão eminente de coordenação de padrões de telecomunicações na região, que atenda à demanda do mercado e à evolução da tecnologia. Com base no mandato recebido na Terceira Reunião Ordinária da Assembléia da CITEEL, a Comissão organizou suas tarefas de modo a concentrar sua atenção nas seguintes áreas: coordenação de padrões; tecnologias e serviços de rede avançados; processos de certificação e implementação do ARM; aspectos econômicos e princípios de tarifação; preparativos para a Conferência Mundial sobre Telecomunicações Internacionais; e preparativos para a Assembléia Mundial sobre Padronização das Telecomunicações da UTI.

Nesse período, destacou-se o avanço obtido com referência à implementação do Acordo de Reconhecimento Mútuo de Equipamentos de Telecomunicações (ARM), a publicação do Livro de Tele-Educação nas Américas e o desenvolvimento do livro *Infra-Estrutura da Informação nas Américas*, que compilará as estratégias e políticas americanas para o desenvolvimento na região.

Comissão de Consulta Permanente II (CCP.II)

Antes da Terceira Reunião da Assembléia da CITEEL, a Comissão de Consulta Permanente II era o órgão técnico assessor em matéria de padrões, planificação, operação e assistência técnica com referência ao Serviço de Radiodifusão nas diversas modalidades. Nessa Reunião, essa Comissão fundiu-se com a Comissão de Consulta Permanente III. A nova Comissão — Radiocomunicações, que inclui Radiodifusão — atuará como órgão técnico assessor no âmbito da CITEEL, com respeito à coordenação e harmonização de padrões relacionados com o uso do espectro, bem como ao planejamento e uso eficiente do espectro radioelétrico e de órbitas de satélite para serviços de radiocomunicações, inclusive radiodifusão.

Como reflexo da representatividade da Comissão em outros foros e organismos afins, alcançou-se uma difusão mais ampla dos trabalhos que se realizam nesse órgão assessor. A colaboração inter-regional, sobretudo com as regiões da Ásia-Pacífico e Europa (APT e CEPT), constitui um importante componente do enriquecimento de suas atividades. Um dos temas chaves é a preparação da Conferência Mundial de Radiocomunicações de 2003 da UIT. Atualmente, está em curso a etapa de consolidação dos pontos de vista e Propostas Interamericanas para apresentação à UIT no prazo estabelecido. Os trabalhos de preparação das propostas serão concluídos em fevereiro de 2003.

No ano de 2002, foi possível concluir a análise de distintos cenários e disposições de bandas de frequência, aprovando uma recomendação sobre as disposições a respeito de frequências para as IMT-2000, para as bandas 806 a 960 MHz, 1710 a 2025 MHz e 2110 a 2200 MHz.

A Terceira Cúpula das Américas solicitou à CITEEL que analisasse a possibilidade de simplificar os procedimentos de solicitação de licenças para sistemas via satélite. Está em elaboração um relatório sobre os procedimentos de obtenção de licenças VSAT nas Américas, com o objetivo de identificar os procedimentos comuns usados na região que poderiam ajudar as administrações a simplificar seus procedimentos de obtenção de licenças para estações terrestres.

No portal da CITEEL na Internet (<http://www.citel.oas.org>), acha-se plenamente operacional e tem livre acesso o programa que permite obter a distribuição do espectro na faixa de frequência entre 137MHz e 400 GHz dos Estados membros. No momento de apresentar este Relatório, constavam da base informações sobre as distribuições nacionais de frequência correspondentes a 32 dos 34 Estados membros da OEA e, como elemento de referência, o Quadro de Distribuição Internacional de Frequências e o Quadro de Distribuições Européias.

Destacamos particularmente o elevado nível técnico dos palestrantes do foro sobre Padronização de Radiodifusão Digital, realizado em julho de 2002 em Fortaleza, onde constaram sessões sobre Radiodifusão Sonora Digital (DSB) e Televisão Digital. Foi possível contar com pormenorizadas exposições a respeito dos três sistemas digitais que existem em escala mundial.

COMITÊ INTERAMERICANO CONTRA O TERRORISMO

O Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE), criado pela Assembléia Geral mediante a resolução AG/RES. 1650 (XXIX-O/99), tem como propósito desenvolver a cooperação para prevenir, combater e eliminar os atos e atividades terroristas. Está integrado pelas autoridades nacionais competentes de todos os Estados membros e orienta sua tarefa com base nas convenções internacionais sobre a matéria, nos princípios e objetivos da Declaração de Lima para Prevenir, Combater e Eliminar o Terrorismo, no Plano de Ação de Lima sobre Cooperação Hemisférica para Prevenir, Combater e Eliminar o Terrorismo, e no Compromisso de Mar del Plata. Está sediado na Secretaria-Geral da OEA.

Em 2002, o Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE) iniciou a implementação das decisões aprovadas em Miami e Washington no Primeiro e Segundo Período Ordinário de Sessões, respectivamente.

Após o Segundo Período Ordinário de Sessões, realizado em janeiro de 2002, o CICTE estabeleceu uma Secretaria Executiva, graças ao oferecimento dos Estados Unidos, Uruguai e El Salvador de enviar pessoal profissional para colaborar em caráter permanente com as atividades programadas. Além disso, sete Estados membros (Antígua e Barbuda, Brasil, Canadá, Chile, El Salvador, Estados Unidos e Peru) e três Observadores Permanentes (Itália, Turquia e Reino Unido) contribuíram generosamente com recursos e material, no valor total de US\$387.399,30, para apoiar o começo das atividades e o programa inicial da Secretaria.

Em segundo lugar, as recomendações do CICTE sobre controles financeiros e fronteiriços foram incorporadas à Convenção Interamericana contra o Terrorismo, assinada até hoje por 33 dos 34 países da Organização. A forma concertada e rápida como os Estados membros chegaram a um acordo sobre esse complexo instrumento, bem como seu caráter integrado e prático, fazem desta Convenção um marco na história do Hemisfério e da campanha mundial contra o terrorismo.

A Convenção proporciona a base jurídica para que os Estados signatários atualizem os seus sistemas nacionais de modo a refletir as mudanças na natureza da ameaça terrorista. Em particular, o estabelecimento de unidades nacionais de inteligência financeira dará aos Estados membros novos elementos para combater a lavagem de dinheiro e o financiamento do terrorismo. O treinamento, o intercâmbio de informações e a cooperação técnica previstos na Convenção melhorarão a capacidade da região para enfrentar a ampla gama de desafios novos e velhos representados pelo terrorismo. A melhoria dos controles fronteiriços ajudará as campanhas contra os traficantes de drogas e os contrabandistas de armas, além de servir para combater os terroristas. O intercâmbio de informações pode contribuir para prevenir atos terroristas e ajudar as autoridades a investigarem e processarem os terroristas e aqueles que os apóiam. Por último, a Convenção oferece aos Estados membros novos meios para melhorar a assistência jurídica mútua, especialmente negando o *status* de crime político aos atos dos acusados de terrorismo.

Em janeiro, realizou-se a Terceira Reunião Ordinária do CICTE, em San Salvador. Nessa ocasião, reafirmou-se o compromisso político dos Estados membros com a luta contra o terrorismo no quadro

das Cartas das Nações Unidas e da OEA, o respeito aos direitos humanos e os compromissos assumidos nas convenções internacionais no sentido de lutar contra o terrorismo. Também se acentuou a necessidade de fortalecer ainda mais a confiança mútua entre os Estados e de promover contatos entre os escritórios nacionais especializados na luta contra o terrorismo. Neste sentido, propôs-se uma coordenação mais estreita, ou aliança estratégica, entre a CICAD, o CICTE e a Comissão Consultiva da CIFTA. É particularmente relevante a aprovação da Declaração de San Salvador, que põe em relevo:

- o perigo que o terrorismo representa para a paz e a segurança internacionais, para a liberdade, a democracia e o desenvolvimento econômico e social dos Estados;
- o nexos existente entre o terrorismo, o tráfico de drogas, o tráfico ilícito de armas e outras formas de crime internacional organizado;
- o compromisso de todos os Estados membros no sentido de seguir fortalecendo sua cooperação no âmbito do CICTE e de fortalecer e apoiar o CICTE e sua Secretaria; e
- a veemente condenação do terrorismo, que atenta contra a democracia, impede o gozo dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, desestabiliza e solapa as bases de toda a sociedade e afeta gravemente o desenvolvimento econômico e social dos Estados da região.

O Plano de Trabalho do CICTE aprovado em El Salvador prevê o desenvolvimento de programas em duas áreas gerais: intercâmbio de informações e treinamento. Além disso, identifica dois aspectos críticos: fortalecimento das salvaguardas contra a captação de recursos e transferência de dinheiro dos terroristas; e melhoria do controle das pessoas e do material que cruzam as fronteiras nacionais. A Secretaria já iniciou programas em todas as áreas mencionadas.

Entre as tarefas do CICTE figuram assistência aos Estados membros para aproveitar esse instrumento ao máximo mediante leis e regulamentos eficazes, e treinamento técnico. Entre as iniciativas de treinamento que a Secretaria do CICTE está formulando, cabe destacar: Tipologias e Métodos Terroristas, um curso básico desenvolvido juntamente com a *Gendarmería Argentina* (polícia) e a Junta Interamericana de Defesa, que será oferecido e ministrado pela Internet; um exercício de aplicação de políticas que envolve um incidente terrorista com material radiológico no Caribe, formulado em conjunto com a Organização Pan-Americana da Saúde; um *workshop* sobre temas-chaves na implementação da Convenção Interamericana contra o Terrorismo; a investigação do financiamento do terrorismo para as unidades de investigação financeira, em cooperação com a CICAD; práticas ótimas no combate ao financiamento do terrorismo, com ênfase em práticas desenvolvidas em países com sistema de direito civil; e, finalmente, uma Introdução à Segurança Cibernética, em cooperação com o Departamento de Estado dos Estados Unidos.

O portal do CICTE é hoje um dinâmico ponto focal de intercâmbio de informações sobre antiterrorismo no âmbito hemisférico. O portal tem, por mês, uma média de 16.000 visitas e mais de 500 entregas de informações. Da mesma forma, o banco de dados sobre antiterrorismo é uma fonte cada vez mais abundante de informação técnica, legislação vigente e informações sobre contatos, com 90 usuários registrados, e a meta é atingir 400 para o final do ano. *Informe* é um boletim informativo mensal eletrônico, que oferece informações a respeito da luta contra o terrorismo no Hemisfério; foi lançado em novembro de 2002 e já tem mais de 300 assinantes.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE REDUÇÃO DE DESASTRES NATURAIS

A Comissão Interamericana de Redução de Desastres Naturais (CIRDN) foi estabelecida pela Assembléia Geral mediante a resolução AG/RES. 1682 (XXIX-O/99) para tratar dos assuntos relacionados com os desastres naturais e servir de foro principal da OEA para a análise do tema, em coordenação com as organizações nacionais competentes. Presidida pelo Secretário-Geral da OEA, a Comissão é integrada pelo Presidente do Conselho Permanente, o Secretário-Geral Adjunto, o Presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Diretor-Geral da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), o Secretário-Geral do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, o Diretor-Geral do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e o Secretário Executivo do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI)/Diretor-Geral da Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento (AICD).

A CIRDN está trabalhando na elaboração de um plano estratégico para a redução da vulnerabilidade, a gestão em situações de risco e a reação em casos de desastre. Desde agosto de 2002, um grupo técnico composto por peritos da Comissão reúne-se com o objetivo de preparar um plano que, segundo se espera, poderia estar pronto e ser apresentado à consideração do Conselho Permanente antes do próximo período ordinário de sessões da Assembléia Geral. Da mesma forma, a Comissão preparou recomendações a ser apresentadas à Conferência Especial sobre Segurança Hemisférica que estava programada para realizar-se no México em maio de 2003.

Fundo Interamericano de Assistência para Situações de Emergência (FONDEM)

No período coberto por este Relatório, a Secretaria-Geral da OEA efetuou contribuições financeiras simbólicas como reação a situações de desastre nos seguintes Estados membros:

Bolívia (março)	\$20.000
Uruguai (março)	\$10.000
Equador (maio)	\$10.000
Costa Rica (maio)	\$20.000
Haiti (maio)	\$20.000
Jamaica (junho)	\$15.000
Peru (julho)	\$20.000
Venezuela (agosto)	\$20.000

CENTRO DE ESTUDOS DA JUSTIÇA DAS AMÉRICAS

O Centro de Estudos da Justiça das Américas foi estabelecido pela Assembléia Geral da OEA mediante a resolução AG/RES. 1 (XXVI-E/99) como entidade intergovernamental, dotada de autonomia técnica e operacional, em cumprimento aos mandatos constantes do Plano de Ação da Segunda Cúpula das Américas e às recomendações adotadas nas Reuniões de Ministros da Justiça ou de Ministros ou Procuradores-Gerais das Américas. Seus objetivos são facilitar o aperfeiçoamento dos recursos humanos, o intercâmbio de informação e de outras formas de cooperação técnica, e apoiar os processos de reforma e modernização dos sistemas de justiça da região.

Desenvolvimento institucional

No ano de 2002, o Centro de Estudos da Justiça das Américas (CEJA) concretizou sua instalação formal no Chile, mediante ratificação de seu Acordo de Sede pelo Congresso Nacional do Chile. Em 8 de setembro, o Acordo entrou em pleno vigor.

Em 17 e 18 de outubro, realizou-se na vistosa sede do CEJA em Santiago a Sétima Reunião do Conselho Diretor. Estiveram presentes os conselheiros Douglass Cassel (Presidente), Federico Callizo (Vice-Presidente), Soledad Alvear, Karl Hudson Phillips, Mónica Nagel e o conselheiro eleito George Thompson. Aprovaram-se o relatório de atividades apresentado pelo Diretor Executivo e a programação de atividades para o próximo ano.

Por ocasião da Quarta Reunião de Ministros da Justiça ou Ministros ou Procuradores Gerais das Américas (REMJA-IV), que teve lugar de 10 a 13 de março em Trinidad e Tobago, tanto o Presidente do Conselho Diretor como o Diretor Executivo pronunciaram-se na sessão plenária, para apresentar o Relatório das Atividades levadas a cabo no ano de 2001 e o Plano de Trabalho para 2002. Ambos os documentos foram formalmente provados e receberam comentários positivos por parte das delegações presentes. No Relatório Final da Reunião, Capítulo IV (Conclusões e Recomendações), III (Aperfeiçoamento da Administração da Justiça), a REMJA IV aprovou uma recomendação no sentido de que se criasse um registro de Meios Alternativos de Resolução de Conflitos (MARCS), cujas informações seriam centralizadas pelo CEJA. O Registro já pode ser consultado no portal da CEJA, www.cejamericas.org.

Finalmente, no Trigésimo Segundo Período Ordinário de Sessões da OEA, realizado de 2 a 4 de junho em Bridgetown, Barbados, aprovou-se o Relatório de Atividades do CEJA. Nessa ocasião foi eleito um novo membro do Conselho Diretor do CEJA, o Senhor George Thompson, do Canadá, substituindo o Conselheiro José Ovalle, do México, e reeleito o Senhor Karl Hudson Phillips, de Trinidad e Tobago.

Divulgação e contatos

O CEJA manteve sua política de assinar convênios individuais com cada uma das instituições representativas da Justiça na região. Assinaram-se 18 novos convênios em 2002, duplicando o total. O quadro dos convênios assinados pelo CEJA esse ano pode ser consultado no seu portal.

Da mesma forma, o CEJA recebeu em 2002 uma solicitação formal de associação por parte do Instituto Mexicano para a Justiça (IMEJ), uma organização não-governamental. Esta solicitação foi aprovada pelo Conselho Diretor em sua VII Reunião.

Atividades e resultados

Expõem-se a seguir os projetos com seus respectivos resultados e impactos, agrupados em função de três objetivos: i) gerar e divulgar instrumentos que melhorem a informação sobre justiça nas Américas; ii) alavancar a cooperação e o intercâmbio de experiências entre os atores chaves do setor da Justiça em nível regional; e iii) estudar em profundidade os sistemas de Justiça e alavancar colocações inovadoras na discussão de reformas judiciais.

Gerar e divulgar instrumentos que melhorem a informação sobre justiça nas Américas

Uma parte fundamental da missão do CEJA é o aperfeiçoamento das informações judiciais, tanto no tocante à qualidade como no que tange à acessibilidade. Para alcançar este objetivo, criou-se o Centro de Informação Virtual (CIV), acessível no portal. O CIV conta com diversos instrumentos específicos que coligem e processam de várias formas as informações produzidas pelas instituições membros da área da Justiça da região — públicas e privadas, nacionais e regionais — e aquelas resultantes dos estudos efetuados pelo CEJA. Levando em conta que o acesso à Internet na região ainda é limitado, o CIV conta com produtos de divulgação impressa, complementares aos produtos eletrônicos.

Em janeiro instalou-se o novo portal do CEJA, que inclui: informações institucionais gerais, agenda de atividades, projetos de treinamento e de estudos implementados pelo CEJA, a revista *Sistemas Judiciales*, uma biblioteca virtual e links.

Em novembro, incorporou-se ao portal o primeiro módulo temático com o Centro de Registro de Métodos Alternativos de Solução de Conflito (MARCAs). Na página do portal sobre os MARCs, acha-se em operação um banco de dados para os documentos e a legislação que a integram. A página é publicada em espanhol e inglês.

Em fins de 2002, o CEJA computou no CIV 3.000 documentos, relatórios, leis básicas e links sobre o funcionamento dos sistemas de Justiça nos 34 países membros. Iniciaram-se mais de 110.000 sessões de consultas efetivas ao portal, cuja média atual são 238 acessos diários.

- Relatório Anual sobre Sistemas da Justiça nas Américas

Em 2002, o CEJA iniciou a produção do Relatório Anual da Justiça nas Américas. Uma equipe multidisciplinar com profissionais de vários países do Continente empreendeu a compilação das informações acerca do setor da Justiça nos 34 países membros ativos do CEJA. Para tanto, elaborou-se um plano com indicações básicas sobre os seguintes elementos: descrição do sistema judiciário e

sua estrutura; estatísticas gerais do trabalho e produtividade das instituições do setor; projetos de reforma judiciária e mudanças legais experimentadas no período; novidades relevantes do setor e índices de percepção pública; resultados de estudos efetuados sobre o setor no período; referências e sinopses de *links* com instituições chaves na região e em cada um dos países.

Em princípios de 2003, este informativo será apresentado no portal do CEJA e em publicação impressa bilíngüe.

- Boletim Nexos

Em 2002, publicaram-se, em espanhol e inglês, 12 edições do boletim mensal Nexos, que já tem 2.650 assinantes e mais 10.000 leitores que os recebem por distribuição indireta. Em dezembro, publicou-se a primeira versão de Nexos em português e francês. Incorporaram-se ao boletim informativos especiais, a fim de aprofundar as informações acerca de alguns temas de particular interesse na região.

- Revista *Sistemas Judiciales*

Desde 2001 o CEJA publica semestralmente a revista *Sistemas Judiciales*, que apresenta artigos e dossiês sobre estudos e atualidade da reforma da justiça nas Américas. Em 6 de março, realizou-se em Washington, na sede da OEA, a primeira reunião do Conselho Editorial da revista, composto por eminentes peritos regionais na temática judiciária. Os membros do Conselho podem ser consultados no endereço <http://www.cejamericas.org/>. Até o momento, publicaram-se quatro números da revista.

- Homologação de estatísticas e indicadores judiciais

O CEJA dedicou-se ao desenvolvimento de um projeto de pesquisa sobre estatísticas judiciais, cujo objetivo é produzir um sistema integral de coleta e processamento de dados para gerar um relatório especial sobre estatísticas e indicadores judiciais nas Américas. Em 2002, realizaram-se várias atividades para alcançar este objetivo, como, por exemplo, uma reunião de validação, realizada em 22 de março em Buenos Aires, a que compareceram 25 peritos, representantes de sete países e de várias instituições, como o BID, o Banco Mundial, a OEA, ministérios públicos, poderes judiciários e organizações da sociedade civil, com que o CEJA assinou convênios de colaboração. Além disso, coletaram-se informações usando a matriz desenvolvida pelos peritos Santos Pastor e Liliana Maspons, coordenadores do projeto na Argentina e na República Dominicana.

Em dezembro, publicou-se uma versão preliminar do Manual *Cifrar y Decifrar* no portal. Essa versão foi apresentada em vários eventos: na reunião anual da Associação Ibero-Americana de Ministérios Públicos (AIMP), realizada em novembro em Cartagena das Índias, Colômbia; na reunião anual da Cúpula Ibero-Americana de Cortes Supremas e Tribunais Superiores, que teve lugar em novembro em Cancún, México; e no seminário sobre Estatísticas Judiciais, em dezembro, no México.

Da mesma forma, o CEJA está sendo solicitado a cooperar em vários projetos sobre informação e indicadores judiciais na Venezuela, com o Instituto da AIMP e as Cúpulas Ibero-Americanas e do Istmo Centro-Americano de Cortes Supremas e Tribunais Superiores — neste último caso para colaborar na realização de um observatório judicial. Solicitação semelhante foi feita pela Jurisdição do Caribe Oriental, que está iniciando um sistema de coleta de estatísticas judiciais para a região.

Alavancar a cooperação e o intercâmbio de experiências entre os atores chaves do setor da justiça em nível regional

O CEJA luta para tornar-se um veículo que propicie a criação de uma comunidade regional interessada ou envolvida nas políticas públicas judiciais, com sólidos nexos entre si e capacidade real para imprimir sua marca no desenvolvimento do setor. Para tanto, realizou no decorrer do seguintes:

- Incorporou-se formalmente como sócio fundador e com plenos poderes à Rede Ibero-Americana de Escolas Judiciais. Além disso, colaborou com a Sétima Cúpula Ibero-Americana de Presidentes de Cortes Supremas de Justiça, com a elaboração do documento básico sobre o tema da assistência jurídica, que foi apresentado nessa reunião em novembro de 2002.
- O CEJA é uma das instituições que colaboram na organização do congresso constitutivo da Associação Interamericana de Defensorias Públicas. Na reunião regional das defensorias, realizada este ano na Costa Rica em outubro, o CEJA facilitou a participação de funcionários dos sistemas de defesa legal do Caribe Oriental e Dominica. De forma semelhante, organizou reuniões de trabalho com os representantes supremos das defensorias públicas presentes, aproximando posições, trocando experiências e, sobretudo, reforçando os laços entre estas instituições e o próprio Centro.
- Participou também da reunião anual da Associação Ibero-Americana de Ministérios Públicos, realizada em novembro em Cartagena das Índias, Colômbia. A presidência da Associação (Colômbia) e do Instituto da Associação (Argentina) manifestaram interesse em trabalhar com o CEJA em matéria de estatística e treinamento, tema que se está avaliando para atacar em 2003.
- O CEJA lançou a Rede de Organizações da Sociedade Civil da Justiça das Américas, a partir de uma experiência já acionada anteriormente pelo Banco Mundial. A rede conta com o patrocínio do Banco Mundial, do BID e da USAID, e reúne organizações de 22 países da região, que podem ser acessadas no portal.
- A fim de formalizar a criação da Rede, chegar ao conhecimento mútuo de seus integrantes e iniciar concretamente suas atividades, o CEJA convocou o Primeiro Encontro Anual da Rede de Organizações da Sociedade Civil de Justiça das Américas, juntamente com a Fundação Esquel, do Equador, para realizar-se em 25 e 26 de março em Quito, Equador. De 14 a 17 de maio, em Ribeirão Preto, estado de São Paulo, Brasil, realizou-se igualmente uma reunião parcial da Rede durante o Primeiro Foro Latino-Americano de Política Criminal: As Várias Faces do Crime, organizado pelo Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM) e patrocinado pelo CEJA.
- Vale observar que o CEJA organizou oito eventos e cursos, patrocinou seis, apoiou 12 e participou dos mais importantes realizados na região

Estudar em profundidade os sistemas judiciários e alavancar colocações inovadoras na discussão das reformas judiciárias

- Estudo de seguimento das reformas processuais penais

Em 2001, o CEJA iniciou um conjunto de estudos e outras atividades destinados a aprofundar a compreensão sobre o funcionamento dos sistemas de justiça penal na região, a fim de deixar claros os seus pontos fortes e fracos e dar a conhecer os resultados obtidos. Por meio desses estudos, buscou-se complementar a aproximação teórica e conceitual em relação aos temas da justiça, com uma visão de tipo empírico, para estimular os grupos que impulsionam as reformas a adotarem uma atitude crítica em relação aos processos de implementação e revitalizar os objetivos originais das reformas. Para tanto, os estudos desenvolveram com referência aos temas da justiça, uma aproximação baseada em problemas concretos e em antecedentes empíricos, com uma metodologia de desenho participativo. Esta metodologia abrange componentes quantitativos e qualitativos, como a observação da tramitação de pleitos e entrevistas sobre o funcionamento geral do sistema.

Em 2002, concluíram-se os estudos da primeira etapa, correspondente à Costa Rica, Córdoba, na Argentina, Chile e Paraguai. Em todos esses países se elaboraram relatórios nacionais, a partir dos quais se preparou um relatório comparativo das principais constatações efetuadas, o qual foi publicado no N° 3 da revista *Sistemas Judiciales*.

Paralelamente, iniciou-se a segunda fase do projeto, que constou de estudos semelhantes em nove países (El Salvador, Equador, Guatemala e Venezuela) e de um segundo estudo no Chile. Os custos desses estudos, em certos casos, são cobertos pelas instituições locais responsáveis, sem prejuízo da supervisão do CEJA. No Equador, trabalhou a Fundação Esquel e, na Venezuela, a Consultora INVERTEC. Em outros países, são financiados pelo CEJA. Na Guatemala estão a cargo do Instituto de Estudos Comparados em Ciência Penal (ICCPG), e em El Salvador da Fundação de Estudos para a Aplicação do Direito (FESPAD).

Em dezembro, receberam-se os respectivos relatórios locais desta segunda etapa do estudo de todos os países, salvo a Venezuela, devido a dificuldades internas que esse país vem sofrendo. Realizaram-se igualmente os seminários de validação correspondentes a El Salvador e Equador e começou-se a redigir o relatório comparativo e a organizar o seminário internacional para o apresentar.

Finalmente, como o CEJA se envolveu profundamente com o processo de reformas do sistema de justiça criminal no México, este país decidiu iniciar mudanças com uma orientação muito semelhante às já efetuadas na grande maioria dos países da América Latina.

- Estudo sobre o papel da sociedade civil nas reformas judiciais

O CEJA interveio no projeto regional destinado a dar relevo ao papel das organizações da sociedade civil nas reformas judiciais na Argentina, Colômbia, Chile e Peru. Foi responsável pelo relatório no Chile, tendo entrevistado cerca de 50 organizações da sociedade civil comprometidas com o sistema judicial. Como fruto desse trabalho, elaborou-se um longo relatório que foi objeto de debate e validação num seminário. O CEJA publicou um livro com os resultados da pesquisa e o relatório de comparação. Esse livro, juntamente com uma separata em inglês e espanhol, será divulgado nos países da região.

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO

O Tribunal Administrativo da Organização dos Estados Americanos foi criado em 22 de abril de 1971, mediante a resolução AG/RES. 35 (I-O/71), aprovada na nona sessão plenária da Assembléia Geral. Tem como função resolver as controvérsias que possam surgir com membros do quadro de pessoal por motivo de decisões administrativas, inclusive as relacionadas com o Plano de Aposentadoria e Pensões da Secretaria-Geral. Compõe-se de seis membros de diferentes nacionalidades, eleitos a título pessoal pela Assembléia Geral por um período de seis anos. Em cada período de sessões do Tribunal, três de seus membros integram o painel de juízes. O Secretário do Tribunal Administrativo é responsável pela Secretaria do Tribunal, que é uma dependência adjunta à Subsecretaria de Assuntos Jurídicos da Secretaria-Geral. O Secretário proporciona assessoramento jurídico aos membros do Tribunal, dirige o processo regulamentar a ser seguido pelos recursos formulados ao Tribunal e está a cargo dos assuntos administrativos relacionados com o Tribunal e sua Secretaria. O Secretário do Tribunal também atua como Oficial Jurídico, sob a direção geral do Subsecretário de Assuntos Jurídicos.

Mandatos e recomendações da Assembléia Geral

Reunida na cidade de Bridgetown, Barbados, em seu Trigésimo Segundo Período Ordinário de Sessões, a Assembléia Geral reelegeu o Doutor Nicholas J.O. Liverpool, da Dominica, para o cargo de juiz do Tribunal Administrativo. Este mandato começa em 1º de janeiro de 2003 e termina em 31 de dezembro de 2008.

O mandato conferido à Doutora Rosa Montalvo Cabrera, do Peru, como juíza do Tribunal Administrativo, termina em 31 de dezembro de 2003. Caberá à Assembléia Geral, em seu Trigésimo Terceiro Período Ordinário de Sessões, eleger — entre os candidatos apresentados — o novo juiz para o período de 1º de janeiro de 2004 a 31 de dezembro de 2009.

Atividades realizadas

A Secretaria do Tribunal preparou todos os documentos produzidos pelo Tribunal e continuou preparando e publicando informações relativas ao Tribunal no portal da OEA na Internet. Nesse portal encontram-se à disposição do público as informações básicas necessárias a qualquer interessado em conhecer o funcionamento do Tribunal, tanto em seu aspecto administrativo como jurisdicional. A partir desse portal se podem acessar o Estatuto e o Regulamento do Tribunal, todas as sentenças preferidas até a data deste relatório, em espanhol e inglês, a Carta da OEA, as Normas Gerais para o Funcionamento da Secretaria-Geral, o Regulamento do Pessoal, outras normas básicas da Organização e as informações gerais sobre o Tribunal e seus membros. Também a partir desse portal as pessoas que o desejem podem comunicar-se com o Tribunal por correio eletrônico.

A Secretaria do Tribunal manteve contato institucional e intercâmbio de informações e assistência com as Secretarias dos Tribunais Administrativos de outras organizações internacionais, bem como com outros organismos, entidades e pessoas ligadas às atividades do Tribunal e de sua Secretaria.

No desempenho de suas funções como Oficial Jurídico sob a direção geral do Subsecretário de Assuntos Jurídicos, o Secretário do Tribunal atuou como ligação entre a Secretaria-Geral e o Centro de Estudos da Justiça das Américas, prestando assessoramento jurídico e técnico, atendendo a todas as consultas formuladas pelo Centro.

Da mesma forma, o Secretário atuou como assessor jurídico no último período de sessões da Assembléia Geral e no âmbito das Comissões Geral e de Assuntos Jurídicos e Políticos do Conselho Permanente.

Quinquagésimo Período Ordinário de Sessões

A Secretaria do Tribunal proporcionou ao Tribunal os serviços técnicos e de secretaria necessários à realização de seu Quinquagésimo Período Ordinário de Sessões, em outubro de 2002. Entre outros, prestou serviços ligados a todos os aspectos processuais relacionados com a tramitação dos recursos apresentados perante o Tribunal; à busca, classificação, preparação e remessa de informações relacionadas com os casos de que o Tribunal tomou conhecimento; às comunicações entre o Presidente, os outros membros do Tribunal e outras partes interessadas; à organização de viagens e estada dos membros do Tribunal; e ao apoio às atividades oficiais do Presidente.

No Quinquagésimo Período Ordinário de Sessões, integraram o painel do Tribunal seu Presidente, Doutor Nicholas J.O. Liverpool (Dominica) e os juízes Morton Sklar (Estados Unidos) e Agustín Gordillo (Argentina). O Tribunal se pronunciou sobre os recursos N° 276, Jaume Sosa vs. o Secretário-Geral; 277, Wyllie vs. o Secretário-Geral; 278, Meyer vs. o Secretário-Geral; e 279, Berly vs. o Secretário-Geral, mediante as sentenças N° 142 A 146. O Tribunal realizou três audiências públicas, conforme previsto em seu Regulamento. No decorrer dessas audiências, receberam-se as declarações das partes, de testemunhas e de peritos, e se ouviram argumentos orais. A Secretaria enviou a cada uma das partes e aos membros do Tribunal cópias das decisões tomadas durante este período de sessão.

Nesta reunião, a Secretaria apresentou ao Tribunal relatórios sobre vários aspectos regulamentares, orçamentários e administrativos referentes ao funcionamento do Tribunal e da Secretaria.

FUNDAÇÃO PAN-AMERICANA DE DESENVOLVIMENTO

Estabelecida em 1962, a Fundação Pan-Americana de Desenvolvimento (FUPAD) é uma entidade privada não-governamental e sem finalidade de lucro, cujas atividades se desenvolvem exclusivamente na América Latina e no Caribe, em coordenação com a OEA, mediante um Acordo de Cooperação formalizado em 1982, abrangendo os campos do desenvolvimento cultural, científico, educacional, econômico e social e a assistência em casos de desastre. O Secretário-Geral preside a Junta Diretora da Fundação. Seu Diretor Executivo é John Sanbrailo.

O ano de 2002 assinala os 40 anos de vida da Fundação Pan-Americana de Desenvolvimento (FUPAD) prestando assistência à Secretaria-Geral em seu esforço para atender a países que sofrem desastres naturais, enviando equipamento médico a instituições do setor de saúde e ferramentas a centros de instrução técnicas, criando empregos e receita por meio de programas pioneiros para microempresas e pequenas empresas urbanas e rurais, canalizando remessas de imigrantes nos EUA para o desenvolvimento comunitário de seus países e promovendo no Hemisfério o investimento social corporativo e a democracia.

No período compreendido por este relatório, os programas de serviços de saúde e ferramentas de instrução enviaram doações num montante superior a US\$1.700.000 para o Peru, Haiti, Jamaica, Uruguai, Argentina, Paraguai, Colômbia, Venezuela e República Dominicana. O equipamento médico doado permitiu estabelecer ou reforçar serviços de saúde em comunidades marginalizadas e clínicas populares. Diante da crise financeira que afeta o Uruguai, a FUPAD e a Chevron-Texaco uniram esforços para canalizar uma vultosa doação a hospitais do Ministério da Saúde desse país. Por seu lado, o programa de ferramentas vem sendo desenvolvido com representantes de firmas interessadas em expandir suas doações a novas instituições de instrução técnica e promover o treinamento produtivo da juventude para facilitar o seu acesso a empregos.

Na Colômbia, com recursos da USAID, a FUPAD vem desenvolvendo um programa destinado a gerar empregos e receita para famílias deslocadas pela violência. Até a data deste relatório criaram-se 30.825 empregos sustentáveis, que beneficiaram uma população superior a 150.000 pessoas em 16 departamentos e 110 municípios do país. Merece destaque o grau de colaboração alcançado com o Governo da Colômbia, por intermédio da Rede de Solidariedade Social, e a participação do setor privado internacional (Chevron-Texaco, Occidental Petroleum, Citibank, Bank Boston, British Petroleum) e nacional (Indufrial, Grupo Bavaria, Carulla-Vivero, Olímpica e as Fundações Mario Santo Domingo e Colombia Presente) nas atividades do programa. Da mesma forma, a FUPAD está contribuindo para eliminar cultivos ilícitos, por meio de um novo projeto de desenvolvimento alternativo no Noroeste de Antioquia e Sul de Bolívar.

A FUPAD começou um projeto inovador destinado a “Elevar a Capacidade de Imigrantes Latino-Americanos e Caribenhos nos Estados Unidos para Servir como Atores no Desenvolvimento de seus Países”, mediante um Programa de Remessas Comunitárias. A Fundação trabalha com grupos de imigrantes do Haiti, El Salvador e México interessados em usar uma parte de suas remessas a fim de contribuir para a execução de projetos de desenvolvimento econômico-social em suas comunidades de origem. Complementarmente, cabe mencionar o acordo entre o Unibank do Haiti, a comunidade dos

haitianos emigrados no mercado piloto de Nova York e a FUPAD, mediante o qual o banco destina um dólar de cada remessa efetuada para financiar um projeto de desenvolvimento comunitário no Haiti.

Também no Haiti, com financiamento da USAID, a FUPAD prosseguiu a execução de seu Programa de Agricultura de Encosta, que promove a produção sustentável e eleva as receitas rurais mediante transferências de tecnologias e o desenvolvimento de canais de comercialização. O programa permite a agricultores da comunidade criarem suas próprias empresas, elevar a produtividade e ganhar acesso a mercados locais e de exportação. No fim de 2002, a FUPAD iniciou o seu novo programa CREER. Concebido para reabilitar infra-estrutura rural e sistemas de irrigação, conta com financiamento do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, mediante a monetização de grãos básicos. Por outro lado, prosseguem as atividades do programa de Reconstrução após o Furacão Georges, para treinar comunidades rurais, a fim de reduzir a vulnerabilidade e o impacto de desastres naturais.

Em Honduras, o êxito alcançado pelo projeto de Alerta Precoce contra Inundações no Rio Aguan, implementado com a participação da Unidade de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente da Secretaria-Geral no período anterior, permitiu obter financiamento suplementar para socializar os resultados obtidos e estendê-los a outras 40 municipalidades do norte do país que são freqüentemente afetadas pelos efeitos das chuvas. Este programa já iniciou suas atividades nas localidades de La Lima e El Progreso.

O programa da FUPAD em Cuba visa fortalecer a capacidade institucional das organizações não-governamentais, bibliotecas e sociedade civil do país fornecendo informações técnicas, materiais, publicações e visitas especializadas.

Em matéria de investimento social corporativo, a Caterpillar e a FUPAD uniram esforços para enviar ao Peru uma substancial doação de equipamento, que servirá para treinar engenheiros especializados em trabalhos de mineração. No Brasil, enquanto isso, o financiamento do Grupo Altria permitiu continuar programas de alfabetização, terceira idade e AIDS. Logrou igualmente manter 150 refeitórios para proporcionar alimentação a 35.000 crianças e mulheres chefes de família na Argentina e completar trabalhos de planejamento estratégico participativo e geração de empregos em quatro províncias do país.

Para o ano de 2003, a Fundação está sondando possibilidades de começar novos projetos na Bolívia e no Peru. Além disso, estenderá suas atividades em Honduras e El Salvador em particular, e na América Central de um modo geral. Prosseguirá também com o programa de remessas para o desenvolvimento econômico com as associações de imigrantes haitianos, salvadorenhos e mexicanos, e instituições de contraparte nos respectivos países.

JUNTA DE AUDITORES EXTERNOS

Em conformidade com a resolução AG/RES. 123 da Assembléia Geral, adotada em 14 de abril de 1973, e a resolução CP/RES. 124 do Conselho Permanente, de 10 de junho de 1975, a Junta de Auditores Externos é responsável pela auditoria externa das contas da Secretaria-Geral. A Junta iniciou suas funções em março de 1976 e adotou regulamentos e procedimentos detalhados para o exercício de seus deveres e responsabilidades no contexto das disposições da Assembléia Geral e do Conselho Permanente que regem a matéria. A Junta compõe-se de três membros, eleitos pela Assembléia Geral.

A Junta de Auditores Externos realizou sua reunião anual de 1º a 5 de abril de 2002, com o objetivo de preparar seu relatório sobre a auditoria externa das contas e os demonstrativos financeiros da OEA, em conformidade com o artigo 129 das Normas Gerais.

Em 5 de abril de 2002, a Junta apresentou suas observações no documento Relatório ao Conselho Permanente da OEA: Auditoria de Contas e demonstrativos Financeiros, dezembro de 2001 e 2000 (OEA/Ser.S JAE/doc.32/02). O relatório consta de quatro seções: a) Comentários e recomendações para aperfeiçoar os procedimentos operacionais e controles internos contábeis; b) Demonstrativos financeiros da Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos; c) Demonstrativos Financeiros da Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento e da Fundação para as Américas; d) Demonstrativos Financeiros de outras agências e entidades relacionadas com a Organização dos Estados Americanos.

Conforme o parecer de Arthur Anderson, LLP, uma empresa independente de auditoria, os demonstrativos financeiros das entidades auditadas estão de acordo com os livros, registros, documentos e comprovantes da Secretaria-Geral.

Especificamente, a Junta atestou que os auditores independentes emitiram pareceres sem ressalvas (“limpos”), que constituem o melhor resultado possível de uma auditoria, com relação aos seguintes demonstrativos financeiros de 2001: Fundo Ordinário da OEA e fundos específicos; Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento; Fundação para as Américas; Fundo Pan-Americano Leo S. Rowe; Fundo Comemorativo de Beneficência Rowe; Unidade para a Promoção da Democracia; Fundo de Aposentadoria e Pensões; Fundo da Junta Interamericana de Defesa; Fundo Fiduciário de Benefícios Médicos; e Projeto de Planejamento para Adaptação à Mudança Climática Global.

Ademais, constam do relatório da Junta várias recomendações para aperfeiçoar os procedimentos operacionais e de controles internos da OEA, tanto na sede quanto nos Escritórios da Secretaria-Geral nos Estados membros.

JUNTA INTERAMERICANA DE DEFESA

Estabelecida em 1942 para estudar e recomendar medidas para a defesa do Hemisfério, a Junta Interamericana de Defesa (JID) é a organização militar multilateral mais antiga do mundo. Além de promover a paz e a segurança do Hemisfério, a Junta serve também como organização de fomento da confiança mediante vínculos de cooperação militar e de fortalecimento das relações entre civis e militares. A Junta promove interesses cooperativos de segurança no Hemisfério Ocidental e atua em áreas como a remoção de minas com fins humanitários e as medidas de fortalecimento da confiança, apoiando diretamente as metas da OEA e dos Ministros da Defesa. Supervisa um programa acadêmico de nível superior sobre estudos de segurança e defesa no Colégio Interamericano de Defesa.

Para a Junta Interamericana de Defesa (JID) e o Colégio Interamericano de Defesa (CID), o ano de 2002 trouxe novos desafios e transformações. A JID intensificou os seus esforços para maximizar a participação dos Estados membros em suas atividades. Assim, promoveu a participação de civis nas delegações ativas da JID que não contam com representantes militares em Washington. Esta política levou à incorporação de Antígua e Barbuda, Trinidad e Tobago, Costa Rica e, por último, em janeiro passado, à incorporação do Canadá como membro ativo, para participar das assembléias periódicas do Conselho de Delegados e das comissões de trabalho.

Reforçou-se igualmente a participação da JID em atividades como o Programa Humanitário de Remoção de Minas, assistência em caso de desastres naturais e medidas de fortalecimento da confiança e da segurança. Promoveram-se ainda temas de interesse relacionados com a cooperação em matéria de segurança hemisférica. O pessoal do Estado-Maior que presta assessoramento técnico aos trabalhos de remoção de minas na América Central esteve presente na cerimônia de encerramento e certificação dos trabalhos de remoção de minas na Costa Rica. Assim ficaram formalmente concluídas, em dezembro de 2002, as operações de remoção humanitária de minas nesse país, que foi o primeiro dos quatro da região declarados oficialmente livres de minas, com assistência do Programa Humanitário de Remoção de Minas da OEA/JID. Na Guatemala, em Honduras e na Nicarágua, as operações continuam. Em apoio às operações de remoção humanitária de minas da OEA em Honduras, a JID iniciou e coordenou o emprego do equipamento mecanizado de remoção de minas do Governo dos Estados Unidos, a fim de prestar assistência a esse país na execução do projeto. A JID coordenou e supervisionou o treinamento sobre remoção humanitária de minas para os sapadores e supervisores do Equador e Peru. Proporcionou também monitoramento internacional ao Peru quando este país iniciou seu programa nacional de remoção de minas. Vale frisar que a JID dirige, apóia e coordena 30 supervisores e monitores internacionais nas Américas Central e do Sul, respaldando as operações de remoção humanitária de minas da OEA em prol dos habitantes da região.

O Estado-Maior da Junta apresentou à Comissão de Segurança Hemisférica um estudo sobre o pré-planejamento da defesa nacional no contexto do transporte de resíduos nucleares pelo Mar do Caribe e o trabalho sobre medidas de fortalecimento da confiança e da segurança em outras regiões do mundo. Da mesma forma, apresentou perante a Assembléia do Conselho de Delegados da JID os seguinte documentos: estudos sobre a Segurança Humana; sobre as conseqüências, para os países do

Hemisfério, de um eventual ataque dos Estados Unidos contra o Iraque; e sobre a exposição da apreciação da situação estratégica. Da mesma forma, o Estado-Maior apresentou o estudo efetuado sobre medidas de fortalecimento da confiança e da segurança em outras regiões do mundo, na Reunião de Peritos em Medidas de Fortalecimento da Confiança e da Segurança, realizada em Miami, Flórida. A JID continuou apoiando os esforços do Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE), designando três oficiais para a organização de um curso de Educação à Distância via Internet sobre o Terrorismo Global, e para colaborar com o mesmo. Em princípios deste ano, o Presidente da JID apresentou as 10 recomendações do Grupo de Trabalho sobre a Modernização e Transformação da JID ao Presidente do Grupo de Trabalho da Comissão de Segurança Hemisférica da OEA.

Em setembro, o Colégio Interamericano de Defesa convocou sua primeira Junta de Educação. A Junta, composta por um grupo internacional de sete peritos de área acadêmica do Hemisfério, levou a cabo uma completa avaliação do Colégio, inclusive do programa acadêmico, das diretrizes e do pessoal de apoio, bem como dos requisitos para matrícula nos cursos. A Junta formulou recomendações no tocante a cada uma dessas áreas, proporcionando as bases para o desenvolvimento do primeiro Plano Estratégico do Colégio. Como parte de seu programa de Modernização, o CID realizou seminários que se concentraram na assistência para desastres e na solução de conflitos. A participação foi aberta aos 34 Estados membros da OEA, aumentando a participação de civis e oficiais de polícia. Como resultado, um total de 92 pessoas, representando 31 países membros da OEA, participaram do curso regular do Colégio nos quatro seminários do período mencionado. O programa de Educação à Distância foi disponibilizado sem custo para os especialistas em Segurança e Defesa de todo o mundo. Até o momento, 800 alunos completaram cursos e se assinaram 15 convênios de cooperação acadêmica com institutos e instituições acadêmicas de primeira linha, tanto civis quanto militares e policiais. Esses programas respaldam o esforço da OEA na área da Educação para a Paz.

Tanto a JID como o CID receberam visitas de ilustres grupos, instituições e personalidades. Dentre essas visitas, pode-se destacar a do Curso de Comando e Estado-Maior da Escola Superior de Guerra da Colômbia e a do Colégio de Altos Estudos Estratégicos de El Salvador. Contou-se igualmente com a visita de personalidades como a Senhora Jeannette Madriz Sotillo, Presidente do Parlamento Andino, e sua delegação; dos conselheiros jurídicos do Ministério da Defesa do Uruguai; do Senhor José Adán Guerra Pastora, Ministro da Defesa da Nicarágua; do General Álvaro Méndez Estrada, Ministro da Defesa da Guatemala; do Senhor Roy Chaderton Matos, Ministro dos Assuntos Exteriores da Venezuela; da Doutora Michelle Bachelet, Ministra da Defesa do Chile, que se graduou pelo CID; e, recentemente, a visita do Senhor Lucio Gutiérrez, Presidente da República do Equador, também graduado pelo referido instituto militar de altos estudos.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

A Corte Interamericana de Direitos Humanos é uma instituição judicial autônoma da OEA cujo objetivo é aplicar e interpretar a Convenção Americana sobre Direitos Humanos. A Corte exerce competência de caráter contencioso e consultivo. É composta por sete juízes eleitos pelos Estados Partes da Convenção em sessão da Assembléia Geral da Organização.

No período abrangido por este relatório, a Corte foi integrada, em ordem de precedência, pelos seguintes juízes: Antônio A. Cançado Trindade (Brasil), Presidente; Alirio Abreu Burelli (Venezuela), Vice-Presidente; Máximo Pacheco Gómez (Chile); Hernán Salgado Pesantes (Equador); Oliver Jackman (Barbados); Sergio García Ramírez (México); e Carlos Vicente de Roux Rengifo (Colômbia). O Secretário da Corte é Manuel E. Ventura Robles (Costa Rica) e o Secretário Adjunto Pablo Saavedra Alessandri (Chile).

Casos contenciosos, medidas provisórias e pareceres consultivos apresentados à consideração da Corte

Em 2002, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos apresentou os seguintes casos à consideração da Corte: *Maritza Urrutia* contra a Guatemala, *Gómez Paquiyauri* contra o Peru, *Centro de Reeducação de Menores e Ricardo Canese* contra o Paraguai, *Lori Berenson* contra o Peru, o caso do *Massacre de Plan de Sánchez* contra a Guatemala e o caso da *Comunidad Moiwana* contra o Suriname. Além disso, a Comissão apresentou solicitações de medidas provisórias nos casos do *Cárcere de Urso Branco* referente à República Federativa do Brasil, *Comunidad Mayagna (Sumo) Awas Tingni*, referente à Nicarágua, *Helen Mack e outros e Bámaca Velásquez*, referente à Guatemala, e *Liliana Ortega e outras, Luis Uzcátegui e Luisiana Ríos e outros* referente à Venezuela. Os Estados Unidos Mexicanos também submeteram à Corte uma nova solicitação de parecer consultivo (OC-18) requerendo à Corte a interpretação de vários tratados concernentes à proteção dos direitos humanos nos Estados americanos com relação à privação do gozo e exercício de certos direitos trabalhistas e sua compatibilidade com a obrigação dos Estados americanos de garantirem os princípios de igualdade perante a lei, não discriminação e proteção igualitária e efetiva por parte da lei, consagrados em instrumentos internacionais de proteção aos direitos humanos dos trabalhadores migrantes.

Períodos de sessões

No ano a que se refere este relatório, a Corte realizou quatro períodos ordinários de sessões, nos quais considerou os seguintes assuntos:

No Quinquagésimo Quarto Período Ordinário de Sessões, realizado de 18 de fevereiro a 1º de março de 2002, a Corte proferiu sentenças sobre compensações nos casos *Bámaca Velásquez* contra a Guatemala e *Trujillo Oroza* contra a Bolívia, e aprovou uma resolução sobre as medidas provisórias referentes ao caso *Gallardo Rodríguez* com relação aos Estados Unidos Mexicanos. A Corte também realizou uma audiência pública no caso *Hilaire, Constantine e Benjamín e outros* contra Trinidad e Tobago (Fundo e Eventuais Compensações).

No Quinquagésimo Quinto Período Ordinário de Sessões, realizado de 6 a 21 de junho de 2002, a Corte pronunciou sentenças nos seguintes casos: *Hilaire, Constantine e Benjamín e outros* contra Trinidad e Tobago (Fundo e Compensações), “*19 Comerciantes*” contra a Colômbia (Exceções Preliminares), *Durand e Ugarte* contra o Peru (Cumprimento de Sentença) e *Baena Ricardo e outros* contra o Panamá (Cumprimento de Sentença), além de aprovar resoluções sobre as medidas provisórias relativas aos casos: *Comunidad de Paz de San José de Apartadó* a respeito da Colômbia e *Cárcere de Urso Branco* com relação ao Brasil. A Corte, ademais, realizou audiências públicas nos casos “*19 Comerciantes*” (Exceções Preliminares) e *Las Palmeras* (Compensações) contra a Colômbia, *Cantos* (Fundo e Eventuais Compensações) contra a Argentina e no parecer consultivo OC-17/02, solicitado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

No Quinquagésimo Sexto Período Ordinário de Sessões, realizado de 26 de agosto a 7 de setembro de 2002, a Corte proferiu uma sentença sobre compensações no caso *El Caracazo* contra a Venezuela e expediu o parecer consultivo OC-17/02. Além disso, aprovaram-se resoluções sobre as medidas provisórias referentes aos casos: *Cárcere Urso Branco* sobre o Brasil, *Helen Mack e outros* referente à Guatemala, caso do *Jornal “La Nación”* relativo à Costa Rica, *James e outros* referente a Trinidad e Tobago e caso da *Comunidad Mayagna (Sumo) Awas Tingni*, relativo à Nicarágua. Da mesma forma, a Corte realizou uma audiência pública no caso dos *Cinco Pensionistas* contra o Peru (Fundo e Eventuais Compensações). Finalmente, a Corte manteve uma reunião com senadores da Comissão Permanente de Direitos Humanos do Senado do Canadá e também com os membros da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Em seu Quinquagésimo Sétimo Período Ordinário de Sessões, realizado de 18 a 30 de novembro de 2002, a Corte pronunciou sentenças nos casos: *Las Palmeras* contra a Colômbia (Compensações) e *Cantos* (Fundo e Compensações) contra a Argentina, e aprovou resoluções sobre as medidas provisórias relativas aos casos: *Liliana Ortega e outras*, *Luis Uzcátegui e Luisiana Ríos e outros*, referentes à Venezuela. Além disso, aprovaram-se resoluções sobre o cumprimento de sentença nos casos: *El Amparo, Garrido e Baigorria, Loayza Tamayo, Neira Alegría e outros*, “*La Última Tentación de Cristo*” (*Olmedo Bustos e outros*), *Benavides Cevallos, Caballero Delgado e Santana, Castillo Páez, Blake, Baena Ricardo e outros, Barrios Altos e Durand e Ugarte*. A Corte expediu igualmente uma resolução sobre o cumprimento das medidas provisórias no caso do *Jornal “La Nación”*, com referência à Costa Rica.

Nos quatro períodos de sessões mencionados, a Corte considerou vários trâmites em seus assuntos pendentes e analisou os diferentes relatórios apresentados pela Comissão e pelos Estados, em relação aos quais se adotaram medidas provisórias. A Corte analisou igualmente os vários relatórios apresentados pela Comissão, pelos Estados e pelas vítimas ou seus representantes nos casos que se encontram na etapa de cumprimento de sentença. Ademais, tratou de vários assuntos de caráter administrativo.

Outras atividades

No período coberto por este Relatório, a Corte teve a satisfação de receber a visita dos Excelentíssimos Senhores: o Presidente da República Oriental do Uruguai, Doutor Jorge Luis Batlle Ibáñez; o Presidente da República do Peru, Doutor Alejandro Toledo Manrique; o Presidente da República do Chile, Doutor Ricardo Lagos Escobar; o Presidente dos Estados Unidos Mexicanos, Doutor Vicente Fox Quesada; o Presidente da República da Costa Rica, Doutor Abel Pacheco de la Espriella; o Ministro das Relações Exteriores da República Bolivariana da Venezuela, Doutor Luis Alfonso Dávila García; o Ministro das Relações Exteriores da República Oriental do Uruguai, Doutor Didier Opertti Badán; a Ministra das Relações Exteriores da República do Chile, Doutora María Soledad Alvear Valenzuela; o Secretário de Relações Exteriores dos Estados Unidos Mexicanos, Doutor Jorge G. Castañeda; o Ministro das Relações Exteriores da República da Costa Rica, Doutor Roberto Tovar Faja; o Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, Doutor Osmar Chohfi; o Vice-Ministro da Justiça da República do Peru, Doutor Pedro Cateriano Bellido; o Presidente do Tribunal Constitucional da República do Equador, Doutor Marco Morales Tobar; e o Ministro do Superior Tribunal de Justiça do Brasil, Doutor Sálvio de Figueiredo Teixeira. Ademais, a Corte recebeu em sua sede as delegações da Federação Ibero-Americana de Ombudsman, do Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Cabe mencionar também que se realizou uma reunião com senadores da Comissão Permanente de Direitos Humanos do Senado do Canadá e também com membros da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

VI. OBSERVADORES PERMANENTES

OBSERVADORES PERMANENTES

A condição de Observador Permanente junto à Organização dos Estados Americanos foi estabelecida no Primeiro Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA, realizado em São José, Costa Rica, em 1971 [AG/RES. 50 (I-O/71)]. Os Observadores Permanentes participam das atividades da Organização e contribuem para seus programas. Na data de preparação deste relatório, havia 56 Estados com a condição de Observador Permanente junto à OEA.

O Escritório de Relações Externas tomou a seu cargo as atividades relacionadas com os países Observadores Permanentes, mantendo os diversos mecanismos destinados a ampliar, reforçar e aprofundar as relações com os Observadores Permanentes, que se interessaram pelas tarefas da Organização e delas participaram, mediante reuniões informativas, troca de documentos e eventos especiais.

Com o ingresso da República da Eslováquia, da Estônia, Geórgia, Catar, Iugoslávia e Sérvia e Montenegro no período abrangido por este relatório, existem agora 56 países Observadores Permanentes junto à OEA. São eles: Alemanha, Angola, Arábia Saudita, Argélia, Armênia, Áustria, Azerbaijão, Bélgica, Bósnia-Herzegovina, Bulgária, Catar, Cazaquistão, Chipre, Coreia, Croácia, Dinamarca, Egito, Espanha, Estônia, Federação Russa, Filipinas, Finlândia, França, Gana, Geórgia, Grécia, Guiné Equatorial, Hungria, Iêmen, Índia, Irlanda, Israel, Itália, Iugoslávia, Japão, Letônia, Líbano, Marrocos, Noruega, Países Baixos, Paquistão, Polônia, Portugal, Reino Unido, República da Eslováquia, República Tcheca, Romênia, Santa Sé, Sérvia e Montenegro, Sri Lanka, Suécia, Suíça, Tailândia, Tunísia, Turquia, Ucrânia e União Européia.

Nesse período, a Organização recebeu em dinheiro contribuições num montante aproximado de US\$8,5 milhões da Alemanha, Chipre, Coreia, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Japão, Noruega, Países Baixos, Reino Unido, Suécia, Suíça, Turquia e União Européia. Recebeu paralelamente contribuições em espécie equivalentes a cerca de US\$920.000 da Coreia, Espanha, França e Itália. As principais áreas reforçadas com o referido apoio foram: democracia, direitos humanos, solução de conflitos, luta contra o tráfico de drogas, terrorismo, desenvolvimento sustentável e meio ambiente, o Programa de Bolsas de Estudo e Treinamento, e os programas do Instituto Interamericano da Criança (IIN). O Anexo G deste Relatório discrimina as respectivas contribuições.

Alguns Observadores Permanentes optaram por realizar eventos e exposições especiais na sede da OEA. Finalmente, cumpre ressaltar o alto nível de comparecimento dos países Observadores Permanentes ao Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral realizado em Bridgetown, Barbados.

**VII. VIAGENS DO SECRETÁRIO-GERAL E
DO SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO**

Viagens do Secretário-Geral

Reunião de Ministros da Justiça ou de Ministros ou Procuradores-gerais das Américas
Port-of-Spain, Trinidad e Tobago, 9 a 12 de março de 2002

Reunião organizada pelo Fórum Interparlamentar das Américas intitulada Segurança no Novo Milênio:
O papel dos legisladores na garantia de uma maior segurança hemisférica
Cidade do México, 13 a 16 de março de 2002

Conferência “Desafios das democracias frágeis das Américas”
Austin, Texas, EUA, 12 de abril de 2002

Conferência México Unido contra a Corrupção, organizada pelo *Trust for the Americas*
Cidade do México, 14 a 16 de abril de 2002

Missão à Venezuela em cumprimento da resolução CP/RES. 811 (1315/02) do Conselho Permanente
Caracas, Venezuela, 15 a 17 de abril de 2002

Terceira Cúpula das Américas
Québec, Canadá, 18 a 22 de abril de 2002

Visita oficial ao México
Cidade do México, 24 a 27 de abril de 2002

Posse do Presidente da Costa Rica
São José, 7 a 9 de maio de 2002

Trigésimo Segundo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da Organização dos Estados
Americanos
Bridgetown, Barbados, 31 de maio a 5 de junho de 2002

Visita Oficial a Grenada
30 e 31 de junho de 2002

Vigésima Terceira Reunião de Chefes de Governo da Comunidade do Caribe
Georgetown, Guiana, 2 a 5 de julho de 2002

Reunião de Ministros da Cultura das Américas
Cartagena, Colômbia, 11 a 13 de julho de 2002

Cerimônia de assinatura do Acordo Nacional entre o Presidente da República do Peru, Senhor
Alejandro Toledo, e líderes dos partidos políticos
Lima, Peru, 22 e 23 de julho de 2002

Segunda Reunião de Presidentes da América do Sul
Guayaquil, Equador, 25 a 27 de julho de 2002
Posse do Presidente da Colômbia, Senhor Álvaro Uribe Vélez

Bogotá, Colômbia, 3 a 10 de agosto de 2002

Reunião com o Presidente da República da Colômbia, Senhor Álvaro Uribe Vélez
Nova York, Estados Unidos da América, 11 de setembro de 2002

Conferência das Américas sobre Responsabilidade Social Corporativa: Alianças para o
Desenvolvimento
Miami, Flórida, 23 de setembro de 2002

Visita oficial à Bolívia
La Paz e Santa Cruz de la Sierra, 24 e 25 de setembro de 2002

Missão conjunta da Organização dos Estados Americanos (OEA), do Programa das Nações Unidas
para o Desenvolvimento (PNUD) e do Centro Carter à Venezuela
Caracas, 2 a 4 de outubro de 2002

Primeira Assembléia Geral do Clube de Madri
Madri, Espanha, 23 a 26 de outubro de 2002

Missão de Intermediação do Secretário-Geral à Venezuela
Caracas, Venezuela, 27 de outubro de 2002 a 28 de fevereiro de 2003 (Nota: Neste período o
Secretário-Geral permaneceu na Venezuela um tempo considerável, viajando para as reuniões
relacionadas a seguir.)

Sétimo Fórum Empresarial das Américas
Quito, Equador, 31 de outubro a 1º de novembro de 2002

Décima Segunda Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo
Bávaro, República Dominicana, 15 e 16 de novembro de 2002

Possa do Presidente do Equador, Senhor Lucio Gutiérrez Borbúa
Quito, Equador, 13 a 16 de janeiro de 2003

Reunião do Clube de Montevideú
Barcelona, Espanha, 19 a 23 de fevereiro de 2003

Assinatura do Acordo-Quadro de Cooperação e Assistência Técnica entre o Governo da Colômbia e
a Secretaria-Geral da OEA para Assistência ao Plano Nacional de Ação Integrada contra as Minas
Antipessoal na Colômbia
Bogotá, Colômbia, 25 de fevereiro de 2003

Reunião do Grupo de Amigos do Secretário-Geral em sua missão de intermediação na Venezuela
Brasília, Brasil, 5 a 10 de março de 2003

Viagens do Secretário-Geral Adjunto

Palestra na Universidade Católica Mãe e Mestra e visita ao Presidente Hipólito Mejía
Santo Domingo, República Dominicana, 23 a 26 de fevereiro de 2002

Conclusão e assinatura de Acordo entre o Governo do Haiti e a Secretaria-Geral da OEA sobre a
Missão Especial da OEA para o Fortalecimento da Democracia no Haiti
Port-au-Prince, Haiti, 27 de fevereiro a 1º de março de 2002

Reunião com o Presidente do Haiti, Jean-Bertrand Aristide, relacionada com o trabalho da OEA a fim
de intermediar uma solução para a crise política no país
Nova York, 10 de maio de 2002

Trabalho da OEA para intermediar a solução das dificuldades políticas no Haiti
Port-au-Prince, Haiti, 12 a 15 de maio de 2002

Reunião Anual da Associação de Estudos do Caribe
Nassau, Bahamas, 29 a 31 de maio de 2002

Trigésimo Segundo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral
Bridgetown, Barbados, 1º a 5 de junho de 2002

Trabalho da OEA para intermediar a solução das dificuldades políticas no Haiti
Port-au-Prince, Haiti, 10 a 18 de junho de 2002

Trabalho da OEA para intermediar a solução das dificuldades políticas no Haiti
Port-au-Prince, Haiti, 5 a 10 de julho de 2002

Posse do Presidente Gonzalo Sánchez de Lozada
La Paz, Bolívia, 2 a 8 de agosto de 2002

Apresentação ao Governo das recomendações dos Intermediários a respeito do referendo sobre a
questão territorial Belize-Guatemala
Belmopan, Belize, 17 e 18 de setembro de 2002

Trigésima Primeira Assembléia de Delegadas da Comissão Interamericana de Mulheres
Punta Cana, República Dominicana, 28 a 30 de outubro de 2002

Segunda Reunião do Fórum Interamericano de Partidos Políticos
Vancouver, Canadá, 4 e 5 de dezembro de 2002

Posse do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva
Brasília, Brasil, 29 de dezembro a 3 de janeiro de 2003

Segunda Reunião de Alto Nível sobre as Preocupações Especiais de Segurança dos Pequenos
Estados Insulares
Kingstown, São Vicente e Granadinas, 7 a 11 de janeiro de 2003

Terceiro Período Ordinário de Sessões do Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE)
San Salvador, El Salvador, 21 a 25 de janeiro de 2003

Participação na reunião de reflexão sobre a situação do Haiti, a convite do Secretário de Estado do Canadá para a América Latina, África e Países Francófonos, Senhor Denis Paradis
Ottawa, Canadá, 30 de janeiro a 1º de fevereiro de 2003

Reunião de Peritos sobre Medidas de Fortalecimento da Confiança e da Segurança
Miami, Flórida, 2 a 4 de fevereiro de 2003

ANEXOS

ANEXO A

CONSELHOS E COMISSÕES INTERAMERICANOS

CONSELHO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRAL (CIDI)

Presidente: Ramón Quiñónez (República Dominicana)

Vice-Presidente: Federico Villegas (Argentina)

COMISSÃO EXECUTIVA PERMANENTE DO CONSELHO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRAL (CEPCIDI)

Presidente: Ramón Quiñónez (República Dominicana)

Vice-Presidente: Margarita Riva-Geoghegan (Estados Unidos)

COMISSÃO JURÍDICA INTERAMERICANA

João Grandino Rodas (Brasil) - Presidente

Brynmor Thornton Innis Pollard (Guiana) – Vice-Presidente

Gerardo Trejos (Costa Rica)

Luis Herrera Marcano (Venezuela)

Kenneth Rattray (Jamaica)

Carlos Manuel Vázquez (Estados Unidos)

Sergio González Gálvez (México)

Orlando Rubén Rebagliatti (Argentina)

Jonathan T. Fried (Canadá)

Eduardo Vío Grossi (Chile)

Felipe Paolillo (Uruguai)

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

Antônio Augusto Cançado Trindade (Brasil) - Presidente

Alirio Abreu Burelli (Venezuela) – Vice-Presidente

Máximo Pacheco Gómez (Chile)

Hernán Salgado Pesantes (Equador)

Oliver Jackman (Barbados)

Sergio García Ramírez (México)

Carlos Vicente de Roux Rengifo (Colômbia)

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

Juan Méndez (Argentina) - Presidente

Marta Altolaguirre (Guatemala) – Primeira Vice-Presidente

José Zalaquett (Chile) – Segundo Vice-Presidente

Roberto K. Goldman (Estados Unidos)

Julho Prado Vallejo (Equador)

Clare Kamau Roberts (Antígua e Barbuda)
Susana Villarán (Peru)

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO

Nicholas J.O. Liverpool (Dominica)
Rosa Montalvo Cabrera (Peru)
Lionel Alain Dupuis (Canadá)
Morton H. Sklar (Estados Unidos)
Franz Alvaro Vega Noya (Bolívia)
Agustín Alberto Gordillo (Argentina)

COMISSÃO INTERAMERICANA DE MULHERES

Yadira Henríquez de Sánchez (República Dominicana) – Presidente
Florence Ievers (Canadá) – Vice-Presidente
Wilma Lily Caravantes Tobías (Guatemala)
Ivana Toruño Padilla (Nicarágua)
Cristina Muñoz (Paraguai)
Rita Di Martino (Estados Unidos)
Nora Uribe Trujillo (Venezuela)

COMISSÃO INTERAMERICANA DE TELECOMUNICAÇÕES

Presidente da COM/CITEL - Marcelo Eduardo Kohan (Argentina)
Vice-Presidente da COM/CITEL - Alvaro Retana Castro (Costa Rica)
Presidente da CCP.I – Martha Elena Pinto de De Hart (Colômbia)
Presidente da CCP.II - Jesse Chacón Escamillo (Venezuela)

COMISSÃO INTERAMERICANA PARA O CONTROLE DO ABUSO DE DROGAS

Mildred Camero (Venezuela) – Presidente	outubro 2001 - outubro 2002
Eduardo Ibarrola Nicolín (México) – Vice-Presidente	outubro 2001 - outubro 2002
Rafael Macedo de la Concha (México) – Presidente	dezembro 2002 -
Paul Kennedy (Canadá) – Vice-Presidente	dezembro 2002 -

ANEXO B

CONFERÊNCIAS E REUNIÕES DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS

(No período de 1º de março de 2002 a 26 de fevereiro de 2003)

8-11 janeiro	Cidade do Panamá, Panamá	Reunião do Grupo de Negociação da ALCA sobre Serviços (Unidade de Comércio)
14 janeiro	Washington, D.C.	Primeira Reunião da Comissão de Peritos do Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção (MESICIC)
14-16 janeiro	Cidade do Panamá, Panamá	Reunião do Grupo de Negociação da ALCA sobre Investimento (Unidade de Comércio)
14-15 janeiro	Washington, D.C.	Terceira Reunião do Grupo de Peritos Governamentais (GEG) sobre a Implementação das Recomendações do MEM (CICAD)
14-16 janeiro	Miami, Flórida	Rede Interamericana de Informação sobre a Biodiversidade (USDE)
16-18 janeiro	Cidade do Panamá, Panamá	Reunião do Grupo de Negociação da ALCA sobre Políticas de Concorrência (Unidade de Comércio)
18-20 janeiro	Washington, D.C.	Segundo Período Extraordinário de Sessões da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD)
20-22 janeiro	Bridgetown, Barbados	Reforma Constitucional no Caribe (UPD)
21-23 janeiro	Cidade do Panamá, Panamá	Reunião do Grupo de Negociação da ALCA sobre Subsídios, <i>Antidumping</i> e Direitos Compensatórios (Unidade de Comércio)
23-24 janeiro	Cidade do Panamá, Panamá	Reunião do Comitê de Representantes Governamentais da ALCA sobre a Participação da Sociedade Civil (Unidade de Comércio)
24-25 janeiro	Cidade do Panamá, Panamá	Reunião do Grupo Consultivo da ALCA sobre Economias Menores (Unidade de Comércio)
28-29 janeiro	Washington, D.C.	Segundo Período Ordinário de Sessões do Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE)
28-31 janeiro	Cidade do Panamá, Panamá	Reunião do Grupo de Negociação da ALCA

		sobre Acesso a Mercados (Unidade de Comércio)
28 janeiro – 1º fevereiro	Genebra, Suíça	Primeira Reunião Intersessional da Comissão Permanente da Convenção de Ottawa (UPD)
29-31 janeiro	Trinidad e Tobago	<i>Workshop</i> sobre a Formação de uma Rede de Informação Nacional (CICAD)
29 janeiro – 1º fevereiro	Cartagena das Índias, Colômbia	Reunião Extraordinária da Rede Social da América Latina e do Caribe (AICD)
4-7 fevereiro	Cidade do Panamá, Panamá	Reunião do Grupo de Negociação da ALCA sobre Direitos de Propriedade Intelectual (Unidade de Comércio)
4-8 fevereiro	Washington, D.C.	Sexta Conferência Especializada Interamericana sobre Direito Internacional Privado (CIDIP-VI)
6-8 fevereiro	Cidade do Panamá, Panamá	Reunião do Grupo de Negociação da ALCA sobre Compras do Setor Público (Unidade de Comércio)
11-12 fevereiro	Washington, D.C.	Terceira Reunião Ordinária da Comissão Interamericana para o Desenvolvimento Sustentável (CIDS)/Reunião Ministerial de Santa Cruz
11-12 fevereiro	Costa Rica	Curso de Capacitação para as Entidades Coordenadoras Nacionais (América Central, República Dominicana e México) – (CICAD)
13-15 fevereiro	Cidade do Panamá, Panamá	Reunião do Comitê Conjunto de Peritos do Governo e do Setor Privado da ALCA sobre Comércio Eletrônico (Unidade de Comércio)
14-15 fevereiro	Trinidad e Tobago	Curso de Capacitação para as Entidades Coordenadoras Nacionais (Caribe, Estados Unidos e Canadá) – (CICAD)
18-19 fevereiro	Peru	Curso de Capacitação para as Entidades Coordenadoras Nacionais (América do Sul) – (CICAD)
18-21 fevereiro	México, D.F., México	Vigésima Reunião da Comissão de Consulta Permanente III: Radiocomunicações (CITEL)
18-22 fevereiro	Cartagena das Índias, Colômbia	Seminário CICAD/RCMP sobre Segurança Portuária Antidrogas
20-22 fevereiro	Antígua Guatemala, Guatemala	Fórum Democrático Centro-Americano “O Processo e Mecanismos de Diálogos Nacionais na América Central”

20-22 fevereiro	Santafé de Bogotá, Colômbia	Fórum de Cultura Democrática e Tolerância Eleitoral (UPD)
20-22 fevereiro	Port of Spain, Trinidad e Tobago	<i>Workshop</i> sobre Desenvolvimento Nacional de um Sistema de Informação (CICAD)
21-22 fevereiro	Washington, D.C.	Quarta Sessão Ordinária do Comitê Diretor da Comissão Interamericana de Mulheres (CIM)
25-27 fevereiro	Cidade do Panamá, Panamá	Reunião do Grupo de Negociação da ALCA sobre Agricultura (Unidade de Comércio)
25 fevereiro – 15 março	Washington, D.C.	Centésimo Décimo Quarto Período Ordinário de Sessões da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)
25 fevereiro – 1º março	Grenada	<i>Workshop</i> para Concepção e Preparação do Plano Nacional Antidrogas de Grenada (CICAD)
26 fevereiro – 1º março	Brasília, Brasil	Seminário sobre a Aplicação do Regulamento Modelo da CICAD sobre Armas de Fogo para os países da América do Sul (CICAD)
27-28 fevereiro	São José, Costa Rica	Seminário/ <i>Workshop</i> Centro-Americano sobre Gestão de Recursos Hídricos e Mitigação de Desastres Naturais no Âmbito da Estratégia de Corredores de Integração Centro-Americana (UDSMA)
28 fevereiro	Nova York	Reunião das Nações Unidas para Diretores de Programas de Ação Integral Contra Minas (UPD)
28 fevereiro	Washington, D.C.	A Agenda de Desenvolvimento de Doha e o Processo da ALCA: Desafios para o desenvolvimento de capacidade na área do comércio (Unidade de Comércio)
1º-3 março	Peru	Seminário sobre Diálogo Político Nacional na Região Andina (UPD)
11-13 março	Trinidad e Tobago	Quarta Reunião de Ministros da Justiça ou de Ministros ou Procuradores-Gerais das Américas
11-15 março	A ser decidido	Seminário Latino-Americano das Comissões Nacionais de Controle do abuso de Drogas (CICAD)
11-15 março	Washington, D.C.	Grupo de Trabalho Encarregado de Elaborar o Projeto de Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas
13-15 março	Caracas, Venezuela	Primeira Reunião de Diretores de Organização Eleitoral dos Organismos Eleitorais Andinos

		(UPD)
13-15 março	Santo Domingo, República Dominicana	<i>Workshop</i> sobre Normas Mínimas de Tratamento (CICAD)
17 março	Istambul, Turquia	Sétima Reunião do Grupo de Trabalho para os Preparativos da CITELE para a Conferência de Plenipotenciários e a Conferência Mundial de Desenvolvimento das Telecomunicações da UIT (CITELE)
18-22 março	Cidade do Panamá, Panamá	Reunião do Grupo de Negociação da ALCA sobre Acesso a Mercados - Unidade de Comércio
18-22 março	Cidade do Panamá, Panamá	Reunião do Grupo de Negociação da ALCA sobre Agricultura (Unidade de Comércio)
18-22 março	Monterrey, México	Conferência Internacional sobre o Financiamento do Desenvolvimento (Unidade de Comércio)
19-20 março	Genebra, Suíça	<i>Workshop</i> para o Desenvolvimento de Capacidade em Meio Ambiente, Comércio e Desenvolvimento (Unidade de Comércio)
19-21 março	Costa Rica	Reunião do Grande Caribe sobre os Sistemas Globais de Observações Climáticas (UDSMA)
25-26 março	Washington, D.C.	Vigésima Quinta Reunião do Grupo de Revisão da Implementação de Cúpulas (GRIC)
25-26 março	Barbados	Adaptação Integral à Mudança Climática no Caribe (MACC), Reunião do Grupo de Gestão do Projeto (UDSMA)
25-27 março	Cidade do Panamá, Panamá	Reunião do Grupo de Negociação da ALCA sobre Políticas de Concorrência (Unidade de Comércio)
25 fevereiro – 1º março	St. Georges, Grenada	<i>Workshop</i> para Concepção e Preparação do Plano Nacional Antidrogas de Grenada (CICAD)
26-28 fevereiro	Brasília, Brasil	Seminário sobre a Aplicação do Regulamento Modelo para o Controle do Movimento Internacional de Armas de Fogo, suas Peças e Componentes e Munições da CICAD
1º-5 abril	A ser decidido	Seminário Anglo-Americano das Comissões Nacionais de Controle do abuso de Drogas (CICAD)
5 abril	Mar del Plata, Argentina	Reunião de Municípios e Prefeituras do MERCOSUL (REMI)

9-11 abril	Washington, D.C.	Reunião do Grupo de Peritos em Produtos Farmacêuticos (CICAD)
11-12 abril	Austin, Texas	<i>Workshop</i> Norte-Americano sobre a Redução da Vulnerabilidade do Setor de Transportes aos Desastres Naturais (UDSMA)
15-19 abril	Barbados	Missão de Avaliação da Adaptação Integral à Mudança Climática no Caribe (MACC) - (UDSMA).
15-26 abril	Washington, D.C.	Primeira Sessão de Redação do Grupo de Peritos Governamentais - Segunda Rodada de Avaliação do Mecanismo de Avaliação Multilateral (MEM) - (CICAD)
29 abril – 2 maio	Washington, D.C.	Trigésimo Primeiro Período Ordinário de Sessões da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD)
2-3 maio	Washington, D.C.	Terceira Reunião Ordinária da Comissão Consultiva da Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e Outros Materiais Correlatos
8-10 maio	Washington, D.C.	Reunião do Grupo de Trabalho para os Preparativos da CITEI para a Conferência de Plenipotenciários e a Conferência Mundial de Desenvolvimento das Telecomunicações da UIT
13-15 maio	Washington, D.C.	Septuagésima Sétima Reunião do Conselho Diretor do Instituto Interamericano da Criança (IIN)
20 maio	Nova Orleans, Louisiana	Energia Fotovoltaica nas Américas (UDSMA)
27-30 maio	Montevideu, Uruguai	Décima Sexta Reunião da Comissão de Consulta Permanente I: Serviços Públicos de Telecomunicações (CITEI)
27-31 maio	Genebra, Suíça	Segunda Reunião Intersessional da Comissão Permanente da Convenção de Ottawa (UPD)
2-4 junho	Bridgetown, Barbados	Trigésimo Segundo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral
10 junho	Tampa, Flórida	Comissão Executiva do PROCORREDOR (UDSMA)
11 junho	Washington, D.C.	Painel de Peritos sobre Políticas de Produção Mais Limpa (UDSMA)

13-14 junho	Washington, D.C.	Reunião Preparatória da Primeira Reunião Interamericana de Ministros e Altas Autoridades de Cultura no Âmbito do CIDI
18 junho	Washington, D.C.	Terceira Reunião da Comissão Coordenadora do NetAmericas (Unidade de Comércio)
20 junho	Washington, D.C.	Segunda Reunião do Comitê Diretor do Programa de Ação Estratégica da Bacia Binacional do Rio Bermejo (UDSE)
8-12 julho	Washington, D.C.	Primeiro Curso sobre Desenvolvimento e a Construção da Paz (UPD)
12-13 julho	Cartagena das Índias, Colômbia	Primeira Reunião Interamericana de Ministros e Altas Autoridades de Cultura no Âmbito do CIDI
15-19 julho	Fortaleza, Brasil	Nona Reunião da Comissão de Consulta Permanente II: Radiodifusão (CITEL)
15-19 julho	Fortaleza, Brasil	Vigésima Primeira Reunião da Comissão de Consulta III: Radiocomunicações (CITEL)
15-26 julho	Washington, D.C.	Segunda Sessão de Redação do Grupo de Peritos Governamentais (GEG) - (CICAD)
15-26 julho	Washington, D.C.	Segunda Rodada de Avaliação do Mecanismo de Avaliação Multilateral (MEM) – (CICAD)
16-18 julho	Cidade do México, México	Grupo de Peritos em Controle da Lavagem de Ativos (CICAD)
22-26 julho	Bridgetown, Barbados	Curso de Capacitação em Segurança Portuária para os Países do Caribe (CIP)
29 julho – 2 agosto	Santo Domingo, República Dominicana	Seminário Internacional para o Controle do Tráfico Ilícito de Drogas nos Portos (CIP)
30-31 julho	Washington, D.C.	Sepia II – Acompanhamento do Programa Interamericano (CIM)
1º-2 agosto	Washington, D.C.	Quinta Sessão Ordinária do Comitê Diretor da Comissão Interamericana de Mulheres (CIM)
5-6 agosto	São José, Costa Rica	Comissão Diretora Permanente dos Congressos Interamericanos de Turismo (CIDI)
5-9 agosto	San Salvador, El Salvador	<i>Workshop</i> Regional para o Fortalecimento das Comissões Nacionais de Controle do Abuso de Drogas dos Países Centro-Americanos (CICAD)

12-13 agosto	Montevidéu, Uruguai	Reunião de Peritos Governamentais sobre Subtração Internacional de Menores por parte de Um de seus Progenitores (IIN)
12-16 agosto	Washington, D.C.	Terceira Assembléia da Comissão Interamericana de Telecomunicações (CITEL)
12-16 agosto	Washington, D.C.	Décima Primeira Reunião da Comissão Diretora Permanente da CITEL (COM/CITEL)
12-17 agosto	San Salvador, El Salvador	Seminário Regional para o Fortalecimento das Comissões Nacionais de Controle do Abuso de Drogas dos Países Centro-Americanos e Cúpula Ministerial (CICAD)
19-23 agosto	Lima, Peru	Curso Regional em Segurança Portuária para os Países Andinos (CIP)
26-28 agosto	St. George's, Grenada	<i>Workshop</i> para a Implementação das Pesquisas Escolares (CICAD)
26-29 agosto	Caracas, Venezuela	<i>Workshop</i> de Normas Mínimas de Tratamento – CONACUID (CICAD)
26-30 agosto	Guaiaquil, Equador	<i>Workshop</i> Regional para o Fortalecimento das Comissões Nacionais de Controle do Abuso de Drogas dos Países Andinos (CICAD)
2-5 setembro	São José, Costa Rica	Centésimo Décimo Quinto Período Extraordinário de Sessões da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)
10-11 setembro	Cancún, México	Rede Interamericana de Alto Nível sobre Descentralização, Governo Local e Participação do Cidadão (RIAD) - (UPD)
12-13 setembro	Santafé de Bogotá, Colômbia	Fórum Regional sobre o Papel dos Partidos Políticos nos Congressos (UPD)
12-18 setembro	Miami	<i>Workshop</i> de Capacitação de Tutores Telemáticos e Terceira Reunião do Comitê Acadêmico do Mestrado Ibero-Americano On-Line em Dependência de Drogas (CICAD)
16-18 setembro	Virgínia, Estados Unidos	Conferência sobre Liderança em Política de Drogas do Hemisfério Ocidental (CICAD)
16-20 setembro	Genebra, Suíça	Quarta Reunião Intersessional da Comissão Permanente da Convenção de Ottawa (UPD)
16 setembro – 12 outubro	Madri, Espanha	Sétimo Curso Ibero-Americano de Gestão Portuária (CIP)

16 setembro – 12 outubro	Santander, Espanha	Terceiro Curso Ibero-Americano de Engenharia Portuária (CIP)
19-24 setembro	Brasília, Brasil	Seminário de Alto Nível sobre Modernização Legislativa para os Países Membros do MERCOSUL (UPD)
23-26 setembro	Washington, D.C.	Primeiro Encontro Interamericano sobre Tecnologia Eleitoral (UPD)
25-27 setembro	Lima, Peru	Seminário Internacional sobre Tarifação Portuária Estratégica (CIP)
26-27 setembro	Washington, D.C.	Tráfico de Mulheres e Crianças nas Américas (CIM)
29 setembro – 2 outubro	Cidade da Guatemala, Guatemala	Sexta Reunião da Sociedade Latino-Americana de Unidades Ambientais de Transporte (SLUAT) – (UDSMA)
7-11 outubro	Washington, D.C.	Terceira Sessão de Redação do Grupo de Peritos Governamentais (GEG) - (CICAD)
7-11 outubro	Washington, D.C.	Terceira Rodada de Avaliação do Mecanismo de Avaliação Multilateral (MEM)
7-25 outubro	Washington, D.C.	Centésimo Décimo Sexto Período Ordinário de Sessões da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)
9 outubro	Rodney Bay, Santa Lúcia	Diálogo Caribenho sobre Água e Mudanças Climáticas (UDSMA)
15-18 outubro	Lima, Peru	Comissão sobre Drogas, Reunião de Chefes de Agências Nacionais de Controle na América Latina e no Caribe (CICAD)
21-25 outubro	Cidade da Guatemala, Guatemala	Curso Regional em Segurança Portuária para os Países Centro-Americanos (CIP)
22-23 outubro	Washington, D.C.	Quinquagésimo Período Ordinário de Sessões do Tribunal Administrativo
22-24 outubro	Washington, D.C.	Reunião do Grupo de Peritos em Produtos Farmacêuticos (CICAD)
22-25 outubro	Port-au-Prince, Haiti	<i>Workshop</i> para a Formulação da Política Nacional Antidrogas do Haiti (CICAD)
29-31 outubro	Punta Cana, República Dominicana	Trigésima Primeira Assembléia de Delegadas da Comissão Interamericana de Mulheres (CIM)

outubro	A ser decidido	<i>Workshop</i> Regional sobre Políticas de Desenvolvimento nos Modelos de Mitigação do Caribe (UDSMA)
4-7 novembro	Brasília, Brasil	Vigésima Sétima Reunião da Comissão de Consulta Permanente I: Serviços Públicos de Telecomunicações (CITEL)
18-22 novembro	Quito, Equador	Seminário Técnico e Reunião Ministerial para o Fortalecimento das Comissões Nacionais de Controle do Abuso de Drogas dos Países Andinos (CICAD)
25 novembro	Montevideú, Uruguai	Quarto Curso Regional para Jovens Líderes do MERCOSUL sobre Instituições, Valores e Práticas Democráticos (UPD)
2 dezembro	Montevideú, Uruguai	Seminário Internacional sobre Eficiência e Segurança para o Desenvolvimento Portuário da América Latina e do Caribe (CIP)
2-5 dezembro	México, D.F., Cidade de México	Trigésimo Segundo Período Ordinário de Sessões da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD)
3-7 dezembro	Montevideú, Uruguai	Quarta Reunião do Comitê Executivo e dos Comitês Técnicos da Comissão Interamericana de Portos (CIP)
4-7 dezembro	Miami, Flórida	Ação da América Latina e do Caribe (USDE)
9-10 dezembro	Santo Domingo, República Dominicana	Reunião Sub-Regional da América Central e da República Dominicana (UPD)
9-12 dezembro	Buenos Aires, Argentina	Décima Segunda Reunião da Comissão Diretora Permanente da Comissão Interamericana de Telecomunicações (CITEL)
13 dezembro	Washington, D.C.	Comissão Consultiva da Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e Outros Materiais Correlatos (CIFTA)
12-14 janeiro	Kingstown, São Vicente e Granadinas	Segunda Reunião de Alto Nível sobre as Preocupações Especiais de Segurança dos Pequenos Estados Insulares
22-24 janeiro	San Salvador, El Salvador	Terceiro Período Ordinário de Sessões do Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE)

3-4 fevereiro	Miami, Flórida	Reunião de Peritos sobre Medidas de Fortalecimento da Confiança e da Segurança na Região, disposta pela Cúpula
3-7 fevereiro	Orlando, Flórida	Primeira Reunião da Comissão de Consulta Permanente II: Radiocomunicações e Radiodifusão (CITEL)
3-7 fevereiro	Genebra, Suíça	Primeira Sessão das Comissões Permanentes da Convenção de Ottawa (UPD)
6-7 fevereiro	Washington, D.C.	Reunião Informal da Comissão de Peritos do Mecanismo de Seguimento da Implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção (MESICIC)
10-13 fevereiro	Washington, D.C.	Reunião da Comissão de Peritos do Mecanismo de Seguimento da Implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção (MESICIC)
11-15 fevereiro	Quito, Equador	Reunião do Programa para a Sustentabilidade de Árvores Frutíferas (CICAD/USDA/ACRI)
18-28 fevereiro	Washington, D.C.	Centésimo Décimo Sétimo Período Ordinário de Sessões da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)
19 fevereiro	Washington, D.C.	Fórum sobre Igualdade de Gênero (CIM)
20-21 fevereiro	Washington, D.C.	Primeira Sessão Ordinária do Comitê Diretor da Comissão Interamericana de Mulheres (CIM)
24-27 fevereiro	San Diego, Califórnia	Conferência sobre Soluções para Desastres Costeiros (ASCE) (UDSMA)
24-28 fevereiro	Washington, D.C.	Sessão Especial do Grupo de Trabalho Encarregado de Elaborar o Projeto de Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas

Convenção Interamericana contra a Corrupção	Grenada	16 de janeiro de 2002	Depósito ratificação/adesão
	Suriname	4 de junho de 2002	Depósito ratificação/adesão
	Brasil	24 de julho de 2002	Depósito ratificação/adesão com reserva
	Belize	6 de setembro de 2002	Depósito ratificação/adesão
Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas	Peru	13 de fevereiro de 2002	Depósito ratificação/adesão
	México	9 de abril de 2002	Depósito ratificação/adesão: com reserva e interpretação declarativa
Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, "Convenção de Belém do Pará"	Suriname	8 de março de 2002	Depósito ratificação/adesão
Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência	Chile	26 de fevereiro de 2002	Depósito ratificação/adesão
	El Salvador	8 de março de 2002	Depósito ratificação/adesão
	Paraguai	22 de outubro de 2002	Depósito ratificação/adesão
Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e Outros Materiais Correlatos	Grenada	16 de janeiro de 2002	Depósito ratificação/adesão
	Venezuela	14 de maio de 2002	Depósito ratificação/adesão
Convenção Interamericana sobre Transparência nas Aquisições de Armas Convencionais	El Salvador	8 de março de 2002	Depósito ratificação/adesão
	Paraguai	22 de outubro de 2002	Depósito ratificação/adesão
Convenção para Prevenir e Punir os Atos de Terrorismo Configurados em Delitos contra as Pessoas e a Extorsão Conexa, quando Tiverem Eles Transcendência Internacional	Paraguai	17 de janeiro de 2002	Assinatura
	Grenada	16 de janeiro de 2002	Depósito ratificação/adesão
	Bolívia	9 de abril de 2002	Depósito ratificação/adesão
Convenção Interamericana sobre	Costa Rica	8 de março de 2002	Assinatura

Assistência Mútua em Matéria Penal	El Salvador	2 de julho de 2002	Assinatura
	Grenada	16 de janeiro de 2002	Depósito ratificação/adesão
	Panamá	29 de janeiro de 2002	Depósito ratificação/adesão com reserva
	Equador	8 de março de 2002	Depósito ratificação/adesão com reserva
Protocolo Facultativo Relativo à Convenção Interamericana sobre Assistência Mútua em Matéria Penal	Equador	8 de março de 2002	Depósito ratificação/adesão
Protocolo Adicional à Convenção Interamericana sobre Cartas Rogatórias	El Salvador	24 de janeiro de 2002	Depósito ratificação/adesão: com declaração
	El Salvador	24 de janeiro de 2002	Designação Autoridade Central
Convenção Interamericana sobre Conflito de Leis em Matéria de Adoção de Menores	Chile	17 de janeiro de 2002	Depósito ratificação/adesão: com reserva
Convenção Interamericana sobre Tráfico Internacional de Menores	Equador	28 de maio de 2002	Depósito ratificação/adesão
	Colômbia	4 de fevereiro de 2002	Designação Autoridade Central
Convenção Interamericana sobre Restituição Internacional de Menores	Equador	8 de março de 2002	Depósito ratificação/adesão
Convenção Interamericana sobre Obrigação Alimentar	Argentina	5 de setembro de 2002	Depósito ratificação/adesão: com reserva
	Argentina	5 de setembro de 2002	Designação Autoridade Central
Convenção sobre Defesa do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Artístico das Nações Americanas, “Convenção de San Salvador”	Argentina	17 de julho de 2002	Assinatura
	Argentina	17 de julho de 2002	Depósito ratificação/adesão
Convenção Interamericana sobre Permissão Internacional de	Panamá	9 de abril de 2002	Assinatura

Radioamador	El Salvador	8 de março de 2002	Depósito ratificação/adesão
Acordo para a criação do Instituto Interamericano para Pesquisa em Mudanças Globais (IAI)	Bolívia	2 de julho de 2002	Depósito ratificação/adesão
Emenda ao Acordo para a criação do Instituto Interamericano para Pesquisa em Mudanças Globais (IAI)	Cuba	4 de novembro de 2002	Depósito ratificação/adesão
Acordo de Cooperação e Assistência Mútua entre as Autoridades Portuárias Interamericanas	Peru	15 de abril de 2002	Depósito ratificação/adesão

ACORDOS DE COOPERAÇÃO

Título do Acordo	País/Organização	Assinatura
Acordo entre a Secretaria -Geral da Organização dos Estados Americanos e o Governo da Suécia sobre Apoio à Missão de Observação Eleitoral para as Eleições Gerais em Honduras, 25 de novembro de 2001	Suécia	20 de novembro de 2001
Carta de Acordo em Apoio à Organização, Implementação e Acompanhamento da Segunda Reunião Plenária do Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA).	Agência de Desenvolvimento Internacional do Canadá	11 de março de 2002
Carta de Acordo em Apoio ao Diálogo Virtual Andino sobre Produção Limpa e Eficiência Energética	Faculdade de Direito da Universidade de Calgary	30 de janeiro de 2002
Acordo para Cessão de Uso de Local para o Escritório da Secretaria -Geral da OEA no Uruguai	Ministério das Relações Exteriores do Uruguai	1º de abril de 2002
Acordo de Cooperação	<i>Youth Orchestra of the Américas</i>	31 de dezembro de 2001
Memorando de Entendimento	Universidade Nacional de Educação à Distância da Espanha	12 de dezembro de 2001
Memorando de Entendimento	Ministério do Trabalho e Previsão Social do Chile	18 de janeiro de 2002
Acordo de Cooperação Técnica para o Estabelecimento de uma Rede de Observação do Nível do Mar para a América Central.	Administração Nacional Oceânica e Atmosférica do Departamento de Comércio dos Estados Unidos	15 de janeiro de 2002
Memorando de Entendimento	Faculdade de Engenharia da Universidade das Índias Ocidentais, St. Augustine	17 de janeiro de 2002
Memorando de Entendimento para o Estudo Básico “Determinação da Pluma de Sedimento na Zona Costeira Marinha da Bacia do Rio San Juan”	Fundação Pró-Ciência, Arte e Cultura da Universidade Nacional da Costa Rica	28 de novembro de 2001
Memorando de Entendimento para o Projeto “Formulação de um	Fundação de Parques Nacionais	16 de novembro de 2001

Plano Estratégico de Ação para o Manejo Integrado dos Recursos Hídricos e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia e da Zona Costeira do Rio San Juan”		
Acordo para a Consecução da Visão Hemisférica da Água	Associação de Recursos Hídricos do Japão	
Acordo para o Estabelecimento de um Escritório Virtual para a Avaliação Econômica dos Recursos Costeiros Marinhos para o Projeto Caribe: Planejamento para a Adaptação à Mudança Climática	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento, Meio Ambiente e Habitação do Governo de Santa Lúcia	16 de novembro de 2001
Acordo relativo às Jornadas de Direito Internacional	Universidade Nacional Autônoma do México	
Título do Acordo	País/Organização	Assinatura
Acordo para a Reunião de Ministros da Justiça ou de Ministros ou Procuradores-Gerais nas Américas	Trinidad e Tobago	15 de fevereiro de 2002
Acordo de Cooperação para os Monumentos e Sítios	Organização do Grande Caribe para os Monumentos e Sítios	22 de fevereiro de 2002
Acordo para o Fortalecimento da Democracia no Haiti	Haiti	1º de março de 2002
Acordo de Cooperação para Capacitação na Prevenção e Controle da Lavagem de Dinheiro	Banco Interamericano de Desenvolvimento e Banco Bilbao Vizcaya Argentaria S.A.	6 de julho de 2001
Acordo sobre o Trigésimo Segundo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral	Barbados	26 de março de 2002
Acordo entre Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos e o Governo da República da Colômbia relativo aos Privilégios e Imunidades dos Observadores do Processo Eleitoral correspondente às Eleições de Presidente e Vice-Presidente a serem realizadas no território nacional em 26 de maio de 2002	Colômbia	maio de 2002

Memorando de entendimento para o Projeto “Formulação de um Plano Estratégico de Ação para o Manejo Integrado dos Recursos Hídricos e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia e da Zona Costeira do Rio San Juan”	Fundação de Pesquisa e Desenvolvimento Rural	9 de julho de 2002
Memorando de Entendimento para o estudo básico “Determinação da Pluma de Sedimento na Zona Costeira Marinha da Bacia do Rio San Juan”	Universidade Centro-Americana (UCA), Nicarágua	6 de fevereiro de 2002
Memorando de Entendimento para a execução do estudo básico “Levantamento Hidrográfico no Lago Nicarágua e no Rio San Juan”	Instituto Nicaragüense de Estudos Territoriais	25 de janeiro de 2002
Memorando de Entendimento para o estudo básico “Monitoração Hidrometeorológica e da Qualidade da Água na Bacia do Rio San Juan”	Centro de Pesquisa em Recursos Aquáticos da Universidade Nacional Autônoma da Nicarágua	28 de novembro de 2002
Memorando de Entendimento para o Projeto “Formulação de um Plano Estratégico de Ação para o Manejo Integrado dos Recursos Hídricos e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia e da Zona Costeira do Rio San Juan”	Fundação para a Conservação e Desenvolvimento do Sudeste da Nicarágua (Fundação do Rio)	27 de agosto de 2001
Memorando de Entendimento para a execução do estudo básico “Monitoração Hidrometeorológica e da Qualidade da Água na Bacia do Rio San Juan”	Instituto Nicaragüense de Estudos Territoriais	13 de março de 2002
Título do Acordo	País/Organização	Assinatura
Acordo de Contribuição	Governo do Canadá e Agência Caribenha de Resposta a Situações de Emergência	4 de junho de 2002
Acordo relativo à realização da Primeira Reunião de Ministros da Cultura no Âmbito do CIDI	Colômbia	11 de junho de 2002
Acordo para Apoio à Missão de Observação Eleitoral na Bolívia	Suécia	2 de julho de 2002

Acordo relativo aos Privilégios e Imunidades dos Observadores do Processo Eleitoral correspondente às Eleições Nacionais de 30 de junho de 2002	Bolívia	4 de junho de 2002
Memorando de Entendimento para o subprojeto “Adaptação da Indústria Pesqueira e das Comunidades Pesqueiras aos Impactos da Mudança Climática na Região da CARICOM”, de acordo com o Projeto Adaptação Integral à Mudança Climática no Caribe	CARICOM	20 de maio de 2002
Memorando de Entendimento para o subprojeto “Adaptação da Indústria Pesqueira e das Comunidades Pesqueiras aos Impactos da Mudança Climática na Região da CARICOM”, de acordo com o Projeto Adaptação Integral à Mudança Climática no Caribe	CARICOM	20 de maio de 2002
Memorando de Entendimento para o Projeto “Formulação de um Plano Estratégico de Ação para o Manejo Integrado dos Recursos Hídricos e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia e da Zona Costeira do Rio San Juan”	Associação para a Conservação e Manejo de Áreas Florestais de San Carlos	6 de março de 2002
Acordo de Cooperação	Secretaria de Cooperação Ibero-Americana	
Memorando de Entendimento sobre o Diálogo sobre Água e Clima (Proposta de Projeto para o Desenvolvimento da Plataforma Regional SVP da América Central)	Instituto Internacional de Engenharia Infra-Estrutural, Hidráulica e Ambiental	8 de julho de 2002
Memorando de Entendimento sobre o Diálogo sobre Água e Clima (Proposta de Projeto para o estabelecimento de um Diálogo Caribenho sobre Água e Clima)	Instituto Internacional de Engenharia Infra-Estrutural, Hidráulica e Ambiental	8 de julho de 2002

Memorando de Entendimento sobre o Diálogo sobre Água e Clima (Proposta de Projeto para o Estabelecimento de Consulta entre Múltiplos Interessados sobre Água e Clima na Bacia do Rio San Juan)	Instituto Internacional de Engenharia de Infra-Estrutural, Hidráulica e Ambiental	8 de julho de 2002
Acordo de Cooperação	Convênio Andrés Bello na Área de Cultura	12 de julho de 2002
Doação para a Construção da Rede Interamericana de Informação sobre a Biodiversidade (IABIN) Projeto - GEF PPG N° TF051150	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento	18 de julho de 2002
Título do Acordo	País/Organização	Assinatura
DOAÇÃO - TF No 050950.	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento	23 de julho de 2002
Memorando de Entendimento para o Projeto “Formulação de um Plano Estratégico de Ação para o Manejo Integrado dos Recursos Hídricos e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia e da Zona Costeira do Rio San Juan”	Fundação para a Conservação e Desenvolvimento do Sudeste da Nicarágua (Fundação do Rio)	31 de maio de 2002
Memorando de Entendimento para o estudo básico “Monitoração Hidrometeorológica e da Qualidade da Água na Bacia do Rio San Juan”	Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais	5 de julho de 2002
Acordo relativo à realização da Trigésima Primeira Assembléia de Delegadas da Comissão Interamericana de Mulheres (CIM)	República Dominicana	7 de agosto de 2002
Acordo relativo à realização do Décimo Oitavo Congresso Interamericano de Turismo	República Dominicana	7 de agosto de 2002
Convênio de Cooperação Técnica para a Realização de Projetos Piloto de Automatização do Voto	Tribunal Superior Eleitoral do Brasil	17 de julho de 2002
Apoio Permanente ao Acordo de Doação para o Financiamento Parcial da Iniciativa de Energia	Agência de Desenvolvimento Internacional do Governo dos Estados Unidos	23 de agosto de 2002

Renovável nas Américas		
Doação para apoio à transformação e manutenção do Escritório Virtual da Iniciativa entre Cúpulas sobre Sistemas de Registro de Propriedade - Doação N° LAC-G-00-02-00002-00	Agência de Desenvolvimento Internacional do Governo dos Estados Unidos	6 de setembro de 2002
Emenda ao Acordo de Doação do GEF- GEF PPG TF-051150 (Projeto de Construção da Rede Interamericana de Informação sobre a Biodiversidade)	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento	

ANEXO D

RECURSOS HUMANOS

Os quadros a seguir apresentam informações sobre o pessoal da Secretaria-Geral, de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2002.

Os funcionários são classificados segundo o tipo de nomeação e o fundo que os financia; sua categoria e nacionalidade; seu tempo de serviço; o nível do cargo que ocupam; o sexo; o lugar de serviço; e os que pertencem ou não ao serviço de carreira.

QUADRO 1

DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL POR TIPO DE NOMEAÇÃO E POR FUNDO, DE 1º DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2002 (Inclui todas as fontes de financiamento)

	Serviço de carreira	Longo prazo	Curto prazo	Total*
Fundo Ordinário ^{a/}	233 ^{b/}	258 ^{c/}	53	544
Outros	5 ^{d/}	68 ^{e/}	57	130
TOTAL	238	326	110	674

a/ Inclui o pessoal da Secretaria da CIDH, do IIN, da CIM e da CICAD.

b/ Inclui 11 funcionários em cargo de confiança, membros do serviço de carreira.

c/ Inclui 52 funcionários em cargos de confiança.

d/ Inclui um funcionário em cargo de confiança (Secretário-Tesoureiro do Fundo de Aposentadoria).

e/ Inclui cinco funcionários em cargo de confiança.

* Inclui associados e pessoal de apoio temporário.

QUADRO 2

VARIAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL POR FUNDO DE 1º DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2002 (Inclui todas as fontes de financiamento)

	Dezembro 2001	Dezembro 2002	Variação	
			Número	%
Fundo Ordinário	550	544	- 6	- 1
Outros	87	130	+ 43	+ 49
TOTAL	637	674*	+ 37	+ 6

* Inclui associados e pessoal de apoio temporário.

QUADRO 3

VARIAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL POR TIPO DE NOMEAÇÃO DE 1º DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2002 (Inclui todas as fontes de financiamento)

Tipo de nomeação	Dezembro 2001	Dezembro 2002	Variação	
			Número	%
Serviço de carreira	244	227	- 17	- 7
Serviço de carreira em cargos de confiança	14	11	- 3	- 21
Pessoal de confiança não pertencente ao serviço de carreira	59	57	- 2	- 3
Longo prazo	246	269	+ 23	+ 9
Curto prazo	74	110	+ 36	+ 49
TOTAL	637	674*	+ 37	+ 6

* Inclui associados e pessoal de apoio temporário.

QUADRO 4

DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL POR CATEGORIA E NACIONALIDADE
(Inclui todas as fontes de financiamento)

Países	31 de dezembro de 2001			31 de dezembro de 2002		
	Profis- sionais	Serviços gerais	Totais	Profis- sionais	Serviços gerais	Totais
Antígua e Barbuda	1	2	3	1	2	3
Argentina	26	8	34	30	9	39
Bahamas	-	2	2	-	2	2
Barbados	4	3	7	4	3	7
Belize	1	2	3	1	1	2
Bolívia	11	8	19	11	11	22
Brasil	12	8	20	14	8	22
Canadá	15	-	15	17	-	17
Chile	14	7	21	15	8	23
Colômbia	29	27	56	33	27	60
Costa Rica	4	2	6	7	6	13
Cuba	-	-	-	-	-	-
Dominica	1	3	4	1	3	4
El Salvador	5	15	20	7	14	21
Equador	6	14	20	6	13	19
Estados Unidos	100	51	151	105	48	153
Grenada	5	2	7	5	2	7
Guatemala	8	11	19	8	12	20
Guiana	1	2	3	1	1	2
Haiti	2	3	5	2	3	5
Honduras	3	2	5	2	3	5
Jamaica	3	3	6	3	3	6
México	14	4	18	18	4	22
Nicarágua	2	10	12	2	9	11
Panamá	5	3	8	6	3	9
Paraguai	5	3	8	5	2	7
Peru	28	32	60	27	33	60
República Dominicana	1	6	7	1	6	7
Saint Kitts e Nevis	2	2	4	2	2	4
Santa Lúcia	2	2	4	2	2	4
São Vicente e Granadinas	3	3	6	3	3	6
Suriname	3	2	5	3	2	5
Trinidad e Tobago	9	4	13	11	4	15
Uruguai	28	12	40	28	10	38
Venezuela	13	10	23	17	11	28
Países não-membros da OEA	2	1	3	6	-	6
TOTAL	368	269	637	404	270	674 *

* Inclui associados e pessoal de apoio temporário.

QUADRO 5**DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL DA SECRETARIA-GERAL
DE 1º DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2002
POR ANOS DE SERVIÇO
(Inclui todas as fontes de financiamento)**

Anos de serviço	Membros do serviço de carreira	Pessoal não pertencente ao serviço de carreira	Total de funcionários	Porcentagem de pessoal do serviço de carreira
Menos de 3	0	167	167	0
3 até menos de 5	0	61	61	0
5 até menos de 10	0	159	159	0
10 até menos de 15	24	46	70	34
15 até menos de 25	100	3	103	97
25 e mais	114	0	114	100
TOTAL	238	436	674*	35

* Inclui associados e pessoal de apoio temporário.

QUADRO 6

DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL DA SECRETARIA-GERAL
DE 1º DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2002
POR NACIONALIDADE
(Pessoal de carreira *versus* pessoal não pertencente ao serviço de carreira)
(Inclui todas as fontes de financiamento)

País	Membros do serviço de carreira	Pessoal não pertencente ao serviço de carreira	Total de funcionários	Porcentagem de pessoal do serviço de carreira
Antígua e Barbuda	0	3	3	0
Argentina	15	24	39	38
Bahamas	0	2	2	0
Barbados	2	5	7	29
Belize	0	2	2	0
Bolívia	10	12	22	45
Brasil	7	15	22	32
Canadá	0	17	17	0
Chile	11	12	23	48
Colômbia	16	44	60	27
Costa Rica	2	11	13	15
Dominica	0	4	4	0
El Salvador	10	11	21	48
Ecuador	12	7	19	63
Estados Unidos	52	101	153	34
Grenada	0	7	7	0
Guatemala	12	8	20	60
Guiana	0	2	2	0
Haiti	2	3	5	40
Honduras	1	4	5	20
Jamaica	3	3	6	50
México	7	15	22	32
Nicarágua	7	4	11	64
Panamá	4	5	9	44
Paraguai	2	5	7	29
Peru	25	35	60	42
República Dominicana	5	2	7	71
Saint Kitts e Nevis	2	2	4	50
Santa Lúcia	1	3	4	25
São Vicente e Granadinas	1	5	6	17
Suriname	1	4	5	20
Trinidad e Tobago	1	14	15	7
Uruguai	22	16	38	58
Venezuela	4	24	28	14
Países não-membros da OEA	1	5	6	17
TOTAL	238	436	674*	35

* Inclui associados e pessoal de apoio temporário.

QUADRO 7

DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL DA SECRETARIA-GERAL
DE 1º DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2002
POR NÍVEL
(Inclui todas as fontes de financiamento)

Nível do funcionário	Pessoal do serviço de carreira	Pessoal não pertencente ao serviço de carreira	Total de funcionários	Porcentagem de pessoal do serviço de carreira
Cargos não classificados*	1	4	5	20
D-2	1	9	10	10
D-1	7	17	24	29
P-5	39	47	86	45
P-4	22	56	78	28
P-3	24	62	86	28
P-2	29	45	74	39
P-1	3	24	27	11
G-7	7	5	12	58
G-6	43	38	81	53
G-5	29	43	72	40
G-4	17	34	51	33
G-3	13	23	36	36
G-2	3	3	6	50
G-1	0	2	2	0
<i>Outros cargos**</i>	0	24	24	0
TOTAL	238	436	674	35

* *Secretário-Geral, Secretário-Geral Adjunto, Secretários Executivos e Subsecretários.*

** *Associados e pessoal de apoio temporário.*

QUADRO 8**DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL DA SECRETARIA-GERAL
DE 1º DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2002
HOMENS-MULHERES
(Inclui todas as fontes de financiamento)**

Sexo	Pessoal do serviço de carreira	Pessoal não pertencente ao serviço de carreira	Total de funcionários	Percentagem de pessoal do serviço de carreira
Mulheres	124	225	349	36
Homens	114	211	325	35
TOTAL	238	436	674*	35

* Inclui associados e pessoal de apoio temporário.

QUADRO 9**COMPOSIÇÃO DO PESSOAL DA SECRETARIA-GERAL
DE 1º DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2002
POR LUGAR DE EXERCÍCIO
(Inclui todas as fontes de financiamento)**

Lugar de exercício	Pessoal do serviço de carreira	Pessoal não pertencente ao serviço de carreira	Total de funcionários	Percentagem de pessoal do serviço de carreira
Sede	206	344	550	37
Fora da sede	32	92	124	26
Total	238	436	674*	35

* Inclui associados e pessoal de apoio temporário.

QUADRO 10**NÚMERO E MONTANTE DE CONTRATOS POR TAREFA CONCEDIDOS,
POR ÁREA
DE 1º DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2002
(Inclui todas as fontes de financiamento)**

Área	Número de CPRs	Total (\$)
10510 Gabinete do Secretário-Geral	3	54.450
11020 Departamento de Informação Pública – Escritório do Diretor	1	400
11060 Gráfica	9	64.680
11061 Publicações/Apoio Editorial	3	41.400
11062 Multimídia	9	97.040
11080 Rádio	1	300
11090 Revista Américas	66	230.572
12010 Escritório do Inspetor-Geral	10	176.006
13010 Escritório de Relações Externas	7	37.700
13510 Escritório de Seguimento de Cúpulas	15	92.463
14020 Fundo Leo Rowe	3	88.716
14510 Escritório de Assuntos Culturais	1	2.000
15010 Escritório de Ciência e Tecnologia	22	119.699
15510 CICAD-Escritório do Secretário Executivo	1	5.375
15520 Redução da demanda	31	238.170
15530 Redução da oferta	2	2.475
15540 Fortalecimento institucional	7	129.600
15550 Desenvolvimento jurídico	1	14.000
15561 Tecnologia da informação	2	42.700
15562 Pesquisa e análise	13	97.659
15570 Desenvolvimento alternativo	24	2.200.765
15580 Lavagem de dinheiro	34	198.949
16010 Comissão Interamericana de Direitos Humanos	34	644.374
16510 Comissão Interamericana de Telecomunicações	3	19.000
17020 Unidade de Comércio	45	439.045
17040 Sistema de Informação de Comércio Exterior – SICE	12	154.500
17510 Unidade de Desenvolvimento Social e Educação	42	363.600
18010 Unidade de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente	229	31.960.745

18510	Unidade Intersetorial de Turismo	47	713.061
18511	Organização de Turismo do Caribe	1	12.000
19010	UPD – Escritório do Coordenador Executivo	26	128.839
19020	Fortalecimento das instituições democráticas	27	185.487
19030	Assistência técnica eleitoral	103	675.562
19040	Informação e diálogo	30	151.925
19050	Programas especiais – observações eleitorais	277	1.790.108
19060	Centro de Estudos da Democracia	2	33.600
19800	Programas de remoção de minas	27	199.112
21010	Gabinete do Secretário-Geral Adjunto	14	171.200
23010	CIM – Secretaria Executiva	13	168.067
23013	CIM – Estrutura programática	4	19.929
23014	CIM – Cooperação horizontal	4	49.304
24020	Secretaria de Conferências – Escritório do Diretor	2	1.260
24040	Divisão de Conferências e Reuniões	1	21.120
24046	Conferências da OEA - Administração da Secretaria de Conferências e Reuniões	7	5.800
24060	Divisão de Serviços de Idiomas	1	13.120
25010	Instituto Interamericano da Criança	34	105.218
25011	Programa Interamericano de Informação sobre a Infância e a Família	10	49.060
25012	Programa de Promoção Integral dos Direitos da Infância	8	200.400
25013	Programa Jurídico	1	4.000
27020	Biblioteca Colombo – Escritório do Diretor	4	98.280
28027	Escritório da OEA no Peru	1	6.000
28034	Escritório da OEA no Uruguai	6	17.500
37030	Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento	3	25.000
42010	Escritório da Subsecretaria de Assuntos Jurídicos	9	25.900
44040	Secretaria da Comissão Jurídica Interamericana	3	26.040
46010	Tribunal Administrativo	4	33.240
48010	Departamento de Cooperação e Divulgação Jurídica	18	89.938
52010	Escritório Executivo do Subsecretário de Administração	16	201.566
54020	Departamento de Serviços Financeiros – Escritório do Diretor	4	108.911
54021	Junta de Auditores Externos	1	6.000

55030	MAPSS-Escritório do Diretor	1	2.960
55040	Preparação do orçamento	1	5.000
55050	Informação, desenvolvimento e administração	5	148.778
55051	<i>Software</i> , Licenças, Aluguel e Serviços	2	55.144
55053	Apoio Operacional	7	115.221
57010	TFS-Escritório do Diretor	21	233.187
57012	Gestão e manutenção dos edifícios	38	362.275
57021	Serviços gerais	6	69.425
57052	Aplicação de tecnologia da informação	9	43.640
57053	Equipamento computadorizado	9	81.315
58020	Departamento de Recursos Humanos – Escritório do Diretor	2	24.775
58021	Auditorias de cargos	7	20.150
58041	Desenvolvimento de recursos humanos	4	15.900
58060	Compensação e benefícios	4	66.360
99010	AICD - Políticas de cooperação	4	36.300
99020	AICD -Tecnologia da Informação para o Desenvolvimento Humano	26	182.529
99030	AICD -Comissão Interamericana de Portos	9	61.427
99090	AICD-Fundos específicos	99	1.620.483
99100	AICD-Fundos específicos – Desenvolvimento de programas	9	55.159
99300	AICD-Operações e finanças – Finanças	13	100.259
99400	AICD-Operações e finanças – Gestão de projetos	1	19.650
99500	Fundação para as Américas	61	485.679
TOTAL		1.676	46.658.546

QUADRO 11**NÚMERO E MONTANTE DE CONTRATOS POR TAREFA CONCEDIDOS,
POR NACIONALIDADE
DE 1º DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2002
(Inclui todas as fontes de financiamento)**

País	Número de CPRs	Montante (US\$)
Samoa Americana	1	8.800
Antígua e Barbuda	1	3.200
Argentina	131	1.250.435
Barbados	6	53.800
Belize	5	37.600
Bolívia	50	2.066.120
Brasil	141	3.490.152
Canadá	64	848.848
Chile	34	265.437
Colômbia	134	1.231.363
Costa Rica	28	721.887
Cuba	1	1.500
Dominica	1	12.000
Equador	11	66.800
El Salvador	25	163.944
Estados Unidos	338	3.833.064
Grenada	3	9.290
Guatemala	35	326.855
Haiti	5	46.183
Honduras	8	45.967
Itália	1	3.900
Jamaica	3	65.100
México	39	397.346
Nicarágua	18	158.831
Panamá	15	132.824
Paraguai	7	39.670
Peru	68	470.530
Porto Rico	4	9.660
República Dominicana	5	46.279
Trinidad e Tobago	2	154.120
Uruguai	71	440.648
Venezuela	20	254.500
Não especificado	349	28.260.458
TOTAL	1.624	44.917.811

OUTROS PAÍSES NÃO-MEMBROS

País	Número de CPRs	Montante (US\$)
França	6	1.252.190
Índia	6	30.909
Coréia, República da	2	33.000
Espanha	20	279.223
Suíça	8	51.600
Reino Unido	10	93.813
TOTAL	52	1.740.735

QUADRO 12

**NÚMERO E MONTANTE DE CONTRATOS POR TAREFA CONCEDIDOS,
POR EXECUÇÃO
DE 1º DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2002
(Inclui todas as fontes de financiamento)**

País	Número de CPRs	Montante (US\$)
Antígua e Barbuda	4	40.060
Argentina	33	460.230
Barbados	4	49.900
Belize	1	4.000
Bolívia	40	2.150.312
Brasil	85	2.319.714
Brasil – CJI	1	1.040
Colômbia	43	178.480
Costa Rica	15	71.670
Dominica	1	12.000
El Salvador	18	100.484
Equador	41	148.171
Grenada	3	7.700
Guatemala	78	609.010
Guiana	1	1.710
Haiti	3	22.000
Sede SG/OEA	962	11.780.673
Honduras	20	102.889
IIN URUGUAI	32	206.648
México	4	42.500
Nicarágua	157	1.499.570
Projeto OEA -USDE	25	846.876
Panamá	9	74.524
Paraguai	9	25.337.615
Peru	16	120.087
República Dominicana	8	17.507
São Vicente e Granadinas	6	41.500
Suriname	1	1.000
Trinidad e Tobago	3	161.546
Uruguai	46	212.130
Venezuela	7	37.000
TOTAL	1.676	46.658.546

QUADRO 13**NÚMERO E MONTANTE DE CONTRATOS POR TAREFA CONCEDIDOS,
POR FUNDO
DE 1 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2002
(Inclui todas as fontes de financiamento)**

	Fundo	Número de CPRs	Montante (US\$)
111	Fundo Ordinário	261	2.498.032
113	Revista Américas	55	201.025
115		143	1.150.647
311	Fundos específicos do Fundo Ordinário	726	8.120.085
321	Fundos específicos dos fundos voluntários	238	31.762.463
411	Fundos de Benefícios Médicos	3	44.775
413	Fundo Pan-Americano Leo S. Rowe	3	88.716
415		61	485.679
503		22	149.225
505		3	82.092
811		27	270.061
911		134	1.805.746
	TOTAL	1.676	46.658.546

QUADRO 14

DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL POR CATEGORIA E NACIONALIDADE
(Inclui todas as fontes de financiamento)

País	Dezembro 2001			Dezembro 2002		
	Serviço de carreira	Não pertencentes ao serviço de carreira	Total	Serviço de carreira	Não pertencentes ao serviço de carreira	Total
Antígua e Barbuda	0	3	3	0	3	3
Argentina	19	15	34	15	24	39
Bahamas	0	2	2	0	2	2
Barbados	2	5	7	2	5	7
Belize	0	3	3	0	2	2
Bolívia	10	9	19	10	12	22
Brasil	7	3	20	7	15	22
Canadá	0	15	15	0	17	17
Chile	12	9	21	11	12	23
Colômbia	17	39	56	16	44	60
Costa Rica	3	3	6	2	11	13
Dominica	0	4	4	0	4	4
El Salvador	10	10	20	10	11	21
Equador	12	8	20	12	7	19
Estados Unidos	58	93	151	52	101	153
Grenada	0	7	7	0	7	7
Guatemala	13	6	19	12	8	20
Guiana	0	3	3	0	2	2
Haiti	2	3	5	2	3	5
Honduras	1	4	5	1	4	5
Jamaica	3	3	6	3	3	6
México	8	10	18	7	15	22
Nicarágua	8	4	12	7	4	11
Panamá	4	4	8	4	5	9
Paraguai	2	6	8	2	5	7
Peru	25	35	60	25	35	60
República Dominicana	6	1	7	5	2	7
Saint Kitts e Nevis	2	2	4	2	2	4
Santa Lúcia	1	3	4	1	3	4
São Vicente e Granadinas	1	5	6	1	5	6
Suriname	1	4	5	1	4	5
Trinidad e Tobago	1	12	13	1	14	15
Uruguai	25	15	40	22	16	38
Venezuela	4	19	23	4	24	28
Países não-membros OEA	1	2	3	1	5	6
TOTAL	258	379	637	238	436	674*

Categoria	Dezembro 2001	Dezembro 2002	Variação	
			Absoluta	%
Profissionais	368	404	+ 36	+ 10
Serviços Gerais	269	270	+ 1	+ 0,4
TOTAL	637	674*	+ 37	+ 6

* Inclui associados e pessoal de apoio temporário.

ANEXO E
SITUAÇÃO FINANCEIRA DA OEA

QUADRO 1**SUBFUNDOS DE OPERAÇÕES E DE RESERVA
DEMONSTRATIVO COMPARATIVO COMBINADO DE ATIVOS,
PASSIVOS E SALDO DO FUNDO
(US\$ 1.000)**

	31 de Dezembro de	
	2002	2001
<u>ATIVOS</u>		
Dinheiro e depósitos em custódia no Fundo de Tesouraria da SG/OEA	\$ 51.453	\$ 28.467
Outros ativos	8.668	185
Valor atual de anuidades da SG/OEA	5.026	5.026
Investimento em fundo de ativos fixos	44.185	32.605
Total de ativos	\$ 109.332	\$ 66.283
<u>PASSIVOS</u>		
<u>A curto prazo</u>		
Obrigações a liquidar	3.057	\$ 4.641
Cotas/Oferecimentos arrecadados antecipadamente	2.260	14
Contas a pagar e outros passivos	861	1.244
Total de passivos a curto prazo	6.178	5.899
<u>A longo prazo</u>		
Hipoteca		
Hipoteca autorizada	25.000	25.000
Retiradas pendentes	(11.005)	(20.320)
Retiradas efetuadas	13.995	4.680
Montantes a debitar a dotações de anos futuros	5.026	5.026
Total de passivos a longo prazo	19.021	9.706
Total de passivos	25.199	15.605
<u>SALDO DO FUNDO</u>		
Reservado para dotações suplementares	20.600	3.688
Subfundo de Reserva	22.118	11.059
Subfundo de Operações não alocado	2.675	8.008
Total Subfundos de Operações e de Reserva	45.393	22.755
Patrimônio em ativos fixos	38.740	27.923
Total Saldo do Fundo	84.133	50.678
Total Passivos e Saldo do Fundo	\$ 109.332	\$ 66.283

QUADRO 2**SUBFUNDOS DE OPERAÇÕES E DE RESERVA
DEMONSTRATIVO COMPARATIVO COMBINADO DE VARIAÇÃO
NO SALDO DO FUNDO
(US\$ 1.000)**

	Ano encerrado em	
	31 de dezembro de	
	2002	2001
AUMENTOS		
Arrecadação de cotas/oferecimentos	\$ 94.648	\$ 85.603
Menos créditos por pagamento imediato	226	212
	<u>94.422</u>	<u>85.391</u>
Contribuições a título de apoio administrativo e técnico	1.266	1.210
Receitas do Fundo de Tesouraria SG/OEA	701	1.231
Outras receitas, reembolsos e descomprometimentos	2.145	2.210
	<u>98.534</u>	<u>90.042</u>
REDUÇÕES		
Despesas e obrigações correspondentes a dotações:		
Assembléia Geral e Conselho Permanente	12.140	11.835
Gabinetes Executivos da Secretaria-Geral	11.119	10.846
Unidades e Escritórios Especializados	12.172	12.063
Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI)	11.260	11.819
Escritórios nos Estados membros	5.334	5.666
Atividades da Subsecretaria de Assuntos Jurídicos	1.945	1.851
Atividades da Subsecretaria de Administração	10.480	9.725
Despesas comuns de administração e de pessoal	6.555	7.073
Contribuições a outras agências	4.891	5.123
	<u>75.896</u>	<u>76.001</u>
Aumento líquido no período	22.638	14.041
Saldo Subfundos de Operações e de Reserva no início do período	22.755	8.714
Saldo Subfundos de Operações e de Reserva no fim do período	<u>\$ 45.393</u>	<u>\$ 22.755</u>

QUADRO 3**DEMONSTRATIVO COMPARATIVO DE ATIVOS, PASSIVOS E SALDO DE FUNDOS**
(US\$ 1.000)

	31 de Dezembro de	
	2002	2001
ATIVOS		
Dinheiro e depósitos em custódia no Fundo de Tesouraria da SG/OEA	\$ 29.302	\$ 34.143
Adiantamentos a funcionários e outras contas a receber	50	-
	<u>\$ 29.352</u>	<u>\$ 34.143</u>
PASSIVOS E SALDO DOS FUNDOS		
Obrigações a liquidar	\$ 11.501	\$ 7.096
Contas a pagar e outros passivos	3.401	891
Saldos de Fundos	14.450	26.156
	<u>\$ 29.352</u>	<u>\$ 34.143</u>

DEMONSTRATIVO COMPARATIVO DE VARIAÇÃO NO SALDO DOS FUNDOS
(US\$1.000)

	31 de dezembro de	
	2002	2001
AUMENTOS		
Contribuições	\$ 46.765	\$ 44.066
Contribuições para reembolso de impostos	8.777	7.609
Outras receitas e juros	991	8.130
	<u>56.533</u>	<u>59.805</u>
REDUÇÕES		
Despesas e obrigações	56.543	42.580
Transferências	-	210
Reembolsos a doadores	175	519
Reembolsos de impostos a funcionários	11.521	11.410
	<u>68.239</u>	<u>54.719</u>
Aumento/(redução) líquido no período	(11.706)	5.086
Saldo dos fundos no início do período	26.156	21.070
Saldo dos fundos no fim do período	<u>\$ 14.450</u>	<u>\$ 26.156</u>

ANEXO F

BOLSAS DE ESTUDO DA OEA CONCEDIDAS
DE 1º DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO 2002

PAÍS	ESTUDOS ACADÊMICOS DE PÓS-GRADUAÇÃO				Estudos acadêmicos de graduação	
	Universidade escolhida pelo estudante		Universidade determinada pela OEA	Fulbright		
	Regular	Prorrogação			Regular	Prorrogação
Antígua e Barbuda	4	3	0	0	3	3
Argentina	8	0	2	2	0	0
Bahamas	4	3	0	0	2	2
Barbados	5	2	0	0	2	1
Belize	5	0	1	2	4	2
Bolívia	6	6	0	2	0	0
Brasil	8	3	2	0	0	0
Canadá	8	0	0	0	0	0
Chile	7	4	2	1	0	0
Colômbia	7	10	0	2	0	0
Costa Rica	5	6	0	0	0	0
Dominica	4	2	0	0	3	1
El Salvador	6	4	1	0	0	0
Equador	6	2	2	2	0	0
Estados Unidos	8	2	1	0	0	0
Grenada	6	1	0	0	3	4
Guatemala	6	4	0	1	0	0
Guiana	4	1	1	0	2	1
Haiti	6	4	0	2	0	0
Honduras	6	5	0	0	0	0
Jamaica	5	4	2	1	2	2
México	7	5	0	1	0	0
Nicarágua	6	6	2	0	0	0
Panamá	6	4	3	1	0	0
Paraguai	5	5	2	1	0	0
Peru	6	4	3	1	0	0
República Dominicana	6	1	3	0	0	0
Saint Kitts e Nevis	3	2	0	0	2	1
Santa Lúcia	4	2	1	0	2	2
São Vicente e Granadinas	2	1	1	0	2	3
Suriname	5	1	0	0	2	1
Trinidad e Tobago	5	3	0	0	3	1
Uruguai	5	3	2	0	0	0
Venezuela	6	4	0	1	0	0
TOTAIS	190	107	31	20	32	24

Quadro 1 cont.

BOLSAS DE ESTUDO DE ATUALIZAÇÃO PROFISSIONAL (*)

	PEC		CHBA		CEAT		Portal E-Bolsas	TOTAL DE BOLSAS
	Presencial	E-Bolsas	Presencia 1	E-Bolsas	Presencia 1	E-Bolsas		
Antígua e Barbuda	0	0	2	0	1	2	0	18
Argentina	7	5	29	63	8	11	8	143
Bahamas	1	0	6	5	1	0	0	24
Barbados	2	0	5	4	2	2	0	25
Belize	1	0	12	0	1	0	0	28
Bolívia	0	5	20	59	1	10	0	109
Brasil	1	3	2	3	3	22	26	73
Canadá	0	0	1	0	2	0	0	11
Chile	2	5	14	20	2	7	4	68
Colômbia	2	3	22	47	1	3	1	98
Costa Rica	2	6	12	32	6	5	8	82
Dominica	1	0	3	1	0	0	0	15
El Salvador	2	4	21	9	5	8	0	60
Equador	0	6	28	96	2	9	0	153
Estados Unidos	0	0	1	0	1	0	0	13
Grenada	1	0	3	10	2	0	0	30
Guatemala	4	2	21	21	6	8	0	73
Guiana	1	0	3	0	0	4	0	17
Haiti	0	1	5	4	0	0	0	22
Honduras	5	6	20	4	3	12	0	61
Jamaica	1	1	6	2	3	1	0	30
México	4	5	9	13	3	22	6	75
Nicarágua	3	3	12	19	3	17	0	71
Panamá	1	6	11	12	6	5	0	55
Paraguai	2	4	11	76	3	2	0	111
Peru	4	6	27	136	6	6	1506	1705
República Dominicana	5	5	14	128	0	6	0	168
Saint Kitts e Nevis	1	0	3	0	1	1	0	14
Santa Lúcia	1	0	3	0	1	0	0	16
São Vicente e Granadinas	1	0	2	0	0	1	0	13
Suriname	2	0	6	0	2	10	0	29
Trinidad e Tobago	1	0	2	0	0	2	0	17
Uruguai	2	4	15	42	6	12	0	91
Venezuela	4	2	14	25	2	4	74	136
TOTAIS	64	82	365	831	83	192	1633	3654

(*) Em 2002, foram concedidas 52 bolsas de educação à distância no nível de mestrado que estão incluídas no Programa de Bolsas de Estudo de Atualização Profissional.

ANEXO G

CONTRIBUIÇÕES DOS OBSERVADORES PERMANENTES

PAÍS	CONTRIBUIÇÕES EM DINHEIRO	CONTRIBUIÇÕES PRINCIPAIS EM ESPÉCIE	MONTANTE TOTAL DE CONTRIBUIÇÕES
Chipre	US\$1.000 – Missão Especial ao Haiti Total: US\$ 1.000		US\$1.000
Dinamarca	US\$120.000 – UPD – Programa América Central US\$71.538 – UPD- Gerência Política Guatemala US\$139.961 – CIDH – Fortalecimento direitos povos indígenas Total: US\$331. 499		US\$331.499
União Européia	US\$58.444 - CICAD – Sistema Interamericano de Informação sobre Drogas, Projeto de Gerenciamento <i>on-line</i> US\$144.163 – CICAD – Sistema de Alerta Epidemiológico do Abuso das Drogas no Caribe Total: US\$202.607		Total: US\$202.607
Finlândia	US\$8.046 – UPD – Descentralização Governo Local US\$42.544 – Secretaria-Geral Total: US\$50.590		Total: US\$50.590
França	US\$75.255 – UPD – Programa de Remoção de Minas US\$31.858 – CICAD/CIFAD Seminário regional andino sobre o combate à lavagem de dinheiro e à corrupção US\$ 29.316 – CICAD – RETCOD Total: US\$136.429	US\$140.000 – Missão Especial da OEA ao Haiti (equipamentos e assistência técnica) US\$50.700 – CICAD – Assistência técnica e profissional US\$2.500 aprox. – Envio de um professor para curso de direito internacional no Brasil Total: US\$193.200	Total: US\$329.629
Alemanha	US\$92.440 – Missão Especial da OEA ao Haiti Total: US\$92.440		Total: US\$92.440
Itália		US\$16.724 – Missão Especial ao Haiti (equipamentos e assistência técnica) US\$24.000 – CICTE - (Equipamentos: computadores, fax, impressora, fotocopadora, scanner) Total:US\$ 40.724	Total: US\$40.724
Japão	US\$45.000 – UPD – Programa de Remoção de Minas US\$155.000 – CICAD – Projeto de Redução da Demanda para escolas de enfermagem US\$217.485 – USDE – Projeto: Visão		Total: US\$417.485

PAÍS	CONTRIBUIÇÕES EM DINHEIRO	CONTRIBUIÇÕES PRINCIPAIS EM ESPÉCIE	MONTANTE TOTAL DE CONTRIBUIÇÕES
	Hemisférica da Água Total: US\$417.485		
Coréia	US\$20.000 – Fundo de Paz - Fundo Geral US\$20.000 – Fundo de Paz – Subfundo Belize/Guatemala US\$10.000 – Fundo de Paz – Subfundo Honduras/Nicarágua Total: US\$50.000	US\$46.623 – UPD - Equipamento para programa de remoção de minas (computadores e caminhões) US\$2.600 – Bolsas de estudo – Negócios Eletrônicos e Investimentos em Comércio e Desenvolvimento US\$10.500 – Bolsas de estudo – Programa de Políticas para o Desenvolvimento de Tecnologia da Informação para a América Latina e o Caribe US\$33.600 – Bolsas de estudo – <i>Workshop</i> sobre Políticas e Reformas Educacionais Total: US\$93.323	Total: US\$143.323
Países Baixos	US\$655.455 – UPD – Plano Assistência Técnica Guatemala US\$168.671 – UPD – Gerência Política Guatemala US\$78.015 – USDE – Plano de Ação Estratégico para a Bacia do Rio San Juan US\$149.145 – USDE – Diálogo Caribenho sobre Água e Clima (DWC) US\$55.849 – USDE – Programa de Alerta contra Enchentes e de Redução da Vulnerabilidade nos Pequenos Vales da América Central e Programa de Redução da Vulnerabilidade (SVP) Total: US\$1.107.135		Total: US\$1.107.135
Noruega	US\$412.221 – UPD – Plano Assistência Técnica Guatemala US\$9.895 – UPD – MOE Nicarágua 2002 US\$134.588 – UPD – Fundação PROPAZ US\$273.081 – UPD – Programa América Central US\$457.917 – UPD – Gerência Política Guatemala US\$1.045.072 – UPD – Programa de Remoção de Minas US\$52.539 – Fundo de Paz – Fundo Geral US\$58.366 – Missão Especial ao Haiti Total: US\$2.443.679		Total: US\$2.443.679
Espanha	US\$195.583 – CIDH – Melhoramento serviços documentação e publicações US\$110.647 – Fundo de Paz – Fundo Geral	US\$130.900 – Bolsas de estudo – Terceiro Curso Ibero-Americano de Engenharia Portuária	Total: US\$1.376.103

PAÍS	CONTRIBUIÇÕES EM DINHEIRO	CONTRIBUIÇÕES PRINCIPAIS EM ESPÉCIE	MONTANTE TOTAL DE CONTRIBUIÇÕES
	US\$73.704 – Missão Especial da OEA ao Haiti US\$149.028 – CICAD – Projeto de fortalecimento institucional nos países andinos US\$205.364 – CICAD – Projeto de mestrado on-line sobre drogas (Redução da demanda) US\$49.272 – CICAD – Projeto para as Comissões Nacionais de Drogas na América Central e República Dominicana (Fortalecimento institucional) Total: US\$783.598	US\$154.000 – Bolsas de estudo – Sétimo Curso Ibero-Americano de Gestão Portuária US\$22.050 – Bolsa de estudo – Vigésimo Curso de Educação à Distância. UNED US\$32.000 – Bolsas de estudo – Seminário Ibero-Americano de Tecnologias da Informação Aplicadas à Educação: Virtual Educa 2002- Enfoque Ibero-Americano, Perspectiva Global: Conferência Internacional sobre Educação, Formação e Novas Tecnologias. UNED (on-line) US\$204.000 – Bolsas de estudo – Mestrado Ibero-Americano em Dependência de Drogas. UNED (on-line) US\$49.555 – Bolsas de estudo – Mestrado em Ensino e Aprendizagens Abertos e a Distância. UNED (on-line) Total: US\$592.505	
Suécia	US\$821.545 – UPD – PCT II US\$199.587 – UPD – Filhos do Rio US\$549.119 – UPD – Facilitadores judiciais rurais US\$99.819 – UPD – MOE Nicarágua 2002 US\$212.793 – UPD – Programa América Central US\$52.657 – UPD – MOE Bolívia 2002 US\$332.956 – UPD – Programa de Remoção de Minas US\$104.028 – Missão Especial da OEA ao Haiti US\$21.000 - Instituto Interamericano da Criança Total: US\$2.393.504		Total: US\$2.393.504
Suíça	US\$9.890 – UPD – PCT II Total: US\$ 9.890		Total: US\$9.890
Turquia	US\$3.200 – Revista Américas US\$3.500 – OER – <i>El Rincón de los Niños</i> , Página na Internet US\$5.000 – CICTE US\$3.000 – Unidade Intersetorial de Turismo Total: US\$14.700		Total: US\$14.700
Reino	US\$23.250 – UPD – Assistência Técnica		Total: US\$425.528

PAÍS	CONTRIBUIÇÕES EM DINHEIRO	CONTRIBUIÇÕES PRINCIPAIS EM ESPÉCIE	MONTANTE TOTAL DE CONTRIBUIÇÕES
Unido	Caribe US\$21.900 – UPD – MOE Colômbia 2002 US\$276.602 – UPD – Programa de Remoção de Minas US\$14.268 – Missão Especial ao Haiti US\$14.268 – CICTE US\$75.240 – Fundo de Paz – Subfundo Belize/Guatemala Total: US\$425.528		
TOTAL	<u>US\$8.460.084</u>	<u>US\$919.752</u>	<u>US\$9.379.836</u>

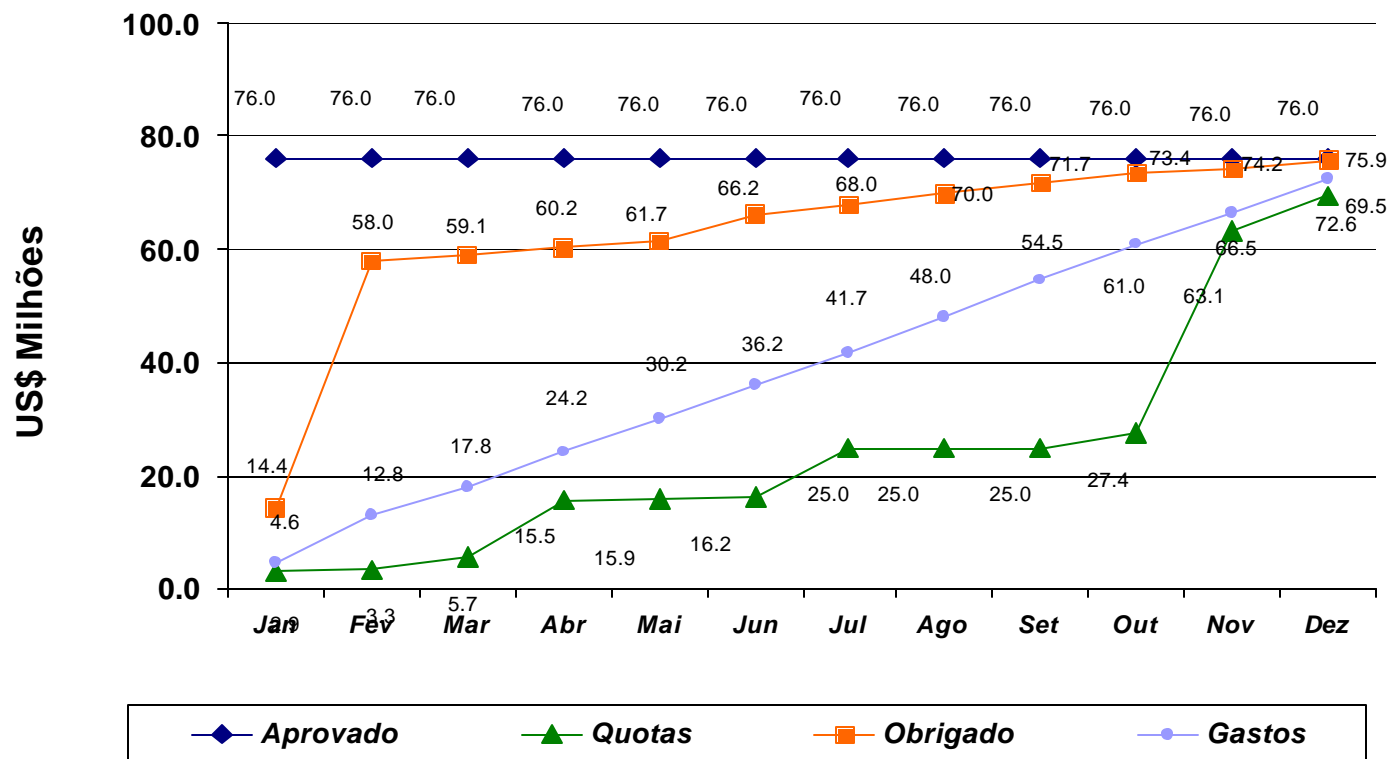
ANEXO H

ORÇAMENTO-PROGRAMA: NÍVEIS DE EXECUÇÃO

	Fundo Ordinário 2002											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Aprovado	76.0	76.0	76.0	76.0	76.0	76.0	76.0	76.0	76.0	76.0	76.0	76.0
Quotas	2.9	3.3	5.7	15.5	15.9	16.2	25.0	25.0	25.0	27.4	63.1	69.5
Obrigado	14.4	58.0	59.1	60.2	61.7	66.2	68.0	70.0	71.7	73.4	74.2	75.9
Gastos	4.6	12.8	17.8	24.2	30.2	36.2	41.7	48.0	54.5	61.0	66.5	72.6
	Fundo Ordinário 2002											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Aprovado	76.0	76.0	76.0	76.0	76.0	76.0	76.0	76.0	76.0	76.0	76.0	76.0
Quotas	2.6	3.2	3.4	10.4	11.1	11.1	24.6	24.6	24.7	24.7	27.4	45.1
Obrigado	56.6	58.9	60.3	60.9	63.1	65.9	67.1	70.1	70.8	72.2	73.2	75.3
Gasto	5.2	9.3	18.2	24.4	29.7	35.1	41.0	46.7	52.2	58.7	64.3	70.6

Fundo Ordinário 2002

Relatório de Execução Orçamentária de janeiro a dezembro e Quotas arrecadadas



Fundo Ordinário 2001

Relatório de Execução Orçamentária de janeiro a dezembro e Quotas arrecadadas

